

RELATÓRIO DA GESTÃO 2023-2025

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATÓRIO DA GESTÃO 2023-2025

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Brasília, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Relatório da gestão 2023-2025 [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2025.
eBook (482 p. : il., gráfs., fots., gravs.)

Modo de acesso: <https://portal.stf.jus.br/arquivo/livraria/Relatorios/GestaoBarroso.pdf>

e-ISBN : 978-65-6141-069-4

1. Tribunal supremo, atividades, Brasil, 2023-2025. 2. Barroso, Luís Roberto, 1958-, relatório de gestão, 2023-2025. I. Título.

CDDir-341.4191



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – 2025



Ministro
Luís Roberto Barroso
Presidente – 26.06.2013



Ministro
Edson Fachin
Vice-Presidente – 16.06.2015



Ministro
Gilmar Mendes
Decano – 20.06.2002



Ministra
Cármen Lúcia
21.06.2006



Ministro
Dias Toffoli
23.10.2009



Ministro
Luiz Fux
03.03.2011



Ministro
Alexandre de Moraes
22.03.2017



Ministro
Nunes Marques
05.11.2020



Ministro
André Mendonça
16.12.2021



Ministro
Cristiano Zanin
03.08.2023



Ministro
Flávio Dino
22.02.2024

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS*

Primeira Turma

MINISTRO **CRISTIANO ZANIN** – Presidente
MINISTRA **CÁRMEN LÚCIA**
MINISTRO **LUIZ FUX**
MINISTRO **ALEXANDRE DE MORAES**
MINISTRO **FLÁVIO DINO**

Segunda Turma

MINISTRO **GILMAR MENDES** – Presidente
MINISTRO **DIAS TOFFOLI**
MINISTRO **EDSON FACHIN**
MINISTRO **NUNES MARQUES**
MINISTRO **ANDRÉ MENDONÇA**

Nota: * Composição das Turmas em setembro de 2025.



GESTÃO 2023-2025

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete
FERNANDA SILVA DE PAULA

Juízes Auxiliares
INEZIL PENNA MARINHO JUNIOR
TRICIA NAVARRO

Assessora-Chefe de Cerimonial
CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GONÇALVES

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar
FLÁVIO RIBEIRO SANTANA

Assessores-Chefe de Assuntos Internacionais
JOSÉ GILBERTO SCANDIUCCI FILHO
ROBERTO DORING PINHO DA SILVA

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral da Presidência
ALINE REZENDE PERES OSORIO

Chefe de Gabinete
BEATRIZ CHIESSE DE ANDRADE ALBUQUERQUE E LIMA

Assessor-Chefe Processual
LEONARDO CUNHA DOS SANTOS

Assessora-Chefe do Plenário
CARMEN LILIAN OLIVEIRA DE SOUZA

Assessora-Chefe do Núcleo de Análise de Recursos
MARLUCE FLEURY FLORES

Assessora-Chefe de Apoio à Jurisdição
PÂMELLA SADA DIAS EDOKAWA

Secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO

Secretário de Gestão de Precedentes
CIRO DE ALMEIDA GRYNBERG

Secretárias de Comunicação Social
MARIANA ARAUJO DE OLIVEIRA
GISELLY SIQUEIRA

Secretária Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS

Secretária de Relações com a Sociedade
TERESA CRISTINA DE MELO COSTA

Secretário de Gestão Estratégica
VINÍCIUS NASCIMENTO PORTO

AUDITORIA INTERNA

Auditor-Chefe
FREDERICO LOBO

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor(a)-Geral
EDUARDO SILVA TOLEDO
FERNANDA DO VALLE AZAMBUJA

Chefes de Gabinete
MARINA DE ALENCAR ARARIPE COUTINHO
ADRIANA LUIZA BLUMM FERREIRA

Assessor-Chefe Jurídico
LUCIANO QUADRADO DE MORAES

Assessoras-Chefe de Apoio à Governança e Conformidade
FERNANDA DO VALLE AZAMBUJA
HAINA CASTRO RÊGO

Secretário de Administração de Serviços e Gestão Predial
EDMILSON PALMA LIMA

Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações
MÁRCIO KAZUAKI FUSISSAVA

Secretária de Gestão de Pessoas
ANDREIA SILVA REGO

Secretária de Serviços Integrados de Saúde
DENISE GOMES DA SILVA

Secretária de Tecnologia da Informação
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

Secretário de Polícia Judicial
MARCELO CANIZARES SCHETTINI SEABRA

OUVIDORIA

Juíza Ouvidora
FLÁVIA MARTINS DE CARVALHO

Assessor-Chefe da Ouvidoria
ADAUTO CIDREIRA NETO

Assessora-Chefe da Ouvidoria da Mulher
CRISTINA TELLES DE ARAÚJO SILVA

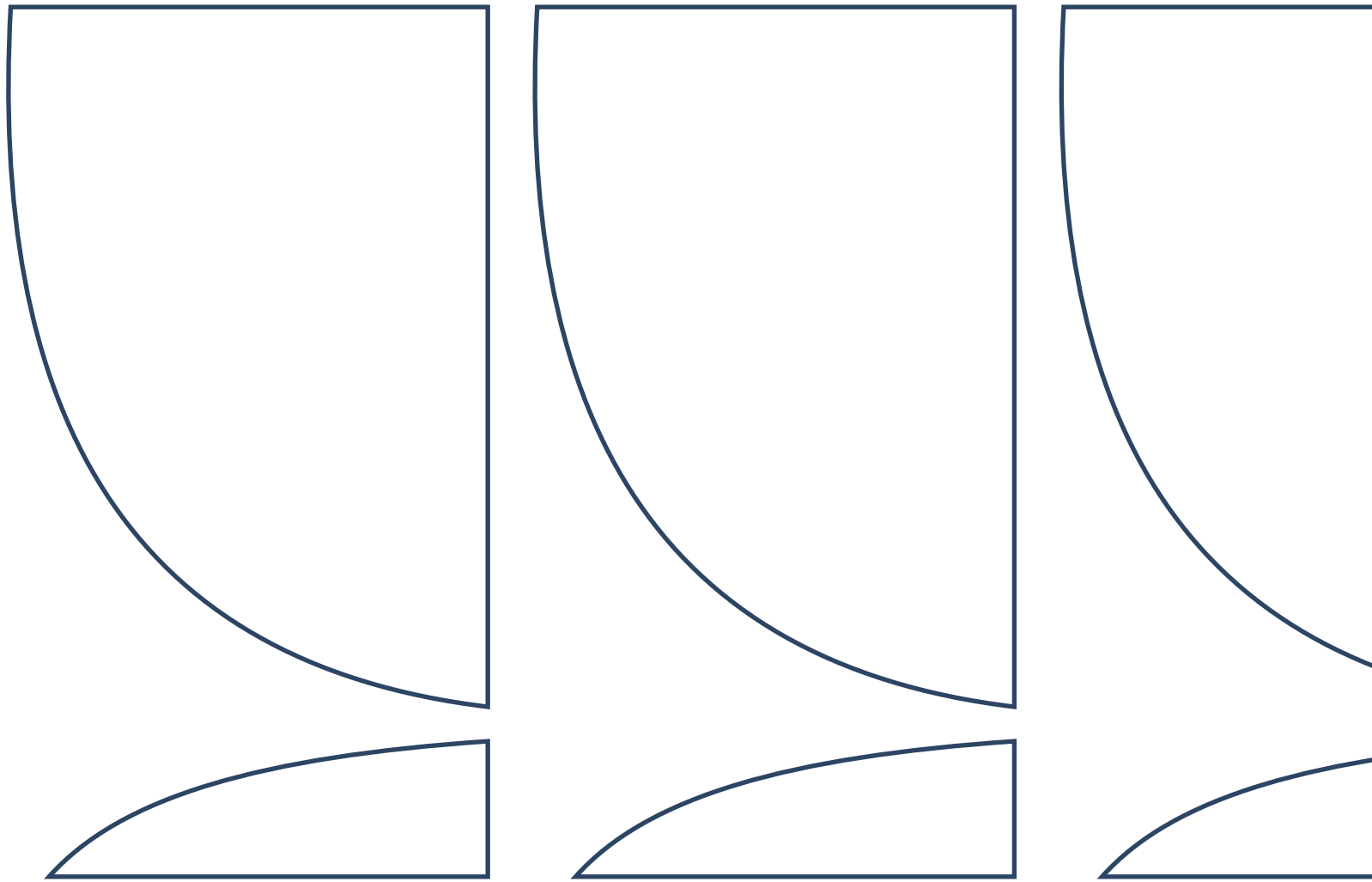


28.09.2023 – Ministro Luís Roberto Barroso toma posse como Presidente do STF e do CNJ.

Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Palavra do Presidente



Em setembro de 2023, assumi a Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) com a consciência da responsabilidade histórica e institucional que esse cargo carrega. Já naquele momento, em meu discurso de posse, tracei três grandes eixos de atuação: eficiência e qualidade na prestação jurisdicional; comunicação clara e em linguagem simples, para melhor interlocução com a sociedade; e relacionamento, de modo a permitir que o Supremo estivesse aberto para o mundo, com olhos de ver, ouvidos de ouvir e coração de sentir a sociedade. Dois anos depois, apresento este relatório com a satisfação de poder demonstrar avanços concretos em cada uma dessas frentes.

Desde o primeiro dia, tive em mente que a missão do Supremo Tribunal Federal é servir ao Brasil e à Constituição. Somos o Tribunal da Constituição, guardiões da democracia e promotores dos direitos fundamentais. Essa tríplice tarefa norteou cada uma das decisões, dos projetos e das iniciativas de minha gestão.

Em atendimento às diretrizes normativas do Tribunal de Contas da União, este relatório está publicado na forma de relato integrado e reúne os principais projetos, ações e resultados da Corte no biênio 2023-2025.

As informações estão organizadas a partir dos três eixos estruturantes da minha gestão. O **Eixo 1 – Prestação jurisdicional efetiva** – teve por objetivo priorizar o perfil de Corte Constitucional do STF, além de garantir eficiência e celeridade na prestação jurisdicional. O **Eixo 2 – Comunicação, conhecimento e governança** – buscou aproximar o Supremo da sociedade, valorizar o conhecimento e a memória e reforçar a integridade e a sustentabilidade. O **Eixo 3 – Pessoas e recursos** – voltou-se à valorização de quem trabalha no Tribunal e à gestão eficiente dos recursos públicos.

Para assegurar uma prestação jurisdicional mais eficiente e priorizar o perfil de Corte Constitucional do STF, criamos a Assessoria de Apoio à Jurisdição, unidade multidisciplinar com três núcleos especializados: Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC), Núcleo de Solução de Conflitos (NUSOL) e Núcleo de Análise de Dados e Estatística (NUADE). Essa inovação permitiu oferecer apoio estratégico à Presidência e aos Gabinetes e integrar estatística, métodos alternativos de solução de conflitos e monitoramento de políticas públicas. Criamos também as sessões de sustentação oral, o que ampliou o impacto das contribuições das partes e *amici curiae* na formação do convencimento dos Ministros.

Os resultados são expressivos. Apenas para mencionar alguns dados relevantes, alcançamos o menor acervo desde 1993, priorizamos julgamentos de repercussão geral e ações de controle concentrado e reduzimos significativamente o estoque desses processos. Com apoio do NUPEC, foram realizadas mais de 80 audiências e reuniões técnicas e elaboradas mais de 30 decisões em processos estruturais ou complexos. O NUSOL, por sua vez, permitiu a realização de 100 audiências de conciliação e a homologação de 30 acordos, muitos deles de extrema importância social e econômica.

Ademais, concluímos o julgamento de diversos casos de grande relevância, como a descriminalização do porte de maconha para consumo pessoal, o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, a redução da letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro, a fixação de critérios para fornecimento, por decisão judicial, de medicamentos não incorporados à política pública do SUS e a responsabilidade civil das plataformas digitais.

A transformação digital foi outro marco do período. Incorporamos a inteligência artificial em diversos processos de trabalho, buscando uma gestão mais racional e eficaz do tempo processual. Como afirmei no discurso de posse, precisávamos enfrentar os gargalos e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade brasileira. Hoje, posso dizer que demos passos importantes nessa direção.

No eixo da comunicação, buscamos aproximar o Supremo da sociedade com uma linguagem simples, compreensível por todo e qualquer cidadão. Projetos como *Informação à Sociedade*, com resumos didáticos dos principais julgamentos, e a padronização das ementas facilitam a compreensão das decisões e permitem a adequada aplicação dos precedentes. Além disso, criamos a Ouvidoria e a Ouvidoria da Mulher, ampliamos o programa *STF na Escola*, lançamos o aplicativo TV Justiça+ e o canal oficial do Tribunal no *WhatsApp*, além de celebrar a "Semana da Justiça pela Diversidade Cultural".

Outro destaque da minha gestão foram as iniciativas para alinhar práticas institucionais à sustentabilidade e à governança, com interação entre as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento. Com a instituição do STF +Sustentável, investimos na redução de consumo de recursos naturais e na descarbonização como forma de compensação das emissões de gases de efeito estufa. Inauguramos a primeira usina fotovoltaica da Esplanada no Anexo II do STF e fizemos o plantio de 5.550 árvores no Bosque dos Constituintes. Investimos também na acessibilidade da Corte e na responsabilidade social, em especial durante as enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul.

O período foi igualmente marcado pela reconstrução e pelo fortalecimento institucional, após os ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes. Como disse em minha fala de posse, "a democracia venceu". A resposta do Supremo foi reafirmar a centralidade da Constituição e dos princípios republicanos, atuando com firmeza para a preservação do Estado de Direito. Em um ambiente de desinformação deliberada e retórica de ódio, evocamos novamente a Constituição como bússola para confirmar o direito e salvaguardar a democracia.

Nesse contexto, merece destaque o julgamento, pela Primeira Turma do STF, da ação penal contra o "Núcleo 1" da tentativa de golpe de Estado. Em setembro de 2025, a Turma condenou os oito réus que integravam o núcleo e aplicou penas privativas de liberdade, multa e indenização por danos morais coletivos. Na ocasião, afirmei que o Tribunal cumpriu uma missão importante e histórica de julgar, com base em evidências, autoridades civis e militares. Acredito que o julgamento encerra os ciclos do atraso na história brasileira, marcados pelo golpismo e pela quebra

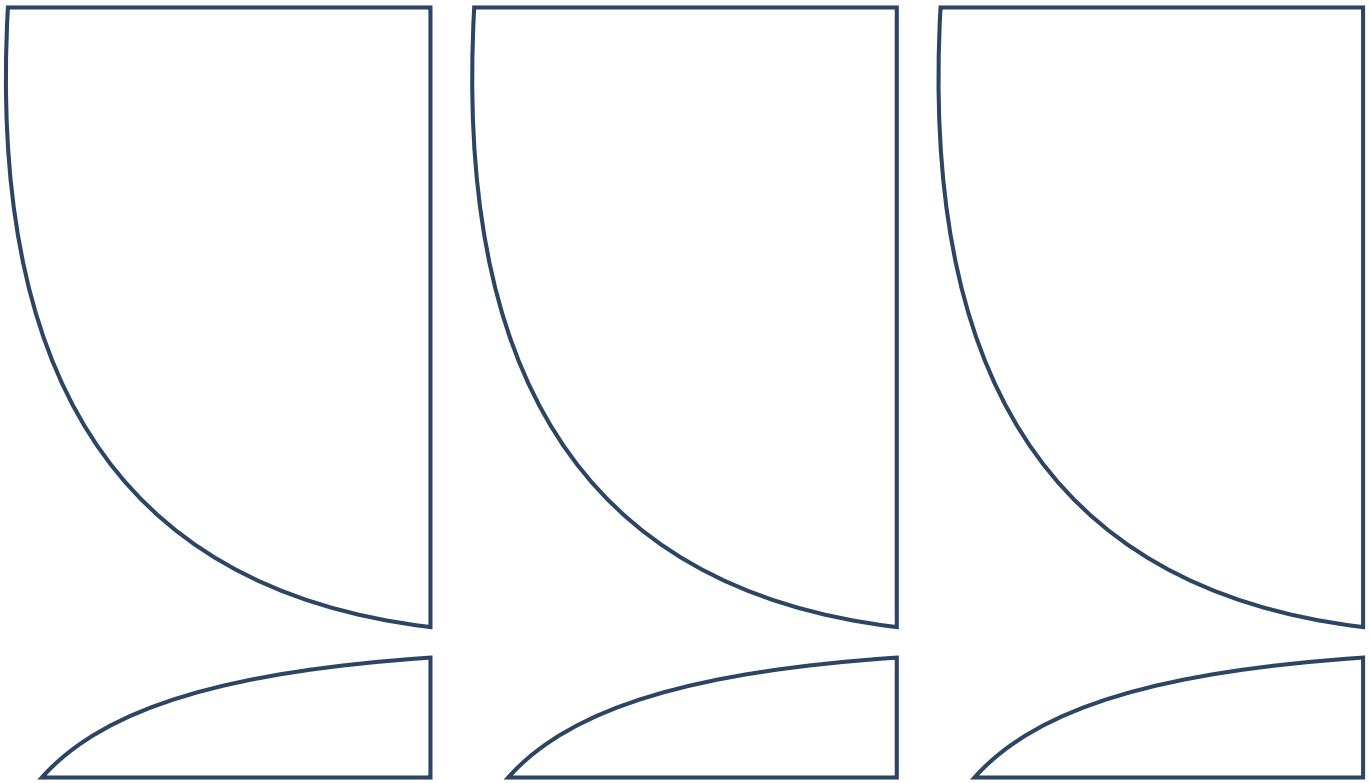
da legalidade constitucional, e abre espaço para que possamos avançar na consolidação do nosso sistema democrático.

Nada disso teria sido possível sem a dedicação cotidiana de Ministros, servidores e colaboradores, que formam este Tribunal. Somos, como afirmei no dia da posse, um time: cada um em sua posição, mas todos com um objetivo comum. Foi com esse espírito que investimos na valorização das pessoas, com novas ações de capacitação, inauguração de espaços como o Espaço do Servidor e a Sala de Exposições Temporárias, além da melhoria de estruturas como o berçário e a segurança institucional.

Ao apresentar este relatório, presto contas à sociedade brasileira. Nele estão reunidos os projetos, as ações e os resultados alcançados, organizados nos três eixos estruturantes da gestão. A mensagem final é a mesma com que encerrei meu discurso de posse: "não importa o que esteja acontecendo à sua volta, faça você o melhor papel que puder. E seja bom e correto, mesmo quando ninguém estiver olhando".

Foi com esse espírito que conduzi a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Ministro Luís Roberto Barroso
Presidente do Supremo Tribunal Federal







Apresentação



Ministro Luís Roberto Barroso realiza sua primeira sessão plenária como Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

1. LUÍS ROBERTO BARROSO

1.1 PERFIL

“[...] creio no bem, na justiça e na tolerância como valores filosóficos essenciais. Creio na educação, na igualdade, no trabalho e na livre iniciativa como valores políticos fundamentais. E no constitucionalismo democrático como forma institucional ideal. Passados dez anos, venho aqui renovar os mesmos votos.”

Ministro Luís Roberto Barroso, discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 28.09.2023

Luís Roberto Barroso nasceu em Vassouras (RJ), em 11 de março de 1958. Graduou-se em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1980. Em 1981, começou a dar aulas de direito constitucional, experiência suspensa até 1987 pelo regime militar, em razão da sua militância no movimento estudantil. No mesmo ano, passou a advogar. Em 1984, foi aprovado em 1º lugar no concurso para o cargo de Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Em 1990, concluiu seu mestrado em Direito (LL.M.) na prestigiosa Yale Law School. No mesmo ano, tornou-se livre-docente pela UERJ e, em 1995, Professor Titular de Direito Constitucional da UERJ. Em 2011, realizou estudos pós-doutorais na Harvard Kennedy School. Trabalhou, ainda, como professor visitante nas Universidades de Poitiers (França), de Breslávia (Polônia) e de Brasília (UnB). É atualmente Senior Fellow na Harvard Kennedy School. É autor de diversos livros e artigos acadêmicos, incluindo o *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*.

Antes de sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, como advogado, atuou em casos relevantes na Suprema Corte, como a liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias, a vedação ao nepotismo no Poder Judiciário, o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas e o direito da gestante de interromper a gravidez em caso de feto anencéfalo.

1.2 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em 26 de junho de 2013, Luís Roberto Barroso tomou posse como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Seu gabinete assumiu um acervo de 7.706 processos. Ao longo dos anos, recebeu cerca de 52 mil novos processos, com média anual de 5.955, e proferiu mais de 78 mil decisões. Em setembro de 2023, ao assumir a Presidência da Corte, o acervo de seu gabinete estava reduzido a apenas 900 processos, resultado de uma atuação marcada por celeridade, eficiência e qualidade na prestação jurisdicional.

Ao longo de sua trajetória, o Ministro Barroso conduziu processos de grande relevância nacional, com destaque para temas como saúde, inclusão, direitos fundamentais, meio ambiente e regime federativo.

Em matéria de equidade e reconhecimento de direitos fundamentais, o Ministro relatou julgados que afirmaram a constitucionalidade das cotas raciais em concursos públicos (ADC 41) e reconheceram a igualdade de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros (RE 878.694 – Tema 809).

O Ministro também foi Relator da ADPF 1.013, decisão que garantiu transporte público gratuito em dias de eleições. No RE 684.612 (Tema 698), afirmou a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à concretização de direitos fundamentais, em casos de omissão ou grave deficiência estatal.

Durante a pandemia de covid-19, proferiu decisões de grande alcance. Na ADPF 828, determinou a suspensão de despejos enquanto durasse a crise sanitária. Na ADPF 946, afirmou a inconstitucionalidade de norma municipal que proibia a vacinação compulsória e impedia a adoção de restrições a pessoas não vacinadas e reforçou o papel da vacinação na contenção do contágio e na mitigação dos efeitos da doença.

Sua atuação também foi marcante na proteção ao meio ambiente e aos direitos indígenas. Na ADPF 708, reconheceu a natureza de direitos humanos dos tratados internacionais ambientais, proibiu o contingenciamento das receitas do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e determinou ao governo federal a adoção de providências para o pleno funcionamento desse Fundo. No âmbito da ADPF 709, determinou medidas para conter o avanço da covid-19 entre populações indígenas, corrigiu falhas estruturais no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) e promoveu a desintrusão de oito terras indígenas em situação emergencial.

No campo previdenciário e tributário, proferiu decisões de grande repercussão. Na ADI 7.158, defendeu a constitucionalidade das regras que disciplinam o ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais não contribuintes. No RE 630.790 (Tema 336), seu voto orientou a Corte no sentido de que ações assistenciais promovidas por entidades religiosas são compatíveis com o modelo constitucional de assistência social. Já no RE 576.967 (Tema 72), firmou o entendimento de que é inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade, como forma de incentivo à inclusão da mulher no mercado de trabalho.



28.09.2023 – Ministro Luís Roberto Barroso toma posse como Presidente do STF e do CNJ.

Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

1.3 POSSE

“Assumo a Presidência do Supremo e do CNJ sem esquecer que sou, antes de tudo, um servidor público. Um servidor da Constituição. Que eu possa ser abençoado para cumprir bem essa missão.”

Ministro Luís Roberto Barroso, discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 28.09.2023

O Ministro Luís Roberto Barroso assumiu, em 28 de setembro de 2023, a Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após ser eleito por seus pares em sessão realizada no dia 9 de agosto do mesmo ano. Em seu discurso de posse, o Ministro enfatizou o compromisso com a Constituição, a democracia e os direitos fundamentais e reafirmou sua confiança na capacidade do Judiciário de contribuir para um país mais justo, íntegro e igualitário. "Pretendo atuar à frente do Supremo Tribunal Federal e do Poder Judiciário brasileiro da forma como acho que a vida deve ser vivida: com valores, com empatia, com bom humor sempre que possível e, sobretudo, com humildade", afirmou o novo Presidente.

Durante o discurso, dividido em três partes – Gratidão, Justiça e Brasil –, o Ministro destacou sua trajetória, agradeceu àqueles que o acompanharam ao longo da vida e prestou homenagem especial à Ministra Rosa Weber, a quem sucedeu no cargo. Reconheceu na Ministra uma referência de integridade e compromisso institucional; afirmou que a substituir seria impossível, tamanha a grandeza de sua contribuição à história do STF.

Luís Roberto Barroso ressaltou o papel do STF como Tribunal da Constituição, responsável por garantir a interpretação da Carta Magna, proteger a democracia e assegurar os direitos fundamentais. Reiterou que a judicialização da vida no Brasil decorre do próprio desenho institucional da Constituição de 1988, que contempla ampla gama de temas – da ordem econômica à proteção ambiental –, e que o Supremo deve atuar com autocontenção e diálogo com os demais Poderes. "Numa democracia não há Poderes hegemônicos", pontuou.

O Ministro destacou a importância da democracia constitucional e da atuação da Corte na defesa de valores como liberdade, igualdade e dignidade. Citou decisões emblemáticas em prol dos direitos das mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIAP+, das pessoas com deficiência, dos povos indígenas e da proteção ao meio ambiente. Para Luís Roberto Barroso, essas não são causas ideológicas, mas, sim, "as causas da humanidade, da dignidade humana, do respeito e consideração por todas as pessoas".

Em relação à gestão no STF e no CNJ, anunciou três eixos de atuação: conteúdo (com foco na eficiência da Justiça e no avanço de direitos), comunicação (para aproximar o Judiciário da sociedade e tornar as decisões mais compreensíveis) e relacionamento (com ênfase na escuta ativa da sociedade civil). Reforçou, ainda, o compromisso com a paridade de gênero, a diversidade racial, o uso de inovações tecnológicas e a valorização da magistratura.

Por fim, dirigiu palavras ao país que deseja construir: pacificado, plural e comprometido com a justiça social. Defendeu uma agenda nacional que una diferentes correntes políticas em torno de valores comuns, como o combate à pobreza, o desenvolvimento sustentável, a educação de qualidade e a valorização da integridade e da civilidade. “Ninguém é dono da verdade, ninguém tem o monopólio do bem e da virtude. A vida na democracia é a convivência civilizada dos que pensam diferente”, destacou.

Íntegra do discurso de posse do Presidente Luís Roberto Barroso.





28.09.2023 – Os Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin assinam o termo de posse como Presidente e Vice-Presidente do STF e do CNJ, respectivamente. Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



28.09.2023 – O Ministro Luís Roberto Barroso faz discurso de posse como Presidente da Suprema Corte ao lado dos Ministros do Tribunal; do Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva; do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; do Presidente da OAB, Beto Simonetti; e da Procuradora-Geral da República em exercício, Elizeta Ramos. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



28.09.2023 – Maria Bethânia canta o Hino Nacional na solenidade de posse. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





28.09.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso ao lado do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



28.09.2023 – Sessão solene de posse. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



28.09.2023 – Os Ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



28.09.2023 – Ministros aposentados do STF na solenidade de posse. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



2. GESTÃO 2023-2025

A gestão 2023-2025, sob a presidência do Ministro Luís Roberto Barroso, elegeu como norte "Aproximar o Supremo e a Constituição da Sociedade", com o objetivo de concretizar um dos principais valores que orientam as ações do STF: o foco no cidadão. Para alcançar essa diretriz, as principais missões no biênio foram o aumento da eficiência da Justiça, o diálogo com a sociedade em linguagem simples e clara e o investimento em sustentabilidade ambiental e inovação tecnológica.



NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

LEMA DO TRIBUNAL

Supremo Tribunal Federal – O Tribunal da Constituição

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Os resultados alcançados ao longo da gestão – que serão demonstrados ao longo deste relatório – refletem o compromisso do Supremo Tribunal Federal com a busca contínua pela excelência na prestação jurisdicional. Nesse período, foram implementadas diversas iniciativas de modernização administrativa e tecnológica, orientadas por uma gestão estratégica e por projetos estruturados em três eixos: (i) fortalecimento da prestação jurisdicional, com foco na atuação como Corte Constitucional, na eficiência processual e no diálogo com a sociedade; (ii) aperfeiçoamento da comunicação institucional e promoção do conhecimento constitucional; e (iii) aprimoramento da governança e valorização das pessoas que integram o Tribunal.

SUMÁRIO

EIXO 1

Prestação jurisdicional efetiva

36

EIXO 2

Comunicação, conhecimento e governança

168

EIXO 3

Pessoas e recursos

356

Marcos da gestão

438


EIXO



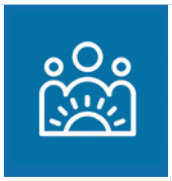
Prestação jurisdicional efetiva



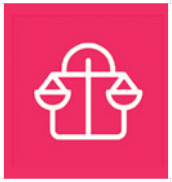
1. PRIORIZAÇÃO DO PERFIL DE CORTE CONSTITUCIONAL

Durante o biênio 2023-2025, a gestão concentrou esforços no fortalecimento do perfil de Corte Constitucional do Supremo Tribunal Federal. Ao assumir esse papel, o Tribunal reafirmou sua missão de consolidação do Estado Democrático de Direito, exercendo funções centrais como: (i) definir a interpretação mais adequada dos dispositivos constitucionais; (ii) orientar a aplicação uniforme do direito constitucional por juízes e tribunais em todo o país; e (iii) assegurar, de maneira estrutural e sistemática, a efetividade dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal.

Para dar concretude a esses objetivos, a elaboração da pauta de julgamentos foi orientada por três eixos de fortalecimento do Estado Democrático de Direito: garantir maior segurança humana; segurança jurídica e desenvolvimento sustentável; e segurança democrática:



Segurança humana: proteção de direitos, redução das desigualdades, erradicação da pobreza, combate à criminalidade e enfrentamento de todas as formas de violência.



Segurança jurídica e desenvolvimento sustentável: garantia de um bom ambiente para o crescimento econômico, manutenção do equilíbrio fiscal, incentivo ao empreendedorismo, ao investimento e à inovação, e proteção ao meio ambiente.



Segurança democrática: garantia de eleições livres e justas, liberdades públicas, independência entre os Poderes e proteção das instituições democráticas.

O Tribunal implementou, ainda, diversas medidas voltadas a conferir maior eficiência e qualificar a prestação jurisdicional.

A Presidência atuou na priorização de julgamentos de temas de repercussão geral e de processos de controle concentrado, com redução da quantidade de processos pendentes. Com o mesmo fim, adotou estratégias de monitoramento das ondas de litigiosidade no país, de modo a permitir a admissibilidade de temas de repercussão geral antes da chegada ao STF de quantitativo elevado de processos sobre o mesmo tema.

Também se destacou, nesse contexto, a criação da Assessoria de Apoio à Jurisdição, composta por especialistas em economia, estatística, políticas públicas e gestão governamental, conciliação e mediação entre outros. Essa estrutura tem o objetivo de oferecer suporte aos Ministros e gabinetes, sob demanda, e ampliar as informações técnicas disponíveis aos órgãos julgadores.

1.1 REDUÇÃO DO ACERVO DE CONTROLE CONCENTRADO

As ações de controle concentrado de constitucionalidade desempenham papel central na preservação da supremacia da Constituição e na estabilidade do ordenamento jurídico. Por meio de instrumentos como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), o Supremo Tribunal Federal exerce sua função de guarda da Constituição e avalia, de forma direta e abstrata, a compatibilidade de normas e atos normativos com os preceitos constitucionais. Essas ações permitem ao STF resolver conflitos normativos de grande impacto social, político e institucional, o que assegura uniformidade na interpretação constitucional e fortalece a segurança jurídica em todo o país.

Durante a gestão, entre 28 de setembro de 2023 e 17 de setembro de 2025 (data de corte para a publicação deste relatório), 796 processos de controle concentrado de constitucionalidade transitaram em julgado, o que resultou na redução de 16,5% do estoque de ações dessa classe, reforçando o compromisso da Corte com a uniformização e a estabilidade da ordem constitucional.

1.191 ações de controle concentrado no acervo em 28.09.2023

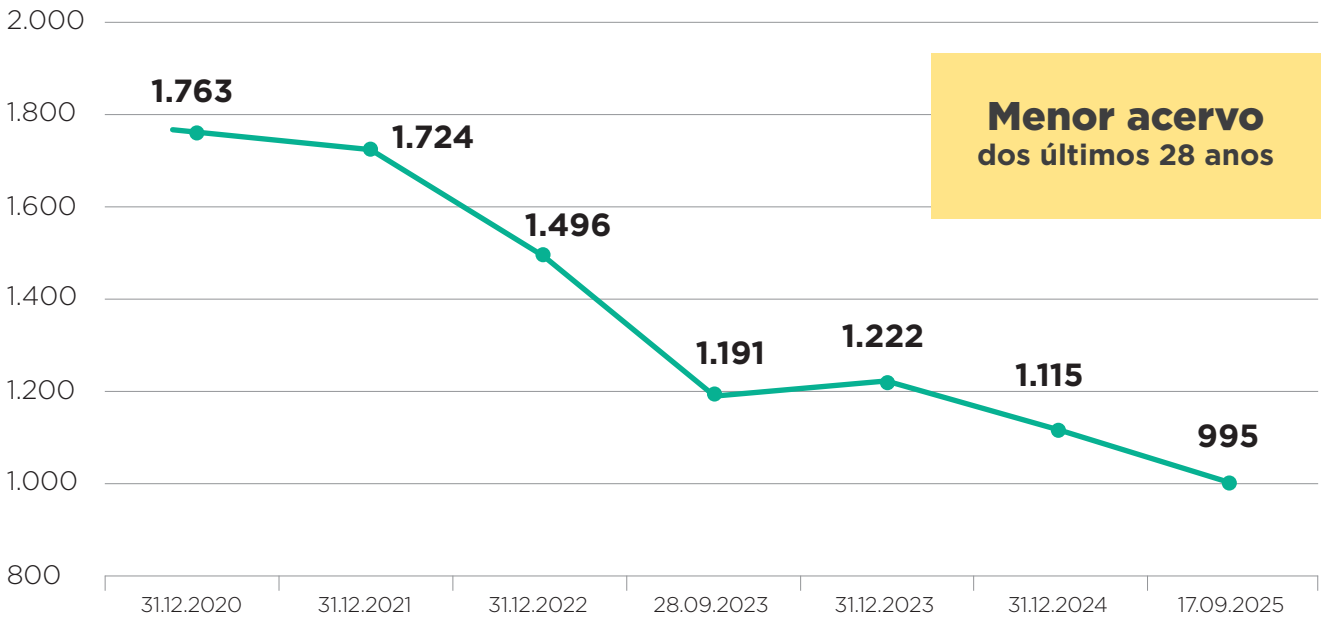
600 ações distribuídas até 17.09.2025

796 ações baixadas até 17.09.2025

995 ações de controle concentrado em tramitação

Redução de **16,5%** do acervo de processos de controle concentrado

Gráfico 1 – Processos de controle concentrado em tramitação



Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

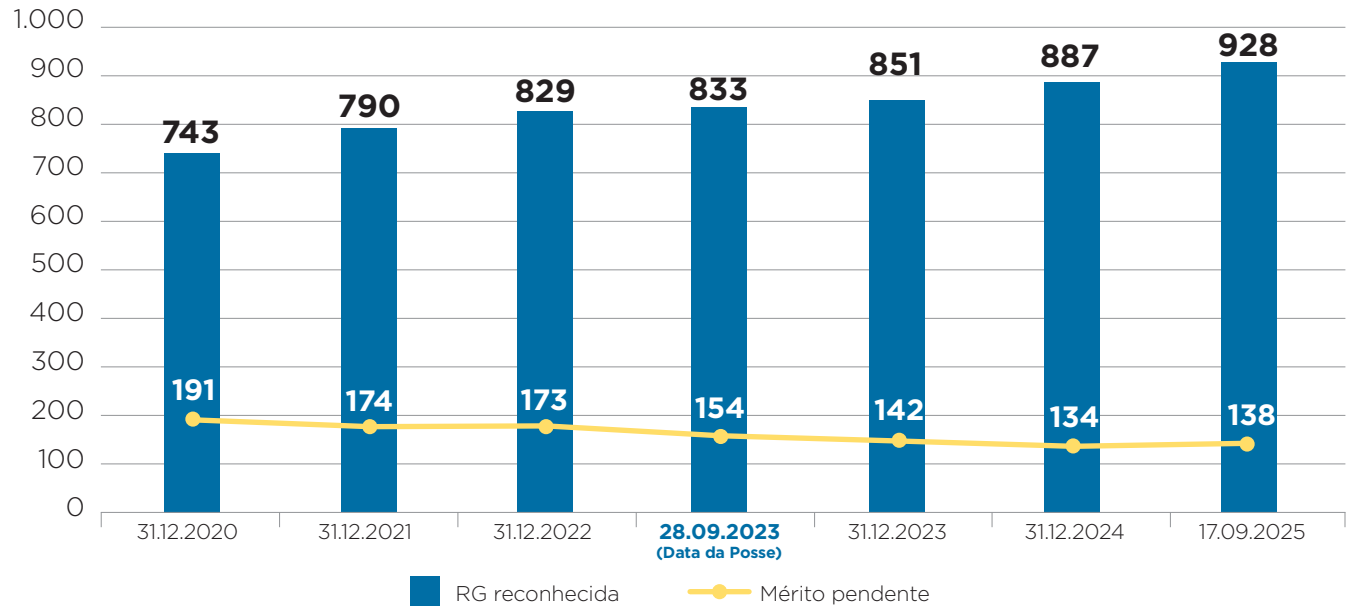
1.2 REDUÇÃO DO ESTOQUE DE TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL PENDENTES DE JULGAMENTO

Como parte do esforço institucional voltado ao fortalecimento do perfil de Corte Constitucional, o STF busca ampliar o julgamento de temas com repercussão geral reconhecida – instrumento fundamental para assegurar uniformidade, estabilidade e previsibilidade na aplicação do direito constitucional, especialmente dos temas em tramitação há mais tempo na Corte. Prevista na Emenda Constitucional nº 45/2004 e regulamentada pelo Código de Processo Civil e pelo Regimento Interno do STF, a repercussão geral atua como filtro de relevância e permite à Corte concentrar sua atuação nas controvérsias jurídicas de maior impacto para a sociedade brasileira.

Entre 28 de setembro de 2023 e 17 de setembro de 2025, o STF julgou o mérito de 99 temas de repercussão geral. Isso impactou diretamente cerca de 189.632 processos em tramitação nas instâncias inferiores, os quais puderam ser solucionados com base nas teses firmadas na Suprema Corte. Essa atuação sistemática contribuiu não apenas para a pacificação de controvérsias relevantes, mas também para a eficiência do sistema de justiça como um todo.

Como resultado, houve redução de 10% do estoque de temas com repercussão geral reconhecida pendentes de julgamento. Em 17 setembro de 2025, o Tribunal contabilizava 138 temas nessa condição, o que demonstra o compromisso da gestão com o enfrentamento do passivo e a consolidação da função do STF como intérprete último da Constituição.

Gráfico 2 – Quantitativo de temas pendentes de julgamento: série histórica



Fonte: Relatórios de Atividades de 2023 e Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

REDUÇÃO DE 10% DO ACERVO de temas de repercussão geral pendentes de julgamento

99 TEMAS DE REPERCUSSÃO JULGADOS, com mais de 189 MIL PROCESSOS aptos a serem resolvidos pelas instâncias de origem

Conclusão do julgamento sobre fornecimento de medicamentos de alto custo



Foto: Antonio Augusto/ SCO/STF

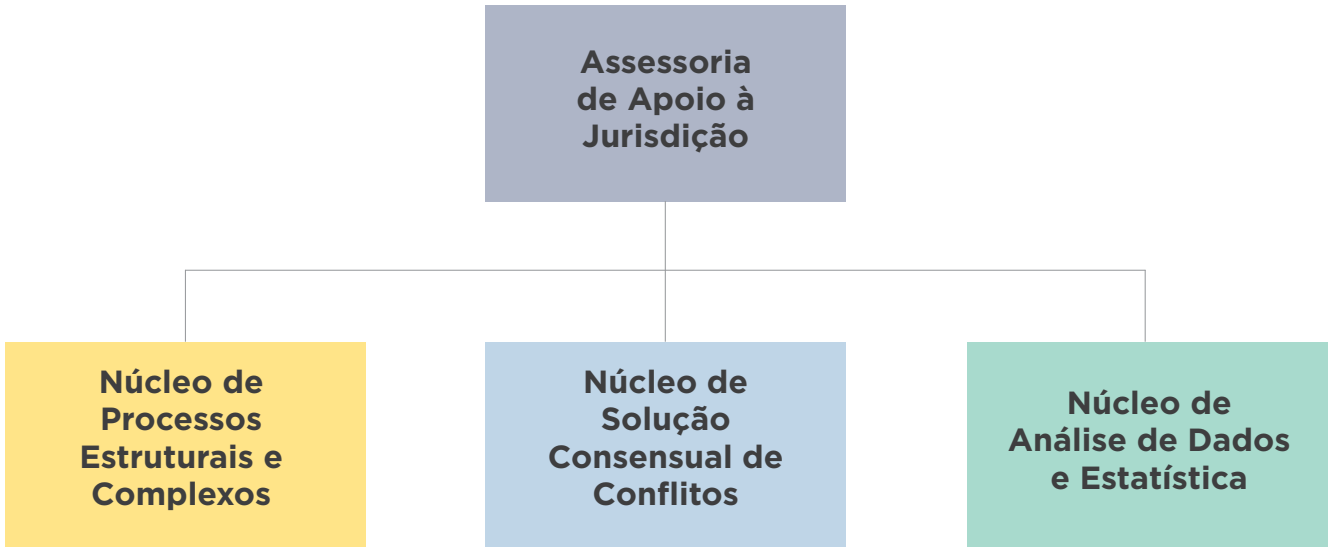
Em outubro de 2024, o Supremo Tribunal Federal realizou cerimônia para marcar a conclusão do julgamento de dois recursos com repercussão geral (Temas 6 e 1.234) que estabelecem parâmetros para fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As decisões buscaram resolver o problema da ampla judicialização e que há décadas aguardava solução.

O evento também celebrou a homologação do acordo interfederativo firmado na Comissão Especial da Saúde, instituída no Tema 1.234. O acordo representa profunda transformação na forma de atuação de todos os atores envolvidos na prestação de ações e serviços de saúde pelo Estado.

Além disso, a conversão das teses de julgamento em súmulas vinculantes reforça o compromisso do STF em garantir a sustentabilidade do SUS e a igualdade no acesso à saúde pública.

1.3 CRIAÇÃO DA ASSESSORIA DE APOIO À JURISDIÇÃO

Um dos projetos implementados com foco na melhoria da eficiência e na qualidade da prestação jurisdicional foi a criação da Assessoria de Apoio à Jurisdição (AAJ), composta por três núcleos: (a) Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC); (b) Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL); e (c) Núcleo de Análise de Dados e Estatística (NUADE).



A AAJ foi criada com o objetivo de garantir recursos humanos e técnicos especializados para auxiliar a prestação jurisdicional, de modo a priorizar processos mais relevantes para as pessoas e para o país, além de assegurar maior eficiência e celeridade na gestão do acervo.

De maneira inédita, a nova Assessoria conta, em sua estrutura, com diversos especialistas nas seguintes áreas e subáreas do conhecimento: (i) economia; (ii) políticas públicas e gestão governamental; (iii) processos estruturais; (iv) métodos consensuais de solução de conflitos, como conciliação e mediação; e (v) estatística. Os especialistas atuam em apoio aos gabinetes e à Presidência nas suas áreas de *expertise*.

1.3.1 NÚCLEO DE PROCESSOS ESTRUTURAIS E COMPLEXOS (NUPEC)

Para priorização do perfil de Corte Constitucional do STF, destaca-se a atuação do Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC), com a atribuição de apoiar os gabinetes e a Presidência na identificação e no processamento de ações estruturais e complexas. Por solicitação da Presidência ou dos gabinetes de Ministros, o NUPEC é responsável por:

i. emitir notas técnicas e relatórios sobre temas discutidos em processos estruturais e outros processos dotados de especial relevância e complexidade;

ii. emitir notas técnicas econômicas para subsidiar decisões e avaliar informações processuais;

iii. auxiliar na construção de indicadores para monitoramento e avaliação da efetividade das medidas determinadas nesses processos; e

iv. prestar apoio para a supervisão e o monitoramento da implementação das decisões, mediante a produção de relatórios e o suporte para a criação de salas de monitoramento para cada processo estrutural, inclusive.

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o NUPEC atuou no monitoramento de processos estruturais e complexos, no apoio à realização de audiências de contextualização[1] e na elaboração de notas técnicas. Ao longo desse biênio, o Núcleo alcançou os seguintes resultados:

[1] A audiência de contextualização, além de ser uma forma de diálogo mais compatível com os processos estruturais, tem natureza multifuncional. Nela é possível colher informações para subsidiar a tomada de decisão, alinhar as expectativas das partes envolvidas, viabilizar o monitoramento das determinações do STF, além de possibilitar acordos que permitam o avanço no cumprimento de decisões.



30
decisões estruturais/ complexas com apoio do Núcleo



10
processos em monitoramento



88
audiências e reuniões técnicas

Principais processos monitorados pelo NUPEC e resultados

Em 16 de setembro de 2025, existiam 12 processos estruturais ativos no Supremo Tribunal Federal. Desses, os seguintes 10 estão sob monitoramento do Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC):

1. ADPF 347	**6.** ADPF 760
2. ADPF 635	**7.** ADPF 854
3. ADPF 709	**8.** ADPF 857
4. ADPF 743	**9.** ADPF 991
5. ADPF 746	**10.** Rcl 58.207

Entre outubro de 2023 e setembro de 2024, foram elaboradas 32 notas técnicas e 30 decisões estruturais com o auxílio do núcleo. Além disso, foram realizadas 88 audiências e reuniões técnicas, bem como 4 visitas técnicas de monitoramento. Como principais resultados obtidos pelas atividades do NUPEC, destaca-se:

ADPF 347: homologação do plano Pena Justa, plano nacional para o enfrentamento do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro. O processo de formulação do plano Pena Justa compreendeu 33 encontros interinstitucionais, 28 reuniões de trabalho e duas reuniões do Comitê Interinstitucional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional. O Pena Justa recebeu o total de 5.993 propostas, por meio de três canais principais: consulta pública, audiência pública e documentos institucionais. Na consulta pública, foram recebidas 417 contribuições, das quais 31 eram novas ações, 326 estavam contempladas e 60 não se aplicavam ao Plano. Na audiência pública, foram recebidas 371 propostas, 41 novas ações, 317 desdobramentos e 11 inapropriadas para o escopo do Plano.

O Pena Justa está dividido em 4 eixos: (i) controle da entrada e das vagas do sistema prisional; (ii) qualidade da ambiência, dos serviços prestados e da estrutura prisional; (iii) processo de saída da prisão e da reintegração social; e (iv) políticas de não repetição do estado de coisas inconstitucional no sistema prisional. Cada eixo é composto por medidas, metas e indicadores de monitoramento e avaliação. Após a homologação do plano nacional, foram apresentados 26 planos estaduais para reestruturar os sistemas prisionais locais.

ADPF 709: apresentação de plano para a reestruturação do SasiSUS, o que levou a importante reforma da Secretaria de Saúde Indígena. A construção do plano de reestruturação e o seu monitoramento contou com intensa participação do NUPEC, mediante audiências de contextualização e reuniões técnicas. Nesse período, os principais avanços obtidos são: (i) definição clara do público-alvo da política de saúde indígena; (ii) adoção de nova metodologia para a distribuição de recursos aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI); (iii) criação de painéis digitais de acompanhamento orçamentário, de modo a fortalecer a transparência na aplicação dos recursos no âmbito dos DSEI e da SESAI; (iv) padronização dos instrumentos de contratação utilizados pelos DSEI, com ações de capacitação correlatas; (v) profissionalização gradual dos agentes dos DSEI; (vi) atuação conjunta da SESAI e da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS) para o provimento, fixação e formação de profissionais em regiões vulneráveis com vazios assistenciais, abrangendo todos os níveis de atenção; (vii) ampliação do uso da telemedicina;

(viii) fortalecimento da participação das comunidades indígenas na governança do SUS, garantindo maior controle social e atendimento à especificidades; (ix) aprimoramento dos indicadores de monitoramento para aferição da efetividade da política; e (x) melhoria da integração entre os instrumentos de planejamento do SasiSUS.

Outro resultado importante foi a determinação para que a União apresentasse planos individualizados para a desintrusão das 8 terras indígenas em situação de maior gravidade. Entre dezembro de 2023 e setembro de 2024, passaram por desintrusão: Yanomami, Karipuna, Kayapó, Araribóia, Munduruku, Trincheira Bacajá e Apyterewa. A construção dos planos de desintrusão foi feita a partir de constante diálogo com o NUPEC.

Além disso, é importante destacar os resultados obtidos na Terra Indígena Yanomami. Entre março de 2024 até julho de 2025, foi registrada redução de 98% dos garimpos ativos dentro dessa localidade. A operação inutilizou 1.500 motores de atividade garimpeira, 520 acampamentos, 29 aeronaves, mais de 100 antenas de internet Starlink, 54 pistas de pouso clandestinas e 340 geradores de energia. O resultado é um prejuízo de aproximadamente 400 milhões de reais para o garimpo ilegal.

SL 1.696: primeiro processo estrutural concluído no STF. Após meses de diálogo com o NUPEC, duas visitas técnicas e três audiências de conciliação, as partes envolvidas chegaram a um acordo para encerrar o processo estrutural. O consenso alcançado foi resultado de atuação técnica e genuinamente colaborativa entre o Estado de São Paulo, a Defensoria Pública e o Ministério Público estadual. Entre as medidas previstas no acordo, vale destacar:

- Haverá aumento de 25% no número de câmeras corporais, alcançando-se o total de 15 mil equipamentos. Com isso, serão atendidos todos os batalhões considerados de alta e média prioridade, conforme classificação de risco elaborada pelo Estado e apresentada às instituições envolvidas;
- Serão implementadas funcionalidades nos equipamentos que permitirão o acionamento das câmeras de três formas: (i) pelos próprios policiais em serviço; (ii)

de forma remota, pelo Centro de Operações da Polícia Militar; e (iii) de forma automática, com o uso da tecnologia *bluetooth*, para todos os policiais que estiverem a aproximadamente 10m do atendimento de uma ocorrência. Além disso, se a câmera for desligada durante uma ocorrência, haverá mecanismos de reativação automática, sem perda de imagens;

- A Polícia Militar também fortalecerá seu sistema educativo e disciplinar, para promover cultura institucional de valorização do uso das câmeras. Além disso, as instituições envolvidas se comprometeram a atuar de forma conjunta para desenvolver indicadores de monitoramento da eficiência dessa política pública, que servirão de base para a publicação de relatórios de avaliação.

ADPF 635: entre dezembro de 2023 e junho de 2024, o NUPEC realizou 4 audiências de contextualização e reuniões técnicas na ação. O NUPEC apresentou relatório de atividades em 03.07.2024 e sintetizou os avanços obtidos. Durante o período de atuação do Núcleo, houve avanços em vários pontos, com a criação de estruturas administrativas, procedimentos, protocolos de atuação e propostas das partes envolvidas para atender às demandas do STF, em especial sobre: (i) controle de armas e munições; (ii) atendimento psicológico aos policiais; (iii) atendimento médico durante operações policiais; (iv) direito de participação da vítima na investigação; (v) mecanismos para prevenção da letalidade em operações policiais em regiões próximas a escolas; (vi) uso de câmeras corporais, em viaturas e câmeras fixas em locais estratégicos ou em articulação com outros atores.

ADPFs 743, 746, 760 e 857 (pauta verde): após o julgamento de mérito, o NUPEC realizou diversas audiências e reuniões técnicas para discutir os planos de ação que seriam apresentados pela União, bem como para monitorar a sua implementação. Como principais resultados, estão a construção dialogada e o monitoramento de planos para: (i) o combate a incêndios florestais; (ii) a reestruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO); (iii) a integração dos sistemas federais de gestão ambiental e territorial, com ênfase no Cadastro Ambiental Rural (CAR), no Sistema Nacional de Controle da Origem dos

Produtos Florestais (Sinaflor) e nos registros de Autorização de Supressão de Vegetação (ASV); e (iv) o fortalecimento institucional do Ibama, do ICMBio e da Funai.

Informações sobre todos os processos monitorados pelo Núcleo estão disponíveis em painel, que pode ser acessado no portal do STF.

Página do NUPEC no portal do STF

Notas técnicas econômicas

As notas técnicas econômicas emitidas pelo NUPEC têm como objetivo apoiar a tomada de decisão dos Ministros. A divulgação pública fica a critério de cada Relator. Durante a gestão, destacam-se os seguintes relatórios e notas produzidas:

I. Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.090. Análise econômica dos impactos decorrentes da forma de correção do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

II. Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7.047 e 7.064. Precatórios. Indistinção entre valor principal e encargos financeiros. Equacionamento do estoque de precatórios.

III. Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.475. Análise dos impactos financeiros decorrentes da Lei Estadual 24.314, de 2 de maio de 2023, que fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Secretários Adjuntos do Estado de Minas Gerais.

IV. Proposta de revisão do valor de custas processuais no STF.

V. Recurso Extraordinário. Revisão da vida toda. Impactos operacionais e financeiros suportados pelo INSS.

VI. Protesto de Certidão de Dívida Ativa (CDA) da União, Estados e Municípios. Eficácia da cobrança via protesto extrajudicial. Índice de recuperação.

VII. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 863. Inconstitucionalidade do repasse, ao Estado de Alagoas, do valor integral da outorga decorrente da concessão do serviço público de saneamento básico à empresa privada.

VIII. Custo unitário do processo de execução fiscal. Mapeamento de estudos sobre o tema. Análise do custo mínimo.

IX. Agravo Regimental. Recurso Extraordinário 1.424.451. Possível recebimento integral da revisão geral, disposta na Lei 18.493/2015 do Estado do Paraná. Impactos orçamentários.

X. Mandado de Injunção 7.425. Direito à moradia. Demanda por moradia permanente e por tempo integral. Impacto financeiro. Existência de políticas públicas alternativas e ação estrutural no STF sobre o tema.

XI. Ação Cível Originária 3.132. Privatização da Companhia Energética de Alagoas (CEAL). Valor remanescente devido ao Estado de Alagoas. Construção de cenários.

XII. Relatório técnico da subcomissão criada na ADPF 854[2]. Transparência, rastreabilidade e impacto das Emendas Parlamentares, em particular as emendas de Relator (RP9) e as emendas de comissão (RP8), no contexto da ADPF Nº 854 de relatoria do Ministro Flávio Dino.

XIII. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1.196. Serviços Funerários e Cemiteriais do Município de São Paulo. Princípio da Dignidade Humana. Análise da Dinâmica de Preços antes e após a Concessão dos Serviços.

XIV. Relatório STF/CNJ: "Eficiência Judicial: Os Impactos das Extinções de Execuções Fiscais de Baixo Valor".

XV. Relatório STF/CADE: "Análise Econômica de Decisões Judiciais e Concorrenciais no Brasil: Metodologias e Aplicações", publicação conjunta STF/CADE no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

---

[2] O relatório técnico foi produzido pelo economista do NUPEC/STF, Guilherme Mendes Resende, em colaboração com os seguintes órgãos: Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF/MPO), Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR), Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEGES/MGI), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Em 03.04.2024, o STF e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) firmaram acordo de cooperação técnica para aprimorar a troca de informações e documentos e possibilitar a realização de estudos conjuntos sobre temas da ordem econômica, de forma a proporcionar maior efetividade no cumprimento da missão das duas instituições. O documento foi assinado pelo Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e pelo Presidente do CADE, Alexandre Cordeiro Macedo.

Visitas técnicas

O trabalho do NUPEC também envolve a realização de visitas técnicas para fins de monitoramento do cumprimento de decisões estruturais. Destacam-se as seguintes visitas técnicas:

Desinstrusão das Terras Indígenas (TI) Trincheira Bacajá e Apyterewa

Em fevereiro de 2024, o NUPEC, em conjunto com representantes do CNJ e do governo federal, realizou visitas técnicas às Terras Indígenas (TI) Trincheira Bacajá e Apyterewa, no Estado do Pará, para acompanhar o progresso de desintrusão das áreas. Durante a visita, o núcleo inspecionou áreas específicas das TIs, com o sobrevoo de alguns pontos da reserva, e reuniu-se com lideranças indígenas.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

O objetivo da visita foi verificar o cumprimento de decisão proferida pelo Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709. Em novembro de 2023, a decisão determinou a desocupação ilegal da área indígena.

O Povo Parakanã, que vive em 22 aldeias espalhadas na Terra Indígena (TI) Apyterewa, relatou que não escutava mais o barulho das serras e não encontrava mais rejeitos de mineração no leito do Rio Xingu, também não notava mais caminhões transportando madeiras extraídas ilegalmente da floresta.

Além dos representantes do Poder Judiciário, também participaram da ação representantes da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União (AGU), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), policiais judiciais e equipes de forças de segurança.





Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

Utilização de câmeras corporais por policiais

Em junho de 2024 e em março de 2025, integrantes do NUPEC realizaram visitas técnicas às secretarias de segurança pública de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas visitas buscaram avaliar o cumprimento das determinações do STF no âmbito da SL 1.696, em especial a utilização de câmeras corporais por policiais e batalhões de operações especiais durante suas atividades.

1.4 JULGAMENTOS

Durante a gestão, foram realizadas 245 sessões do Plenário, com 14.343 processos julgados, sendo 138 sessões presenciais, 105 sessões virtuais, além de 4 sessões solenes e duas sessões especiais. Já, nas Turmas, foram realizadas 251 sessões, com 28.301 processos julgados – 68 sessões presenciais e 183 sessões virtuais. Além disso, foram publicados 42.614 acórdãos no ano.

O quantitativo de decisões colegiadas em 2024 aumentou 18% em relação ao ano anterior (3.242 decisões a mais), o que reforça a colegialidade do Tribunal.



42.644 **Decisões colegiadas durante a gestão**



823
Controle Concentrado



9.820
Criminais



10.228
Demais classes originárias



21.773
Recursais

A análise das decisões colegiadas revela que 66% das deliberações ocorreram nas Turmas e 34%, no Plenário.

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023, os Ministros do STF aprovaram, na 5ª sessão administrativa, a Emenda Regimental nº 59/2023, que restabeleceu a competência das Turmas para processar e julgar ações penais e extinguiu a figura do revisor, com o objetivo de racionalizar o julgamento dessas ações. As mudanças foram aplicadas apenas para as ações penais instauradas a partir da publicação da emenda regimental.

A seguir, serão apresentados os julgamentos de especial relevância proferidos pelo Tribunal durante a Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso, organizados segundo a ordem cronológica das deliberações.

1. Sistema prisional brasileiro: estado de coisas inconstitucional decorrente da violação grave e massiva de direitos fundamentais dos presos

ADPF 347/DF

Relator: Min. Marco Aurélio

Redator do acórdão: Min. Luís Roberto Barroso

Órgão julgador: Plenário

Julgamento em 04.10.2023

1. Há um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, responsável pela violação massiva de direitos fundamentais dos presos. Tal estado de coisas demanda a atuação cooperativa das diversas autoridades, instituições e comunidade para a construção de uma solução satisfatória. 2. Diante disso, União, Estados e Distrito Federal, em conjunto com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), deverão elaborar planos a serem submetidos à homologação do Supremo Tribunal Federal, nos prazos e observadas as diretrizes e finalidades expostas no presente voto, especialmente voltados para o controle da superlotação carcerária, da má qualidade das vagas existentes e da entrada e saída dos presos. 3. O CNJ realizará estudo e regulará a criação de número de varas de execução penal proporcional ao número de varas criminais e ao quantitativo de presos.

2. Direito da gestante contratada por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão à licença-maternidade e à estabilidade provisória

RE 842.844/SC **(Tema 542 RG)**
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 05.10.2023

A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

3. Obrigatoriedade do Estado em ofertar transporte público coletivo gratuito nos dias de eleições

ADPF 1.013/DF
Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 18.10.2023

É inconstitucional a omissão do poder público em ofertar, nas zonas urbanas, em dias de eleições, transporte público coletivo de forma gratuita e em frequência compatível com aquela praticada em dias úteis.

4. Tráfico de drogas privilegiado: regime inicial aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e reincidência

PSV 139/DF
Relator: Min. Presidente
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 19.10.2023

Súmula Vinculante nº 59: É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado

(art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, 'c', e do art. 44, ambos do Código Penal.

5. Desnecessidade de separação judicial prévia para se divorciar após a promulgação da EC nº 66/2010

RE 1.167.478/RJ (Tema 1.053 RG)
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 08.11.2023

Após a promulgação da EC nº 66/2010, a separação judicial não é mais requisito para o divórcio nem subsiste como figura autônoma no ordenamento jurídico. Sem prejuízo, preserva-se o estado civil das pessoas que já estão separadas, por decisão judicial ou escritura pública.

6. Prazo para a cobrança do diferencial de alíquotas do ICMS

ADIs 7.066, 7.070 e 7.078
Relator: Min. Alexandre de Moraes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 29.11.2023

É válido o art. 3º da Lei Complementar nº 190/2022, na parte em que prevê que a cobrança do Difal/ICMS pelos Estados só pode ocorrer após o prazo de 90 dias contados da data da sua publicação. Não se aplicam ao caso os prazos de anterioridade previstos na Constituição, na medida em que a lei complementar não criou ou aumentou tributo, mas o prazo de 90 dias deve ser observado, porque busca garantir maior previsibilidade ao contribuinte.

7. Inconstitucionalidade da vedação à posse em cargo público de candidatos que tenham se recuperado de doença grave

RE 886.131/MG (Tema 1.015 RG)
Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 30.11.2023

É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato(a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.

8. Omissão na edição de lei sobre licença-paternidade

ADO 20
Relator: Min. Marco Aurélio
Redator do acórdão: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 14.12.2023

Existe omissão inconstitucional relativamente à edição da lei regulamentadora da licença- paternidade, prevista no art. 7º, XIX, da Constituição. Fica estabelecido o prazo de 18 meses para o Congresso Nacional sanar a omissão apontada, contados da publicação da ata de julgamento.

9. Extinção de processos judiciais para a cobrança de débitos de baixo valor e protesto

RE 1.355.208 (Tema 1.184 RG)
Relatora: Min. Cármen Lúcia
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 19.12.2023

É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência cons-

titucional de cada ente federado. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.

10. Possibilidade de a pessoa maior de 70 anos optar, em casamentos ou uniões estáveis, por regime diverso da separação de bens

ARE 1.309.642 (Tema 1.236 RG)
Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 01.02.2024

Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no art. 1.641, II, do Código Civil pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública.

11. Limitação de vagas para mulheres em concurso público da polícia militar

ADI 7.492/AM
Relator: Min. Cristiano Zanin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 09.02.2024

A reserva de vagas para candidatas do sexo feminino para ingresso na carreira da Polícia Militar, disposta em norma estadual, não pode ser compreendida como autorização legal que as impeça de concorrer à totalidade das vagas disponíveis em concursos públicos, isso é, com restrição e limitação a determinado percentual fixado nos editais.

12. Necessidade de motivação para demissão de empregados concursados de empresas estatais

RE 688.267/CE (Tema 1.022 RG)
Relator: Min. Alexandre de Moraes
Redator do acórdão: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 28.02.2024

As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, e não se exige, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

13. Exigibilidade de comprovante de vacinação contra a covid-19 para matrícula de crianças e adolescentes na rede municipal de ensino

ADPF 1.123 MC-Ref/SC
Relator: Min. Cristiano Zanin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 08.03.2024

Os decretos municipais que dispensaram a exigência de vacina contra a covid-19 para matrícula e rematrícula na rede pública de ensino violam a Constituição. É dever do Estado proteger a infância e a adolescência, assegurando o direito social à saúde e à educação. Além disso, especialmente em um contexto de pandemia, o direito assegurado a todos os brasileiros e brasileiras de conviver num ambiente sanitariamente seguro sobrepõe-se a eventuais pretensões individuais de não se vacinar. No caso da vacinação contra a covid-19, uma vez incluída no Plano Nacional de Imunização, não pode o poder público municipal editar lei no sentido de sua não obrigatoriedade, sob pena de desrespeito à distribuição de competências legislativas.

14. Licença-maternidade à mulher não gestante em união estável homoafetiva

RE 1.211.446/SP (Tema 1.072 RG)
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 13.03.2024

A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

15. PROCESSO ESTRUTURAL Combate às queimadas na Amazônia e no Pantanal

ADPF 743/DF, ADPF 746/DF e ADPF 857/MS
Relator: Min. André Mendonça
Redator do acórdão: Min. Flávio Dino
Órgão julgador: Plenário
Julgamento conjunto em 20.03.2024

É papel do Poder Judiciário assegurar que medidas necessárias para cumprir as obrigações constitucionais em matéria ambiental sejam adotadas e funcionem adequadamente. A proteção do meio ambiente não é uma opção política, mas um dever imposto pela Constituição. Apesar dos avanços recentes, a política de proteção ambiental da Amazônia e do Pantanal continua a ter falhas estruturais, que justificam a determinação, entre outras, das seguintes medidas: (i) o Governo federal deve apresentar, no prazo de 90 dias, um "plano de prevenção e combate aos incêndios no Pantanal e na Amazônia, que abarque medidas efetivas e concretas para controlar ou mitigar os incêndios que já estão ocorrendo e para prevenir que outras devastações dessa proporção não sejam mais vistas"; (ii) o Governo Federal deve apresentar um "plano de recuperação da capacidade operacional do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO"; (iii) o Ibama e os Governos Estaduais devem tornar públicos, em até 60 dias, os dados referentes às autorizações de supressão de vegetação e que a publicidade

passe a ser, doravante, a regra de referidos dados"; (iv) a União deve elaborar relatórios semestrais sobre as ações e resultados das medidas adotadas na execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a serem disponibilizados publicamente em formato aberto.

16. Revisão da vida toda: necessidade de aplicação da regra de transição para cálculo do benefício previdenciário e desnecessidade de período de carência para receber o salário-maternidade

ADI 2.110/DF e ADI 2.111/DF
Relator: Min. Nunes Marques
Órgão julgador: Plenário
Julgamento conjunto em 21.03.2024

A declaração de constitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.876/1999 impõe que o dispositivo legal seja observado de forma cogente pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública, em sua interpretação textual, que não permite exceção. O segurado do INSS que se enquadre no dispositivo não pode optar pela regra definitiva prevista no art. 29, I e II, da Lei nº 8.213/91, independentemente de lhe ser mais favorável.

17. Impossibilidade de atuação das Forças Armadas como Poder Moderador

ADI 6.457/DF
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 08.04.2024

Os artigos. 1º, *caput*, e 15, *caput* e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar nº 97/1999 devem ser interpretados conforme à Constituição para estabelecer que: (i) a missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; (ii) a chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos

outros Poderes, relacionando-se a autoridade sobre as Forças Armadas às competências materiais atribuídas pela Constituição ao Presidente da República; (iii) a prerrogativa do Presidente da República de autorizar o emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos outros poderes constitucionais por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados não pode ser exercida contra os próprios Poderes entre si; (iv) o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, embora não se limite às hipóteses de intervenção federal, de estados de defesa e de estado de sítio, presta-se ao excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública interna, em caráter subsidiário, após o esgotamento dos mecanismos ordinários e preferenciais de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, mediante a atuação colaborativa das instituições estatais e sujeita ao controle permanente dos demais poderes, na forma da Constituição e da lei.

18. Responsabilidade do Estado por morte de vítima de disparo de arma de fogo durante operações policiais ou militares em comunidades

ARE 1.385.315/RJ (Tema 1.237 RG)
Relator: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 11.04.2024

O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo. É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil. A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

19. Ilegitimidade da abordagem policial em razão da cor da pele da pessoa (perfilamento racial)

HC 208.240/SP
Relator: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 11.04.2024

A busca pessoal independente de mandado judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física.

20. Uso de roupas e acessórios religiosos em fotos de documentos oficiais

RE 859.376/PR (Tema 953 RG)
Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 17.04.2024

É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível.

21. Constitucionalidade de cadastro estadual de pedófilos e agressores de mulheres

ADI 6.620/MT
Relator: Min. Alexandre de Moraes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 22.04.2024

É inconstitucional a expressão "o suspeito, indiciado ou" constante do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.315/2015 de Mato Grosso, que cria o Cadastro Estadual de Pedófilos. Deve-se conferir inter-

pretação conforme a Constituição ao inciso I do art. 4º da Lei nº 10.315/2015 de Mato Grosso, para delimitar que (1) não será dada publicidade ao nome da vítima ou a dado cuja correlação seja capaz de reconhecer o nome da vítima; (2) o termo "condenados" refere-se a sentença penal condenatória transitada em julgado; (3) a expressão "reabilitação judicial" refere-se ao fim do cumprimento da pena. Por fim, é preciso conferir interpretação conforme à Constituição ao inciso II do art. 4º da Lei Estadual 10.315/2015, para estabelecer que as autoridades referidas neste dispositivo não terão acesso ao nome da vítima ou a qualquer circunstância que possibilite a sua identificação, ressalvada ordem judicial.

22. Ilicitude de prova obtida por meio de gravação ambiental no processo eleitoral

RE 1.040.515/SE (Tema 979 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 26.04.2024

No processo eleitoral, é ilícita a prova colhida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial e com violação à privacidade e à intimidade dos interlocutores, ainda que realizada por um dos participantes, sem o conhecimento dos demais. A exceção à regra da ilicitude da gravação ambiental feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e sem autorização judicial ocorre na hipótese de registro de fato ocorrido em local público desprovido de qualquer controle de acesso, pois, nesse caso, não há violação à intimidade ou quebra da expectativa de privacidade.

23. Parâmetros para exercício do poder investigatório do Ministério Público

ADI 2.943/DF, ADI 3.309/DF e ADI 3.318/MG
Relator: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento conjunto em 02.05.2024

É preciso conferir interpretação conforme à Constituição aos dispositivos que regulamentam as atribuições do Ministério Público para instaurar e tramitar procedimento investigatório criminal,

nos seguintes termos: "1. O Ministério Público dispõe de atribuição concorrente para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado. Devem ser observadas sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais da advocacia, sem prejuízo da possibilidade do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição (Tema 184 RG); 2. A realização de investigações criminais pelo Ministério Público tem por exigência: (i) comunicação imediata ao juiz competente sobre a instauração e o encerramento de procedimento investigatório, com o devido registro e distribuição; (ii) observância dos mesmos prazos e regramentos previstos para conclusão de inquéritos policiais; (iii) necessidade de autorização judicial para eventuais prorrogações de prazo, sendo vedadas renovações desproporcionais ou imotivadas; iv) distribuição por dependência ao Juízo que primeiro conhecer de PIC ou inquérito policial a fim de buscar evitar, tanto quanto possível, a duplicidade de investigações; v) aplicação do artigo 18 do Código de Processo Penal ao PIC (Procedimento Investigatório Criminal) instaurado pelo Ministério Público; 3. Deve ser assegurado o cumprimento da determinação contida nos itens 18 e 189 da Sentença no Caso Honorato e Outros *versus* Brasil, de 27 de novembro de 2023, da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, no sentido de reconhecer que o Estado deve garantir ao Ministério Público, para o fim de exercer a função de controle externo da polícia, recursos econômicos e humanos necessários para investigar as mortes de civis cometidas por policiais civis ou militares; 4. A instauração de procedimento investigatório pelo Ministério Público deverá ser motivada sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infrações penais ou sempre que mortes ou ferimentos graves ocorram em virtude da utilização de armas de fogo por esses mesmos agentes. Havendo representação ao Ministério Público, a não instauração do procedimento investigatório deverá ser sempre motivada; 5. Nas investigações de natureza penal, o Ministério Público pode requisitar a realização de perícias técnicas, cujos peritos deverão gozar de plena autonomia funcional, técnica e científica na realização dos laudos".

24. Restrições às indicações políticas para o Conselho de Administração e para diretoria de empresas estatais

ADI 7.331/DF
Relator: Min. Ricardo Lewandowski
Redator do acórdão: Min. André Mendonça
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 09.05.2024

São constitucionais as normas dos incisos I e II do § 2º do art. 17 da Lei nº 13.303/2016, que impõem vedações à indicação de membros para o Conselho de Administração e para a diretoria de empresas estatais (CF, art. 173, § 1º).

25. Proteção de jornalistas contra o uso abusivo de ações judiciais

ADI 6.792/DF e ADI 7.055/DF
Relatora: Min. Rosa Weber
Redator do acórdão: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento conjunto em 22.05.2024

Constitui assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa. Caracterizado o assédio judicial, a parte demandada poderá requerer a reunião de todas as ações no foro de seu domicílio. A responsabilidade civil de jornalistas ou de órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou de culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos).

26. Impossibilidade de questionamento sobre a vida pregressa da vítima em processos criminais de violência contra a mulher

ADPF 1.107/DF

Relatora: Min. Cármen Lúcia

Órgão julgador: Plenário

Julgamento em 23.05.2024

A prática de questionar o comportamento e os modos de vida da mulher vítima durante a investigação e o julgamento de processos envolvendo crimes sexuais e de violência contra a mulher viola a Constituição. É preciso: (i) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão "elementos alheios aos fatos objeto de apuração" posta no art. 400-A do Código de Processo Penal, para excluir a possibilidade de invocação, pelas partes ou procuradores, de elementos referentes à vivência sexual pregressa da vítima ou ao seu modo de vida em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual e de violência contra a mulher, sob pena de nulidade do ato ou do julgamento, nos termos dos arts. 563 a 573 do Código de Processo Penal; (ii) vedar o reconhecimento da nulidade referida no item anterior na hipótese de a defesa invocar o modo de vida da vítima ou a questionar quanto a vivência sexual pregressa com essa finalidade, considerando a impossibilidade do acusado se beneficiar da própria torpeza; (iii) conferir interpretação conforme ao art. 59 do Código Penal, para assentar ser vedado ao magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, valorar a vida sexual pregressa da vítima ou seu modo de vida; e (iv) assentar ser dever do magistrado julgador atuar no sentido de impedir essa prática inconstitucional, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal.

27. Omissão do Congresso em criar lei sobre adicional para atividades penosas

ADO 74/DF

Relator: Min. Gilmar Mendes

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 04.06.2024

Há mora do Congresso Nacional na regulamentação do art. 7º, XXIII, CF/1988, no ponto em que prevê o adicional de penosidade aos trabalhadores urbanos e rurais, devendo, no prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da publicação da ata desse julgamento, adotar as medidas legislativas constitucionalmente exigíveis para superar a omissão. Não se trata de imposição de prazo para a atuação legislativa do Congresso Nacional, mas apenas da fixação de um parâmetro temporal razoável para que o Congresso Nacional supra a mora legislativa.

28. Possibilidade de cônjuges/companheiros ou parentes até o segundo grau ocuparem, na mesma localidade, cargos de chefia dos Poderes Legislativo e Executivo

ADPF 1.089/DF

Relatora: Min. Cármen Lúcia

Órgão julgador: Plenário

Julgamento em 05.06.2024

A inelegibilidade por parentesco (CF/1988, art. 14, § 7º) não impede que cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ocupem, concomitantemente e na mesma unidade da Federação, os cargos de chefe do Poder Executivo e de presidente da Casa Legislativa.

29. Dever de edição de legislação específica para proteção do bioma Pantanal Mato-Grossense

ADO 63/MS

Relator: Min. André Mendonça
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 06.06.2024

Existe omissão inconstitucional relativamente à edição de lei regulamentadora da especial proteção do bioma Pantanal Mato-Grossense, prevista no art. 225, § 4º, *in fine*, da Constituição. Fica estabelecido o prazo de 18 (dezoito) meses para o Congresso Nacional sanar a omissão apontada, contados da publicação da ata de julgamento. Revela-se inadequada, neste momento processual, a adoção de provimento normativo de caráter temporário atinente à aplicação extensivo-analógica da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 2006) ao Pantanal Mato-Grossense. Não sobrevindo a lei regulamentadora no prazo acima estabelecido, caberá a este Tribunal determinar providências adicionais, substitutivas e/ou supletivas, a título de execução da presente decisão. 5. Nos termos do art. 24, §§ 1º a 4º, da CF/1988, enquanto não suprida a omissão inconstitucional ora reconhecida, aplicam-se a Lei nº 6.160/2023, editada pelo Estado do Mato Grosso do Sul, e a Lei nº 8.830/2008, editada pelo Estado do Mato Grosso.

30. Critério de atualização do saldo de remuneração das contas vinculadas ao FGTS

ADI 5.090/DF

Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Redator do acórdão: Min. Flávio Dino
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 12.06.2024

O critério atual de correção dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é inconstitucional, por violação ao direito de propriedade dos trabalhadores. A contar da publicação da ata de julgamento, fica estabelecido o seguinte entendimento: a) a remuneração das contas vinculadas do FGTS na forma legal (TR + 3% a.a. + distribuição dos resul-

tados auferidos) em valor que garanta, no mínimo, o índice oficial de inflação (IPCA) em todos os exercícios; e b) nos anos em que a remuneração das contas vinculadas ao FGTS não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do Fundo (art. 3º da Lei nº 8.036/1990) determinar a forma de compensação, em prestígio à autonomia privada coletiva (art. 7º, XXVI, da CF). O FGTS tem natureza dual, servindo como poupança individual dos trabalhadores e como fonte de financiamento para investimentos em áreas sociais. Nenhuma dessas funções deve sobrepor-se à outra.

31. Descriminalização do porte de maconha para consumo pessoal

RE 635.659/SP (Tema 506 RG)
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 26.06.2024

1. Não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, a substância *cannabis* sativa, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com apreensão da droga e aplicação de sanções de advertência sobre os efeitos dela (art. 28, I) e medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo (art. 28, III). 2. As sanções estabelecidas nos incisos I e III do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 serão aplicadas pelo juiz em procedimento de natureza não penal, sem nenhuma repercussão criminal para a conduta. 3. Em se tratando da posse de *cannabis* para consumo pessoal, a autoridade policial apreenderá a substância e notificará o autor do fato para comparecer em Juízo, na forma do regulamento a ser aprovado pelo CNJ. Até que o CNJ delibere a respeito, a competência para julgar as condutas do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 será dos Juizados Especiais Criminais, segundo a sistemática atual, vedada a atribuição de quaisquer efeitos penais para a sentença. 4. Nos termos do § 2º do artigo 28 da Lei nº 11.343/2006, será presumido usuário quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, até 40 gramas de *cannabis* sativa ou seis plantas-fêmeas, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito. 5. A presunção do item anterior é relativa, não estando a autoridade policial e seus agentes impedidos de realizar a prisão em flagrante por tráfico de

drogas, mesmo para quantidades inferiores ao limite acima estabelecido, quando presentes elementos que indiquem intuito de mercancia, como a forma de acondicionamento da droga, as circunstâncias da apreensão, a variedade de substâncias apreendidas, a apreensão simultânea de instrumentos como balança, registros de operações comerciais e aparelho celular contendo contatos de usuários ou traficantes. 6. Nesses casos, caberá ao Delegado de Polícia consignar, no auto de prisão em flagrante, justificativa minudente para afastamento da presunção do porte para uso pessoal, sendo vedada a alusão a critérios subjetivos arbitrários. 7. Na hipótese de prisão por quantidades inferiores à fixada no item 4, deverá o juiz, na audiência de custódia, avaliar as razões invocadas para o afastamento da presunção de porte para uso próprio. 8. A apreensão de quantidades superiores aos limites ora fixados não impede o juiz de concluir que a conduta é atípica, apontando nos autos prova suficiente da condição de usuário.

32. Abertura de ação penal contra os acusados do homicídio de Marielle Franco

Inq 4.954
Relator: Min. Alexandre de Moraes
Órgão julgador: Primeira Turma
Julgamento em 18.06.2024

Foi recebida a denúncia oferecida contra João Francisco Inácio Brazão, Domingos Inácio Brazão e Robson Calixto Fonseca, pela prática da conduta descrita no art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013 e contra João Francisco Inácio Brazão, Domingos Inácio Brazão, Rivaldo Barbosa de Araujo Júnior e Ronald Paulo de Alves Pereira, pela prática das condutas descritas no art. 121, § 2°, I, III e IV, combinado com o art. 29, *caput*, ambos do Código Penal (vítima Marielle Francisco da Silva, à época Vereadora do município do Rio de Janeiro), no art. 121, § 2º, I, III, IV e V, combinado com o art. 29, *caput*, ambos do Código Penal (vítima Anderson Pedro Matias Gomes) e no art. 121, § 2º, I, III, IV e V, na forma do art. 14, II, combinado com o art. 29, *caput*, todos do Código Penal (vítima Fernanda Gonçalves Chaves).

33. Papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual

ADI 5.668/DF

Relator: Min. Edson Fachin

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 28.06.2024

Deve-se conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 2º, III, da Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), a fim de reconhecer a obrigação, por parte das escolas públicas e particulares, de coibir as discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual, coibindo também o *bullying* e as discriminações em geral de cunho machista (contra meninas cisgêneras e transgêneras) e homotransfóbicas (contra *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais).

34. Sipaer e acesso a informações de acidentes aéreos no Brasil

ADI 5.667/DF

Relator: Min. Nunes Marques

Órgão julgador: Plenário

Julgamento em 14.08.2024

São constitucionais e estão alinhados com os padrões internacionais os dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA/1986) que, em suma, dispõem sobre: (i) a precedência da investigação do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) no tocante ao acesso e à guarda de itens de interesse (art. 88-C); (ii) a previsão da comunicação à autoridade policial competente dos indícios de crime que forem encontrados no curso de investigação Sipaer (art. 88-D); (iii) a vedação do uso da fonte Sipaer de "dados dos sistemas de notificação voluntária de ocorrências", bem assim das análises e das conclusões da investigação Sipaer como provas em processos judiciais e em procedimentos administrativos, restringindo o fornecimento deles mediante requisição judicial (art. 88-I, § 2º); (iv) a necessidade de decisão judicial para o uso das fontes Sipaer como prova, nos casos permitidos pelo CBA/1986 (art. 88-K); (v)

a necessidade da autorização da autoridade de investigação Sipaer para serem vasculhados ou removidos da aeronave acidentada, seus destroços ou coisas por ela transportadas (art. 88-N); e (vi) a necessidade da coordenação da aludida autoridade para ser assegurado a outros órgãos o acesso à aeronave acidentada, aos seus destroços e às coisas por ela transportadas, bem como da anuência dela para a manipulação ou a retenção de quaisquer objetivos do acidente (art. 88-P).

35. PROCESSO ESTRUTURAL Suspensão da execução de emendas parlamentares e posterior liberação condicionada à obediência de regras constitucionais de transparência, rastreabilidade e controle público dos recursos

ADPF 854/DF MC-Ref e ADIs 7.688/DF, 7.695/DF e 7.697/DF MC-Ref

Relator: Min. Flávio Dino

Julgamentos virtuais finalizados em 16.08.2024 e 03.12.2024

Em 16.08.2024, o Tribunal, por unanimidade, referendou a decisão que deferiu parcialmente a medida cautelar requerida para determinar: "1) que, doravante, as transferências especiais ('emendas PIX') somente sejam realizadas com o atendimento aos requisitos constitucionais da transparência e da rastreabilidade (art. 163-A da Constituição), conforme regulamentação administrativa de competência constitucional do Poder Executivo (art. 84, incs. II e IV, da CF); 2) que as transferências especiais ('emendas PIX') sejam fiscalizadas nos termos dos arts. 70, 71 e 74 da Constituição Federal, consoante o entendimento desta Corte em situação análoga (ADI 5.791, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 12/09/2022). Ou seja, os controles devem ser exercidos mediante a atuação do TCU e da CGU, inclusive quanto às transferências realizadas anteriormente a esta decisão. Por consequência, esclareço, em nome da segurança jurídica, que está configurado o interesse da União para os fins do artigo 109, I e IV, da Constituição; 3) que, doravante, os beneficiados por emendas parlamentares via transferências especiais ('emendas PIX') insiram na plataforma Transferegov.br, PREVIAMENTE ao recebimento dos recursos, informações referentes às transferências, tais como: plano de trabalho, objeto a ser executado, sua finalidade, a estimativa de recursos para a execução e o prazo da execução, bem como a classificação orçamentária da despesa. Consequentemente, o Poder Executivo só poderá liberar os recursos oriundos das 'emendas PIX' APÓS o atendimento

da referida obrigação pelos futuros destinatários da transferência especial; 4) que, doravante, as transferências especiais ('emendas PIX') na área da SAÚDE somente sejam efetivamente executadas mediante prévio parecer das instâncias competentes de governança do SUS no sentido de que há estrito cumprimento das regras técnicas que o regem, nos termos da Lei nº 8.080/1990, especialmente de seus arts. 14-A, 35 e 36; 5) que, doravante, a destinação de transferências especiais ('emendas PIX') tenha absoluta vinculação federativa, isto é, Deputados e Senadores só poderão indicá-las para o Estado (ou para Município integrante do Estado) pelo qual foi eleito, em virtude do disposto nos arts. 45 e 46 da Constituição, salvo projeto de âmbito nacional cuja execução ultrapasse os limites territoriais do Estado do parlamentar; 6) que a CGU realize auditoria da aplicação, economicidade e efetividade sobre as transferências especiais ('emendas PIX'), em execução em 2024; 7) que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar desta data: a. a CGU realize auditoria de todos os repasses de 'emendas PIX' em benefício de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024, e b. as ONGs e demais entidades do terceiro setor informem na internet, com total transparência, os valores oriundos de 'emendas PIX' recebidos nos anos de 2020 a 2024, e em que foram aplicados e convertidos; 8) que seja aberta conta exclusiva para administração dos valores decorrentes de transferências especiais ('emendas PIX') em favor dos entes federados, como forma de assegurar a transparência e a rastreabilidade (art. 163-A da Constituição) e permitir a fiscalização orçamentária".

Em 03.12.2024, o Tribunal, por unanimidade, referendou decisão proferida pelo Ministro Flávio Dino (Relator), definindo, em síntese: "1. O monitoramento na ADPF 854 visando ao encerramento definitivo das práticas denominadas 'orçamento secreto' se estenderá ao exercício financeiro de 2025, com a realização periódica de Audiências de Contextualização e Conciliação, bem como novas auditorias, quando necessárias. Este monitoramento refere-se às emendas RP 8 e RP 9; 2. Quanto ao cumprimento do item D do Acórdão proferido na ADPF 854 (e-doc. 373 da ADPF 854), relativo aos anos de 2020, 2021 e 2022, a execução dos restos a pagar das 'emendas de relator' (RP 9) pode ser retomada, DESDE QUE o ordenador de despesas, em conjunto com o órgão de controle interno, verifique formalmente que o Portal da Transparência contém o nome do(s) parlamentar(es) autor(es) da indicação (ou 'solicitadores') – sendo vedado que figure como substituto

o Relator do Orçamento – bem como dos beneficiários finais. [...]; 3. Do mesmo modo, o ordenador de despesas deve verificar que a execução da emenda consta da plataforma Tranferegov.br. Demais requisitos técnicos devem ser examinados, nos termos da lei; 4. Sobre 'emendas de comissão' (RP 8) até o corrente exercício, valem todas as disposições dos itens anteriores (2 e 3), inclusive quanto aos restos a pagar; 5. Quanto às transferências especiais ('emendas PIX' – RP 6), reitero o quanto já decidido pelo Plenário do STF nas ADIs 7.688 (edoc. 49), 7.695 (e-doc. 32) e 7.697 (e-doc. 32) acerca da obrigatoriedade de apresentação e aprovação prévias do plano de trabalho, a ser inserido no Tranferegov.br, sob pena de caracterização de impedimento de ordem técnica à execução das emendas. Desse modo, esclareço que somente é possível liberar novas 'emendas PIX' (em exercícios vindouros) com a PRÉVIA aprovação do plano de trabalho pelo Poder Executivo Federal (Ministério setorial), pois sem isso é impossível cumprir o disposto no art. 165, § 11, II, da Constituição e art. 10, I, X, XIII e XXIII, da LC nº 210/2024. Tendo em vista a proximidade do final do exercício financeiro, fixo o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para que seja sanado o requisito quanto aos planos de trabalhos referentes às emendas previstas para o exercício financeiro de 2024 e anteriores, o que não será, neste momento, impeditivo para a sua execução. Não havendo, contudo, a providência determinada, proceder-se-á a nova suspensão e apuração de responsabilidade civil e criminal; 6. Também fica explicitado que o ciclo completo de fiscalização e da aprovação das contas derivadas de 'emendas PIX' – que deve ser prestada nos mesmos moldes aplicados às transferências com finalidade definida – é de responsabilidade do Tribunal de Contas da União, sem prejuízo de colaborações eventuais dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, assim como que a CGU e a Polícia Federal são competentes, respectivamente, para fiscalizar e investigar a execução das referidas emendas. [...]; 7. Sobre as demais 'emendas individuais' e 'emendas de bancada' (RP 7) de exercícios relativos a 2024 e anteriores, não remanescem obstáculos à retomada de sua execução, observadas as disposições legais e a ressalva constante do item seguinte; 8. No tocante às emendas (todas as modalidades) destinadas a ONGs e entidades do terceiro setor, a execução pode ter seguimento, mediante deliberação motivada do ordenador de despesas competente, observadas: a inexistência de irregularidade já detectada; as regras legais e o que segue nos itens seguintes; [...] 10. Para o exercício de 2025, quanto às 'emendas de bancada' (RP 7) e às 'emendas de comissão'

(RP 8), devem ser observadas as disposições da LC nº 210/2024, conforme delineado nesta decisão. [...]; 11. Quanto às 'emendas de comissão' (RP 8), as indicações para a deliberação das Comissões poderão ser feitas por qualquer parlamentar, inclusive pelos líderes partidários, os quais não detêm monopólio de sua autoria, uma vez que isso seria incompatível com o Estatuto Constitucional dos membros do Congresso Nacional e com o devido processo legislativo; 12. Em relação às emendas para a área da saúde (todas as modalidades), doravante a sua destinação está condicionada ao atendimento de orientações e critérios técnicos indicados pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS) e fixados pelas Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite (CITs), com base no art. 14-A da Lei nº 8.080/1990. [...]; 14. Em face da equivalência entre os Poderes, prevista na Constituição e adotada pela LC nº 210/2024, as despesas com emendas parlamentares não podem crescer, em 2025 e anos seguintes, mais do que as despesas discricionárias do Executivo, ou do que o limite de crescimento do teto da LC nº 200/2023 (novo arcabouço fiscal), ou do que a variação da Receita Corrente Líquida (RCL), o que for menor, até deliberação do STF quanto ao mérito da ADI 7.697".

36. Repasse de recursos orçamentários às universidades públicas no âmbito estadual

ADPF 474/RJ
Relatora: Min. Rosa Weber
Redator do acórdão: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 06.09.2024

Fica assegurada às universidades fluminenses a aplicação de regime financeiro-orçamentário compatível com a sua autonomia, conforme o modelo eleito na Constituição Estadual, determinando que as dotações orçamentárias destinadas a essas instituições sejam transferidas na forma de duodécimos mensais, com observância de todas as regras orçamentárias e de responsabilidade fiscal. É possível o contingenciamento dos recursos financeiros a serem repassados a título de duodécimos pelo Chefe de Poder Executivo, na hipótese do art. 9º da LC nº 101/2000, devendo tal limitação ser proporcional à redução na arrecadação esperada e ressalvar as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais. Foi fixada a seguinte tese de julgamento: "O

art. 207 da Constituição exige que o regime financeiro-orçamentário aplicável às universidades públicas lhes assegure um espaço mínimo de autogestão. Tal diretriz pode ser concretizada inclusive, mas não obrigatoriamente, pelo repasse orçamentário na forma de duodécimos".

37. Execução imediata da pena aplicada pelo Tribunal do Júri

RE 1.235.340/SC (Tema 1.068 RG)
Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 12.09.2024

Deve ser conferida interpretação conforme à Constituição, com redução de texto, ao art. 492 do CPP, com a redação da Lei nº 13.964/2019, excluindo do inciso I da alínea e do referido artigo o limite mínimo de 15 anos para a execução da condenação imposta pelo corpo de jurados, e por arrastamento, excluiu do § 4º e do § 5º, II, do mesmo art. 492 do CPP, a referência ao limite de 15 anos. Fica fixada a seguinte tese: "A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada".

38. Possibilidade de aplicação do acordo de não persecução penal a processos iniciados antes de sua criação pelo "Pacote Anticrime"

HC 185.913/DF
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 18.09.2024

"1. Compete ao membro do Ministério Público oficiante, motivadamente e no exercício do seu poder-dever, avaliar o preenchimento dos requisitos para negociação e celebração do ANPP, sem prejuízo do regular exercício dos controles jurisdicional e interno; 2. É cabível a celebração de Acordo de Não Persecução Penal em casos de processos em andamento quando da entrada

em vigência da Lei nº 13.964, de 2019, mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento, desde que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado; 3. Nos processos penais em andamento na data da proclamação do resultado deste julgamento, nos quais, em tese, seja cabível a negociação de ANPP, se este ainda não foi oferecido ou não houve motivação para o seu não oferecimento, o Ministério Público, agindo de ofício, a pedido da defesa ou mediante provocação do magistrado da causa, deverá, na primeira oportunidade em que falar nos autos, após a publicação da ata deste julgamento, manifestar-se motivadamente acerca do cabimento ou não do acordo; 4. Nas investigações ou ações penais iniciadas a partir da proclamação do resultado deste julgamento, a proposição de ANPP pelo Ministério Público, ou a motivação para o seu não oferecimento, devem ser apresentadas antes do recebimento da denúncia, ressalvada a possibilidade de propositura, pelo órgão ministerial, no curso da ação penal, se for o caso".

39. Critérios para o fornecimento, por decisão judicial, de medicamentos não incorporados na política pública do SUS

RE 1.366.243/SC (Tema 1.234 RG)
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 13.09.2024, com os esclarecimentos dos EDs com julgamento virtual finalizado em 16.12.2024

RE 566.471/RN (Tema 6 RG)
Relator: Min. Marco Aurélio
Redator do acórdão: Min. Luís Roberto Barroso
Julgamento virtual finalizado em 20.09.2024

Devem ser homologados, em parte, os termos dos 3 (três) acordos, com as condicionantes e adaptações, sintetizados com a fixação da seguinte tese de julgamento: "I – Competência. 1) Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS e medicamentos oncológicos, ambos com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, quando o valor do

tratamento anual específico do fármaco ou do princípio ativo, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG situado na alíquota zero), divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED – Lei nº 10.742/2003), for igual ou superior ao valor de 210 salários mínimos, na forma do art. 292 do CPC. 1.1) Existindo mais de um medicamento do mesmo princípio ativo e não sendo solicitado um fármaco específico, considera-se, para efeito de competência, aquele listado no menor valor na lista CMED (PMVG, situado na alíquota zero). 1.2) No caso de inexistir valor fixado na lista CMED, considera-se o valor do tratamento anual do medicamento solicitado na demanda, podendo o magistrado, em caso de impugnação pela parte requerida, solicitar auxílio à CMED, na forma do art. 7º da Lei nº10.742/2003. 1.3) Caso inexista resposta em tempo hábil da CMED, o juiz analisará de acordo com o orçamento trazido pela parte autora. 1.4) No caso de cumulação de pedidos, para fins de competência, será considerado apenas o valor do(s) medicamento(s) não incorporado(s) que deverá(ão) ser somado(s), independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa. II – Definição de Medicamentos Não Incorporados. 2.1) Consideram-se medicamentos não incorporados aqueles que não constam na política pública do SUS; medicamentos previstos nos PCDTs para outras finalidades; medicamentos sem registro na ANVISA; e medicamentos off label sem PCDT ou que não integrem listas do componente básico. 2.1.1) Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal na tese fixada no Tema 500 da sistemática da repercussão geral, é mantida a competência da Justiça Federal em relação às ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa, as quais deverão necessariamente ser propostas em face da União, observadas as especificidades já definidas no aludido tema. III – Custeio. 3) As ações de fornecimento de medicamentos incorporados ou não incorporados, que se inserirem na competência da Justiça Federal, serão custeadas integralmente pela União, cabendo, em caso de haver condenação supletiva dos Estados e do Distrito Federal, o ressarcimento integral pela União, via repasses Fundo a Fundo (FNS ao FES), na situação de ocorrer redirecionamento pela impossibilidade de cumprimento por aquela, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. 3.1) Figurando somente a União no polo passivo, cabe ao magistrado, se necessário,

promover a inclusão do Estado ou Município para possibilitar o cumprimento efetivo da decisão, o que não importará em responsabilidade financeira nem em ônus de sucumbência, devendo ser realizado o ressarcimento pela via acima indicada em caso de eventual custo financeiro ser arcado pelos referidos entes. 3.2) Na determinação judicial de fornecimento do medicamento, o magistrado deverá estabelecer que o valor de venda do medicamento seja limitado ao preço com desconto, proposto no processo de incorporação na Conitec (se for o caso, considerando o *venire contra factum proprium/tu quoque* e observado o índice de reajuste anual de preço de medicamentos definido pela CMED), ou valor já praticado pelo ente em compra pública, aquele que seja identificado como menor valor, tal como previsto na parte final do art. 9º na Recomendação 146, de 28.11.2023, do CNJ. Sob nenhuma hipótese, poderá haver pagamento judicial às pessoas físicas/jurídicas acima descritas em valor superior ao teto do PMVG, devendo ser operacionalizado pela serventia judicial junto ao fabricante ou distribuidor. 3.3) As ações que permanecerem na Justiça Estadual e cuidarem de medicamentos não incorporados, as quais impuserem condenações aos Estados e Municípios, serão ressarcidas pela União, via repasses Fundo a Fundo (FNS ao FES ou ao FMS). Figurando somente um dos entes no polo passivo, cabe ao magistrado, se necessário, promover a inclusão do outro para possibilitar o cumprimento efetivo da decisão. 3.3.1) O ressarcimento descrito no item 3.3 ocorrerá no percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) dos desembolsos decorrentes de condenações oriundas de ações cujo valor da causa seja superior a 7 (sete) e inferior a 210 (duzentos e dez) salários mínimos, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. 3.4) Para fins de ressarcimento interfederativo, quanto aos medicamentos para tratamento oncológico, as ações ajuizadas previamente a 10 de junho de 2024 serão ressarcidas pela União na proporção de 80% (oitenta por cento) do valor total pago por Estados e por Municípios, independentemente do trânsito em julgado da decisão, a ser implementado mediante ato do Ministério da Saúde, previamente pactuado em instância tripartite, no prazo de até 90 dias. O ressarcimento para os casos posteriores a 10 de junho de 2024 deverá ser pactuado na CIT, no mesmo prazo. IV – Análise judicial do ato administrativo de indeferimento de medicamento pelo SUS. 4) Sob pena de nulidade do ato jurisdicional (art. 489, § 1º, V e VI, c/c

art. 927, III, § 1º, ambos do CPC), o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de concessão de medicamentos não incorporados, deverá obrigatoriamente analisar o ato administrativo comissivo ou omissivo da não incorporação pela Conitec e da negativa de fornecimento na via administrativa, tal como acordado entre os Entes Federativos em autocomposição no Supremo Tribunal Federal. 4.1) No exercício do controle de legalidade, o Poder Judiciário não pode substituir a vontade do administrador, mas tão somente verificar se o ato administrativo específico daquele caso concreto está em conformidade com as balizas presentes na Constituição Federal, na legislação de regência e na política pública no SUS. 4.2) A análise jurisdicional do ato administrativo que indefere o fornecimento de medicamento não incorporado restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato de não incorporação e do ato administrativo questionado, à luz do controle de legalidade e da teoria dos motivos determinantes, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvada a cognição do ato administrativo discricionário, o qual se vincula à existência, à veracidade e à legitimidade dos motivos apontados como fundamentos para a sua adoção, a sujeitar o ente público aos seus termos. 4.3) Tratando-se de medicamento não incorporado, é do autor da ação o ônus de demonstrar, com fundamento na Medicina Baseada em Evidências, a segurança e a eficácia do fármaco, bem como a inexistência de substituto terapêutico incorporado pelo SUS. 4.4) Conforme decisão da STA 175-AgR, não basta a simples alegação de necessidade do medicamento, mesmo que acompanhada de relatório médico, sendo necessária a demonstração de que a opinião do profissional encontra respaldo em evidências científicas de alto nível, ou seja, unicamente ensaios clínicos randomizados, revisão sistemática ou meta-análise. V – Plataforma Nacional. 5) Os Entes Federativos, em governança colaborativa com o Poder Judiciário, implementarão uma plataforma nacional que centralize todas as informações relativas às demandas administrativas e judiciais de acesso a fármaco, de fácil consulta e informação ao cidadão, na qual constarão dados básicos para possibilitar a análise e eventual resolução administrativa, além de posterior controle judicial. 5.1) A porta de ingresso à plataforma será via prescrições eletrônicas, devidamente certificadas, possibilitando o controle ético da prescrição, a posteriori, mediante ofício do Ente Federativo ao respectivo conselho profissional. 5.2) A plataforma nacional visa a orientar todos os atores ligados ao sistema público

de saúde, possibilitando a eficiência da análise pelo Poder Público e compartilhamento de informações com o Poder Judiciário, mediante a criação de fluxos de atendimento diferenciado, a depender de a solicitação estar ou não incluída na política pública de assistência farmacêutica do SUS e de acordo com os fluxos administrativos aprovados pelos próprios Entes Federativos em autocomposição. 5.3) A plataforma, entre outras medidas, deverá identificar quem é o responsável pelo custeio e fornecimento administrativo entre os Entes Federativos, com base nas responsabilidades e fluxos definidos em autocomposição entre todos os Entes Federativos, além de possibilitar o monitoramento dos pacientes beneficiários de decisões judiciais, com permissão de consulta virtual dos dados centralizados nacionalmente, pela simples consulta pelo CPF, nome de medicamento, CID, entre outros, com a observância da Lei Geral de Proteção da Dados e demais legislações quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis. 5.4) O serviço de saúde cujo profissional prescrever medicamento não incorporado ao SUS deverá assumir a responsabilidade contínua pelo acompanhamento clínico do paciente, apresentando, periodicamente, relatório atualizado do estado clínico do paciente, com informações detalhadas sobre o progresso do tratamento, incluindo melhorias, estabilizações ou deteriorações no estado de saúde do paciente, assim como qualquer mudança relevante no plano terapêutico. VI – Medicamentos incorporados. 6) Em relação aos medicamentos incorporados, conforme conceituação estabelecida no âmbito da Comissão Especial e constante do Anexo I, os Entes concordam em seguir o fluxo administrativo e judicial detalhado no Anexo I, inclusive em relação à competência judicial para apreciação das demandas e forma de ressarcimento entre os Entes, quando devido. 6.1) A(o) magistrada(o) deverá determinar o fornecimento em face de qual ente público deve prestá-lo (União, estado, Distrito Federal ou Município), nas hipóteses previstas no próprio fluxo acordado pelos Entes Federativos, anexados ao presente acórdão".

O Tribunal, por maioria, apreciando o Tema 6 da repercussão geral, fixou as seguintes teses de julgamento: "1. A ausência de inclusão de medicamento nas listas de dispensação do Sistema Único de Saúde – SUS (RENAME, RESME, REMUME, entre outras) impede, como regra geral, o fornecimento do fármaco por decisão judicial, independentemente do custo. 2. É possível, excep-

cionalmente, a concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, cujo ônus probatório incumbe ao autor da ação: (a) negativa de fornecimento do medicamento na via administrativa, nos termos do item '4' do Tema 1.234 da repercussão geral; (b) ilegalidade do ato de não incorporação do medicamento pela Conitec, ausência de pedido de incorporação ou da mora na sua apreciação, tendo em vista os prazos e critérios previstos nos artigos 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080/1990 e no Decreto nº 7.646/2011; (c) impossibilidade de substituição por outro medicamento constante das listas do SUS e dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; (d) comprovação, à luz da medicina baseada em evidências, da eficácia, acurácia, efetividade e segurança do fármaco, necessariamente respaldadas por evidências científicas de alto nível, ou seja, unicamente ensaios clínicos randomizados e revisão sistemática ou meta-análise; (e) imprescindibilidade clínica do tratamento, comprovada mediante laudo médico fundamentado, descrevendo inclusive qual o tratamento já realizado; e (f) incapacidade financeira de arcar com o custeio do medicamento. 3. Sob pena de nulidade da decisão judicial, nos termos do artigo 489, § 1º, incisos V e VI, e artigo 927, inciso III, § 1º, ambos do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, ao apreciar pedido de concessão de medicamentos não incorporados, deverá obrigatoriamente: (a) analisar o ato administrativo comissivo ou omissivo de não incorporação pela Conitec ou da negativa de fornecimento da via administrativa, à luz das circunstâncias do caso concreto e da legislação de regência, especialmente a política pública do SUS, não sendo possível a incursão no mérito do ato administrativo; (b) aferir a presença dos requisitos de dispensação do medicamento, previstos no item 2, a partir da prévia consulta ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NATJUS), sempre que disponível na respectiva jurisdição, ou a entes ou pessoas com expertise técnica na área, não podendo fundamentar a sua decisão unicamente em prescrição, relatório ou laudo médico juntado aos autos pelo autor da ação; e (c) no caso de deferimento judicial do fármaco, oficiar aos órgãos competentes para avaliarem a possibilidade de sua incorporação no âmbito do SUS".

40. Possibilidade de recusa a tratamento médico por motivo de crença religiosa e custeio de tratamento alternativo

RE 979.742/AM (Tema 952 RG) e RE 1.212.272/AL (Tema 1.069 RG)
Relatores: Min. Luís Roberto Barroso (RE 979.742/AM) e Min. Gilmar Mendes (RE 1.212.272/AL)
Órgão julgador: Plenário
Julgamento conjunto em 25.09.2024

O Tribunal, por unanimidade, apreciando o Tema 952 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário e fixou a seguinte tese: "1. Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa. 2. Como consequência, em respeito ao direito à vida e à saúde, fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde – SUS, podendo, se necessário, recorrer a tratamento fora de seu domicílio".

O Tribunal, por unanimidade, apreciando o Tema 1.069 da repercussão geral, julgou prejudicado o recurso extraordinário e fixou as seguintes teses de julgamento: "1. É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos. A recusa a tratamento de saúde, por razões religiosas, é condicionada à decisão inequívoca, livre, informada e esclarecida do paciente, inclusive, quando veiculada por meio de diretivas antecipadas de vontade. 2. É possível a realização de procedimento médico, disponibilizado a todos pelo sistema público de saúde, com a interdição da realização de transfusão sanguínea ou outra medida excepcional, caso haja viabilidade técnico-científica de sucesso, anuência da equipe médica com a sua realização e decisão inequívoca, livre, informada e esclarecida do paciente".

41. Absolvição amparada no quesito genérico e cabimento de recurso de apelação no Tribunal do Júri

ARE 1.225.185/MG (Tema 1.087 RG)
Relator: Min. Gilmar Mendes
Redator do acórdão: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 03.10.2024

É cabível recurso de apelação com base no artigo 593, III, "d", do Código de Processo Penal, nas hipóteses em que a decisão do Tribunal do Júri, amparada em quesito genérico, for considerada pela acusação como manifestamente contrária à prova dos autos. O Tribunal de Apelação não determinará novo Júri quando tiver ocorrido a apresentação, constante em ata, de tese conducente à clemência ao acusado, e esta for acolhida pelos jurados, desde que seja compatível com a Constituição, os precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal e com as circunstâncias fáticas apresentadas nos autos.

42. Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio e vedação ao efeito confiscatório

RE 736.090/SC (Tema 863 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 03.10.2024

Até que seja editada lei complementar federal sobre a matéria, a multa tributária qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio limita-se a 100% (cem por cento) do débito tributário, podendo ser de até 150% (cento e cinquenta por cento) do débito tributário caso se verifique a reincidência definida no art. 44, § 1º-A, da Lei nº 9.430/1996, incluído pela Lei nº 14.689/2023, observando-se, ainda, o disposto no § 1º-C do citado artigo.

43. Tipicidade do porte de arma branca, considerada a ausência da regulamentação exigida no tipo penal

ARE 901.623/SP (Tema 857 RG)
Relator: Min. Edson Fachin
Redator do acórdão: Min. Alexandre de Moraes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 04.10.2024

O art. 19 da Lei de Contravenções penais permanece válido e é aplicável ao porte de arma branca, cuja potencialidade lesiva deve ser aferida com base nas circunstâncias do caso concreto, tendo em conta, inclusive, o elemento subjetivo do agente.

44. Acesso de pessoas transexuais e travestis às políticas públicas de saúde

ADPF 787/DF
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 17.10.2024

O Ministério da Saúde deve adotar todas as providências necessárias para garantir o acesso das pessoas transexuais e travestis às políticas públicas de saúde, especialmente para: i. determinar que o Ministério da Saúde proceda a todas as alterações necessárias nos sistemas de informação do SUS, em especial para que marcações de consultas e de exames de todas as especialidades médicas sejam realizadas independentemente do registro do sexo biológico, evitando procedimentos burocráticos que possam causar constrangimento ou dificuldade de acesso às pessoas transexuais; ii. esclarecer que as alterações mencionadas no item anterior se referem a todos os sistemas informacionais do SUS, não se restringindo ao agendamento de consultas e exames, de modo a propiciar à população trans o acesso pleno, em condições de igualdade, às ações e serviços de saúde do SUS; iii. determinar que o Ministério da Saúde proceda à atualização do *layout* da Declaração de Nascido Vivo – DNV, para que dela faça constar a categoria "parturiente/

mãe" de preenchimento obrigatório e no lugar do campo "responsável legal" passe a constar o campo "responsável legal/pai" de preenchimento facultativo, nos termos da Lei nº 12.662/2012; iv. ordenar ao Ministério da Saúde que informe às secretarias estaduais e municipais de saúde, bem como a todos os demais órgãos ou instituições que integram o Sistema Único de Saúde, os ajustes operados nos sistemas informacionais do SUS, bem como preste o suporte que se fizer necessário para a migração ou adaptação dos sistemas locais, tendo em vista a estrutura hierarquizada e unificada do SUS nos planos nacional (União), regional (Estados) e local (Municípios).

45. Sujeição dos rendimentos de aposentadoria e de pensão recebidos por pessoa física residente no exterior à alíquota de 25% do imposto de renda

ARE 1.327.491/SC (Tema 1.174 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 18.10.2024

É inconstitucional a sujeição, na forma do art. 7º da Lei nº 9.779/99, com a redação conferida pela Lei nº 13.315/16, dos rendimentos de aposentadoria e de pensão pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

46. Contratação direta de advogados pela Administração Pública e necessidade de dolo para configuração de ato de improbidade administrativa

RE 656.558/SP (Tema 309 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 25.10.2024

O dolo é necessário para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, da Constituição Federal), de modo que é inconstitucional a modalidade culposa de ato de improbidade administrativa prevista nos arts. 5º e 10 da Lei nº 8.429/1992, em sua redação ori-

ginária. São constitucionais os arts. 13, V, e 25, II, da Lei nº 8.666/1993, desde que interpretados no sentido de que a contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, além dos critérios já previstos expressamente (necessidade de procedimento administrativo formal; notória especialização profissional; natureza singular do serviço), deve observar: (i) inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e (ii) cobrança de preço compatível com a responsabilidade profissional exigida pelo caso, observado, também, o valor médio cobrado pelo escritório de advocacia contratado em situações similares anteriores.

47. Homologação de acordo para reparação dos danos causados pelo rompimento de barragem em Mariana/MG

Pet 13.157/DF
Relator: Min. Presidente
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 06.11.2024

Foi referendada a decisão que homologou o "Acordo judicial para reparação relativa ao rompimento da barragem de Fundão", em Mariana/MG e delegou o monitoramento da execução do acordo à Coordenadoria Regional de Demandas Estruturais e Cooperação Judiciária, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

O acordo destina R$ 170 bilhões para ações de reparação e compensação. Desse total, R$ 100 bilhões serão repassados aos entes públicos para aplicação em projetos ambientais e socioeconômicos, incluindo programas de transferência de renda, e R$ 32 bilhões serão direcionados pela Samarco para a execução de obrigações de fazer, como a recuperação de áreas degradadas, a remoção de sedimentos, o reassentamento de comunidades e o pagamento de indenizações às pessoas atingidas. Incluem-se R$ 8 bilhões para povos indígenas, quilombolas e tradicionais, com um modelo autônomo de governança compartilhada, a ser implementado após consulta a essas comunidades.

48. Lei municipal e obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19

ADPF 946/MG

Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 06.11.2024

É inconstitucional – à luz do dever estatal de proteção à saúde populacional (CF/1988, art. 196) – lei municipal que proíbe, em seu território, a vacinação compulsória e a imposição de restrições e sanções a pessoas não vacinadas, uma vez que desestimula a adesão à imunização e gera risco à saúde da coletividade.

49. Constitucionalidade da reforma administrativa (EC nº 19/1998), na parte que extinguiu a obrigatoriedade de instituição de regime jurídico único para o funcionalismo público

ADI 2.135/DF

Relatora: Min. Cármen Lúcia
Redator do acórdão: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento em 06.11.2024

A Emenda Constitucional nº 19/1998, na parte em que alterou a redação original do art. 39 da Constituição Federal é constitucional, por ausência de violação ao devido processo legislativo. Com isso, fica extinta a obrigatoriedade, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de instituição de regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Tendo em vista o largo lapso temporal desde o deferimento da medida cautelar, atribuiu-se eficácia *ex nunc* à decisão, esclarecendo, ainda, ser vedada a transmudação de regime dos atuais servidores, como medida de evitar tumultos administrativos e previdenciários.

50. Presença de símbolos religiosos em prédios públicos da União

ARE 1.249.095/SP
Relator: Min. Cristiano Zanin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 26.11.20224

A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.

51. Vedação de publicidade de *bets* para crianças e adolescentes e adoção de medidas contra uso de recursos do Bolsa Família em apostas

ADIs 7.721/DF e 7.723/DF MC-Ref
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 18.11.2024

Foram referendadas as decisões liminares proferidas nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7.721 e 7.723, que deferiram parcialmente as medidas cautelares requeridas, (i) conferindo interpretação conforme à Constituição Federal ao artigo 9º da Lei nº 14.790/2023, para que a regulamentação elaborada pelo Poder Executivo Federal especificamente prevista na Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024, tenha aplicação imediata, no tocante às medidas supramencionadas referentes à publicidade quanto às crianças e adolescentes, bem como (ii) para que sejam implementadas medidas imediatas de proteção especial que impeçam a participação nas apostas de quota fixa com recursos provenientes de programas sociais e assistenciais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e congêneres, até a conclusão do julgamento de mérito das referidas ações diretas de inconstitucionalidade.

52. PROCESSO ESTRUTURAL Homologação do plano Pena Justa para melhoria das condições desumanas dos presídios

ADPF 347/DF Homolog-ProcEstrutural

Relator: Min. Luís Roberto Barroso

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 18.12.2024

Fica homologado o plano Pena Justa, que deve ter sua implementação iniciada. Em acréscimo, determina-se que: 1) os Estados e o Distrito Federal iniciem a elaboração de seus planos de ação, que devem ser apresentados ao STF no prazo de 6 (seis) meses, devendo os planos estaduais refletir os 4 (quatro) eixos do Pena Justa, sua estrutura e metodologia de elaboração, no que for pertinente aos Estados e ao Distrito Federal; 2) os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, juntamente com os Comitês de Políticas Penais, a União e o DMF/CNJ, deverão orientar o processo de construção dos planos, em diálogo cooperativo com as autoridades estaduais e distritais; e 3) o DMF/CNJ deverá enviar para o STF, semestralmente, informes de monitoramento sobre o grau de cumprimento do plano nacional e dos planos estaduais e distrital. Em relação às medidas específicas, o Tribunal, por maioria, deixou de homologar a medida referente à obrigação de instalação de câmeras corporais em policiais penais e as medidas relativas à "compensação penal" por condições degradantes e à "remição ficta" por ausência de oferta de trabalho e estudo.

53. Inconstitucionalidade de lei municipal que proíbe o uso de linguagem neutra em instituições municipais de ensino públicas e privadas

ADPF 1.165/MG

Relatora: Min. Cármen Lúcia

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 03.02.2025

É inconstitucional – por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (CF/1988, art. 22, XXIV) – lei municipal que proíbe o uso da denominada linguagem neutra na grade curricular e no material didático das suas instituições de ensino públicas ou privadas.

54. Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas de prestadora de serviços: ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações

RE 1.298.647/SP (Tema 1.118 RG)

Relator: Min. Nunes Marques

Órgão julgador: Plenário

Julgamento finalizado em 13.02.2025

Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público. Haverá comportamento negligente quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo. Constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas

dependências ou local previamente convencionado em contrato, nos termos do art. 5º-A, § 3º, da Lei nº 6.019/1974. Nos contratos de terceirização, a Administração Pública deverá: (i) exigir da contratada a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974; e (ii) adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, na forma do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tais como condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.

55. Regulamentação da participação dos trabalhadores na gestão da empresa

ADO 85/DF
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 14.02.2025

O Congresso Nacional está em mora na edição da lei regulamentadora referente à excepcional participação dos trabalhadores urbanos e rurais na gestão das empresas (CF/1988, art. 7º, XI). Fixou-se o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da publicação da ata deste julgamento, para a adoção das medidas legislativas constitucionalmente exigíveis para suplantar a omissão.

56. Guardas municipais: competência legislativa e exercício de policiamento ostensivo e comunitário

RE 608.588/SP (Tema 656 RG)
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 20.02.2025

É constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal e excluída qualquer atividade de polícia judiciária, sendo submetidas ao controle externo da atividade

policial pelo Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso VII, da CF. Conforme o art. 144, § 8º, da Constituição Federal, as leis municipais devem observar as normas gerais fixadas pelo Congresso Nacional.

57. Competência do Tribunal de Contas local para julgar as contas de prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas

ADPF 982/PR

Relator: Min. Flávio Dino

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 21.02.2025

Prefeitos que ordenam despesas têm o dever de prestar contas, seja por atuarem como responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração, seja na eventualidade de darem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao erário. Compete aos Tribunais de Contas, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal de 1988, o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas. A competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais, preservada a competência exclusiva destas para os fins do art. 1º, inciso I, alínea *g*, da Lei Complementar nº 64/1990.

58. Aplicabilidade da Lei Maria da Penha às relações afetivo-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino, travestis e transexuais

MI 7.452/DF

Relator: Min. Alexandre de Moraes

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 21.02.2025

Uma vez presente o estado de mora inconstitucional – devido à inércia do Poder Legislativo em regulamentar o art. 226, § 8º da Constituição Federal de 1988, no tocante ao combate à violência

doméstica ou intrafamiliar contra homens GBTI+ em relacionamentos homoafetivos ou que envolvam travestis e mulheres transexuais –, deve ser reconhecida a aplicação analógica dos dispositivos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para abarcar a população LGBTQIA+.

59. ISS: operações de industrialização por encomenda e limite para a fixação da multa fiscal moratória

RE 882.461/MG (Tema 816 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 26.02.2025

1. É inconstitucional a incidência do ISS a que se refere o subitem 14.05 da Lista anexa à LC nº 116/03 se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização; 2. As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e municípios devem observar o teto de 20% do débito tributário. Com relação ao item 1, atribuiu-se eficácia *ex nunc* à decisão, a fim de que se produza efeitos a partir da publicação da ata deste julgamento, nos exatos termos nela dispostos e nas respectivas ressalvas.

60. Foro por prerrogativa de função: competência para julgamento de crimes funcionais após a cessação do cargo

HC 232.627/DF
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 11.03.2025

A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício. Essa nova linha interpretativa se aplica imediatamente aos processos em curso, ressalvados todos os atos praticados e decisões proferidas pelo STF

e pelos demais Juízos com base na jurisprudência anterior, conforme precedentes firmados no QO no INQ 687 e na QO na AP 937. Sobras eleitorais: exigência do quórum qualificado de dois terços para modulação dos efeitos da decisão em controle concentrado de constitucionalidade.

61. Aplicação no tempo da decisão sobre distribuição das "sobras eleitorais" no sistema eleitoral proporcional

ADI 7.228 ED/DF e ADI 7.263 ED/DF
Relator: Min. Ricardo Lewandowski
Redator do acórdão: Min. Flávio Dino
Órgão julgador: Plenário
Julgamento conjunto finalizado em 13.03.2025

Vale, a partir das eleições de 2022, o entendimento firmado pelo STF no sentido de que todos os partidos políticos, e não só os que atingiram a cláusula de desempenho eleitoral, participam da divisão das sobras eleitorais. Nesse contexto, o Tribunal atribuiu efeitos modificativos aos aclaratórios, a fim de declarar que o entendimento fixado no julgamento conjunto das ADIs 7.228/DF, 7.263/DF e 7.325/DF deve ser aplicado às eleições de 2022.

62. Prática da vaquejada: hipótese de manifestação cultural

ADI 5.728/DF
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 14.03.2025

É constitucional – por não configurar violação às cláusulas pétreas e por respeitar os limites formais e materiais da Constituição Federal de 1988 – a Emenda Constitucional nº 96/2017 (CF/1988, art. 225, § 7º), que estabelece que práticas desportivas com animais, como a vaquejada, não são consideradas cruéis, desde que sejam manifestações culturais registradas como patrimônio cultural imaterial e regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

63. Responsabilidade civil da imprensa na hipótese em que o entrevistado imputa falsamente a prática de crime a terceiro

RE 1.075.412 ED/PE (Tema 995 RG)
Relator: Min. Marco Aurélio
Redator do acórdão: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 20.03.2025

Em embargos de declaração, a redação do enunciado do Tema 995 da repercussão geral foi aperfeiçoada, nos seguintes termos: "1. Na hipótese de publicação de entrevista, por quaisquer meios, em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se comprovada sua má-fé caracterizada: (i) pelo dolo demonstrado em razão do conhecimento prévio da falsidade da declaração, ou (ii) pela culpa grave decorrente da evidente negligência na apuração da veracidade do fato e na sua divulgação ao público sem resposta do terceiro ofendido ou, ao menos, de busca do contraditório pelo veículo; 2. Na hipótese de entrevistas realizadas e transmitidas ao vivo, fica excluída a responsabilidade do veículo por ato exclusivamente de terceiro quando este falsamente imputa a outrem a prática de um crime, devendo ser assegurado pelo veículo o exercício do direito de resposta em iguais condições, espaço e destaque, sob pena de responsabilidade nos termos dos incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal; 3. Constatada a falsidade referida nos itens acima, deve haver remoção, de ofício ou por notificação da vítima, quando a imputação permanecer disponível em plataformas digitais, sob pena de responsabilidade".

64. Constitucionalidade das taxas estaduais de prevenção e combate a incêndios

RE 1.417.155/RN (Tema 1.282 RG)
Relatores: Min. Dias Toffoli (RE 1.417.155) e Min. Edson Fachin (ADPFs 1.028 e 1.029)
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 26.03.2025

São constitucionais as taxas estaduais pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelos corpos de bombeiros militares.

65. Execução de título executivo judicial: imprescritibilidade da execução de sentença no caso de condenação criminal por dano ambiental, quando convertida em prestação pecuniária

ARE 1.352.872/SC (Tema 1.194 RG)
Relator: Min. Cristiano Zanin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 28.03.2025

É imprescritível a pretensão executória e inaplicável a prescrição intercorrente na execução de reparação de dano ambiental, ainda que posteriormente convertida em indenização por perdas e danos.

66. Preferência de honorários advocatícios em relação ao crédito tributário

RE 1.326.559/SC (Tema 1.220 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 31.03.2025

É formalmente constitucional o § 14 do art. 85 do Código de Processo Civil no que diz respeito à preferência dos honorários advocatícios, inclusive contratuais, em relação ao crédito tributário, considerando-se o teor do art. 186 do CTN.

67. Revista íntima de visitante para ingresso em estabelecimento prisional

ARE 959.620/RS (Tema 998 RG)
Relator: Min. Edson Fachin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 02.04.2025

1. Em visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de segregação, é inadmissível a revista íntima vexatória com o desnudamento de visitantes ou exames invasivos com finalidade de causar humilhação. A prova obtida por esse tipo de revista é ilícita, salvo decisões judiciais em cada caso concreto. A presente decisão tem efeitos prospectivos a partir da publicação da ata do julgamento. 2. A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita diante da presença de indício robusto de ser a pessoa visitante portadora de qualquer item corporal oculto ou sonegado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos. São considerados robustos indícios embasados em elementos tangíveis e verificáveis, como informações prévias de inteligência, denúncias e comportamentos suspeitos. 3. Confere-se o prazo de 24 meses, a contar da data deste julgamento, para aquisição e instalação de equipamentos como scanners corporais, esteiras de raio X e portais detectores de metais em todos os estabelecimentos penais. 4. Fica determinado ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública e aos Estados que, por meio dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública, promovam a aquisição, ou locação, e distribuição de *scanners* corporais para as unidades prisionais, em conformidade com sua atribuição de coordenação nacional da política penitenciária, assegurando a proteção dos servidores, a integridade dos detentos e a dignidade dos visitantes, prevenindo práticas abusivas e ilícitas, sem interferir na autonomia dos entes federativos, e garantindo a aplicação uniforme das diretrizes de segurança penitenciária no país. 5. Devem os entes federados, no âmbito de suas atribuições, garantir que a aquisição ou locação de scanners corporais para as unidades prisionais esteja contemplada no respectivo planejamento administrativo e orçamento, com total prioridade na aplicação dos recursos. 6. Excepcionalmente, na impossibilidade ou inefetividade de utilização de *scanner* corporal, esteira de raio-x ou portais detectores de metais, a revista

íntima para ingresso em estabelecimentos prisionais, diante de indícios robustos de suspeitas, tangíveis e verificáveis, deverá ser motivada para cada caso específico e dependerá da plena concordância do visitante, vedada, em qualquer circunstância, a execução da revista como forma de humilhação e de exposição vexatória; deve ser realizada em local adequado, exclusivo para tal verificação, e apenas em pessoas maiores e que possam emitir consentimento válido por si ou por meio de seu representante legal, de acordo com protocolos gerais e nacionais preestabelecidos e por pessoas do mesmo gênero do visitante, preferencialmente por profissionais de saúde, nas hipóteses de desnudamento e exames invasivos. (i) O excesso ou o abuso da realização da revista íntima acarretará responsabilidade do agente público ou do profissional de saúde habilitado e ilicitude de eventual prova obtida. (ii) Caso não haja concordância do visitante, a autoridade administrativa poderá, de forma fundamentada e por escrito, impedir a realização da visita. (iii) O procedimento de revista em criança, adolescente ou pessoa com deficiência intelectual que não possa emitir consentimento válido será substituído pela revista invertida, direcionada à pessoa a ser visitada.

68. Plano de redução da letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro

ADPF 635/RJ

Relator: Min. Edson Fachin

Órgão julgador: Plenário

Julgamento finalizado em 03.04.2025

A situação de violação generalizada de direitos humanos, causada pela falha na política de segurança pública nas favelas do Estado do Rio de Janeiro, bem como a omissão estrutural do cumprimento de deveres constitucionais pelo poder público demandam uma solução complexa, com a participação de todos os Poderes, na adoção de medidas para a redução da letalidade policial naquela unidade federativa. Nesse contexto, o Tribunal homologou parcialmente o plano de redução da letalidade policial apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro e determinou a adoção de diversas medidas para a sua complementação.

69. Constitucionalidade de lei paulista que pune empresas por uso de produto oriundo de trabalho escravo

ADI 5.465/SP

Relator: Min. Nunes Marques

Órgão julgador: Plenário

Julgamento finalizado em 09.04.2025

É constitucional lei do Estado de São Paulo que prevê o cancelamento do cadastro de ICMS e a proibição de atuação, por até dez anos, de empresas e seus sócios que comercializem produtos oriundos de trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão. As sanções foram consideradas de natureza administrativa, não criminal, e, portanto, compatíveis com a Constituição. Ficou definido que a aplicação das penalidades depende de comprovação, em processo administrativo com contraditório e ampla defesa, de que a empresa tinha conhecimento ou indícios suficientes para suspeitar da irregularidade na cadeia produtiva. A norma não viola a separação dos Poderes, pois a apuração e o reconhecimento do trabalho escravo permanecem de competência dos órgãos federais.

70. Teto de gastos: imposição de limite de gastos aos Poderes e órgãos autônomos

ADI 7.641/DF

Relator: Min. Alexandre de Moraes

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 11.04.2025

As receitas próprias do Poder Judiciário da União que tenham como destinação o custeio de serviços afetos às suas atividades específicas não se submetem ao limite de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal (LC nº 200/2023).

71. Prazo para ajuizamento de ação rescisória nos casos de decisão superveniente do STF declarando a inconstitucionalidade de norma

AR 2.876 QO/DF

Relator: Min. Gilmar Mendes

Órgão julgador: Plenário

Julgamento finalizado em 23.04.2025

O § 15 do art. 525 e o § 8º do art. 535 do Código de Processo Civil devem ser interpretados conforme à Constituição, com efeitos *ex nunc*, no seguinte sentido, com a declaração incidental de inconstitucionalidade do § 14 do art. 525 e do § 7º do art. 535: 1. Em cada caso, o Supremo Tribunal Federal poderá definir os efeitos temporais de seus precedentes vinculantes e sua repercussão sobre a coisa julgada, estabelecendo inclusive a extensão da retroação para fins da ação rescisória ou mesmo o seu não cabimento diante do grave risco de lesão à segurança jurídica ou ao interesse social. 2. Na ausência de manifestação expressa, os efeitos retroativos de eventual rescisão não excederão cinco anos da data do ajuizamento da ação rescisória, a qual deverá ser proposta no prazo decadencial de dois anos contados do trânsito em julgado da decisão do STF. 3. O interessado poderá apresentar a arguição de inexigibilidade do título executivo judicial amparado em norma jurídica ou interpretação jurisdicional considerada inconstitucional pelo STF, seja a decisão do STF anterior ou posterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda, salvo preclusão (Código de Processo Civil, arts. 525, *caput*, e 535, *caput*).

72. Decreto estadual e proibição do uso de linguagem neutra em escolas e órgãos públicos

ADI 6.925/SC

Relator: Min. Nunes Marques

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 06.05.2025

É inconstitucional – por usurpar a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (CF/1988, art. 22, XXIV) – decreto estadual que proíbe o uso da linguagem neutra de gênero nas instituições de ensino e nos órgãos públicos.

73. Proteção salarial e mora do Congresso Nacional em elaborar a norma penal exigida pela Constituição Federal (art. 7º, X)

ADO 82/DF

Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 23.05.2025

O Congresso Nacional está em mora na edição da lei regulamentadora referente à tipificação penal da retenção dolosa do salário dos trabalhadores urbanos e rurais (CF/1988, art. 7º, X). Fixou-se o prazo de 180 dias para a adoção das medidas legislativas constitucionalmente exigíveis para resolver a omissão.

74. Constitucionalidade dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II

ADPF 165/DF

Relator: Min. Cristiano Zanin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 23.05.2025

Foi declarada a constitucionalidade dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, acolhendo o pedido no item 219 da petição inicial, reafirmando a homologação do acordo coletivo e seus aditamentos, em todas as suas disposições, determinando sua aplicação a todos os processos que discutem os chamados expurgos inflacionários de poupança e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo outrora homologado. Fixou-se o prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação da ata de julgamento para novas adesões de poupadores, determinando aos signatários do acordo coletivo que envidem todos os esforços para que os poupadores que ainda não aderiram ao acordo o façam dentro do prazo ora estabelecido.

75. Aplicação da anterioridade tributária à redução de alíquota do REINTEGRA

ARE 1.285.177/ES (Tema 1.108 RG)
Relator: Min. Cristiano Zanin
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 26.05.2025

As reduções do percentual de crédito a ser apurado no REINTEGRA, assim como a revogação do benefício, ensejam a majoração indireta das contribuições para o PIS e COFINS e devem observar, quanto à sua vigência, o princípio da anterioridade nonagesimal, previsto no art. 195, § 6º, da Constituição Federal, não se lhes aplicando o princípio da anterioridade geral ou de exercício, previsto no art. 150, III, *b*.

76. Partidos políticos: autonomia organizacional e prazo de duração de seus órgãos provisórios

ADI 5.875/DF
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 28.05.2025

É constitucional norma da EC nº 97/2017 que assegura aos partidos políticos autonomia para definir a duração de seus órgãos provisórios, desde que respeitado o prazo máximo de 4 (quatro) anos e garantida a realização de eleições periódicas para sua substituição por órgãos permanentes, sob pena de suspensão do repasse de recursos dos fundos partidário e eleitoral até a devida regularização. Essa decisão produzirá efeitos a partir da data da publicação da ata da sessão de julgamento.

77. Tráfico privilegiado e concessão de indulto

RE 1.542.482/SP (Tema 1.400 RG)
Relator: Ministro Presidente
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 30.05.2025

É constitucional a concessão de indulto a condenado por tráfico privilegiado, uma vez que o crime não tem natureza hedionda.

78. Código Tributário estadual: matérias disciplinadas por decreto autônomo do chefe do Poder Executivo

ADI 5.699/AP
Relator: Min. Nunes Marques
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 30.05.2025

É inconstitucional – por violar os princípios da reserva legal e da exclusividade das leis tributárias (CF/1988, art. 150, I e § 6º) – norma estadual que permite ao governador autorizar, mediante decreto, a realização de compensação ou transação, conceder anistia, remissão, parcelamento de débitos fiscais, moratória e ampliação de prazo de recolhimento de tributos. O Tribunal ainda modulou os efeitos da decisão para preservar compensações, transações, anistias, remissões, parcelamentos, moratórias e ampliações de prazos de recolhimento de tributos concedidos até a publicação da ata de julgamento, desde que não existam outras causas de nulidade ainda não convalidadas pelo transcurso do prazo prescricional.

79. Inclusão do PIS e da COFINS na base de cálculo da CPRB

RE 1.341.464/CE **(Tema 1.186 RG)**
Relator: Min. André Mendonça
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 02.06.2025

É constitucional a inclusão da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

80. Obrigatoriedade de adaptação de carrinhos de compras para transporte de crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito estadual

RE 1.198.269/SP (Tema 1.286 RG)
Relator: Min. Gilmar mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 06.06.2025

É constitucional – especialmente por não afrontar os princípios da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade e da livre-iniciativa – lei estadual que determina aos hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres locais o dever de disponibilizar 5% dos carrinhos de compras adaptados com assentos para receber crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

81. Inclusão do MEI transportador autônomo de cargas no Simples Nacional

ADI 7.096/DF
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 09.06.2025

É constitucional o dispositivo da Lei Complementar nº 188/2021 que estendeu o regime do Simples Nacional ao transportador autônomo de cargas inscrito como Microempreendedor Individual (MEI). Não há reserva de iniciativa do Presidente da República para leis tributárias, exceto quanto à organização dos Territórios; o Simples Nacional não configura benefício fiscal, mas regime jurídico próprio, não caracterizando renúncia de receita. Destacou-se que a medida fomenta a formalização e amplia a base contributiva, em consonância com os arts. 146, III, "d", 170, IX e 179 da Constituição.

82. Estudantes egressos de colégios militares: reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico

ADI 7.561/DF

Relator: Min. Gilmar Mendes

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 14.06.2025

É constitucional – em especial porque não viola os critérios objetivos da política pública de cotas nem desvirtua o conceito de escola pública – a inclusão de egressos de colégios militares nas vagas reservadas a estudantes oriundos da rede pública de ensino.

83. Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo Banco Central do Brasil, decorrentes do Plano Collor II

RE 631.363/SP (Tema 284 RG) e RE 632.212/SP (Tema 285 RG)

Relator: Min. Gilmar Mendes

Órgão julgador: Plenário

Julgamento virtual finalizado em 14.06.2025

1. Considerando que o STF declarou a constitucionalidade do Plano Collor II na ADPF 165, o direito a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, não bloqueados pelo Banco Central do Brasil, por alegados expurgos inflacionários decorrentes de referido plano, dependerá de adesão ao acordo coletivo e seus aditamentos, homologados no âmbito da ADPF 165, no prazo de 24 meses da publicação da ata de julgamento de referida ação.
2. Com o objetivo de resguardar a segurança jurídica, não caberá ação rescisória ou arguição de inexigibilidade do título com base na constitucionalidade dos Planos Econômicos de processos já transitados em julgado.

84. Estatuto do Desarmamento e regulamentação mediante decreto presidencial: restrição ao acesso de armas e munição

ADC 85/DF
Relator: Min. Gilmar Mendes
Órgão julgador: Plenário
Julgamento virtual finalizado em 24.06.2025

É constitucional – por observar os limites do poder regulamentar e promover a reconstrução da política pública de controle de armas – a regulamentação do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) pelos Decretos nº 11.366/2023 e nº 11.615/2023.

85. Responsabilidade civil das plataformas digitais

RE 1.037.396/SP (Tema 987 RG)
Relator: Min. Dias Toffoli
Órgão julgador: Plenário

RE 1.057.258/MG (Tema 533 RG)
Relator: Min. Luiz Fux
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 27.06.2025

Reconhecimento da inconstitucionalidade parcial e progressiva do art. 19 do MCI

1. O art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), que exige ordem judicial específica para a responsabilização civil de provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, é parcialmente inconstitucional. Há um estado de omissão parcial que decorre do fato de que a regra geral do art. 19 não confere proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância (proteção de direitos fundamentais e da democracia). Interpretação do art. 19 do MCI.

2. Enquanto não sobrevier nova legislação, o art. 19 do MCI deve ser interpretado de forma que os provedores de aplicação de internet estão sujeitos à responsabilização civil, ressalvada a aplicação das disposições específicas da legislação eleitoral e os atos normativos expedidos pelo TSE.

3. O provedor de aplicações de internet será responsabilizado civilmente, nos termos do art. 21 do MCI, pelos danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros em casos de crime ou atos ilícitos, sem prejuízo do dever de remoção do conteúdo. Aplica-se a mesma regra nos casos de contas denunciadas como inautênticas.

3.1. Nas hipóteses de crime contra a honra aplica-se o art. 19 do MCI, sem prejuízo da possibilidade de remoção por notificação extrajudicial.

3.2. Em se tratando de sucessivas replicações do fato ofensivo já reconhecido por decisão judicial, todos os provedores de redes sociais deverão remover as publicações com idênticos conteúdos, independentemente de novas decisões judiciais, a partir de notificação judicial ou extrajudicial.

Presunção de responsabilidade

4. Fica estabelecida a presunção de responsabilidade dos provedores em caso de conteúdos ilícitos quando se tratar de (a) anúncios e impulsionamentos pagos; ou (b) rede artificial de distribuição (*chatbot* ou robôs). Nessas hipóteses, a responsabilização poderá se dar independentemente de notificação. Os provedores ficarão excluídos de responsabilidade se comprovarem que atuaram diligentemente e em tempo razoável para tornar indisponível o conteúdo.

Dever de cuidado em caso de circulação massiva de conteúdos ilícitos graves

5. O provedor de aplicações de internet é responsável quando não promover a indisponibilização imediata de conteúdos que configurem as práticas de crimes graves previstas no seguinte rol taxativo: (a) condutas e atos antidemocráticos que se amoldem aos tipos previstos nos artigos 286, parágrafo único, 359-L, 359-M, 359-N, 359-P e 359-R do Código Penal; (b) crimes de terrorismo ou preparatórios de terrorismo, tipificados pela Lei nº 13.260/2016; (c) crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, nos termos do art. 122 do Código

Penal; (d) incitação à discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexualidade ou identidade de gênero (condutas homofóbicas e transfóbicas), passível de enquadramento nos arts. 20, 20-A, 20-B e 20-C da Lei nº 7.716, de 1989; (e) crimes praticados contra a mulher em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio às mulheres (Lei nº 11.340/06; Lei nº 10.446/02; Lei nº 14.192/21; CP, art. 141, § 3º; art. 146-A; art. 147, § 1º; art. 147-A; e art. 147-B do CP); (f) crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes, nos termos dos arts. 217-A, 218, 218-A, 218-B, 218-C, do Código Penal e dos arts. 240, 241-A, 241-C, 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente; g) tráfico de pessoas (CP, art. 149-A).

5.1. A responsabilidade dos provedores de aplicações de internet prevista neste item diz respeito à configuração de falha sistêmica.

5.2. Considera-se falha sistêmica, imputável ao provedor de aplicações de internet, deixar de adotar adequadas medidas de prevenção ou remoção dos conteúdos ilícitos anteriormente listados, configurando violação ao dever de atuar de forma responsável, transparente e cautelosa.

5.3. Consideram-se adequadas as medidas que, conforme o estado da técnica, forneçam os níveis mais elevados de segurança para o tipo de atividade desempenhada pelo provedor.

5.4. A existência de conteúdo ilícito de forma isolada, atomizada, não é, por si só, suficiente para ensejar a aplicação da responsabilidade civil do presente item. Contudo, nesta hipótese, incidirá o regime de responsabilidade previsto no art. 21 do MCI.

5.5. Nas hipóteses previstas neste item, o responsável pela publicação do conteúdo removido pelo provedor de aplicações de internet poderá requerer judicialmente o seu restabelecimento, mediante demonstração da ausência de ilicitude. Ainda que o conteúdo seja restaurado por ordem judicial, não haverá imposição de indenização ao provedor. Incidência do art. 19.

6. Aplica-se o art. 19 do MCI ao (a) provedor de serviços de *e-mail*; (b) provedor de aplicações cuja finalidade primordial seja a realização de reuniões fechadas por vídeo ou voz; (c) prove-

dor de serviços de mensageria instantânea (também chamadas de provedores de serviços de mensageria privada), exclusivamente no que diz respeito às comunicações interpessoais, resguardadas pelo sigilo das comunicações (art. 5º, inciso XII, da CF/88).

Marketplaces

7. Os provedores de aplicações de internet que funcionarem como *marketplaces* respondem civilmente de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Deveres adicionais

8. Os provedores de aplicações de internet deverão editar autorregulação que abranja, necessariamente, sistema de notificações, devido processo e relatórios anuais de transparência em relação a notificações extrajudiciais, anúncios e impulsionamentos.

9. Deverão, igualmente, disponibilizar a usuários e a não usuários canais específicos de atendimento, preferencialmente eletrônicos, que sejam acessíveis e amplamente divulgados nas respectivas plataformas de maneira permanente.

10. Tais regras deverão ser publicadas e revisadas periodicamente, de forma transparente e acessível ao público.

11. Os provedores de aplicações de internet com atuação no Brasil devem constituir e manter sede e representante no país, cuja identificação e informações para contato deverão ser disponibilizadas e estar facilmente acessíveis nos respectivos sítios. Essa representação deve conferir ao representante, necessariamente pessoa jurídica com sede no país, plenos poderes para (a) responder perante as esferas administrativa e judicial; (b) prestar às autoridades competentes informações relativas ao funcionamento do provedor, às regras e aos procedimentos utilizados para moderação de conteúdo e para gestão das reclamações pelos sistemas internos; aos relatórios de transparência, monitoramento e gestão dos riscos sistêmicos; às regras para o perfilamento de usuários (quando for o caso), a veiculação de publicidade e o impulsionamento remunerado de conteúdos; (c) cumprir as determinações judiciais; e (d) responder e cumprir

eventuais penalizações, multas e afetações financeiras em que o representado incorrer, especialmente por descumprimento de obrigações legais e judiciais.

Natureza da responsabilidade

12. Não haverá responsabilidade objetiva na aplicação da tese aqui enunciada.

Apelo ao legislador

13. Apela-se ao Congresso Nacional para que seja elaborada legislação capaz de sanar as deficiências do atual regime quanto à proteção de direitos fundamentais.

Modulação dos efeitos temporais

14. Para preservar a segurança jurídica, ficam modulados os efeitos da presente decisão, que somente se aplicará prospectivamente, ressalvadas decisões transitadas em julgado.

86. Compatibilidade da Convenção da Haia de 1980 com a Constituição Federal e proteção em casos de indícios de violência doméstica

ADIs 4.245 e 7.686
Relator: Min. Luís Roberto Barroso
Órgão julgador: Plenário
Julgamento finalizado em 27.08.2025

O Plenário do STF, por unanimidade, reconheceu a compatibilidade da Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças com a Constituição Federal, atribuindo-lhe *status* supralegal no ordenamento jurídico brasileiro.

Tese fixada: 1 – A Convenção da Haia de 1980 sobre os aspectos civis da subtração internacional de crianças é compatível com a Constituição Federal e possui *status* supralegal no ordenamento jurídico brasileiro, por sua natureza de tratado internacional de proteção de direitos da criança. 2 – A aplicação da Convenção no Brasil, à luz do princípio do melhor interesse da criança (art. 227,

CF), exige a adoção de medidas estruturais e procedimentais para garantir a tramitação célere e eficaz das ações sobre restituição internacional de crianças. 3 – A exceção de risco grave à criança, prevista no art. 13 (1) (b) da Convenção da Haia de 1980, deve ser interpretada de forma compatível com o princípio do melhor interesse da criança (art. 227, CF) e com perspectiva de gênero, de modo a admitir sua aplicação quando houver indícios objetivos e concretos de violência doméstica, ainda que a criança não seja vítima direta.

87. Tentativa de golpe de Estado – julgamento do "Núcleo 1"

AP 2.668
Relator: Min. Alexandre de Moraes
Órgão julgador: Primeira Turma
Julgamento finalizado em 11.09.2025

A Primeira Turma do STF decidiu, por maioria, condenar os oito réus do Núcleo 1 da ação penal 2.668. A acusação envolveu os crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Dados dos processos do 8 de janeiro

A seguir, um panorama dos processos relativos ao 8 de janeiro, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes.

Ações do STF

1.628 ações penais

518 por crimes graves

1.110 por crimes simples

Prisões

141 prisões

29 presos preventivos

112 presos definitivos

44 presos em prisão domiciliar, com ou sem tornozeleira eletrônica

Condenações

638 condenados

279 por crimes graves

359 por crimes menos graves

10 absolvidos

Acordos de não persecução penal (ANPP)

552 acordos homologados

R$2.976.100,00 de valor da prestação pecuniária arrecadada

Extradições

61 pedidos de extradição

Outros dados

131 extinções de ações por cumprimento da pena

112 execuções penais em curso

Fonte: *Hotsite* 8 de janeiro. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/hotsites/8dejaneiro/. Acesso em 17.09.2025.

Dados consolidados até 12 de agosto de 2025.

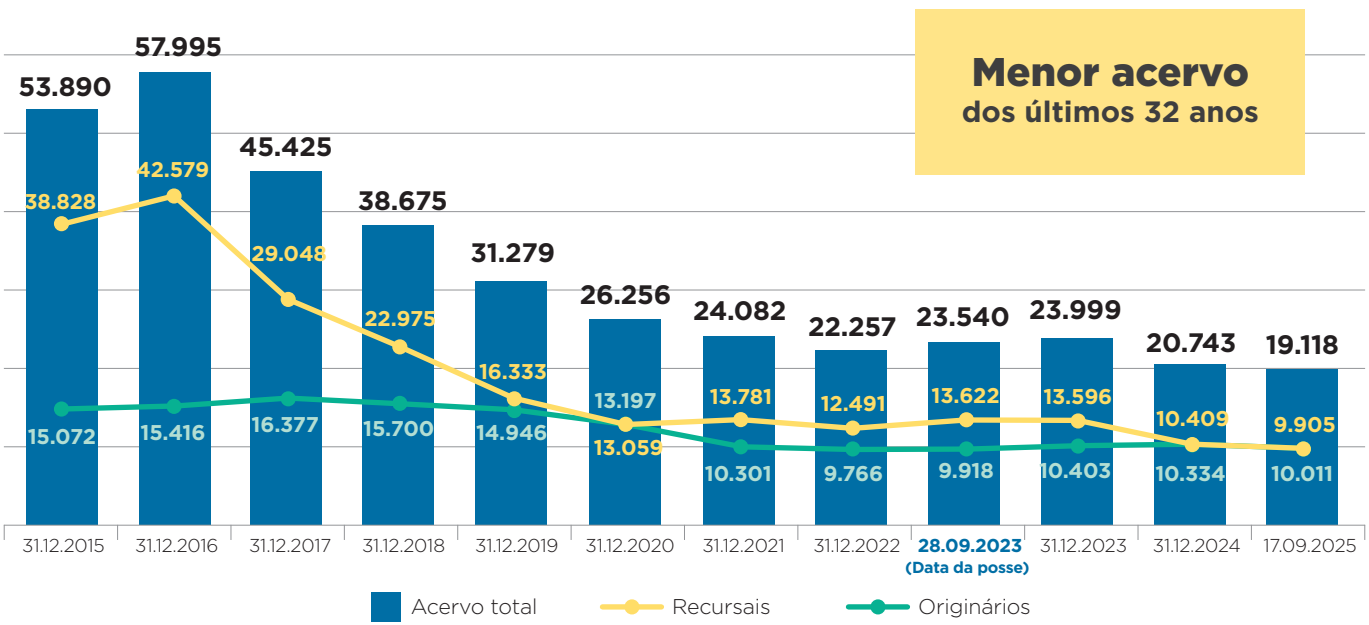
2. EFICIÊNCIA E CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

2.1 GESTÃO EFICIENTE DO ACERVO

O acervo geral corresponde ao quantitativo de processos em tramitação em determinada data. Em 28.09.2023, dia da posse do Ministro Luís Roberto Barroso na Presidência, o Supremo Tribunal Federal contava com um acervo de 23.540 processos. Do início de sua gestão até 17.9.2025 (data de corte deste relatório), foram recebidos 161.171 processos e baixados 165.593.

Em 17.09.2025, com o acervo de 19.118 processos, o Tribunal registrou a marca histórica do menor estoque de processos em tramitação nos últimos 32 anos.

Gráfico 3 – Acervo histórico



Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

A redução do acervo do Supremo Tribunal Federal deve-se, principalmente, à expressiva diminuição no número de processos das classes recursais.

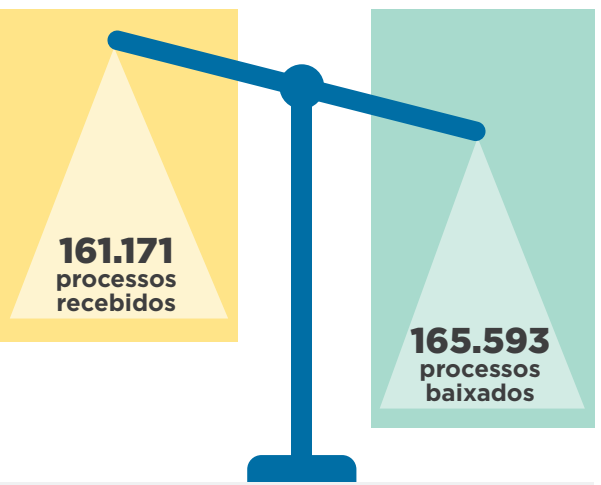
Essa redução também é fruto do empenho de todos os Ministros da Corte, cujo aumento de produtividade garantiu maior celeridade no julgamento das diversas classes processuais, com mais processos julgados do que a quantidade de recebidos no mesmo período.

ACERVO DE PROCESSOS RECURSAIS INFERIOR AO DE ORIGINÁRIOS

Pela primeira vez na história do Supremo Tribunal Federal, o volume de processos recursais passou a ser, de forma consistente, inferior ao das classes originárias.

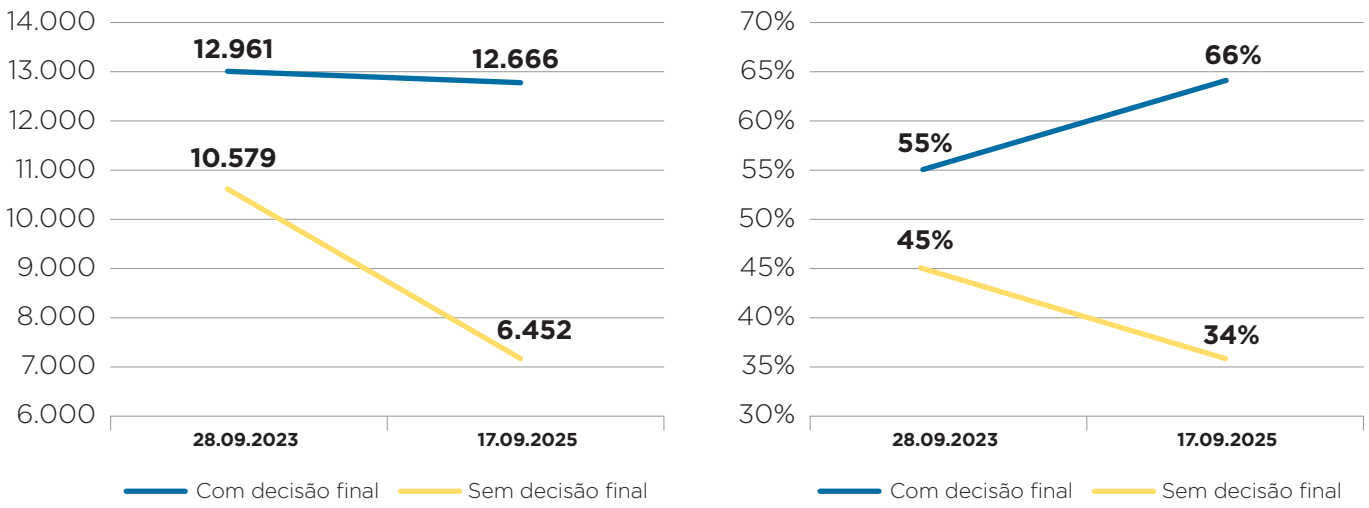
Esse resultado reflete, em grande medida, a atuação estratégica da Assessoria de Análise de Recursos e da Secretaria de Gestão de Precedentes. Ao longo da gestão, essas unidades imprimiram maior celeridade à análise dos recursos extraordinários encaminhados ao STF, o que contribuiu de forma decisiva para a expressiva redução do acervo recursal sob a relatoria do Ministro Presidente. Essa iniciativa, somada a outras ações relevantes descritas neste relatório, foi determinante para a histórica diminuição do volume de processos recursais em tramitação na Corte.

Trata-se de marco fundamental para a consolidação do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional. Embora os processos recursais ainda representem a maioria dos processos recebidos, o Tribunal tem adotado uma gestão dinâmica e eficiente do acervo recursal, em alinhamento à sua função constitucional.



A evolução no número de julgamentos também impactou o perfil do acervo no que se refere à existência de decisão final. Nota-se uma redução significativa no volume de processos sem decisão final, o que reflete avanços concretos na tramitação e na resolução das ações em curso.

Gráfico 4 – Composição do acervo: decisão final



Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

2.2 ACERVO DA PRESIDÊNCIA

Em 28.09.2023, o acervo da Presidência era de 4.910 processos. Nos meses finais da gestão, havia apenas 3.092 processos em tramitação, o que representa uma redução de 37% em relação à data da posse.

REDUÇÃO DE 37% DO ACERVO DA PRESIDÊNCIA

Tabela 1 – Estatísticas processuais do acervo do Ministro Presidente

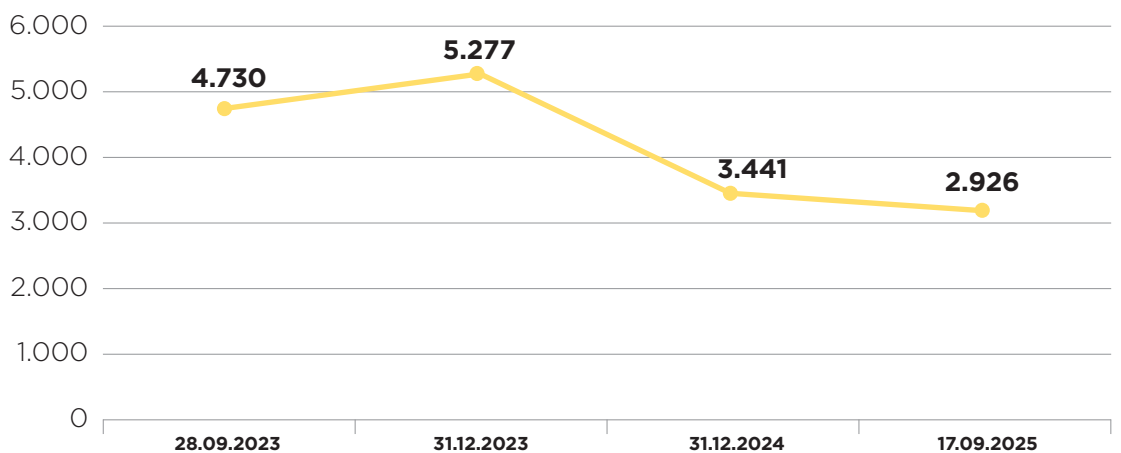
Período de 28.09.2023 a 17.09.2025	Originários	Recursais	**Total**
Acervo inicial	180	4.730	**4.910**
Processos registrados à Presidência*	3.141	99.182	**102.323**
Processos baixados	3.042	71.307	**74.349**
Acervo atual	166	2.926	**3.092**

Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

Nota: *O quantitativo inclui processos registrados à Presidência que tiveram distribuição posterior. Não baixam, portanto, no nome do Ministro Presidente.

A redução mais expressiva ocorreu no acervo de processos recursais, resultado de maior celeridade na elaboração e na liberação de minutas. Essa medida permitiu reduzir significativamente o número de recursos sob relatoria do Ministro Presidente e contribuiu de forma decisiva para a histórica diminuição do acervo do Tribunal.

Gráfico 5 – Acervo de processos recursais – Ministro Presidente

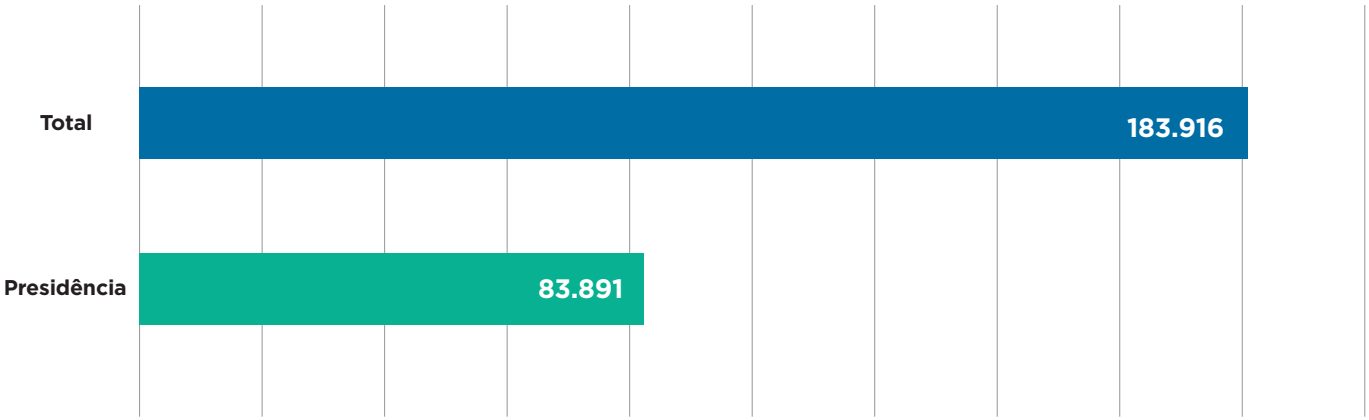


Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 10.09.2025.

Durante a gestão do Ministro Barroso, a Presidência foi responsável por 46% das 183.916 decisões monocráticas proferidas pelo Tribunal. O percentual reflete a competência regimental do

Ministro Presidente para decidir os recursos manifestamente inadmissíveis, bem como aqueles que tratam de matéria com repercussão geral já apreciada pelo STF.

Gráfico 6 – Decisões monocráticas



Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

Tabela 2 – Decisões monocráticas da Presidência

Decisões da Presidência	Monocráticas
Recursais (ARE, RE e AI)	80.639
HC e RHC	2.127
Pet	401
SL	199
STP	142
AImp	114
AS	109
SS	83
Outras	77
Total	**83.891**

Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

2.3 ATUAÇÃO DO NUADE

O Núcleo de Análise de Dados e Estatística (NUADE) do STF foi instituído para ampliar a utilização de dados e estatísticas, de modo a qualificar e aprimorar a tomada de decisões, além de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e promover a transparência no Tribunal.

Exemplos de atividades desempenhadas pelo NUADE:

i. coleta e análise de dados pertinentes à prestação jurisdicional;

ii. apoio especializado aos processos estruturais e complexos e aos casos submetidos à solução consensual de conflitos, com subsídio à elaboração de pareceres, notas técnicas e indicadores estatísticos;

iii. prestação de suporte à gestão processual, com o fornecimento aos Gabinetes, sob demanda, de relatórios, painéis, informações e análises estatísticas customizadas;

iv. gestão dos painéis do programa Corte Aberta, instituído pela Resolução STF nº 774/2022, para garantir a todos os cidadãos acesso amplo e transparente aos dados e estatísticas relacionados à jurisdição do STF; e

v. consultoria em projetos relacionados a dados, com apoio a projetos de pesquisas, estudos e projetos tecnológicos relacionados à análise de dados do Tribunal.

Durante a gestão, o NUADE alcançou os seguintes resultados:

357 demandas atendidas

93
demandas de Gabinetes

114
pedidos via Ouvidoria

29
pedidos externos/da imprensa recebidos via Secretaria de Comunicação

121
pedidos de setores internos

Gabinete em Números

Uma das entregas mais significativas do núcleo foi o lançamento do Boletim *Gabinete em Números*, ferramenta semanal que apresenta informações e dados consolidados sobre o histórico e a situação do acervo em tramitação, pedidos de vistas, decisões liminares, indicadores de produtividade, entre outros.



Após o lançamento do boletim, foram registrados importantes resultados em indicadores apontados no documento:

- **Processos sem movimentação (+180 dias):** redução de 44,3% (de 2.804 para 1.563);
- **Acervo dos Gabinetes:** queda de 34% (de 11.776 para 7.799);
- **Embargos de declaração pendentes:** diminuição de 20% (de 89 para 70);
- **Processos antigos:** dos 100 mais antigos, 53 foram baixados.

O acervo processual em tramitação dos Gabinetes de Ministros apresentou uma redução de 20,4% comparado ao da data da posse.

Esses resultados demonstram a importância das atividades do NUADE de monitoramento e apoio à gestão processual.

Outras entregas relevantes realizadas com o apoio do Núcleo incluem o desenvolvimento de painéis administrativos para otimizar a tomada de decisões pela Diretoria-Geral; a participação na pesquisa sobre "Redução da Litigância contra o Poder Público"; o apoio no desenvolvimento da MARIA, primeira ferramenta de inteligência artificial generativa do STF; e a criação de painéis de dados jurisdicionais específicos para apoiar grupos de trabalho e a gestão de processos de Gabinetes.

Além disso, o Núcleo contribuiu com consultorias em análise de dados para unidades internas, desenvolvimento de aplicativos internos, acompanhamento das metas estratégicas jurisdicionais da Presidência e melhoria do processo de extração de dados no sistema Corte Aberta, fortalecendo a eficiência e a qualidade das informações gerenciais e processuais.

2.4 RÁPIDA IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS REPETITIVOS E MELHORIA DE GESTÃO DE PRECEDENTES DO TRIBUNAL

A Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso adotou diversas medidas voltadas à racionalização da atividade de admissibilidade recursal, com destaque para a ampliação da equipe da Presidência responsável pela análise preliminar dos recursos e para o fortalecimento do diálogo

institucional com os tribunais, de modo a reforçar a cultura de precedentes e facilitar a identificação de temas repetitivos.

A Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) também desempenhou papel central na qualificação da triagem recursal, por meio de iniciativas voltadas à sistematização, à padronização e ao uso de inteligência artificial na análise processual, o que contribui para a coerência da jurisprudência, a previsibilidade das decisões e a efetividade dos precedentes qualificados.

Nesse contexto, foram obtidos avanços expressivos na repercussão geral:

Inclusão de 151* temas de repercussão geral

* 1 tema destacado

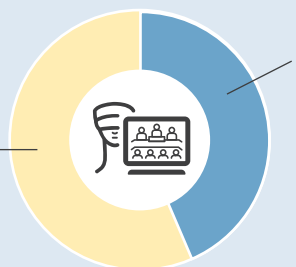
4
temas em julgamento

55
temas em que foi afirmada a ausência de repercussão geral (questão infraconstitucional)

91
temas em que foi reconhecida a repercussão geral, dos quais 26 com reafirmação de jurisprudência

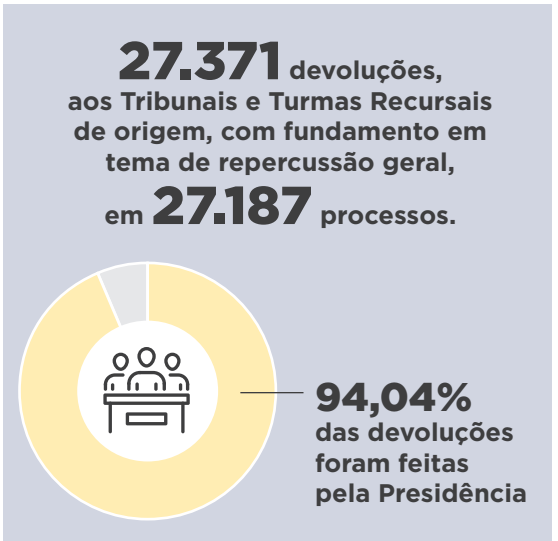
104 temas de repercussão geral incluídos no Plenário Virtual pela Presidência

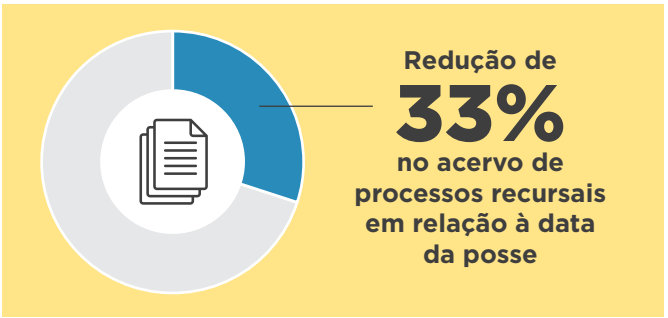
55 temas
em que foi afirmada a ausência de repercussão geral (questão infraconstitucional)



45 temas
em que foi reconhecida a repercussão geral, dos quais 23 com reafirmação de jurisprudência

Como resultado, houve redução de 33% no acervo de processos recursais, passando de 13.622 para 9.157 processos, o que demonstra a efetividade das ações implementadas para aprimorar a gestão dos precedentes e fortalecer o perfil constitucional do STF.





RECEBIMENTO DE PROCESSOS RECURSAIS

Para dimensionar a eficiência do trabalho desempenhado ao longo da gestão, é útil comparar os dados de recebimento processual do STF com os do Poder Judiciário em geral e com os do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em particular.

Em 2024, o Poder Judiciário registrou o recebimento de 35,6 milhões de novos processos, o maior patamar da série histórica[3]. No mesmo período, o STJ também alcançou recorde, com o recebimento de mais de 485 mil processos[4].

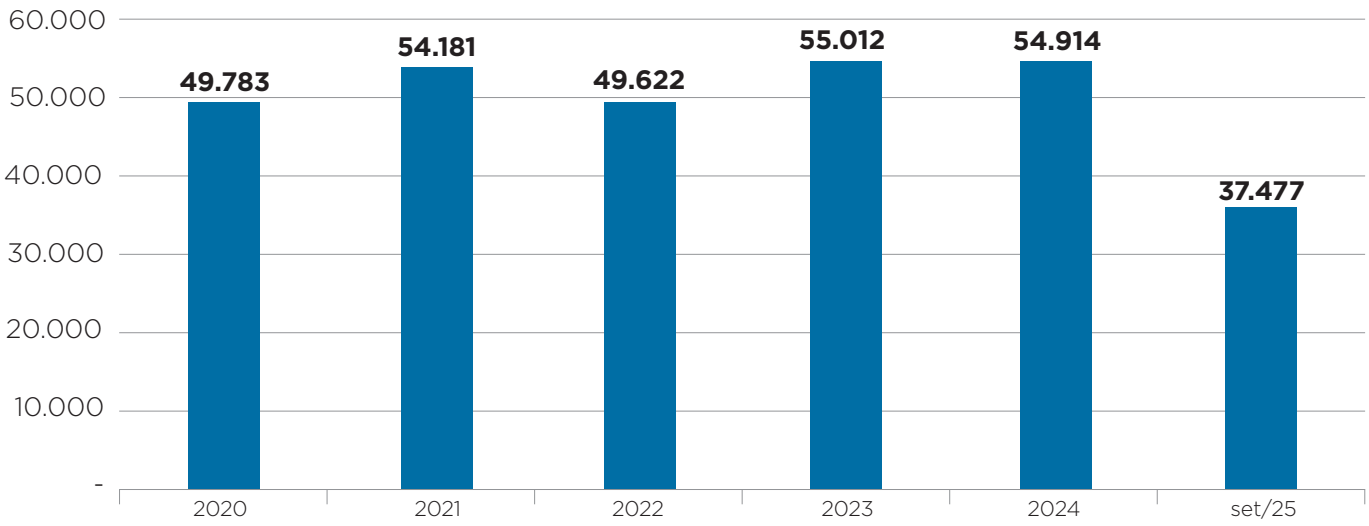
---

[3] Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Painel de Estatísticas do Poder Judiciário. Disponível em: https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

[4] Superior Tribunal de Justiça (STJ). Estatística Processual. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjFkMmE1YjktNGY0Yi00NjY2LTIjMmEtZWRmNDllYjYzNmFiIiwidCI6ImRlMjNkNWYwLWNjYWMtNGM4NC04MWQ2LTI4OTJhOGMwNTVhYSJ9. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

Apesar desse cenário de ampla judicialização e sem redução no recebimento de processos, o STF conseguiu diminuir seu acervo.

Gráfico 7 – Recebimento de processos recursais por ano no STF



Fonte: Corte Aberta. Dados extraídos em 17.09.2025.

Ações de destaque realizadas no período:

Cooperação em rede

O Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2025, firmado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP) e a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo (PGM/SP), objetiva viabilizar a produção e o compartilhamento de informações relevantes que contribuam para a racionalização da atuação em casos multitudinários e relevantes. A iniciativa busca: (i) reduzir a atividade repetitiva; (ii) prevenir litígios; (iii) evitar a judicialização de demandas; (iv) estimular a resolução consensual de controvérsias; e (v) gerenciar precedentes. Com esse ajuste, o STF deu início a um novo modelo de cooperação, que envolve representantes do tribunal de origem e das funções essenciais, além do próprio STF, a fim de compartilhar dados para fomentar a gestão de precedentes nos tribunais locais e qualificar a gestão na Suprema Corte.





Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

Redesenho do fluxo administrativo para identificação de temas de repercussão geral

Em março de 2024, foi criada a Gerência de Agrupamento de Recursos (GERAR), vinculada à Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR), com o objetivo de estruturar a atividade de identificação e tratamento uniforme de questões jurídicas recorrentes. A atuação da GERAR tem contribuído significativamente para a detecção ágil de ondas de litigiosidade, bem como para a catalogação e o redirecionamento de processos que versem sobre a mesma matéria jurídica ou que possam ser solucionados por meio do mesmo óbice de admissibilidade.

Termo Aditivo nº 1/2024 ao Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2023, firmado entre o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O STF e o TST reforçaram parceria e compromisso com a modernização e a eficiência do sistema judiciário. Em 22 de maio de 2024, o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e o Presidente do TST, Ministro Lélio Bentes Corrêa, assinaram um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2023, com o objetivo de fortalecer a parceria entre os tribunais para reduzir o número de ações judiciais e priorizar o julgamento de temas repetitivos.

O acordo, firmado originalmente em 2023, visa à identificação rápida e eficiente de questões jurídicas para a formação de precedentes qualificados, além de automatizar rotinas de acesso a dados processuais.

Na ocasião da celebração do aditivo, o Ministro Luís Roberto Barroso destacou a necessidade de reduzir a litigiosidade relacionada à terceirização e à responsabilidade subsidiária no setor público. A solenidade contou com a presença dos Vice-Presidentes do STF e do TST, Ministros Edson Fachin e Aloysio Corrêa da Veiga, em compromisso conjunto com a inovação e a eficiência no tratamento das demandas judiciais.

V e VI Encontro Nacional de Precedentes Qualificados: construção cooperativa do sistema de precedentes

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o sistema de precedentes qualificados, promover o alinhamento de procedimentos e fomentar o intercâmbio de boas práticas, foram realizados

o V e o VI Encontros Nacionais sobre Precedentes Qualificados. Os eventos contaram com a participação de representantes de todos os Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais do Trabalho.

A iniciativa contribui diretamente para a racionalização da tramitação de processos, a prevenção de litígios, o aprimoramento da gestão de precedentes e o incentivo à resolução consensual de controvérsias.



Foto: Rafael Luz/STJ



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Projeto Imersão: precedentes na prática

O projeto *Imersão: precedentes na prática* tem como objetivo promover visitas técnicas voltadas ao compartilhamento de experiências e à construção colaborativa de soluções que fortaleçam o sistema de precedentes qualificados no país. A iniciativa busca incentivar estratégias integradas entre os tribunais, o que amplia a efetividade e a uniformização da aplicação dos precedentes.

Durante a gestão, foram realizadas três edições do projeto: duas edições regulares, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e uma edição especial voltada à Justiça do Trabalho, realizada em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

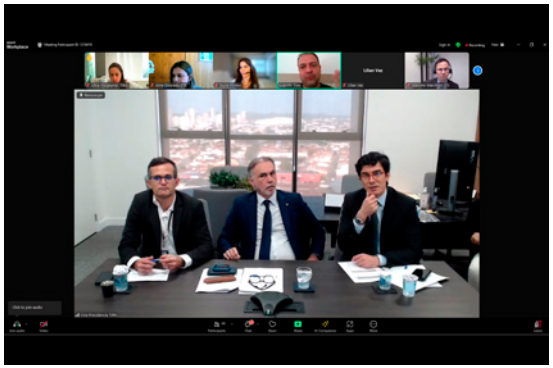
As duas primeiras edições reuniram representantes de 11 tribunais: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e os Tribunais de Justiça de Pernambuco (TJPE), Roraima (TJRR), Tocantins (TJTO), Santa Catarina (TJSC), Espírito Santo (TJES), Minas Gerais (TJMG), Bahia (TJBA) e Rio de Janeiro (TJRJ). Já a edição especial dedicada à Justiça do Trabalho contou com a participação de representantes do TST e de todos os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), reforçando o compromisso institucional com a consolidação cooperativa do sistema de precedentes em todas as esferas do Judiciário.

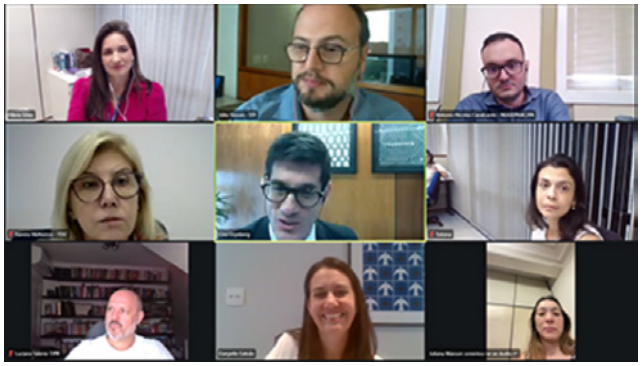


Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Sextas Inteligentes

Por meio do diálogo e da troca de ideias com especialistas, o *Sextas Inteligentes* busca fortalecer e racionalizar o sistema nacional de precedentes qualificados. Os participantes, magistrados e servidores dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes (Nugesps) dos tribunais de todo o país, abordam temas práticos e teóricos sobre precedentes, com o objetivo de alinhar procedimentos, compartilhar boas práticas e ampliar a cultura de precedentes. Participaram do projeto juristas e professores como Daniel Mitidiero, Fredie Didier Jr., Hermes Zaneti Júnior, José Carvalho Filho e Paulo Mendes. Durante a gestão, foram realizados 19 encontros.





Fotos: SPR/STF

Painéis gerenciais

Foram criados, nesta gestão, painéis gerenciais para apoiar a atuação da Secretaria de Gestão de Precedentes. Entre eles, o Painel de Reclamações, o Painel de Providos, o Painel do Acervo para a Gerência de Agrupamento de Recursos, o Painel da Admissibilidade Recursal e o Painel Cooperação em Rede.

Boletim Repercussão Geral em Pauta

Durante esta gestão, foram elaborados e publicados 84 exemplares do boletim *Repercussão Geral em Pauta*. Voltado à gestão da repercussão geral no Poder Judiciário, o periódico apresenta as informações mais recentes do STF sobre o assunto.

Súmulas vinculantes

As súmulas vinculantes consistem em orientações objetivas e permanentes destinadas a nortear os operadores do Direito na solução de questões constitucionais. A Emenda Constitucional nº 45/2004 inseriu na Constituição Federal a previsão de que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, de ofício ou por provocação, aprovar súmulas vinculantes mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre determinada matéria constitucional. Uma vez publicada na imprensa oficial, a súmula vinculante adquire efeito obrigatório para os demais órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. O STF também pode revisar ou cancelar esses enunciados, conforme estabelecido em lei (CF/1988, art. 103-A, *caput*).

Esse instituto é regulamentado pela Lei nº 11.417/2006, que detalha os procedimentos para edição, revisão e cancelamento de enunciados de súmulas vinculantes pelo STF.

Durante a gestão, o Tribunal aprovou três novas súmulas vinculantes. São elas:

Súmula vinculante 60: O pedido e a análise administrativos de fármacos na rede pública de saúde, a judicialização do caso, bem ainda seus desdobramentos (administrativos e jurisdicionais), devem observar os termos dos 3 (três) acordos interfederativos (e seus fluxos) homologados pelo Supremo Tribunal Federal, em governança judicial colaborativa, no Tema 1.234 da sistemática da repercussão geral (RE 1.366.243).

Súmula vinculante 61: A concessão judicial de medicamento registrado na Anvisa, mas não incorporado às listas de dispensação do Sistema Único de Saúde, deve observar as teses firmadas no julgamento do Tema 6 da Repercussão Geral (RE 566.471).

Súmula vinculante 62: É legítima a revogação da isenção estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar 70/1991 pelo art. 56 da Lei 9.430/1996, dado que a LC 70/1991 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída (RE 377.457).

2.5 TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS SIGILOSOS

Em junho de 2025, a Presidência concluiu, com o apoio de todos os Gabinetes, da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Tecnologia e Inovação, o projeto de tramitação eletrônica de processos sigilosos. Implementado na plataforma STF-Digital, o novo sistema ampliou a segurança da tramitação desses processos, a partir de controle rigoroso de acessos e possibilidade de atribuição de diferentes níveis de sigilo por peça processual e por processo.

A iniciativa representa um passo decisivo para a consolidação de uma Corte 100% digital, promovendo maior celeridade e eficiência na tramitação de processos sensíveis, além de assegurar mais segurança e controle no tratamento de informações sigilosas e dados pessoais.

O Plenário do STF aprovou a Resolução STF 878/2025, que dispõe sobre a tramitação eletrônica de processos sigilosos, a classificação dos níveis de sigilo e os procedimentos para proteção de informações processuais no Supremo Tribunal Federal. A norma tem por meta estabelecer critérios objetivos e uniformes para o tratamento de informações sujeitas a sigilo, de modo a garantir sua segurança e integridade.

A resolução prevê cinco níveis distintos de sigilo, com regras especificas de acesso, visibilidade, peticionamento e integração. A classificação dos níveis de sigilo tem por objetivo proteger dados e informações mediante escalonamento crescente, que vai da menor à maior restrição de acesso: nível 0 (público), nível 1 (segredo de justiça), nível 2 (sigilo moderado), nível 3 (sigilo padrão) e nível 4 (sigilo máximo). Cada nível estabelece regras especificas de visibilidade para partes, advogados, Ministros, servidores e órgãos autorizados, conforme a natureza da informação e os riscos envolvidos. A norma também contempla diretrizes sobre peticionamento, controle de acesso, registros de log, padronização de andamentos e certidões.

Leia a Resolução STF 878/2025

A normatização busca, ainda, assegurar maior padronização, segurança, rastreabilidade e transparência nos fluxos processuais que envolvam dados pessoais ou informações sensíveis e documentos protegidos por sigilo legal.

2.6 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Um dos objetivos do Plano Estratégico 2023–2025 foi o aprimoramento dos sistemas e processos de trabalho, com ênfase no investimento em tecnologia e em inteligência artificial, para ampliar a eficiência e conferir maior celeridade à prestação jurisdicional. Destacam-se as inovações a seguir.

2.6.1 USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

MARIA

Em dezembro de 2024, o STF lançou a MARIA, ferramenta de inteligência artificial generativa para auxiliar a produção e a revisão de textos no Tribunal.



A MARIA, sigla para Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial, é o primeiro sistema do Tribunal a usar a inteligência artificial generativa. Foi lançada com três funcionalidades iniciais:

- Resumos de votos: a MARIA pode gerar automaticamente minutas de ementas, com o resumo do voto sobre a matéria em questão, a partir do modelo padronizado de ementas (ementa-padrão) estabelecido pela Recomendação CNJ 154/2024.

- Relatórios em processos recursais: a ferramenta pode produzir relatórios automatizados em Recursos Extraordinários (REs) e em Recursos Extraordinários com Agravo (AREs), com o resumo do processo.
- Análise inicial de processos de reclamação: a MARIA realiza a análise da petição inicial e apresenta respostas a questionamentos que orientam o estudo inicial desse tipo de processo.

O desenvolvimento da MARIA teve início após o chamamento público realizado pelo STF em novembro de 2023. O chamamento permitiu a participação de interessados no desenvolvimento de protótipos de soluções de IA generativa para a criação de minutas de relatórios processuais, de modo a permitir ao STF avaliar a viabilidade de empregá-los para dar suporte e agilidade à atividade jurisdicional. O chamamento contou com a participação de 23 empresas, das quais seis foram selecionadas para uma segunda etapa de demonstração das soluções para o STF. Após diversos testes e evolução das ferramentas apresentadas em conjunto com equipes internas, uma das empresas participantes, a EloGroup, em parceria com a Microsoft, cedeu à Corte os direitos do código-fonte e de todos os componentes desenvolvidos. Com isso, a solução pôde ser incorporada aos sistemas do tribunal sem ônus para o STF.

Como ressaltou o Ministro Luís Roberto Barroso durante a cerimônia de lançamento, a MARIA é uma ferramenta meramente auxiliar, que requer supervisão humana, já que a responsabilidade pela produção dos textos continua sendo dos Ministros e servidores do STF. “Nada do que a gente tem feito para agilizar a jurisdição dispensa o trabalho e a responsabilidade do juiz”, ponderou.

Entre janeiro e setembro de 2025, foram gerados com o apoio da ferramenta 1.670 ementas, 19.616 relatórios de recursais (ARE e RE) e 1.538 relatórios de reclamações.







16.12.2024 – Lançamento da Plataforma MARIA. Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

Em setembro de 2025, foi incorporada à MARIA, ferramenta de edição de textos do STF, a funcionalidade de revisão automática que utiliza inteligência artificial.

VitorIA – Disponibilização para novas classes processuais

Iniciativa lançada na gestão da Ministra Rosa Weber, a VitorIA é uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida para agrupar processos judiciais por similaridade. A partir da análise de um conjunto de processos, a VitorIA identifica e reúne aqueles que tratam de temas semelhantes, o que permite antecipar a identificação de novas controvérsias e ondas de litigiosidade. A ferramenta também serve de subsídio para a sugestão de novos temas de repercussão geral.

Na Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso, o projeto foi aprimorado e teve aplicação expandida para outras classes processuais, como reclamação constitucional, *habeas corpus*, ação direta de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. O uso da VitorIA contribuiu para a uniformização no tratamento dessas demandas, o que promove maior celeridade e segurança jurídica.

Victor – Melhorias na ferramenta

Desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília, o Victor executa quatro tarefas: (i) conversão de imagens em textos nos processos digitais ou eletrônicos; (ii) identificação e separação de documentos aglutinados; (iii) separação e classificação das peças processuais mais utilizadas nas atividades do STF; e (iv) identificação e classificação de processos em tramitação no Tribunal segundo os temas de repercussão geral reconhecidos.

Durante a gestão, a ferramenta foi aprimorada para, automaticamente, desativar temas que deixaram de ter incidência e incluir os temas de repercussão geral mais recentes. Com essas melhorias, o sistema passou a classificar os processos recursais com maior precisão, alcançando atualmente índice de acerto superior a 90% na identificação do tema de repercussão geral correspondente.

2.6.2 STF-DIGITAL COMO SISTEMA ÚNICO PARA OS GABINETES: NOVOS MÓDULOS

STF-Digital – Gestão de acervo
Entregue em novembro de 2024, com versões aprimoradas nos meses seguintes, a ferramenta de gestão de acervo fornece aos Gabinetes uma visão consolidada e em tempo real dos processos sob sua responsabilidade, facilitando o planejamento e o monitoramento da produtividade.

Sistema de julgamentos – novo Plenário Virtual
A nova versão do Plenário Virtual, entregue em março de 2025, unificou as soluções de *software* utilizadas nos julgamentos colegiados e otimizou o fluxo decisório. A ferramenta ampliou a integração entre as unidades envolvidas nos julgamentos, o que acelerou a produção das decisões e reduziu a margem de erro nas etapas de divulgação e cumprimento. A solução de edição de documentos, acessível em múltiplos dispositivos sem necessidade de configuração, é um diferencial da nova plataforma.

Sistema de julgamentos – repercussão geral
A migração e evolução do Plenário Virtual da Repercussão Geral para o sistema STF-digital, em setembro de 2025, visa centralizar as tarefas dos Gabinetes em uma plataforma única, trazendo benefícios em termos de segurança e usabilidade.

Sistema de julgamentos – pauta de Plenário presencial
A ampliação do Plenário Virtual do STF-Digital, para que ofereça suporte para as sessões presenciais, será concluída em setembro de 2025 e permitirá substituir totalmente o sistema eSTF-Decisão para os Gabinetes.

2.6.3 OUTRAS MELHORIAS

Revisão e modernização do portal da Jurisprudência

Com o objetivo de tornar a experiência de busca mais eficiente, intuitiva e acessível, a página de pesquisa de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou por importantes melhorias. As atualizações implementadas incluem a integração do serviço "Pesquisas Prontas" diretamente na barra de pesquisa simples e o aperfeiçoamento da funcionalidade de pesquisa por legislação na modalidade avançada.

O serviço "Pesquisas Prontas" reúne expressões de pesquisa organizadas por ramo do direito, tema e título, oferecendo ao público um acesso mais rápido a conteúdos jurídicos já estruturados. Com integração à página principal de pesquisa de jurisprudência, o usuário passa a contar com um sistema de autocompletar inteligente, que sugere, automaticamente, temas relacionados à medida que as palavras são digitadas.

A busca por dispositivos legais também foi aprimorada com a introdução de uma ferramenta de autocompletar no campo de legislação da pesquisa avançada. O novo sistema reconhece termos digitados em qualquer parte da norma, inclusive siglas, e apresenta os resultados de forma hierarquizada e cronológica.

Acesse a página de pesquisa de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

A Constituição e o Supremo

O Supremo Tribunal Federal reformulou o sistema *A Constituição e o Supremo*, que apresenta a Constituição Federal comentada com base na jurisprudência do STF. A nova aplicação unifica três sistemas anteriores utilizados para o cadastro de comentários, além de facilitar a consulta pública à Constituição comentada, promovendo transparência e acesso à informação jurídica.

A Constituição e o Supremo

STF-Digital – Expedientes

Foi incluído, no sistema STF-Digital, o fluxo de elaboração de expedientes realizado pela Secretaria Judiciária (SEJ), com o objetivo de automatizar a elaboração das comunicações processuais mais simples e agilizar a produção das mais complexas, com a assinatura digital desses documentos diretamente pelo sistema. O projeto busca otimizar o trâmite processual ao eliminar etapas manuais, aumentar a celeridade e a segurança com o uso de tecnologias modernas e padronizar o ambiente de assinatura digital, centralizando-o em um único sistema.

STF-Digital – Análise de admissibilidade e prevenção

Desde maio de 2025, recursos que envolvem órgãos representados pela AGU passaram a contar com manifestação prévia da instituição durante a análise de admissibilidade. A medida reduz a tramitação desnecessária de processos e aumenta a celeridade no julgamento.

Além disso, foi implementada funcionalidade que permite à Presidência validar, diretamente no sistema, os casos de prevenção processual identificados pela Coordenadoria de Processamento Inicial, conforme previsto na Resolução 706 do STF.

Petições em processos físicos e sigilosos

Desde setembro de 2024, petições direcionadas a processos sigilosos em meio físico passaram a ser protocoladas eletronicamente. A medida reduziu atendimentos presenciais e permitiu mais comodidade aos advogados. Até julho de 2025, foram recebidas 2.680 petições por essa via.

Automação de certidões

Em novembro de 2024, foi implementado sistema que permite a emissão automatizada de certidões de antecedentes criminais, de distribuição e de atuação de advogados, diretamente pelo Portal do STF. A mudança eliminou a necessidade de atendimento manual pela Secretaria Judiciária. Em 2025, foram emitidas aproximadamente 48 mil certidões automaticamente.

Integração ao Portal de Serviços do Judiciário (Jus.br)

Em dezembro de 2024, o STF passou a enviar ao repositório nacional de dados (Codex) as informações básicas e movimentações de processos públicos. A integração permite, por meio do Portal Jus.br, consultas processuais e peticionamento incidental por advogados, o que fortalece a transparência e a interoperabilidade do Poder Judiciário.

STF-Digital – *download* na íntegra

A solução de *download* de peças processuais permite baixar os arquivos de forma individual. O projeto tem como objetivo implementar a funcionalidade de gerar um único arquivo PDF que consolida todas as peças do processo, facilitando o acesso e o manuseio das informações. A nova funcionalidade proporciona mais agilidade, praticidade e conveniência para a análise processual e otimiza o fluxo de trabalho dos usuários.

Nova solução de autenticação com a utilização de MFA (autenticação multifator)

Implantação nos sistemas judiciais de autenticação com a utilização do múltiplo fator de acesso, para aperfeiçoamento da segurança dos sistemas STF-Digital, STF-Decisão, eSTF-Gabinetes, eSTF-Sessões, eSTF-Processamento e eSTF-Repercussão Geral.

Autuação qualificada de reclamações constitucionais

Aprimoramento do cadastro de informações durante a autuação de reclamações constitucionais, com o objetivo de qualificar a tramitação e a gestão dessas demandas. Passou-se a registrar, de forma estruturada, se a reclamação foi ajuizada com fundamento em decisão proferida com efeitos *erga omnes* ou *inter partes*, ou se tem por base alegação de usurpação de competência.

O sistema também passou a permitir o registro do paradigma indicado na petição inicial (ações de controle concentrado, súmulas vinculantes ou temas de repercussão geral relacionados). A consolidação dessas informações contribui para maior organização e eficiência na gestão processual, além de possibilitar o mapeamento de ondas de litigiosidade e a identificação de eventuais dificuldades na aplicação dos precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Automatização do fluxo de reenvio de remessa indevida

O sistema visa automatizar a inclusão de processos reenviados pela origem no fluxo de tarefas da Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) para continuidade da análise do recebimento. A tarefa é gerada automaticamente para a análise da área responsável pela devolução dos processos, o que agiliza a análise e evita erros de inserção manual em outros fluxos de tarefa do STF-Digital.

Gestão de alteração do número único de recursos

Permite o registro motivado das alterações de número único e o rastreamento para tratar questões de baixa e reenvio de processos pelas origens.

Pauta de julgamento e sustentação oral para reafirmação de jurisprudência

A adequação ao procedimento estabelecido pela Resolução STF nº 806/2023 permite a realização de sustentação oral nos casos em que houver proposta de reconhecimento da repercussão geral com reafirmação de jurisprudência no Plenário Virtual do STF.

Serviço de validação de custas para os advogados

Implementa a validação do pagamento das custas processuais por pagador.

Alteração do *WebService* de integração do sistema Processamento com os Correios

A inovação substituiu o módulo de postagem do sistema Processamento pelo PPN de Pré-Postagem dos Correios, a fim de garantir a compatibilidade e a disponibilidade do sistema.

Protocolo Judicial Eletrônico

A ferramenta racionaliza o fluxo de entrada de petições no Protocolo Judicial, ao viabilizar o envio eletrônico de documentos ao STF pelo público não atendido pelos atuais sistemas.

Integração de tribunais e outros órgãos ao STF

O Supremo Tribunal Federal interage atualmente com **691 diferentes instâncias de origem de todo o país**, entre tribunais, turmas recursais, varas e comarcas, recebendo recursos e processos para o regular trâmite na Suprema Corte.

Desde setembro/2023 até junho/2025, 129 novas origens integraram-se ao STF, das quais uma por Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

O fomento à integração de tribunais e turmas recursais do país, especialmente quanto à adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade-MNI, é foco permanente da atuação do Supremo. A adesão a esse modelo confere maior agilidade ao envio das informações processuais em razão da eliminação de atividades humanas e do trânsito de autos físicos entre os órgãos. O uso inteligente dessa tecnologia, na prática, permite maior eficiência do sistema de justiça, com menores prazos.

O envio automatizado atinge 66,06% dos recursos recebidos pelo STF.



MNI 2.2.2
Tribunais/ Origens = 30



STF Tribunais
Tribunais = 55
Turmas recursais = 279
Varas = 327



TOTAL
691 Origens integradas

691 origens integradas ao STF

128 novos órgãos jurisdicionais integrados pelo "STF Tribunais"

1 novo tribunal integrado via MNI

25% dos tribunais do país integrados ao STF via MNI

8 tribunais desenvolvem a integração via MNI

66,06% dos recursos eletrônicos recebidos via MNI.

2.6.4 NOVO PORTAL DE SESSÕES DE JULGAMENTO

Com a consolidação dos sistemas de julgamento do Supremo Tribunal Federal, foi desenvolvido o novo Portal de Sessões de Julgamento, que unifica, em uma interface moderna e intuitiva, informações sobre todos os tipos de julgamentos: presenciais, virtuais e com repercussão geral. O principal objetivo é ampliar o acesso do jurisdicionado e da sociedade às informações processuais, com foco na transparência, na organização e na experiência do usuário.

Além de integrar todos os formatos de julgamento em um só ambiente digital, o Portal foi projetado com múltiplos filtros de pesquisa e atende à demanda histórica dos usuários por consultas mais rápidas, completas e personalizáveis.

Entre os filtros disponíveis, destacam-se: período da sessão (data de início e de fim), classe e número do processo, colegiado (Plenário ou Turma), tipo de sessão, situação da sessão, dispositivo da decisão, manifestações, Ministro, ramo do direito e lista de julgamento.

Por exemplo, ao clicar em uma das sessões virtuais, o usuário pode visualizar o quadro completo de processos pautados, com a possibilidade de aplicar filtros como Ministro relator, tipo de processo ou situação do julgamento, o que torna a navegação mais eficiente e segmentada.



O novo Portal de Sessões de Julgamento representa um avanço significativo na organização da informação institucional ao promover maior controle social e previsibilidade para advogados, partes e demais interessados nas decisões da Suprema Corte.

2.7 LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO STF – STFLab

O **Laboratório de Inovação do STF – STFLab** foi criado em 2025, por meio da Resolução nº 871, de 29 de maio de 2025, para impulsionar a cultura de inovação na instituição. Seu objetivo é desenvolver soluções criativas e colaborativas para melhorar a prestação jurisdicional, otimizar processos, aumentar a transparência e ampliar o acesso à justiça.

O STFLab, que funciona como espaço de experimentação e cocriação, busca transformar ideias em soluções reais, testadas e escaláveis, com o uso de desafios temáticos, oficinas e protótipos.

Entre suas principais frentes de atuação, destacam-se:

- mapeamento de desafios institucionais e oportunidades de melhoria;
- desenvolvimento e teste de soluções inovadoras com base em dados, tecnologias e metodologias ágeis;
- formação de servidores e magistrados em competências para inovação;
- promoção de parcerias estratégicas com instituições públicas, academia e sociedade civil; e
- contribuição direta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

O primeiro projeto do laboratório, SEJ do Futuro, será o mapeamento e a identificação de melhorias relacionadas ao fluxo dos processos criminais no âmbito da Secretaria Judiciária.

3. TRANSPARÊNCIA, DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E COOPERAÇÃO PARA A SOLUÇÃO DE CASOS

Com o objetivo de fortalecer a transparência, ampliar o diálogo com a sociedade e estimular a cooperação na solução de controvérsias, diversas iniciativas foram implementadas ao longo da gestão. Destacam-se, entre elas, a criação do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL); a convocação de sessões de sustentação oral, com a valorização da escuta qualificada das partes; e a instituição da Ouvidoria do STF, como novo canal de atendimento ao cidadão. Essas e outras iniciativas serão apresentadas a seguir de forma detalhada.

3.1 ESTÍMULO À ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (NUSOL)

O NUSOL oferece apoio aos Gabinetes e à Presidência na busca e na implementação de soluções consensuais de conflitos processuais e pré-processuais, bem como promove a cooperação judiciária do STF com os demais órgãos do Poder Judiciário. Entre suas atribuições, encontram-se:

i. o auxílio na triagem de processos que, por sua natureza, permitam solução consensual;

ii. a realização de sessões de conciliação ou mediação, o apoio a essas sessões ou o uso de outro método adequado de tratamento de controvérsias, por solicitação do Relator; e

iii. a promoção da cooperação judiciária, sempre consensual, entre o STF e os demais órgãos do Poder Judiciário, bem como outros atores do sistema de Justiça e da sociedade civil organizada.

O Núcleo registrou um avanço expressivo nas audiências e reuniões técnicas realizadas desde o início da gestão do Ministro Luís Roberto Barroso. Enquanto no início da gestão eram realizadas uma ou duas audiências por mês, atualmente o agendamento alcança de três a quatro audiências por semana. Além do aumento expressivo, esse número evidencia maior eficiência e produtividade no cumprimento de suas atividades.

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o NUSOL alcançou os seguintes resultados:



100
audiências de conciliação



30
acordos homologados



43
processos em andamento



36
reuniões preliminares

Entre as audiências de conciliação realizadas com apoio do NUSOL, destacam-se as 12 conduzidas no âmbito da Comissão Especial de Saúde (RE 1.366.243, Rel. Min. Gilmar Mendes) e as 13 na Comissão de Marco Temporal (ADC 87, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Durante o período, foram homologados 30 acordos, o que corresponde a 60% do total de acordos homologados desde 2015 e evidencia impacto crescente das iniciativas do Núcleo na promoção de soluções consensuais. Foram registradas 130 notícias na imprensa nacional sobre atividades do NUSOL, com destaque para o expressivo aumento de processos encaminhados à conciliação.

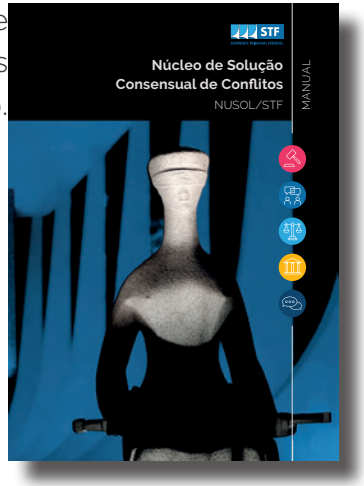
Com o objetivo de ampliar a transparência e facilitar o acompanhamento pela sociedade, o NUSOL disponibiliza, no portal do STF, um painel informativo atualizado semanalmente. O painel reúne dados sobre os processos que estão em tramitação no Núcleo ou que passaram por procedimentos de

Acesse o Painel de Acordos Cíveis

conciliação e informa o número de audiências e reuniões realizadas, o tema do processo e sua situação atual. Criado em outubro de 2023, o painel já acumula quase 14 mil visualizações. Além disso, permite o *download* dos dados em formato de planilha, o que facilita a realização de estudos, análises e pesquisas.

Em agosto de 2025, foi lançado o Manual de atuação do NUSOL, que descreve as principais atividades desenvolvidas e oferece orientações aos Gabinetes sobre os procedimentos para solicitar o apoio do Núcleo.

Manual de Solução Consensual de Conflitos NUSOL/STF



Audiências de conciliação em processos cíveis

Durante a gestão, os casos submetidos a procedimentos de solução consensual de conflitos abrangeram uma ampla variedade de temas, que incluem desde as regras de transparência para emendas parlamentares até controvérsias relacionadas ao marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A seguir, apresentam-se alguns destaques.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Operação Verão e condução de crianças e adolescentes a instituições de acolhimento no Rio de Janeiro
Relator: Min. Cristiano Zanin
Data: 21.02.2024
Referência processual: Rcls 64.943, 64.800, 64.803 e 64.807



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Acordos de leniência na Lava Jato
Relator: Min. André Mendonça
Data: 26.02.2024
Referência processual: ADPF 1.051



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Tema: Orçamento secreto e emendas parlamentares
Relator: Min. Flávio Dino
Data: 01.08.2024
Referência processual: ADPF 854



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Lei do Marco Temporal (Lei nº 14.701/2023)
Relator: Min. Gilmar Mendes
Data: 05.08.2024 (reunião inicial)
Referência processual: ADIs 7.582, 7.583 e 7.586; ADO 86; e ADC 87



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Tema: Dívida do Estado do Rio Grande do Sul
Relator: Min. Luiz Fux
Data: 13.08.2024
Referência processual: ACO 2.059



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Tema: Gasoduto Subida da Serra
Relator: Min. Edson Fachin
Data: 12.09.2024
Referência processual: ACO 3.688



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Medidas para combate a incêndios
Relator: Min. Flávio Dino
Datas: 10 e 19.09.2024
Referência processual: ADPFs 743, 746 e 857



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Tema: Conflito fundiário envolvendo a demarcação da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, em Mato Grosso do Sul
Relator: Min. Dias Toffoli
Data: 16.10.2024
Referência processual: MS 25.463



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Tema: Licença ambiental do aterro sanitário em Rosário do Catete (SE)
Relator: Min. Dias Toffoli
Data: 16.10.2024
Referência processual: Rcl 62.113



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Aquisição de medicamento para Distrofia Muscular de Duchenne
Relator: Min. Gilmar Mendes
Data: 21.10.2024
Referência processual: Rcl 68.709



Foto: Andressa Anholete/SCO/STF

Tema: Distribuição de *royalties* de petróleo entre Santa Catarinã, Paraná e São Paulo
Relator: Min. Flávio Dino
Data: 24.10.2024
Referência processual: ACO 444



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Plano para fortalecer o controle do desmatamento na Amazônia e no Pantanal
Relator: Min. Flávio Dino
Data: 05.12.2024
Referência processual: ADPF 743



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Tema: Encampação da concessão da Linha Amarela pelo Município do Rio de Janeiro
Relator: Ministro Presidente
Data: 29.04.2025
Referência processual: SL 1.783



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Reparação por danos a comunidades indígenas Avá-Guarani (Nhandeva) – Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional
Relator: Min. Dias Toffoli
Data: Acordo homologado em 24.03.2025
Referência processual: ACO 3.555



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Tema: Uso de câmeras corporais pela Polícia Militar de São Paulo
Relator: Ministro Presidente
Data: Acordo homologado em 05.07.2025
Referência processual: SL 1.696



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Tema: Decretos sobre aumento das alíquotas do IOF

Relator: Min. Alexandre de Moraes

Data: 15.07.2025

Referência processual: ADIs 7.827 e 7.839; e ADC 96



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Tema: Ressarcimento de descontos indevidos em benefícios previdenciários – aposentados e pensionistas do INSS

Relator: Min. Dias Toffoli

Data: 03.07.2025

Referência processual: ADPF 1.236



Foto: Nelson Jr,/SCO/STF

Tema: Suspensão de licença de operação da Mineração Onça Puma (Vale S.A.) – extração de níquel no Pará

Relator: Min. Luís Roberto Barroso

Data: 27.05.2025

Referência processual: STPs 1.013 e 1.021; e SL 1.014



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Tema: Concurso público – Polícia Militar do Distrito Federal – limite de vagas para candidatas do sexo feminino

Relator: Min. Cristiano Zanin

Data: Acordo homologado em 26.10.2023

Referência processual: ADI 7.433



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Tema: Concurso público – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – limite de vagas para candidatas do sexo feminino

Relator: Min. Cristiano Zanin

Data: Acordo homologado em 16.11.2023

Referência processual: ADI 7.483



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Tema: Concurso público – Polícia Militar do Estado do Pará – limite de vagas para candidatas do sexo feminino

Relator: Min. Dias Toffoli

Data: Acordo homologado. Decisão referendada em sessão virtual do dia 07.11.2023

Referência processual: ADI 7.486



Foto: Sophia Santos/SCO/STF

Tema: Concurso público – Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – limite de vagas para candidatas do sexo feminino

Relator: Min. Cristiano Zanin

Data: Acordo homologado. Decisão referendada em sessão virtual do dia 11.03.2024

Referência processual: ADI 7.487



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Tema: Reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG

Relator: Ministro Presidente

Data: Acordo homologado. Decisão referendada no dia 06.11.2024

Referência processual: Pet 13.157



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Tema: Fornecimento de medicamentos registrados na Anvisa, mas não padronizados no SUS

Relator: Min. Gilmar Mendes

Data: 16.09.2024

Referência processual: RE 1.366.243



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Tema: Reintegração de posse e indenização – Reserva Florestal Nonoai
Relator: Min. Dias Toffoli
Data: 02.04.2025
Referência processual: ACO 442



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tema: Ações e omissões voltadas a povos indígenas isolados e de recente contato
Relator: Min. Edson Fachin
Data: 01.10.2024
Referência processual: ADPF 991



Foto: Sophia Santos/SCO/STF

Tema: Repasse do valor da outorga dos serviços de saneamento básico da Região Metropolitana de Maceió
Relator: Min. Cristiano Zanin
Data: 24.10.2023
Referência processual: ADPF 863

3.2 SESSÕES DE SUSTENTAÇÃO ORAL

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso na Presidência do STF, foi inaugurada nova modalidade de julgamento, aplicada em especial a casos juridicamente complexos ou socialmente relevantes. O procedimento consiste na designação de sessão presencial específica apenas para a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, com posterior agendamento de nova sessão para o início do julgamento propriamente dito.

Essas sessões, que podem ocupar parte ou a totalidade das sessões plenárias presenciais, deverão ocorrer preferencialmente nos casos constitucionais de maior relevância, em especial em: (i) litígios estruturais; (ii) outras ações de controle concentrado que tratem de tema com grande impacto e importância; e (iii) recursos extraordinários com repercussão geral.

A nova prática busca assegurar que as sustentações orais tenham maior impacto na formação do convencimento do Relator e dos demais Ministros e conferir tempo hábil para que subsídios relevantes trazidos pelas partes e pelos *amici curiae* sejam incorporados e endereçados aos votos.

A inclusão de processos em pauta exclusivamente para a realização de sustentações orais pode ocorrer por iniciativa do Relator ou por indicação da Presidência, entre os feitos já liberados para pauta do Plenário presencial.

Durante a gestão, 29 processos foram pautados, primeiramente, apenas para oitiva das sustentações orais. São eles:

- ADO 20 – Licença-paternidade;
- ADPF 973 – Racismo estrutural;
- RE 859.376 (Tema 953) – Possibilidade de, em nome da liberdade religiosa, excepcionar obrigação imposta a todos relativa à identificação civil;

- ADPF 1.107 – Práticas de desqualificação de vítimas de violência sexual;
- ADI 5.911 – Requisitos para esterilização voluntária;
- RE 1.133.118 (Tema 1.000) – Nepotismo. Exceção de proibição de contratação de parentes para cargo de agente político de secretaria municipal;
- ADI 4.245 – Convenção de Haia de 1980 sobre subtração internacional de crianças;
- RE 979.742 (Tema 952) e RE 1.212.272 (Tema 1.069) – transfusão de sangue para testemunha de Jeová;
- ADO 73 – Alegada omissão na proteção dos trabalhadores em face da automação. Art. 7º, XXVII, CF;
- RE 662.055 (Tema 837) – Conflito entre a liberdade de expressão e o direito à honra de pessoas jurídicas. Denúncia da crueldade contra animais em rodeios;
- ADIs 7.389, 7.454 e 7.566 e ADPF 1.076: Resolução 487/2023-CNJ. Política Antimanicomial do Poder Judiciário;
- ADPF 635 – Letalidade policial pela política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro – ADPF das Favelas;
- ADI 7.686 – Convenção de Haia de 1980 sobre subtração internacional de crianças. Exceção ao retorno imediato no caso de violência doméstica;
- ADPF 338 – Causa de aumento de pena. Crimes contra a honra cometidos em desfavor de funcionário público;
- ADIs 6.236, 6.238, 6.239, 6.266, 6.302 – Constitucionalidade da lei de abuso de autoridade;

- ADI 7.265 – Rol taxativo da ANS;
- RE 632.115 (Tema 950) – Responsabilidade civil objetiva do Estado. Pagamento de indenização por danos morais decorrentes de atos protegidos por imunidade parlamentar;
- RE 973.837 (Tema 905) – Constitucionalidade da inclusão e manutenção de perfil genético de condenados por crimes violentos ou por crimes hediondos em banco de dados estatal;
- Rcl 64.018 – Vínculo empregatício de trabalhadores de aplicativos;
- RE 659.412 (Tema 684) – Incidência de PIS/Cofins em locações de bens;
- ARE 1.309.642 (Tema 1.236) – Exigência do regime obrigatório de separação de bens nos casamentos e uniões estáveis com pessoa maior de 70 anos.

3.3 CRIAÇÃO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria do Supremo Tribunal Federal foi criada durante a gestão 2023-2025 como parte das iniciativas estratégicas da Presidência para ampliar a transparência, a escuta ativa e a participação cidadã. Ao substituir, ampliar e modernizar o serviço antes prestado pela Central do Cidadão, a unidade consolidou-se como canal oficial de escuta da sociedade e do público interno.

A Ouvidoria é vinculada diretamente à Presidência do Tribunal e passou a receber, orientar e tratar manifestações relativas à atuação e aos serviços prestados pelo STF, em consonância com as Leis nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), nº 13.460/2017 (direitos dos usuários de serviços públicos) e nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

A atuação da Ouvidoria foi ampliada com a criação da Ouvidoria Interna, voltada ao acolhimento de manifestações de servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as), e da Ouvidoria da Mulher, especializada em temas relacionados a igualdade de gênero, participação feminina e enfrentamento à violência.

Entre janeiro de 2024 e setembro de 2025, a unidade registrou mais de 78 mil manifestações, distribuídas entre:



37.069
atendimentos pelo canal de teleinformações processuais



24.054
manifestações via formulário eletrônico



11.998
cartas, majoritariamente relacionadas à população carcerária



5.354
***e-mails* recebidos**



234
atendimentos presenciais



21
atendimentos classificados como "outros"

Desse total, 298 atendimentos foram tratados pela Ouvidoria da Mulher, com abordagem especializada e sensível, voltada ao acolhimento de demandas complexas e de alta vulnerabilidade.

Além do atendimento direto, a Ouvidoria promoveu iniciativas relevantes, como o projeto *STF Escuta*, rodas de conversa, pesquisas de ambiência, campanhas institucionais de enfrentamento ao assédio e à discriminação, eventos com participação de lideranças nacionais e internacionais, e o projeto *Escrevendo Direitos*, que articula literatura e direitos fundamentais.

A nova Ouvidoria do STF representa um salto qualitativo na promoção de uma Justiça mais aberta, acessível e sintonizada com as necessidades e os direitos da população brasileira.

3.4 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS DURANTE A GESTÃO

As audiências públicas têm por objetivo a oitiva de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que necessário para a compreensão de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, foram realizadas 09 audiências públicas.

Destaque – Audiências Públicas



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

24.04.2024 a 12.06.2024 – Audiência Pública nº 39

Regulação do uso, por órgãos e agentes públicos, de programas de intrusão virtual remota e de ferramentas de monitoramento secreto e invasivo de aparelhos digitais de comunicação pessoal (ADO 84 e ADPF 1.143, Rel. Min. Cristiano Zanin)



Foto: Andressa Anholete/SCO/STF

17.09.2024 a 22.10.2024 – Audiência Pública nº 40

Programa Escolas Cívico-Militares, criado por lei do Estado de São Paulo (ADIs 7.662 e 7.675, Rel. Min. Gilmar Mendes)



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

05.08.2024 a 05.11.2024 – Audiência Pública nº 41

Desonerações tributárias concedidas para agrotóxicos (ADI 5.553, Rel. Min. Edson Fachin)



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

11.10.2024 a 11.11.2024 – Audiência Pública nº 42

Impactos das apostas *on-line* (*bets*) no Brasil (ADI 7.721, Rel. Min. Luiz Fux)



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

18.11.2024 a 09.12.2024 – Audiência Pública nº 43

Direitos e deveres na relação entre motoristas e empresa administradora de plataforma digital (RE 1.446.336, Rel. Min. Edson Fachin)



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

27.06.2025 – Audiência Pública nº 44

Obrigatoriedade de execução de emendas parlamentares individuais e de bancada de caráter impositivo (ADIs 7.688, 7.695 e 7.697, Rel. Min. Flávio Dino)



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

25.08.2025 – Audiência Pública nº 45

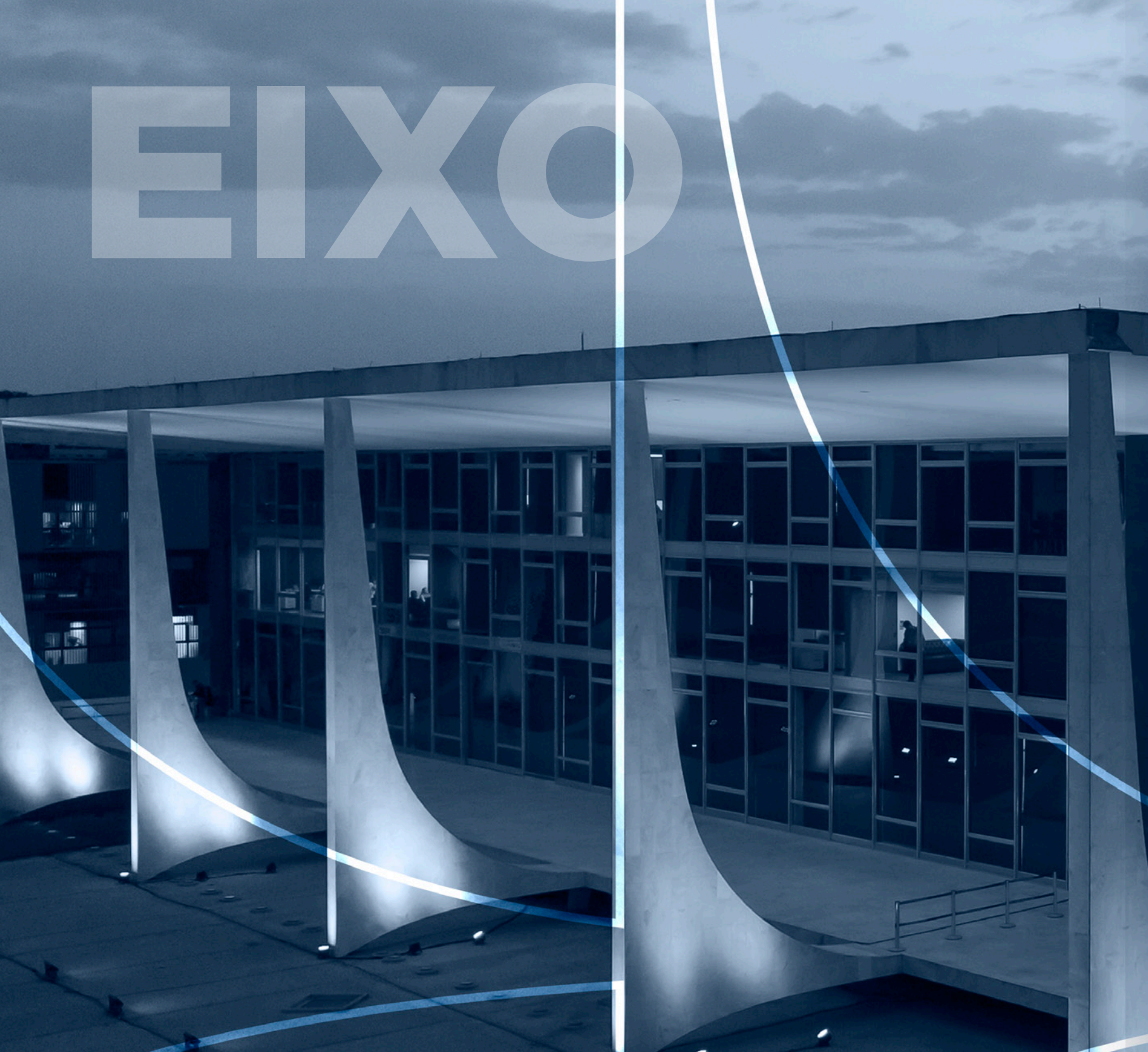
Políticas ambientais no Estado de São Paulo (ADPF 1.201, Rel. Min. Flávio Dino)



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

27.08.2025 – Audiência Pública nº 46

Regulação pela Anvisa da publicidade de medicamentos e alimentos nocivos à saúde (ADI 7.788, Rel. Min. Cristiano Zanin)


EIXO



Comunicação, conhecimento e governança



1. COMUNICAÇÃO E APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

> **"Um dos três grandes eixos da gestão 'será o da comunicação, melhorando a interlocução com a sociedade, expondo em linguagem simples o nosso papel, explicando didaticamente as decisões, desfazendo incompreensões e mal-entendidos'."**
>
> Ministro Luís Roberto Barroso, discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 28.09.2023

A gestão do Ministro Luís Roberto Barroso na Presidência do STF definiu como norte "Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade". Essa orientação tem como objetivo reforçar a ideia de que a Justiça deve ter o foco no cidadão.

Para promover essa aproximação, a gestão 2023-2025 investiu em projetos e programas voltados a melhorar a qualidade do diálogo do STF com as pessoas e as instituições públicas e privadas.

O funcionamento dos tribunais, as decisões, os processos judiciais e a linguagem jurídica são complexos e pouco acessíveis. Esse fato pode gerar, em muitas pessoas, a percepção de que a Justiça não é para todos e favorecer a desinformação.

Por isso, a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso investiu em uma série de projetos e medidas para permitir que as pessoas compreendam melhor as funções do STF, o seu trabalho e as suas decisões. Para tanto, foram estabelecidas três prioridades:

i. explicar, de maneira simples e objetiva, as principais decisões do STF;

ii. estabelecer comunicação simples confiável e transparente; e

iii. ampliar o conhecimento das pessoas sobre a Constituição, o STF e o Poder Judiciário.

A seguir, os principais projetos no campo da melhoria da comunicação e do relacionamento institucional do STF com a sociedade.

INFORMAÇÃO À SOCIEDADE

A gestão 2023-2025 criou o boletim *Informação à Sociedade*, que apresenta um resumo didático dos principais julgamentos presenciais e virtuais realizados pelo Plenário do Supremo. O conteúdo é produzido em linguagem simples e acessível, apresenta os fatos relativos a cada processo, as questões jurídicas, os fundamentos da decisão, como foi a votação, o resultado do julgamento e as teses definidas.

Após a conclusão de cada julgamento no Plenário, um novo *Informação à Sociedade* é publicado até o fim do dia, em formato PDF para facilitar o compartilhamento.



Imagem de 16 de setembro de 2025.

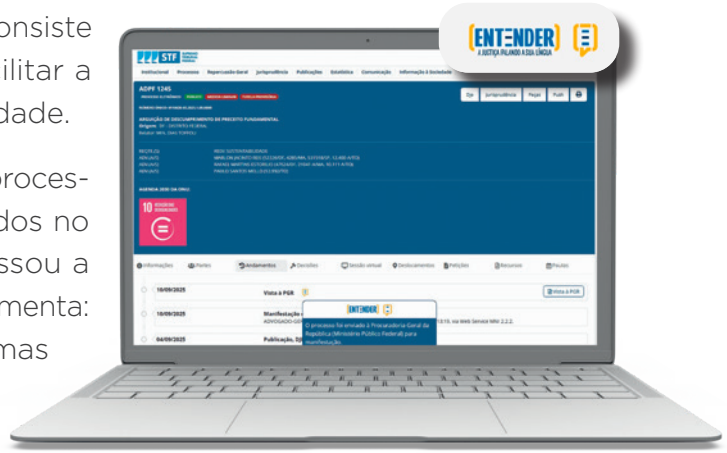
Os boletins são divulgados no portal Corte Aberta e no canal do STF no *WhatsApp*.

A partir de setembro de 2025, versões do boletim *Informação à Sociedade* em inglês e espanhol também passaram a ser disponibilizadas no portal da Corte, de modo a facilitar a compreensão das decisões do STF pela comunidade internacional.

Até 16.09.2025, foram divulgados 148 boletins *Informação à Sociedade*.

Acesse a página *Informação à Sociedade*

PROJETO ENTENDER – A JUSTIÇA FALANDO A SUA LÍNGUA



O projeto *Entender – a Justiça falando a sua língua* consiste em uma série de ações e iniciativas voltadas a facilitar a compreensão de termos jurídicos por toda a sociedade.

Uma de suas medidas é o glossário de andamentos processuais. Para facilitar a compreensão dos termos usados no Judiciário, o *site* do Supremo Tribunal Federal passou a contar, desde dezembro de 2023, com uma nova ferramenta: ícones no andamento processual explicando algumas expressões jurídicas.

Os ícones (balões explicativos) estão localizados nas páginas de andamento processual do STF, área destinada a descrever todas as etapas de um processo. Para ter acesso à explicação, basta o usuário passar o cursor do *mouse* nas caixas de texto ao lado do termo. Um dos ícones esclarece, por exemplo, o que significa "autuado", uma das primeiras movimentações processuais (o processo recebeu uma numeração e uma classificação. É a identidade do processo).



Há várias explicações dos termos como "conclusos", "acórdão", "embargos de declaração", "trânsito em julgado" e "agravo regimental".

Além da explicação no andamento processual, há ainda o *Entenda*, série jornalística que visa explicar, em linguagem simples e de forma objetiva, o tema em debate nos processos mais relevantes e de maior impacto social na pauta do STF. O texto detalha os pontos principais da discussão, de forma didática e com precisão técnica. A notícia é divulgada no portal de notícias do STF com antecedência em relação ao julgamento. Isso evita a disseminação de versões imprecisas, incorretas ou falsas sobre o assunto.

PADRONIZAÇÃO DE EMENTAS

A gestão 2023-2025 também criou um padrão para ementas de decisões judiciais, em âmbito nacional, materializado na Recomendação CNJ nº 154/2024 e no Manual de Padronização de Ementas do CNJ.

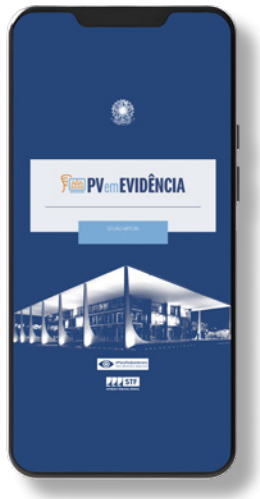
A padronização de ementas contribui para a ampliação da transparência e da eficiência do sistema judicial, alinhando-se à diretriz de aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Ela é capaz de realizar três objetivos: auxiliar a compreensão das decisões, permitir a adequada aplicação dos precedentes e facilitar o uso de inteligência artificial.

A ementa-padrão é dividida nos seguintes itens: Cabeçalho (ou Indexação); I. Caso em exame; II. Questão em discussão; III. Razões de decidir; IV. Dispositivo e tese; remissão à legislação e à jurisprudência relevantes para a solução do caso.

Ao criar um roteiro para a elaboração de ementas com linguagem direta, simples e acessível, a padronização auxilia as partes, os interessados, a comunidade jurídica e toda a população a compreender, de maneira rápida e clara, os principais pontos e fundamentos de um julgado.



PV EM EVIDÊNCIA



A gestão também aprimorou o boletim *Plenário Virtual em Evidência*, uma publicação semanal, com resumos dos principais processos julgados pelo Plenário do STF em sessões virtuais, com destaque para as ações de controle de constitucionalidade e os recursos extraordinários submetidos à sistemática da repercussão geral.

O *Plenário Virtual em Evidência* foi criado durante a gestão da Ministra Rosa Weber para fornecer informações para o público interno do Tribunal. No biênio 2023-2025, o boletim foi inteiramente reformulado, com novo *design* gráfico, conteúdo ampliado e maior divulgação. O conteúdo passou a incluir não apenas a seleção de casos relevantes do próximo PV, mas também dados consolidados da sessão virtual e os resultados dos julgamentos dos processos selecionados na sessão virtual anterior. Além disso, o produto passou a ser divulgado também para o público externo, com publicação no Portal do STF e envio para a imprensa.

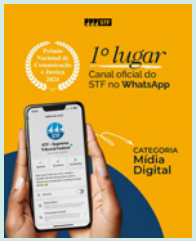
MELHORIA DA COMUNICAÇÃO DO STF

Também foram implementadas diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional, o que ampliou a compreensão sobre as atividades do Tribunal e, principalmente, sobre o impacto de suas decisões na vida dos brasileiros.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

O Tribunal expandiu sua presença nas redes sociais, utilizando a linguagem e as tendências de cada plataforma para se comunicar com a sociedade e democratizando o acesso da população à sua atuação.

Além dos perfis já existentes, como *Instagram*, *X* e *Facebook*, o STF criou outras contas estratégicas durante a gestão 2023-2025:



***WhatsApp* (novembro de 2023):** O canal oficial do STF no *WhatsApp* foi criado para oferecer ao cidadão conteúdos importantes produzidos a partir de decisões e iniciativas do Tribunal que impactam diretamente a vida das pessoas. Essa iniciativa foi reconhecida com o primeiro lugar na categoria Mídia Digital no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2024.

***LinkedIn* (maio de 2024):** O perfil do STF foca em curiosidades sobre o cotidiano no Tribunal, além de trazer publicações sobre boas práticas no trabalho, ações desenvolvidas, informações relevantes para quem atua ou deseja atuar na Suprema Corte.

***Kwai* (setembro de 2024):** O perfil do STF traz conteúdos educativos, informativos e de fácil entendimento sobre a Suprema Corte, a Constituição e a democracia.

Seguidores nas redes sociais do STF*

Instagram	Facebook	YouTube	X (ex-Twitter)	TikTok
641.895	43.389	573.542	2.679.154	101.348

Spotify	Canal WhatsApp	LinkedIn	Kwai
18.164	69.946	139.575	475

Nota: *Dados de 16.09.2025.

Total de postagens realizadas (out/2023 a set/2025)

Instagram	Facebook	YouTube	X (ex-Twitter)	TikTok
3.775	2.932	889	2.811	284

Spotify	Canal WhatsApp	LinkedIn	Kwai
177	445	314	98



App TV Justiça+

Ação prioritária da gestão e meta do planejamento estratégico do STF, o aplicativo de *streaming* da TV Justiça foi lançado em agosto de 2024. Além das transmissões ao vivo da TV, da Rádio Justiça e do Ponto Jus, o aplicativo oferece as sessões plenárias, jornais, programas, além de conteúdos especiais como grandes julgamentos e memória jurídica.

O aplicativo TV Justiça+ é um canal de disseminação de informação pública e jurídica. Somadas as lojas *Apple Store* e *Play Store*, o app atingiu 23 mil *downloads* desde o seu lançamento até setembro de 2025.

MELHORIA DA PROGRAMAÇÃO DA TV JUSTIÇA

Durante a gestão, foram adotadas uma série de medidas para ampliar a audiência e a relevância da TV Justiça, a fim de conferir mais transparência aos atos do Poder Judiciário.

A programação da TV e da Rádio Justiça foi reformulada durante o biênio com o objetivo de torná-la mais interessante e mais horizontal, com faixas de programação que atravessam toda a semana. A TV Justiça passou a contar em sua grade com filmes e séries jurídicas.

Ademais, desde abril de 2024, a TV Justiça passou a ser transmitida no canal 1 da rede aberta em Brasília, em substituição ao canal 53. A mudança foi marcada por uma cerimônia de descerramento de placa, no mês seguinte, com a presença do Presidente Luís Roberto Barroso e do Advogado-Geral da União, Jorge Messias.



23.05.2024 – Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Ainda na interlocução com a sociedade, a comunicação institucional produziu os seguintes dados:

6.525
demandas de imprensa atendidas por *e-mail*

3.673
notícias publicadas no portal do STF

19.206
fotografias armazenadas nos bancos de imagens interno, no portal e no *Flickr*

3.847
notícias publicadas na intranet da Corte

I PRÊMIO NACIONAL DE JORNALISMO DO PODER JUDICIÁRIO

Em 2024, a gestão criou o I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário, que teve como tema os 35 anos da Constituição Cidadã, contou com 261 trabalhos, 92 finalistas e 19 vencedores. O prêmio foi uma iniciativa inédita do STF, em parceria com os demais tribunais superiores (TSE, STJ, TST e STM), para celebrar o 35º aniversário da Constituição Federal de 1988 – comemorado em 5 de outubro de 2023 – e promover a reflexão sobre os direitos que ela assegurou. O eixo do STF, intitulado "O Tribunal da Constituição", recebeu 81 inscrições, das quais 62 estavam aptas.

Em 2025, foi realizada a segunda edição do prêmio, com o foco em direitos humanos e tecnologia. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 10 de setembro de 2025.



24.04.2024 – Solenidade de entrega do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário, no STJ. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



10.09.2025 – Entrega do II Prêmio de Jornalismo do Poder Judiciário. Foto: Luiz Silveira/SCO/STF

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

A gestão do Ministro Luís Roberto Barroso também fortaleceu a aproximação do Supremo Tribunal Federal com a sociedade por meio de iniciativas de educação, diálogo e valorização da diversidade. As ações reforçam o compromisso do Supremo com a cidadania democrática.

STF NA ESCOLA

Criado para levar informações sobre o papel do Supremo Tribunal Federal, da Constituição Federal e da democracia a estudantes, o projeto *STF na Escola* teve seu alcance ampliado. Lançada em fevereiro de 2023, a iniciativa focou inicialmente em visitas a escolas do Distrito Federal, com a realização de cinco palestras. A partir de 2024, o *STF na Escola* expandiu sua atuação e marcou presença em estados das cinco regiões brasileiras.

Em 2024 o programa também ganhou novo *site* com conteúdo mais completo, lúdico, colorido e interativo. O objetivo foi atrair a atenção de professores e estudantes, e permitir o *download* gratuito do conteúdo da nova cartilha e a consulta de informações sobre o projeto. A cartilha



Acesse o *site* do *STF na Escola*

foi elaborada em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no âmbito do Programa de Combate à Desinformação.

A partir de 2024, as palestras do *STF na Escola* passaram a ser conduzidas pela Juíza Ouvidora do Tribunal, Flávia Martins Carvalho, coordenadora do projeto, e pelo Juiz Auxiliar no STF Michael Procópio Ribeiro Alves. Eles estiveram em cidades de vários Estados, como Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Santa Catarina, Rondônia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás.

Palestras *STF na Escola*



Cine *STF na Escola*





31.10.2024 – *STF na Escola* em Itabira (MG). Foto: Andressa Anholete/SCO/STF



26.11.2024 – *STF na Escola* em Porto Velho (RO). Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



10.04.2025 – *STF na Escola* em Canoas (RS). Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



24.06.2025 – *STF na Escola* em Monte Alegre de Goiás (GO). Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



29.04.2025 – *STF na Escola* em Recife (PE). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



26.08.2025 - *STF na Escola* na comunidade Maku Itá (AM). Foto: Raphael Alves/TJAM

Além das visitas às escolas, o projeto prevê que alunos sejam recebidos na Corte. Em 2024 e 2025, além da solenidade de lançamento do novo formato do projeto, que contou com a presenças de estudantes, em duas ocasiões alunos foram recebidos para uma sessão de cinema no Plenário da Corte.



19.06.2024 – Lançamento da nova cartilha e do novo *site* do *STF na Escola*. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF





21.02 e 06.06.2025 – Sessão especial de cinema do projeto *STF na Escola*. O curta de animação "Uma aventura com a Constituição" atraiu a atenção de crianças e adolescentes no Plenário da Corte. Fotos: Fellipe Sampaio e Rosinei Coutinho/SCO/STF



30.04.2024 – Presidente Luís Roberto Barroso fala a alunos do ensino médio da Escola Estadual Princesa Isabel, em Maceió (AL). Foto: Gustavo Moreno/ SCO/STF



23.10.2024 – Presidente Luís Roberto Barroso em palestra motivacional, na sede da Fiesp. Foto: Karim Kahn/Sesi-SP

Outra iniciativa de aproximação com a sociedade, também voltada para estudantes do ensino médio, foi a realização de palestras pelo Ministro Presidente Luís Roberto Barroso em escolas municipais durante visitas institucionais aos Estados. Nessas palestras, o Ministro tratou de temas como o valor da democracia no mundo contemporâneo, a cidadania, a revolução tecnológica e as mudanças climáticas. As palestras aconteceram em Estados como Paraná, Alagoas, Paraíba, Acre, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

PAPO SUPREMO

O Presidente do STF proferiu palestra motivacional a 120 alunos de ensino médio do Sesi de São Bernardo do Campo, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A palestra fez parte do projeto *Papo Supremo*, reflexões entre jovens do Sesi-SP e Ministros do STF, que pretende trazer os magistrados para dialogar com os alunos sobre história, cidadania e democracia. Trata-se de parceria entre a Fiesp e o Supremo, no âmbito do projeto *STF na Escola*, que visa difundir conceitos sobre direitos e deveres previstos na Constituição.



Foto: Karim Kahn/Sesi-SP

ESCREVENDO DIREITOS



Em novembro, mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra, o STF lançou a página eletrônica especial "Escrevendo *DIREITOS*", um painel colaborativo para a troca de sugestões sobre obras literárias brasileiras de ficção que promovam reflexões sobre direitos fundamentais. O primeiro tema abordado é o enfrentamento da discriminação racial.

A página apresenta, ainda, um resumo das principais decisões do Supremo sobre o primeiro tema escolhido, como o julgamento de ações afirmativas e a proteção das comunidades quilombolas.

SEMANA DA JUSTIÇA PELA DIVERSIDADE CULTURAL

Em 21 de maio, comemora-se o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Para celebrar a data, o STF, o STJ e o TST promoveram a Semana da Justiça pela Diversidade Cultural.

A iniciativa teve como objetivo reafirmar o compromisso do Poder Judiciário com a valorização da diversidade cultural, o respeito às diferenças e o fortalecimento do diálogo como fundamento da paz, da justiça e da democracia. A Constituição Federal reconhece a cultura como direito fundamental, e o STF valoriza a riqueza cultural do povo brasileiro, entendendo-a como instrumento essencial de cidadania e aproximação entre as pessoas.

Além de painéis nos tribunais superiores, a programação incluiu uma grande celebração na Praça dos Três Poderes, organizada em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, e com diversas embaixadas.

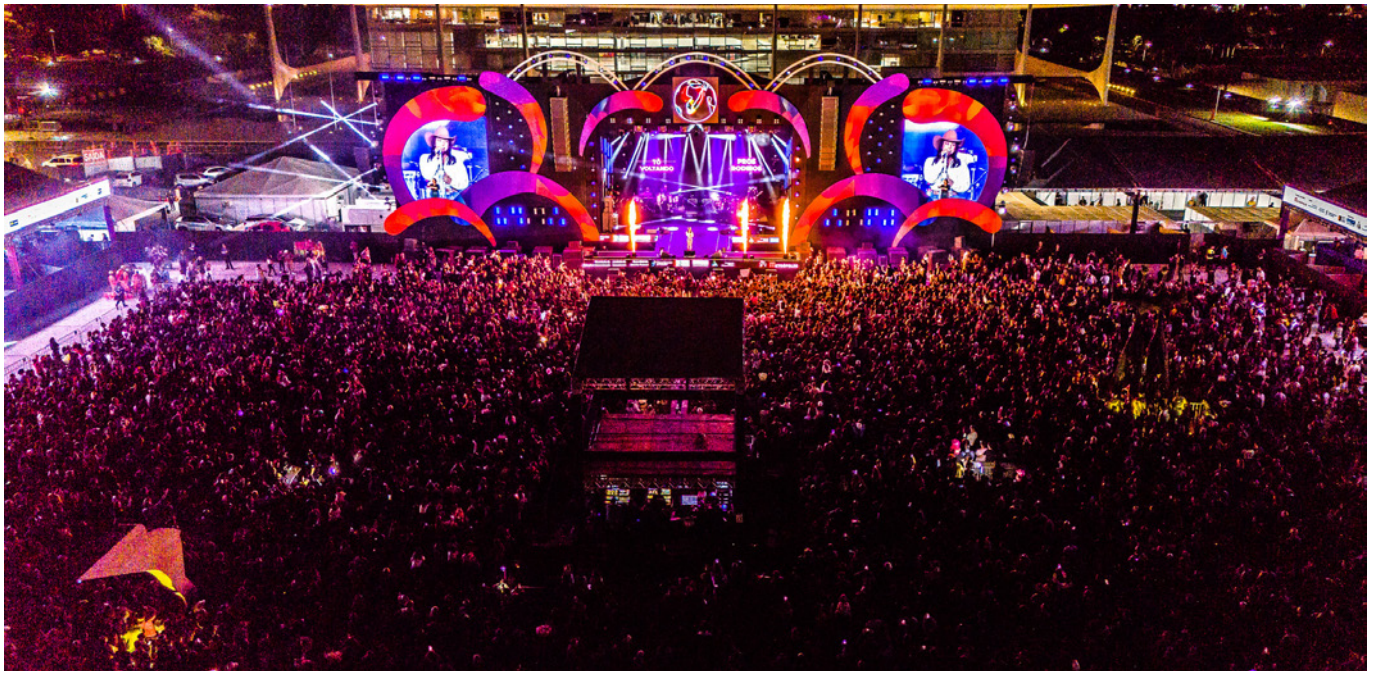
A Praça dos Três Poderes reuniu 40 mil pessoas no dia 21 de maio, marcando a primeira vez que o espaço foi utilizado para uma celebração cultural de grandes proporções desde o 8 de janeiro de 2023.



20.05.2025 – No STF, o painel "Um país, muitas vozes: pluralismo e democracia" contou com mediação do Presidente Luís Roberto Barroso e participação de Eliana Alves Cruz, Preto Zezé, Leandro Karnal e Flávia Piovesan. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



21.05.2025 – No TST, o Instituto Folha Seca abriu o evento com apresentação de percussão sob a regência do maestro Marcos Valente. A primeira mesa do evento teve como tema "A Diversidade na Justiça do Trabalho e o diálogo social como fator de ciência e educação". A segunda parte do painel abordou a diversidade cultural a partir da atuação de coletivos e lideranças da sociedade civil. Foto: Bárbara Cabral



21.05.2025 – Celebração na Praça dos Três Poderes pelo Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF







21.05.2025 – Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Fotos: Rosinei Coutinho/SCO/STF



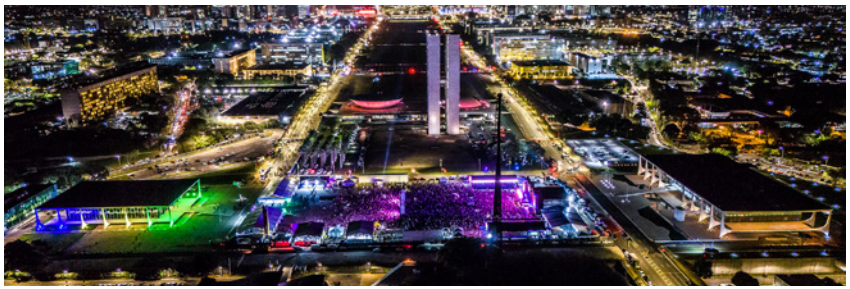
21.05.2025 – Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



22.05.2025 – No STJ, o painel "Preservação da Cultura Brasileira a partir da Perspectiva Étnico-Racial", contou com a participação do Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin, da Ministra da Cultura, Margareth Menezes, da escritora e ativista indígena, Márcia Kambeba, e do advogado indígena e defensor de direitos humanos, Ivo Makuxi. Foto: Tarcisio Boquady/MinC



21.05.2025 – Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



21.05.2025 – Celebração na Praça dos Três Poderes pelo Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

STF MOOT

Em 2025, o Supremo Tribunal Federal lançou a primeira edição do *STF Moot*, julgamento simulado voltado a estudantes de Direito de todo o país. A iniciativa tem como objetivo incentivar o estudo do direito constitucional, promover o entendimento do papel institucional do STF e estimular a formação prática de futuros operadores do Direito.

O julgamento simulado, inspirado nas tradicionais competições de *moot court*, foi realizado em duas fases: uma etapa escrita e remota, com a apresentação de memoriais, e uma fase presencial, na sede do STF, em Brasília.

Nessa última, as equipes finalistas participaram de uma sessão simulada de julgamento, com sustentação oral e arguição perante bancas compostas por Ministros, professores e assessores convidados.

A competição principal ocorreu entre as duas instituições classificadas na fase escrita do *I STF Moot* com as melhores notas. Foi, ainda, realizada fase complementar com as oito equipes de faculdades de Direito classificadas logo abaixo das duas finalistas na fase escrita, que competiram por menção honrosa.

A iniciativa representa um marco no relacionamento da Corte com a comunidade acadêmica, pois amplia o acesso à cultura constitucional e aproxima o Tribunal dos futuros profissionais do Direito.



27.08.2025 – *STF Moot* – I Julgamento simulado do Supremo Tribunal Federal. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

STF INSPIRA

A gestão do Ministro Luís Roberto Barroso também lançou o *STF Inspira*, evento no estilo TEDx, em que pessoas que trabalham no STF e outras personalidades contam histórias inspiradoras sobre direitos humanos e democracia.

Em dezembro de 2024, o Supremo realizou a primeira edição do *STF Inspira*. Foram ministradas 12 palestras de 15 minutos, em formato *talks.* A proposta reuniu no palco uma diversidade de palestrantes, como o Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Tribunal; Nina da Hora, cientista da computação; Josa Alves, colaboradora do Supremo que liderou o serviço de limpeza após o 8 de janeiro; e Clayton Nascimento, ator e autor da peça "Macacos". Foram apresentados temas e experiências sobre direitos, desafios profissionais e pessoais, novas tecnologias, educação, cultura e arte.

Confira os palestrantes e o tema principal de suas apresentações:

- "A Constituição é sua" – Ministro Luís Roberto Barroso
- "Educação e felicidade" – Gabriel Chalita
- "Para vencer o racismo" – Gabriel Sampaio
- "Segurança alimentar" – Mariana Aleixo
- "Território-casa" – Isis Ayres
- "Tinta de sangue" – Christus Nobrega
- "Faça sua parte" – Josa Alves
- "Educação, cultura e arte" – Clayton Nascimento

- “Uso antirracista das tecnologias” – Nina da Hora
- “Da lavoura à sala de aula” – Rodrigo Bento
- “Sem barreiras” – Mariana Guedes
- “STF Inspira” – Flávia Martins

O *STF Inspira* teve a presença da atriz, poetisa e escritora Elisa Lucinda, que recitou poemas, cantou músicas e instigou o público a pensar sobre atitudes normalizadas que encobrem o preconceito racial no Brasil. O evento contou, ainda, com a apresentação da orquestra do Projeto Fábrica de Som, formada por crianças e adolescentes e mantida pela Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul (ADEP/MS), e o lançamento da exposição “Floricultura”, do artista plástico Christus Nóbrega.















Fotos: Rosinei Coutinho, Fellipe Sampaio e Gustavo Moreno/SCO/STF

Em setembro de 2025, aconteceu a segunda edição do *STF Inspira*, que teve como tema "Construindo o amanhã". Foram 12 apresentações com o objetivo de compartilhar trajetórias de vida e aprendizados com base nos valores da Constituição Federal de 1988.

Confira os palestrantes e o tema principal de suas apresentações:

- "A democracia vale a pena" – Ministro Flávio Dino
- "Transmissão de valores às novas gerações" – Flávia Martins
- "Inclusão" – Fabíola Claro
- "O ser humano e a IA" – Natacha Oliveira
- "O que te inspira?" – Cintia Beatriz
- "Superação" – Bruno Moura
- "Sonho supremo" – Cleusa Vasconcelos
- "Do cárcere à cátedra" – Cícero Alves
- "Legado" – Ana Cláudia Quintana
- "A natureza e suas próprias leis" – André Trigueiro
- "Arte traduz" – Jô Freitas













Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

STF NA BIENAL DO LIVRO

A Suprema Corte esteve presente na Bienal do Livro Rio 2025, que aconteceu entre os dias 13 e 22 de junho, no Rio de Janeiro (RJ). O Tribunal participou do evento com a instalação de uma Constituição de três metros de altura e a distribuição da cartilha *Uma aventura com a Constituição* aos estudantes que circulavam pelo local.

Além disso, a Corte – representada pela Juíza Ouvidora, Flávia Martins de Carvalho – foi uma das instituições convidadas para a cerimônia de abertura da Bienal. "Nos dias de hoje, em que somos bombardeados por *fake news*, a leitura nos serve como instrumento para discernirmos entre o certo e o errado, o falso e o verdadeiro, o justo e o injusto", destacou a Juíza no palco que também recebeu o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e o escritor homenageado pela Bienal, o mineiro Ruy Castro.

O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, também esteve presente no evento para o lançamento do livro *Informação à Sociedade*, que apresenta 124 resumos em linguagem simples de decisões do Plenário presencial, além dos principais julgamentos virtuais. A publicação traz todos os documentos publicados após as sessões entre setembro de 2023 e abril de 2025, período da gestão do Ministro Barroso no STF.

"A linguagem simples é apenas uma deferência com o interlocutor. Explicar de uma maneira clara, com empatia, colocando-se no lugar da pessoa para quem você está falando", disse Barroso sobre a importância de explicar o trabalho da Suprema Corte brasileira.



13.06.2025 – A Juíza Ouvidora do STF, Flávia Martins de Carvalho, na abertura da Bienal do Livro Rio 2025. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



19.06.2025 – Presidente Luís Roberto Barroso fala na Bienal durante o lançamento do livro *Informação à Sociedade*. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



19.06.2025 – Presidente Luís Roberto Barroso lança na Bienal o livro *Informação à Sociedade*. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

COMBATE À DESINFORMAÇÃO

O programa de Combate à Desinformação do STF, durante a Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso, ampliou em 25% o número de novos parceiros e alcançou 117 adesões estratégicas com instituições de pesquisa, universidades, órgãos governamentais, plataformas digitais e organizações da sociedade civil.



06.06.2024 – Cerimônia de assinatura com o Presidente Luís Roberto Barroso, o Vice-Presidente Edson Fachin e os representantes das plataformas: Alana Rizzo, do *YouTube*; Marcelo Lacerda, do *Google*; Rodrigo Ruff, da *Meta* (*Facebook*); Fernando Gallo, do *TikTok*; Elias Abdalla Neto, da *Microsoft*; e Regiane Teixeira, do *Kwai*. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

No dia 6 de junho de 2024, representantes das plataformas *YouTube*, *Google*, *Meta*, *TikTok*, *Microsoft* e *Kwai* assinaram, no STF, o acordo de adesão ao Programa de Combate à Desinformação. O objetivo do programa é promover ações de educação e de conscientização para enfrentamento dos efeitos nocivos da desinformação, que atingem valores fundamentais da ordem democrática, comprometem a liberdade de expressão responsável, fragilizam a proteção de direitos fundamentais, distorcem o debate público e ameaçam a confiança nas instituições. A parceria prevê que as empresas poderão participar da execução de atividades de caráter informativo e preventivo e reforçar a importância da circulação de conteúdos verdadeiros e de qualidade no espaço digital.

Saiba mais sobre o programa

No âmbito do Programa de Combate à Desinformação foram realizadas diversas outras iniciativas para combater a desinformação, como as elencadas a seguir.

Dezembro 2023



Na sessão de encerramento do Ano Judiciário de 2023, o Presidente Luís Roberto Barroso apresentou o novo plano estratégico do Programa de Combate à Desinformação do STF para o biênio de 2023-2025, dedicado ao combate à desinformação e a fenômenos associados, como discursos de ódio e práticas de contestação democrática e de assédio às instituições, a partir de uma perspectiva multidisciplinar e abrangente.

Maio 2024



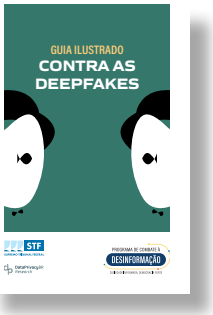
Lançada cartilha *Desinformação e Racismo Digital: desafios e caminhos para equidade racial*, em parceria com a Aláfia Lab. O material aborda conceitos, ilustra o racismo na internet, por meio de casos concretos, e aponta caminhos para enfrentar esse problema.

Junho 2024

Elaborado em parceria com a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), foi lançado o manual *Como funciona o STF para jornalistas*. A publicação apresenta perguntas e respostas relevantes para que os jornalistas que fazem reportagens sobre a Corte possam entender melhor como funciona a tramitação processual.



Outubro 2024



Lançado, em parceria com a Data Privacy Brasil, o *Guia Ilustrado Contra as Deepfakes* visa abordar, de forma acessível e ilustrada, conceitos complexos de inteligência artificial e desinformação, informar sobre os impactos desses conceitos na sociedade, bem como ajudar os cidadãos a lidar com esses desafios.

Março 2025

O volume 2 da série de livros *Desinformação: o mal do século*, em parceria com a UnB, foi lançado em solenidade realizada na Biblioteca do STF. O novo volume dá continuidade ao projeto iniciado na gestão da Ministra Rosa Weber, e tem como subtítulo *O Futuro da Democracia: IA e Direitos Fundamentais*. A obra reúne 18 artigos acadêmicos sobre o tema, dentre eles artigos dos Ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli, Luiz Fux e Flávio Dino.





Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Abril 2025



Lançada, em parceria com o InternetLab, a cartilha *Desinformação: uma das dimensões da violência de gênero*, que aborda o impacto negativo da disseminação de notícias falsas nas redes sociais, destaca como essa prática afeta mulheres simplesmente em razão de sua identidade de gênero. A cartilha orienta sobre como prevenir e denunciar agressões virtuais contra mulheres baseadas no gênero.

Agosto 2025

Lançado o primeiro acervo do projeto *Desinfoteca*. Nessa primeira edição, o tema foi "Proteção de direitos da infância e da adolescência no ambiente digital", em parceria com o Instituto Alana, a Childhood Brasil, a Coalização Brasileira pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes e o Instituto Liberta.

DESINFOTECA
ACERVO DIGITAL SOBRE DESINFORMAÇÃO

Acesse a Desinfoteca

O Programa de Combate à Desinformação também apoiou diversas iniciativas como a campanha "Seja responsável. Não acuse sem checar", idealizada para enfrentar a desinformação em torno da tragédia climática no Rio Grande do Sul; a cartilha *O Poder da Verdade*, material informativo contra desinformação criado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas; as palestras sobre desinformação e Poder Judiciário na semana de formação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

LEIS E *LIKES*: O PAPEL DO JUDICIÁRIO E A INFLUÊNCIA DIGITAL

A Suprema Corte sediou duas edições do evento "Leis e *Likes*: o papel do Judiciário e a influência digital", em parceria com o Instituto Vero e com o Redes Cordiais.

Em outubro de 2024, a iniciativa trouxe ao STF 24 influenciadores digitais, com alcance de mais de 30 milhões de seguidores, para promover o engajamento em temas relacionados à Corte e à cidadania.



21.08.2024 – Influenciadores participam do evento "Leis e *Likes*: o papel do Judiciário e a influência digital". Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

A segunda edição do evento reuniu, em agosto de 2025, 26 produtores de conteúdo e contou com o patrocínio do *YouTube*, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e do Instituto Justiça e Cidadania (IJC). Destaca-se que nenhum *influencer* recebeu cachê pela participação, uma vez que o encontro tem contrapartida 100% social, e o STF não custeia as visitas.

Na primeira edição, diversos nomes das redes marcaram presença no evento, como Professor Noslen, Rodrigo França, Vitória Mesquita, Tiele Miranda e Átila Iamarino. A visita dos influenciadores incluiu conversas sobre o impacto da influência em tempos de polarização e desinformação. Também abordou como a influência digital pode aproximar a justiça da sociedade e o papel do Judiciário na sociedade brasileira.



21.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso com influenciadores no Salão Branco da Corte. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF





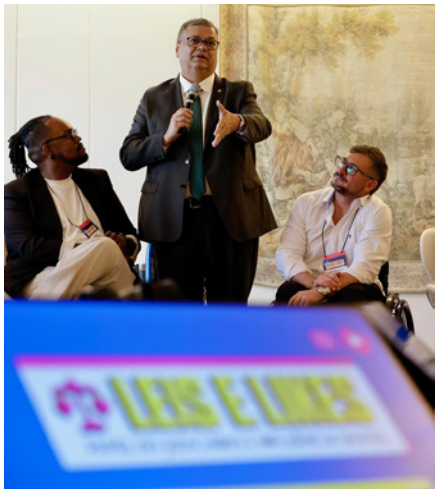
21.08.2024 – Ministra Cármen Lúcia e Ministro Alexandre de Mores com influenciadores no Salão Branco da Corte. Fotos: Fellipe Sampaio e Gustavo Moreno/SCO/STF



22.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso, o Ministro André Mendonça e influenciadores após roda de conversa. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



22.08.2024 – O Vice-Presidente Edson Fachin e influenciadores após roda de conversa. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



21.08.2024 – Ministro Flávio Dino em roda de conversa com influenciadores no Salão Nobre da Corte. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Na segunda edição, entre os influenciadores convidados a compartilhar a experiência em tempo real com seus públicos, estavam Alexandre Simone e Lucas Galdino, Antonio Tabet, Cecília Dassi, Fred Nicácio, Luana Xavier e Mizael Silva.

A proposta do evento foi aproximar o Poder Judiciário da sociedade por meio de quem influencia milhões de pessoas nas redes sociais, bem como promover a troca direta de ideias com a magistratura sobre temas como polarização, liberdade de expressão, inteligência artificial e combate à desinformação.



13.08.2025 – Leis e Likes – Papel do Judiciário e Influência Digital. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



13.08.2025 – Leis e Likes – Papel do Judiciário e Influência Digital. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



14.08.2025 – Roda de conversa I – "Influência responsável, liberdade de expressão e democracia", com a participação do Ministro Alexandre de Moraes. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



14.08.2025 – Roda de conversa II – "Inteligência Artificial, desinformação e o mundo que queremos", com a participação do Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

DIÁLOGO COM INFLUENCIADORES EM PARCERIA COM O *TIKTOK*

Em maio, o STF, em parceria com o *TikTok*, promoveu uma manhã de rodas de conversa com a temática "A Justiça falando a sua língua". A iniciativa visou aproximar a Justiça da sociedade, por meio de discussões com 14 influenciadores.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

IV PRÊMIO CAMP DA DEMOCRACIA

Em reconhecimento à eficiência e ao impacto social positivo decorrente de suas ações e projetos, o Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal começou a receber seus primeiros prêmios. Foi laureado nas categorias “Melhor Caso Atemporal” e “Melhor Estratégia de Aproximação com a Imprensa” no IV Prêmio CAMP da Democracia, outorgado pelo Clube Associativo dos Profissionais de Marketing Político.



Foto: Luiz Silveira/SCO/STF

2. GOVERNANÇA COM FOCO EM INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES COM A SOCIEDADE (SRS)

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo Tribunal Federal deu um passo inédito e significativo para fortalecer e aprofundar o diálogo com a sociedade por meio da criação da Secretaria de Relações com a Sociedade (SRS). A iniciativa traduz um novo modo de presença institucional, mais aberta ao diálogo, atenta às transformações do mundo e comprometida com os desafios coletivos.

A Secretaria de Relações com a Sociedade nasce com a missão estratégica de coordenar e promover o diálogo institucional do STF com a sociedade civil e com instituições públicas e privadas. Com atuação especialmente voltada a temas centrais da contemporaneidade, como a integridade digital, o enfrentamento da desinformação e a promoção do desenvolvimento sustentável, em consonância com os princípios da Agenda 2030 da ONU, SRS é composta pelas seguintes coordenadorias: Coordenadoria de Integridade Digital (CIND), Coordenadoria de Combate à Desinformação (CCOD) e Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e ODS (CODS).

Essa Secretaria representa, portanto, uma inovação institucional de conteúdo democrático, com projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento sustentável, à segurança digital e ao combate à desinformação.

COORDENADORIA DE INTEGRIDADE DIGITAL (CIND)

A Coordenadoria de Integridade Digital (CIND) foi criada para fortalecer a atuação do Supremo Tribunal Federal nas áreas de proteção de dados, segurança da informação e uso responsável da inteligência artificial.

Entre suas atribuições, destaca-se o assessoramento à Presidência em temas sensíveis de segurança da informação e comunicações, o que inclui a análise de sistemas estruturantes do Tribunal. Essa Coordenadoria também promove ações de conscientização e capacitação sobre proteção de dados e boas práticas de segurança.

A CIND fomenta ações preventivas relacionadas a possíveis incidentes cibernéticos, propiciando o fortalecimento do engajamento e a articulação da Alta Administração na consecução de ações voltadas à área de Segurança da Informação e das Comunicações (SIC). Além disso, coordena a política de proteção de dados pessoais, acompanha avaliações de impacto e sugere melhorias contínuas nos processos internos.

Também cabe à CIND propor políticas e diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial no âmbito do STF, com análise de riscos de sistemas que utilizam essa tecnologia. Tudo isso permite que o Supremo Tribunal Federal acompanhe os avanços tecnológicos sem abrir mão da segurança, da legalidade e da responsabilidade pública.

COORDENADORIA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO (CCOD)

A Coordenadoria de Combate à Desinformação (CCOD) foi instituída para dar suporte técnico e operacional ao Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal (PCD-STF). A criação de uma subunidade específica conferiu ao programa a estrutura necessária para atuar de forma contínua, articulada e estratégica.

Com equipe própria e especializada, a CCOD ampliou a capacidade de estabelecer parcerias com órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições acadêmicas e plataformas digitais, a fim de reduzir os impactos da desinformação no ambiente democrático.

O trabalho da Coordenadoria envolve duas frentes complementares. A primeira é a prevenção e resposta a práticas e estratégias desinformativas que visam comprometer a ordem constitucional e a estabilidade democrática. A segunda é a comunicação clara e acessível de decisões do STF em casos de grande repercussão, para reduzir distorções e evitar interpretações enganosas.

Baseada na atuação técnica e guiada por valores democráticos, a CCOD contribui para proteger a integridade do Supremo e para preservar um espaço público baseado em informação qualificada, diversidade de opiniões e respeito à verdade.

COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E ODS (CODS)

A Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e ODS (CODS) tem como missão coordenar a integração de ações, projetos e programas do STF à pauta global da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao desenvolvimento sustentável, contemplando os aspectos ambiental, social e econômico.

A Agenda 2030 é um plano de ação global que almeja um mundo melhor para todos os povos e todas as nações. Adotada em 2015, a Agenda estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade até 2030.

O Supremo Tribunal Federal institucionalizou a Agenda 2030 por meio da Resolução nº 710/2020, quando assumiu o compromisso de integrá-la em suas atividades administrativas e jurisdicionais (na classificação dos processos, inclusive), de modo a contribuir para a superação dos principais desafios para o desenvolvimento enfrentados pelo Brasil.

Apesar das importantes iniciativas já desenvolvidas pelo Tribunal, a responsabilidade de liderar a integração da Agenda 2030 estava até então distribuída por várias áreas e unidades, o que dificultava a coordenação das ações. A criação de uma estrutura específica e permanente de planejamento das atividades constituiu importante passo para aprofundar as práticas de sustentabilidade e a institucionalização da Agenda 2030 no STF.

A CODS atua na criação, no planejamento e na coordenação de (i) amplo programa de sustentabilidade do STF; (ii) ações integradas para a melhoria da acessibilidade no Tribunal; e (iii) medidas de ampliação da integração da Agenda 2030 às atividades administrativas e jurisdicionais.

A seguir, apresentam-se as principais entregas da gestão relacionadas à integridade e à sustentabilidade.

PACTO PELA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

> **"O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental garantido pela Constituição de 1988, um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, de modo que cabe ao Poder Público e a toda a coletividade defendê-lo e preservá-lo."**
>
> Ministro Luís Roberto Barroso, discurso durante a assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica

Em agosto de 2024, o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, assinou, juntamente com os Presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o Pacto pela Transformação Ecológica. O acordo prevê ações coordenadas entre os três Poderes para promover o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social, ambiental e climática. Também abrange os direitos das crianças e das gerações futuras e o enfrentamento de eventos climáticos extremos. O objetivo é que

os Poderes atuem de forma integrada, em suas respectivas competências, para a promoção da transformação ecológica.







Acesse a íntegra do Pacto

Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

STF +SUSTENTÁVEL

Em abril de 2024, o Supremo Tribunal Federal criou, por meio da Resolução STF nº 825/2024, o Programa *STF +Sustentável*, com o objetivo de implementar um conjunto de projetos e ações voltados à sustentabilidade socioambiental no âmbito do Tribunal. No mesmo mês, a Resolução STF nº 826/2024 instituiu a Política de Sustentabilidade do STF integrante do Programa e estabeleceu que as ações de sustentabilidade adotadas pela Corte sejam regidas por critérios socioambientais aplicáveis a todas as suas atividades. Essa Política integra o Sistema de Governança Organizacional (SIGOV) e está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, o que reforça o compromisso institucional da Suprema Corte com a gestão responsável dos recursos, a preservação ambiental e a promoção de práticas sustentáveis em suas rotinas administrativas.

Normatização do Programa *STF +Sustentável* (Resolução nº 825/2024) e **publicação da Política de Sustentabilidade do STF** (Resolução nº 826/2024).

Resolução nº 825/2024

Resolução nº 826/2024

A seguir, algumas ações relacionadas à política de sustentabilidade.

Eliminação do consumo de água mineral em garrafas plásticas

O Supremo Tribunal Federal eliminou o consumo de água em garrafas plásticas e substituiu gradualmente esses recipientes por alternativas mais sustentáveis, como embalagens em Tetra Pak e latas de alumínio.

Para consolidar a mudança, instalou filtros de alta vazão, capazes de fornecer água gelada e de qualidade, estimulando o uso de recipientes reutilizáveis e reduzindo o consumo de materiais descartáveis.

Como parte do Programa *STF +Sustentável*, o público interno recebeu garrafas reutilizáveis personalizadas com a identidade visual do programa, com o objetivo de promover hábitos mais conscientes e incentivar a substituição definitiva de embalagens plásticas descartáveis.

A iniciativa integra o conjunto de boas práticas ambientais adotadas pela Corte, alinhadas ao compromisso institucional com a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental de suas atividades rotineiras.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

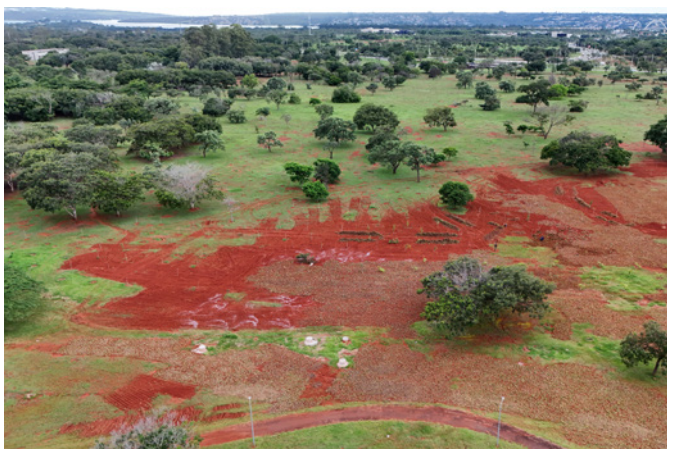
As medidas estão alinhadas com a Agenda 2030 da ONU, em especial com o ODS 12, que trata do "Consumo e Produção Sustentáveis", e com o ODS 14, "Vida na Água", que busca trazer soluções para o problema da poluição por plásticos nos oceanos.

Plantio de mudas no Bosque dos Constituintes



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, participaram, em 27 de novembro de 2024, do plantio de 100 mudas no Bosque dos Constituintes, área verde próxima aos edifícios da Corte. Foram as últimas das 5.550 mudas de espécies nativas do cerrado plantadas no entorno do Tribunal, em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Estiveram presentes, ainda, o Ministro Cristiano Zanin, o Presidente da Novacap, Fernando Leite, secretários e assessores do STF e do GDF. Na ocasião, o Governador do Distrito Federal assinou, ainda, o termo que autoriza a Novacap a iniciar estudos para a construção de estacionamento subterrâneo nas proximidades da Corte.



Antes do plantio de árvores. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Depois do plantio de árvores. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Projeto *STF Carbono Zero*

Em setembro de 2024, foi apresentado o projeto *STF Carbono Zero* às unidades do Tribunal. A iniciativa teve como objetivo a implementação de estratégias de descarbonização por meio do inventário, da redução e da compensação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades da Corte.



Foto: STF

Emissões de GEE, compensação e descarbonização

Priorização de abastecimento da frota com etanol

Em janeiro de 2024, o STF passou a abastecer os veículos *flex* da frota preferencialmente com etanol, com o objetivo de viabilizar o uso sustentável de recursos e a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Em abril de 2025, o STF concluiu e divulgou os inventários de emissões de GEE referentes aos anos de 2023 e 2024 – os primeiros da instituição. Os dados subsidiaram o planejamento de ações de mitigação e compensação de emissões, em consonância com as melhores práticas internacionais de sustentabilidade.

Estratégias de descarbonização

Em maio de 2025, como desdobramento do inventário de GEE, foi encaminhada à empresa especializada resposta consolidada com subsídios técnicos para elaboração da curva MACC, o que permitiu a identificação de ações mais custo-efetivas para redução das emissões de carbono. A medida buscou consolidar uma agenda contínua de redução de impactos ambientais.

Compensação integral das emissões

Ainda em 2025, o STF firmou o Acordo de Cooperação Técnica nº 8/2025 com a empresa Biofílica Ambipar, visando à compensação integral das emissões de GEE dos anos de 2023 e 2024. O plano de ação validado reforça o compromisso da Corte com a neutralidade climática.





28.05.2025 – Presidente do STF realiza assinatura do ACT entre STF e Ambipar para compensação integral das emissões de gases de efeito estufa. Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol

Como reconhecimento pela qualidade e transparência dos inventários de emissões, o STF recebeu, em maio de 2025, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, concedido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em reconhecimento à qualidade e à transparência do seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. O Selo Ouro é a mais alta certificação do programa e indica que o inventário do STF foi elaborado com base em metodologia internacionalmente reconhecida, passou por verificação externa independente e teve seus resultados divulgados no Registro Público de Emissões.

Mais do que uma certificação técnica, o reconhecimento demonstra que o STF mede e reporta suas emissões de forma precisa, auditada e transparente, e segue as melhores práticas globais de gestão climática. Também reforça o compromisso institucional da Corte com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a contribuição efetiva para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente no enfrentamento das mudanças climáticas.

Energia limpa e eficiência energética

Usinas fotovoltaicas

Após aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a instalação de painéis solares na laje do Anexo II, o Supremo Tribunal Federal tornou-se o primeiro edifício da Esplanada dos Ministérios a contar com uma usina fotovoltaica. Em 26 de agosto de 2024, foi firmado acordo de cooperação técnica entre o STF e a empresa Neoenergia para viabilizar a construção de duas usinas fotovoltaicas em edifícios da Corte, sem qualquer custo para o Tribunal. O termo foi assinado pelo Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e pelo Presidente da concessionária, Eduardo Capelastegui. A primeira usina entrou em operação em março de 2025. A iniciativa integra o conjunto de ações voltadas à eficiência energética e à sustentabilidade institucional, com foco na geração de energia limpa e renovável, na realização de diagnósticos técnicos e na modernização das instalações do Tribunal.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



Implantação da usina fotovoltaica do edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal. Foto: SAP/STF

Geração compartilhada de energia solar (CEBPar e Terracap)

Em fevereiro de 2025, foi dado outro passo para ampliar a fonte de energia sustentável para o STF. O Tribunal assinou acordo com a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e a CEB Participações (CEB Par), a fim de criar um consórcio de geração compartilhada de energia, que prevê a implantação de uma usina fotovoltaica em uma área de 13 hectares no Setor Habitacional Catetinho, no Distrito Federal. A energia gerada nesse espaço será convertida em créditos para abastecer o STF e outros consorciados e reduzirá significativamente a dependência da rede elétrica convencional. Com essas iniciativas, mais de 90% da energia consumida pelo STF passará a ser proveniente de fontes renováveis.



19.02.2025 – O Presidente do STF assina acordo com CEB e Terracap para geração de energia compartilhada. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Diagnóstico de eficiência energética e substituição de lâmpadas

Como resultado da parceria entre o STF e a Neoenergia, foram substituídas 3.800 lâmpadas por modelos LED, gerando uma economia de aproximadamente 251.160 kWh por ano. O material retirado foi entregue à empresa para o descarte correto e seguro.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Gestão de resíduos sólidos e descarte adequado

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

Em março de 2025, foi formalizado o contrato para a elaboração do novo PGRS, com participação ativa da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e ODS (CODS). A implementação do plano envolveu campanhas educativas, palestra de sensibilização e coleta de sugestões do público interno, promovendo uma gestão de resíduos mais eficiente e alinhada à política de sustentabilidade institucional. Durante a gestão, foram recolhidos e transportados 195.842 kg de resíduos sólidos indiferenciáveis, que tiveram a destinação ambientalmente adequada até junho de 2025.

Campanha de descarte correto de isopor

Como parte das iniciativas de conscientização sobre o descarte adequado de resíduos sólidos, o STF firmou parceria com a empresa Meiwa para instalar pontos de coleta de isopor em diferentes áreas do Tribunal. Em novembro, foi formalizada a assinatura do Termo de Cooperação do Programa Meiwa Recicla. A parceria resultou na implementação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e na distribuição de lixeiras específicas nos refeitórios para a coleta de embalagens de EPS destinadas à reciclagem. A empresa também indicou uma cooperativa responsável pela coleta, garantindo o descarte correto e sustentável desse material.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Doação de 7 toneladas de capas sem uso de processos físicos à Cooperativa de Reciclagem

O programa *STF +Sustentável* destinou, em novembro de 2024, mais de 100 mil capas de processos para reciclagem. Foram sete toneladas e meia de papel encaminhadas à cooperativa Recicle a Vida, localizada em Ceilândia (DF). O material estava armazenado desde 2018, ano em que foi realizada a última aquisição de capas de processos físicos pelo Tribunal. A doação liberou um espaço de 14 m^2 no almoxarifado, localizado na 514 Norte, que, agora, será utilizado para outras necessidades da unidade.

Projeto Almoxarifado Controlado

Entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, foi realizada força-tarefa para avaliação do estoque de materiais permanentes e de consumo no almoxarifado da Corte. O projeto identificou itens passíveis de desfazimento imediato, promoveu a racionalização do uso de recursos e a redução de desperdícios.

TRANSPARÊNCIA, CONSCIENTIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2030

EXPERIÊNCIA VIRTUAL "AMAZÔNIA VIVA"

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi lançada a experiência imersiva em realidade virtual "Amazônia Viva". O filme permite uma viagem pelo Rio Tapajós e mostra a beleza e a diversidade da fauna e da flora de parte da região amazônica. "Amazônia Viva" é um projeto da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais (IRI Brasil) – plataforma de ação colaborativa criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para que líderes e comunidades religiosas possam contribuir para preservar as florestas, a biodiversidade e promover os direitos de seus guardiões.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

LANÇAMENTO DA CAMPANHA "É NOSSO PAPEL"

A campanha disponibilizou em todas as unidades do STF caixas identificadas para o descarte correto de papéis recicláveis, que podem ser reutilizados para a confecção de blocos de anotação ou encaminhados para reciclagem. A iniciativa é um importante passo na consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), previsto na Política de Sustentabilidade do Tribunal.



WORKSHOPS DA AGENDA 2030/GABINETES

Realizado para os Gabinetes de Ministros, o *workshop* capacitou os servidores para a atividade de classificação dos processos de controle concentrado de seus respectivos Gabinetes, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A atividade contou com o apoio da inteligência artificial RAFA 2030 (Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030), com o objetivo de permitir que todas as ações de controle concentrado do acervo do Tribunal fossem classificadas de acordo com os ODS da Agenda 2030 da ONU.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



Foto: SCO/STF

WORKSHOP CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Tribunal também realizou o *workshop* “Contratações sustentáveis no STF: caminhos para um futuro sustentável”. O objetivo foi apresentar o arcabouço jurídico das contratações públicas sustentáveis, com destaque para os critérios da Lei 14.133/2021, a Política de Sustentabilidade do STF e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. A capacitação buscou preparar os servidores da área para implementar as diretrizes de sustentabilidade com eficiência, segurança jurídica e preservação da concorrência.



COMUNICAÇÃO ATIVA E ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030 DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

As práticas institucionais da Corte passaram a incorporar ações com foco no ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e no ODS 14 (Vida na Água). A produção e disseminação de conteúdo educativo e informativo na intranet também foram intensificadas, com o objetivo de ampliar a conscientização do público interno e engajar a instituição na pauta global de sustentabilidade.

LANÇAMENTO DO PAINEL DE SUSTENTABILIDADE

Em setembro de 2024, foi lançado o Painel de Sustentabilidade, plataforma que reúne dados e monitora as metas do Programa *STF +Sustentável*, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais do Tribunal. Ao acessar o painel, o usuário poderá navegar por cinco seções: água, água envasada, energia, impressão/impressoras e papel. Em cada tópico, há uma breve explicação sobre o tema, com a descrição de como o Tribunal faz a gestão desses recursos.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL



Iluminação especial nas cores verde, amarela e vermelha, as mesmas da bandeira do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A iniciativa demonstrou solidariedade ao povo gaúcho diante das enchentes que assolaram o Estado. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Após as trágicas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, em junho de 2024, o STF, em conjunto com o CNJ, capitaneou o envio de mais de R$ 200 milhões em multas judiciais para o Estado, para ajudar na reconstrução e garantir dignidade aos atingidos pelas enchentes.

O STF também promoveu campanha interna para arrecadação de produtos e mantimentos para desabrigados e vítimas das enchentes. Além disso, a Corte doou ao governo do Rio Grande do Sul

4,3 toneladas de bens de seu patrimônio, predominantemente itens de informática. Inventariado, registrado e legalmente transferido ao governo estadual, o material foi transportado em um avião da Força Aérea Brasileira.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



07.05.2024 – Doações de produtos e mantimentos para desabrigados e vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



07.05.2024 – Doações de produtos e mantimentos para desabrigados e vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



21.07.2024 – STF envia equipamentos de informática para o Rio Grande do Sul. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Como parte das medidas de apoio ao Rio Grande do Sul, o Ministro Luiz Fux, Relator da Ação Cível Originária (ACO) 2.059, com pedido de extinção da dívida do Estado, recebeu representantes dos governos federal e estadual para audiência de conciliação. Os participantes discutiram a dívida do Rio Grande do Sul com a União, além de medidas emergenciais para combater a crise provocada pelas enchentes que atingiram o Estado.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

• O STF também apoiou a campanha intitulada "Seja responsável. Não acuse sem checar", desenvolvida por entidades ligadas ao jornalismo para combater notícias falsas e desinformação em torno da tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul.

• O Presidente Luís Roberto Barroso e o Vice-Presidente Edson Fachin acompanharam a comitiva presidencial para avaliar a situação do Rio Grande do Sul. Os Ministros também compareceram a diversas reuniões em Brasília para discutir ações em prol da reconstrução do Estado.

• O Presidente Luís Roberto Barroso determinou a suspensão, no período de 2 a 10 de maio, dos prazos processuais de todas as ações em andamento no STF que envolvam o Rio Grande do Sul ou seus Municípios, que sejam oriundos de tribunais do Estado ou cujas partes sejam representadas exclusivamente por advogados inscritos na OAB daquele Estado. O pedido foi feito pelo Conselho Federal da OAB em razão do estado de calamidade pública causado pelas enchentes.



O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, em reunião em São Leopoldo (RS), com a presença de diversas autoridades. Foto: Ricardo Stuckert/PR

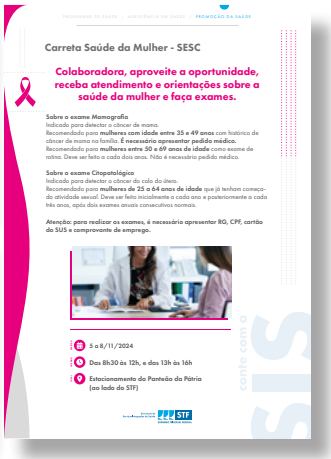
OUTRAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante o biênio 2023-2025, o STF reforçou seu compromisso com a responsabilidade social e o bem-estar da comunidade por meio de diversas iniciativas solidárias e de promoção da saúde. As ações envolveram arrecadação de itens essenciais, campanhas de saúde e incentivo à cultura, beneficiando tanto colaboradores quanto a sociedade em geral.

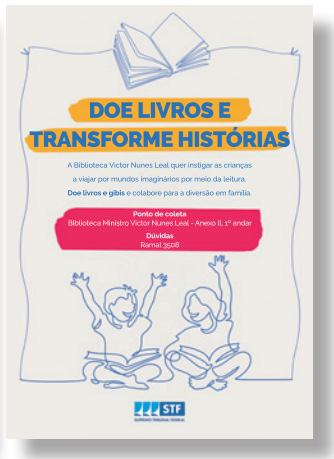
Algumas das principais atividades realizadas ao longo da gestão:











- "Vidro é Vida", com a arrecadação de 231 frascos de vidro para a rede de Bancos de Leite Humano do Distrito Federal, destinados a crianças recém-nascidas cujas mães não têm condições de amamentar.
- Coleta de medicamentos, com o encaminhamento de 30 kg de medicamentos vencidos ou sem uso encaminhados à destinação correta.
- "Carreta Saúde Mulher" e "Van Sesc + Saúde" (para homens), com serviços oferecidos para colaboradores terceirizados do STF.
- "Contribua para um sorriso saudável", com o objetivo de arrecadar contribuições monetárias para tratamento odontológico dos colaboradores terceirizados do STF, por meio da unidade móvel do SESC, a campanha arrecadou o valor de R$ 2.125,00, o que possibilitou consultas gratuitas a 39 colaboradores.
- Campanha de doação de livros de literatura para os projetos da biblioteca do STF para incentivo à leitura.

STF SEM BARREIRAS

A sustentabilidade social, com foco em acessibilidade, busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou socioeconômicas, possam participar plenamente da vida em sociedade.

O Supremo Tribunal Federal (STF) compromete-se com a promoção da acessibilidade em todas as suas esferas de atuação, por meio de uma política que assegure a adequação dos ambientes físicos e virtuais para atender a todos.

No Plano Estratégico 2023/2025 (PEG-STF), destaca-se a meta "aumentar para 75% o índice de acessibilidade do STF", que abrange cinco dimensões: gestão da acessibilidade, acessibilidade arquitetônica e urbanística, acessibilidade em serviços, acessibilidade comunicacional e acessibilidade tecnológica.

Como parte do Plano Estratégico 2023/2025 (PEG-STF), foi lançado o objetivo "Aprimorar a acessibilidade no STF", que visa, entre outras metas, aumentar o índice de acessibilidade do STF e ampliar o percentual de pessoas com deficiência na força de trabalho do Tribunal até o final deste ciclo estratégico. O esforço dá continuidade e expande as atividades do projeto *STF Sem Barreiras*, criado em 2000.

Ações de destaque realizadas durante a gestão:

Diagnóstico do público com deficiência e identificação de suas necessidades específicas

Durante a gestão, o STF encaminhou questionário para todo o público interno, com o objetivo de quantificar o percentual de pessoas com deficiência que trabalham no Tribunal e os seus dependentes. Esse dado foi fundamental para promover mais inclusão e melhorar os indicadores de acessibilidade. Das 1.615 pessoas que participaram, 5% informaram ter algum tipo de defi-

ciência. Com a finalização do questionário, foi possível obter uma visão detalhada sobre o perfil e as necessidades específicas desses servidores e colaboradores, subsidiando o planejamento de ações inclusivas.

Aprimoramento da comunicação e da acessibilidade no portal do STF

O Supremo Tribunal Federal lançou nova página de acessibilidade em seu portal, a qual reúne de forma centralizada informações sobre os recursos, ações e ferramentas de acessibilidade oferecidos pela Corte à sociedade. A iniciativa foi testada por usuários com deficiência, o que garantiu maior usabilidade e efetividade no atendimento às suas necessidades.

Também foram disponibilizados canais específicos de atendimento para demandas relacionadas à acessibilidade, com o objetivo de assegurar comunicação rápida, direta e humanizada com o público interno e externo.

Outra ação importante foi a criação de um canal de comunicação voltado ao público externo para solicitação de assistência em visitas ao Tribunal. O formulário, integrado ao portal do STF e de fácil preenchimento, permite que o visitante selecione previamente os recursos de acessibilidade de que necessita. Com essas informações, o Tribunal pode organizar o apoio adequado com antecedência e promover atendimento mais inclusivo.

Fornecimento de legendas para vídeos

Todos os vídeos pré-gravados e disponibilizados na plataforma *YouTube* do STF agora permitem o acionamento da legendagem e promovem comunicação acessível a todos.

Aquisição e disponibilização de veículos elétricos (*scooters*) para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

Foram adquiridas *scooters* elétricas, disponibilizadas para facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida que frequentam o Tribunal. Essa medida visa garantir mais acessibilidade e conforto no deslocamento interno.







Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

Contratação de novos profissionais com deficiência



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

O STF firmou o contrato nº 24/2024, com o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), para a contratação específica de pessoas com deficiência, o que reforça seu compromisso com a inclusão. No grupo recepcionado, há pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual e síndrome de *Down*, que prestam serviços para o Tribunal em áreas diversas, como Livraria, Museu,

fotografia e arquivo. Para facilitar a integração dos novos colaboradores com deficiência, foram realizadas adaptações físicas e mudanças atitudinais, o que garantiu que eles tenham um ambiente de trabalho acessível e inclusivo.

O grupo de profissionais com deficiência auditiva que integra o programa de inclusão social do STF, em parceria com a Associação Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), atingiu uma marca notável: a digitalização de 1 milhão de imagens do Arquivo do Tribunal.



Foto: Bruno Moura/SCO/STF

Desde abril de 2024, a equipe desempenha papel crucial no processo de modernização e preservação do acervo do Arquivo do STF. Essa iniciativa tem como finalidade a digitalização e a virtualização integral do acervo, o que se alinha às metas institucionais de preservação documental, transparência e ampliação do acesso às informações armazenadas no Arquivo do Tribunal.

Mais do que um avanço tecnológico, o projeto é um exemplo de responsabilidade social e demonstra como a integração de pessoas com deficiência pode gerar impactos positivos, tanto no aprimoramento dos serviços institucionais quanto no fortalecimento de valores fundamentais para a sociedade.

Banco de currículos para estudantes com deficiência

Como parte das ações voltadas à inclusão e à valorização da diversidade, foi criado, durante a gestão, um banco de currículos exclusivo para estudantes com deficiência. A iniciativa visa facilitar e ampliar a contratação de pessoas com deficiência para o quadro de estagiários do Supremo Tribunal Federal e promover maior acessibilidade ao mercado de trabalho.

O banco é composto por um formulário específico para submissão de currículos e por uma ferramenta de busca hospedada na intranet do Tribunal, que permite aos gestores localizarem candidatos de forma precisa, com base em diversos filtros.

A ação representa importante avanço na política de inclusão do STF, ao fortalecer oportunidades para estudantes com deficiência, ampliar a diversidade nas equipes e reafirmar o compromisso institucional com a equidade e a acessibilidade.

Formulário para submissão de currículos

Obras de infraestrutura para acessibilidade e segurança

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, foram realizadas reformas no Anexo I do Supremo Tribunal Federal com foco na ampliação da acessibilidade e no reforço da segurança das instalações. As intervenções incluíram a instalação de rampa de acesso, substituição de corrimãos, implantação de novas saídas de emergência e modernização do sistema de combate a incêndios.

A entrada do STF voltada para a Via S2 também passou por adaptações, com a liberação do acesso de veículos à área sem degraus, o que facilita a chegada de pessoas com mobilidade reduzida.

Como parte dessas melhorias, foi inaugurado o primeiro banheiro adaptado para pessoas ostomizadas no térreo do Anexo I. A unidade é destinada a usuários internos e externos que utilizam bolsas de colostomia e oferece estrutura adequada e digna para atender a essa demanda específica de acessibilidade.



Revitalização da Portaria do Anexo I (Via S2). Foto: SAP/STF



Banheiro para ostomizados no STF. Foto: SAP/STF

Programa de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais – PAPNE

O Programa de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais (PAPNE) passou a ser chamado de Programa de Atenção Multiprofissional e Integrada à Saúde (PAMIS), que se adequa melhor à linguagem e entendimentos atuais. O PAMIS, que está com proposta de atualização normativa em andamento, oferece tratamento multidisciplinar e integrado para titulares e dependentes econômicos inscritos no STF-Med que apresentem enfermidades permanentes ou temporárias com impactos significativos nas esferas pessoal, familiar e social. O programa trata de condições que, devido à sua duração e complexidade, demandam acompanhamento contínuo pelas equipes técnicas de saúde do Tribunal. Durante o período, 35 pessoas foram acompanhadas pelo programa, reforçando o compromisso do STF com a assistência e o cuidado à saúde de seus beneficiários.

Capacitação e conscientização

Dia Internacional contra a Discriminação Racial e Dia Internacional da Síndrome de *Down* são lembrados em sessão do STF



21.03.2024 – Sessão plenária. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Na abertura da sessão plenária do dia 21 de março de 2024, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, destacou a celebração do Dia Internacional contra a Discriminação Racial e do Dia Internacional da Síndrome de *Down*. Segundo o Ministro, a data é uma oportunidade para evocar a conscientização global sobre a necessidade de erradicar todas as formas de preconceito.

Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo

No início da sessão plenária do dia 3 de abril de 2024, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, falou sobre a importância da reflexão proporcionada pelo Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado em 2 de abril. De acordo com o Ministro Barroso, a data é uma forma de contribuir para o processo de esclarecimento da sociedade acerca do espectro autista.

Além disso, para difundir informações sobre o autismo, as necessidades e os direitos do grupo, como instrumento para combater o preconceito que cerca as pessoas do espectro, o STF entrevistou especialistas que trabalham na área.

Lançamento da campanha interna "Setembro Verde" de combate ao capacitismo



Em setembro de 2024, durante a campanha do "Setembro Verde", o Tribunal promoveu um conjunto de ações dedicadas à conscientização sobre acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência. Entre os destaques, estão a nova página temática no portal, a exposição fotográfica de Bruno Moura, a palestra da ex-ginasta olímpica Laís Souza e a série sobre linguagem anticapacitismo.

Exposição fotográfica "STF pelos meus olhos", de Bruno Moura



11.09.2024 – Exposição "STF pelos meus olhos" por Bruno Moura. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

A exposição exibe o trabalho de Bruno Moura, primeiro fotógrafo com síndrome de *Down* do Tribunal. Na solenidade, o Presidente Luís Roberto Barroso afirmou que a mostra marca a importância que o Supremo dá à inclusão social e ao enfrentamento do capacitismo. "Por meio das imagens, Bruno apresenta cenários que atravessam barreiras do preconceito e nos convidam a refletir sobre a relevância da inclusão social e da acessibilidade", disse o Ministro.

Palestra “O poder da transformação” com a ex-ginasta olímpica Laís Souza



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Ginasta campeã inúmeras vezes nas mais diferentes competições, a ex-atleta Laís Souza foi a convidada do “SGP*Talk* Setembro Verde – O poder da transformação”. Ao longo de uma hora, Laís relatou sua trajetória como atleta de ginástica artística e o momento em que sofreu um acidente durante um treino de esqui aéreo, ocasião em que ficou tetraplégica. Laís Souza compartilhou sua história inspiradora de superação e resiliência, uma homenagem também ao Dia Nacional do Paratleta.

Capacitação em Libras

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, foi ofertado aos servidores e colaboradores do Supremo Tribunal Federal um curso básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras), ministrado pelo professor Falk Moreira e pelas professoras Patrícia Tuxi e Luciana Marques. A capacitação teve como objetivo ampliar a inclusão e promover atendimento mais acessível à comunidade surda.

O curso contou com quórum expressivo e de alto nível de engajamento e reuniu participantes de diversas áreas do Tribunal. A iniciativa despertou o interesse pela continuidade do aprendizado e resultou em avanços concretos na qualificação do atendimento às pessoas com deficiência auditiva, alinhando-se ao compromisso institucional com a acessibilidade e a inclusão.

Curso “Introdução à Audiodescrição de Imagens Estáticas e Dinâmicas”

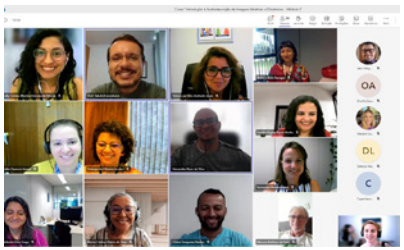


Imagem: Divulgação/STF

A capacitação permitiu que servidores aprendessem a elaborar roteiros de audiodescrição a partir do contexto em que as imagens estão inseridas. As aulas levantaram debates sobre as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência e a representação dessa população na mídia.

Lançamento da campanha “O que você tem a ver com isso?”



O STF e o CNJ lançaram em setembro de 2024 campanha nacional de combate ao capacitismo – atitudes e práticas que subestimam a capacidade das pessoas com deficiência. A campanha buscou quebrar preconceitos e estereótipos que frequentemente marginalizam e invisibilizam as pessoas com deficiência. Por meio de uma série de ações, incluindo vídeos educativos, postagens em redes sociais e eventos, o STF e o CNJ fomentaram diálogo aberto e construtivo sobre a importância da inclusão e da acessibilidade.

Ações de conscientização e comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Em celebração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em dezembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal promoveu uma série de iniciativas. Entre as ações destacadas, está o lançamento do Guia Anticapacitista, que aborda os conceitos de deficiência e capacitismo, além de destacar as formas como práticas discriminatórias podem se manifestar no ambiente de trabalho e a importância de atitudes inclusivas.

Além disso, integrantes do programa “STF sem Barreiras” se uniram a colaboradores surdos da equipe de digitalização para realizar ação educativa nas dependências do Tribunal, apresentando exemplos práticos de condutas anticapacitistas.

Para reforçar a importância da data, o edifício-sede do STF foi iluminado na cor verde, que representa esse grupo de cidadãs e cidadãos.

Campanha Abril Azul – Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Em abril de 2025, o STF promoveu a campanha Abril Azul, com sete iniciativas voltadas à conscientização do público interno sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A ação incluiu

pesquisa interna, entrega de itens de autoidentificação, disponibilização de abafadores de ruído, palestra com especialista, entre outras atividades.

A campanha ampliou o conhecimento sobre o tema no ambiente institucional, promoveu acolhimento, incentivou o diálogo e permitiu a coleta de dados relevantes para futuras ações voltadas à inclusão de pessoas com TEA no Tribunal.







STF +SEGURO

Ao longo da gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo Tribunal Federal intensificou seu compromisso com a integridade digital e a segurança da informação, promoveu ações estratégicas voltadas à mitigação de riscos cibernéticos, ao fortalecimento da cultura organizacional em cibersegurança e ao alinhamento com as melhores práticas internacionais.

Em setembro de 2023, foi realizada a 5ª Avaliação de Risco e Maturidade. A partir desse diagnóstico, o Tribunal ampliou sua atuação em 2024 com a publicação de importantes instruções normativas que reposicionaram o STF no cenário normativo de segurança da informação. Destacam-se as seguintes normativas:



IN nº 298/2024. Dispõe sobre o uso aceitável de recursos de tecnologia da informação do Supremo Tribunal Federal.



IN nº 299/2024: Dispõe sobre o processo de gestão de ativos de informação do Supremo Tribunal Federal.



IN nº 300/2024: Dispõe sobre a gestão de cópias de segurança no Supremo Tribunal Federal.



IN nº 301/2024: Dispõe sobre o processo de gestão e monitoramento de registros de atividades (logs) dos sistemas e recursos informatizados do Supremo Tribunal Federal.



IN nº 302/2024: Dispõe sobre o controle de acessos à informação e aos serviços de tecnologia da informação do Supremo Tribunal Federal.

IN nº 303/2024: Institui o Processo de Gestão de Riscos de Privacidade e Segurança da Informação do Supremo Tribunal Federal.

IN nº 304/2024: Altera a Instrução Normativa 267, de 12 de maio de 2022, que institui o Processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação do Supremo Tribunal Federal.

IN nº 308/2024: Institui o Processo de Gestão de Vulnerabilidades baseado em Riscos da Segurança da Informação do Supremo Tribunal Federal.

Além da consolidação normativa, diversas ações de capacitação e conscientização foram realizadas, abrangendo servidores, colaboradores terceirizados e estagiários. Durante a gestão, foram sensibilizados 600 usuários. Dentre as iniciativas, destacam-se:

Semana da Segurança Cibernética

O Supremo Tribunal Federal realizou, entre os dias 23 e 27 de junho de 2024, a Semana de Segurança da Informação e Integridade Digital. A iniciativa teve como objetivo ampliar a conscientização sobre a importância da proteção de dados, sistemas e estruturas digitais no Poder Judiciário.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Um dos destaques da programação foi o *II Seminário Internacional de Segurança Cibernética nas Cortes Superiores*, que reuniu especialistas nacionais e internacionais, representantes do Judiciário, da academia e do setor privado para debater desafios e avanços da segurança digital, promovendo o intercâmbio de experiências e boas práticas para fortalecer a cibersegurança nas instituições públicas, especialmente nos tribunais superiores. O evento contou com mais de 200 inscritos presencialmente e 420 participantes *on-line*.

Palestra "Controle Parental e Cibersegurança: Protegendo Nossos Filhos no Ambiente *On-line*"



Foto: Andressa Anholete/SCO/STF

Em novembro de 2024, foi realizada a palestra "Controle Parental e Cibersegurança: Protegendo Nossos Filhos no Ambiente *On-line*", que teve o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os riscos e as ameaças que afetam crianças e adolescentes em ambientes virtuais, além de compartilhar estratégias e ferramentas para a promoção de experiências digitais mais seguras. O evento reuniu mães, pais, familiares e demais responsáveis pelo cuidado e pela proteção do público infantojuvenil. Durante o encontro, foram discutidas formas de identificar situações de risco à integridade física e psicológica dos jovens, como exposição a conteúdos impróprios, interações maliciosas com perfis falsos e criminosos, além dos perigos associados à navegação não supervisionada.

A iniciativa reforçou o papel da família e das instituições na promoção da segurança digital e na defesa do desenvolvimento saudável e do melhor interesse de crianças e adolescentes.

Curso EAD de Segurança da Informação

Como parte das ações de conscientização e fortalecimento da cultura de integridade digital, a plataforma educacional STF Educa passou a oferecer, em nova versão, o curso "Segurança da Informação". A capacitação, gratuita e aberta a toda a sociedade, está disponível também para servidores, colaboradores e estagiários da Corte. Mais de 1.000 inscritos já realizaram o curso.

Acesse a página do Ambiente Virtual de Aprendizagem do STF

O curso já integrava o portfólio da plataforma, mas foi temporariamente retirado para atualização de conteúdo. Agora, retorna com módulos complementares, incluindo tópicos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a metodologia de gestão de riscos adotada pelo STF. Além disso, oferece abordagem mais completa e atualizada sobre o tema.

A iniciativa reafirmou o compromisso da gestão com a difusão do conhecimento e com a promoção de práticas seguras e responsáveis no ambiente digital.

Diretrizes para o uso ético e seguro de inteligência artificial generativa

Em outubro de 2024, o Supremo Tribunal Federal elaborou diretrizes para o uso de inteligência artificial generativa, inicialmente em áreas específicas. O foco foi na proteção da privacidade, na transparência dos processos automatizados e na adoção de boas práticas de governança. A iniciativa buscou orientar, no âmbito institucional, o uso responsável dessa tecnologia emergente, alinhando-se aos princípios constitucionais e às melhores práticas internacionais. As diretrizes reforçam o compromisso da gestão com a integridade digital, a segurança da informação e a utilização consciente de soluções tecnológicas no exercício de suas funções.

Ações de conscientização e educação quanto à segurança da informação e aos riscos de incidentes cibernéticos

Como parte do compromisso com a integridade digital, o Supremo Tribunal Federal promoveu, ao longo da gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, diversas ações de conscientização e educação voltadas à segurança da informação e à prevenção de incidentes cibernéticos. Entre os principais temas abordados nas campanhas institucionais estiveram os riscos associados a ataques de *phishing* – prática criminosa que visa enganar usuários para obter informações confidenciais por meio de *e-mails* ou mensagens fraudulentas. As iniciativas incluíram campanhas internas, palestras, treinamentos e conteúdos informativos com orientações práticas para identificar tentativas de fraude, proteger dados sensíveis e adotar comportamentos seguros no ambiente digital.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) representa um marco na consolidação do direito fundamental à proteção de dados no Brasil. Aplicável a todas as organizações que tratam dados pessoais, a norma estabelece diretrizes para o uso responsável dessas informações.

Fundamentada em princípios como o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, o desenvolvimento tecnológico e a proteção da dignidade da pessoa humana, a LGPD orienta tanto o ordenamento jurídico como a conduta das instituições.

Durante a gestão 2023-2025, a proteção de dados foi tratada como prioridade, com o compromisso de assegurar que o tratamento de informações pessoais dos jurisdicionados e de todo o público do Tribunal ocorresse de forma ética, segura e transparente. Esse cuidado abrangeu todas as atividades do Supremo Tribunal Federal, tanto na sua função jurisdicional quanto nas atividades administrativas.

Seguem, a seguir, as principais ações implementadas.

Grupo de Trabalho



Foto: SCO/STF

Para apoiar a adequação do STF às normas da LGPD, a Portaria 105/2024 criou grupo de trabalho para auxiliar a Presidência do STF na definição, planejamento e execução de medidas e práticas para garantir a conformidade com a LGPD. A equipe foi composta por representantes do Tribunal e por especialistas externos.

O grupo teve como atribuição, por exemplo, a orientação estratégica para o mapeamento de processos de tratamento de dados pessoais; o suporte na avaliação de riscos associados ao tratamento de dados e na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados (RIPD); o apoio na implementação de medidas de sensibilização e capacitação sobre proteção de dados para os servidores do Tribunal; e o suporte para as análises sobre a compatibilização entre a LGPD e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Semana da Proteção de Dados

Entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, a Secretaria-Geral da Presidência e a Secretaria de Relações com a Sociedade realizaram a Semana da Proteção de Dados, com o objetivo de promover e disseminar informação e conhecimento relativos aos principais pontos da LGPD. Foram produzidos conteúdos diários com dicas sobre como a LGPD impacta as atividades do Tribunal, veiculados em diferentes canais, como Painel (no *Teams*), Giro (no *WhatsApp*) e televisores internos, além do *site* e da intranet.

Ao final da semana, foi lançado o *Guia Rápido para a Semana de Proteção de Dados*.



Guia Rápido para a Semana de Proteção de Dados

Seminário "6 anos da LGPD – Impactos no Poder Público e no Sistema de Justiça"



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Em setembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal realizou o seminário "6 anos da LGPD – Impactos no Poder Público e no Sistema de Justiça", reunindo especialistas do setor público, da academia e do sistema de Justiça. O evento é fruto das atividades do grupo de trabalho instituído pelo STF para fortalecer a conformidade institucional com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Os debates abordaram temas como o direito fundamental à proteção de dados pessoais, os desafios do setor

público na governança de dados, o papel do encarregado de dados e a prevenção de incidentes de segurança. Na abertura, os Ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso reforçaram a centralidade da proteção de dados no ordenamento constitucional brasileiro e destacaram decisões do STF em defesa desse direito. Também participaram representantes da ANPD, da OAB, do setor acadêmico e da sociedade civil.

Fortalecimento do Comitê Executivo de Proteção de Dados (CEPD)

Instituído pela Resolução nº 724, de 2 de março de 2021, o Comitê Executivo de Proteção de Dados (CEPD) tem como missão conduzir a adequação do Supremo Tribunal Federal à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Suas atribuições incluem a avaliação contínua dos mecanismos de tratamento e proteção de dados já existentes e a proposição de medidas para seu aprimoramento.

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o Comitê foi fortalecido por meio da reformulação de sua composição, de modo a alinhar sua estrutura às atribuições previstas na Resolução nº 724/2021, a garantir um fluxo de trabalho efetivo com o encarregado de dados pessoais e a reforçar sua atuação como instância consultiva.

Como parte desse processo, o CEPD passou a constar como unidade autônoma no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do STF, medida que possibilitou a formalização de manifestações e pareceres em matéria de proteção de dados pessoais. Essa inovação conferiu maior institucionalidade e transparência às deliberações do Comitê.

A iniciativa representou um passo importante na consolidação da governança de dados no âmbito do Tribunal e ampliou a segurança, a transparência e a conformidade institucional.

Aprimoramento de normas internas sobre segurança cibernética e proteção de dados pessoais

Em 2024, o STF implementou sete novas Instruções Normativas (INs) voltadas para segurança da informação e para a proteção de dados pessoais. As normas aprovadas estabelecem um conjunto de práticas e políticas que protegem a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações dentro do Tribunal. As INs têm como objeto desde o uso correto dos recursos de TI até o processo de gestão de riscos de privacidade e segurança da informação, abordando também o uso de equipamentos para trabalho híbrido ou remoto e a utilização de recursos para tratar de informações sigilosas.

Acesse a seguir o conteúdo completo das INs:

Instrução Normativa nº 298/2024: Dispõe sobre o uso aceitável de recursos de tecnologia da informação do Supremo Tribunal Federal.

Instrução Normativa nº 299/2024: Dispõe sobre o processo de gestão de ativos de informação do Supremo Tribunal Federal.

Instrução Normativa nº 300/2024: Dispõe sobre a gestão de cópias de segurança no Supremo Tribunal Federal.

Instrução Normativa nº 301/2024: Dispõe sobre o processo de gestão e monitoramento de registros de atividades (*logs*) dos sistemas e recursos informatizados do Supremo Tribunal Federal.

Instrução Normativa nº 302/2024: Dispõe sobre o controle de acessos à informação e aos serviços de tecnologia da informação do Supremo Tribunal Federal.

Instrução Normativa nº 303/2024: Institui o Processo de Gestão de Riscos de Privacidade e Segurança da Informação do Supremo Tribunal Federal.

Instrução Normativa nº 304/2024: Altera a Instrução Normativa 267, de 12 de maio de 2022, que institui o Processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação do Supremo Tribunal Federal.

Guia Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais no STF

No dia 28.01.2025, data em que é celebrado o Dia Internacional da Proteção de Dados Pessoais, o Tribunal lançou o *Guia Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais no STF*, elaborado pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 105/2024.

Disponível nas versões física e digital, o material traz, em 40 páginas, diversos conceitos e dicas para a proteção de dados pessoais, como hipóteses legítimas para tratamento de dados, armazenamento e eliminação seguros dessas informações e ações a serem adotadas em casos de incidentes de segurança relacionados com o tema.

O guia, organizado em dez tópicos, visa auxiliar o público interno do Supremo a entender os princípios e as práticas que garantem o uso responsável de dados pessoais, com proteção à privacidade e diminuição dos riscos à segurança das informações.

Além disso, o compartilhamento das experiências e aprendizados do STF tem o potencial de influenciar positivamente a cultura de proteção de dados em todo o Poder Judiciário.



Guia: Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais no STF

Guia de Elaboração de Inventário de Dados Pessoais do Supremo Tribunal Federal

Também em 2025, o STF lançou o *Guia de Elaboração de Inventário de Dados Pessoais*, instrumento orientador das unidades internas na organização e documentação das operações de tratamento de dados pessoais.

O Inventário de Dados Pessoais (IDP) é uma exigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), especialmente do art. 37, que determina o registro das atividades de tratamento de dados realizadas por agentes públicos. O inventário traz clareza sobre os fluxos de dados nas unidades e promove transparência, segurança e responsabilização.

A iniciativa representa um passo importante para o cumprimento das obrigações legais e para o fortalecimento da cultura de proteção de dados no âmbito do Tribunal.

Guia de Elaboração de Inventário de Dados Pessoais



Liderança na Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU)

O Supremo Tribunal Federal destacou-se na última auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O levantamento atribuiu ao STF índice de 88,09% e o classificou no nível "aprimorado", grau máximo de maturidade na adaptação à LGPD.

A auditoria avaliou 387 órgãos e entidades da administração pública federal, abrangendo os três Poderes da República. No âmbito do Judiciário, foram analisadas 67 instituições, entre as quais o Supremo alcançou o melhor desempenho.

O resultado confirma o STF como a instituição do Poder Judiciário mais avançada na implementação da LGPD e consolida sua posição de liderança em governança e proteção de dados pessoais.

O relatório completo está disponível para consulta no Painel Nacional de Implementação da LGPD, no portal do TCU.

INTEGRIDADE ANTICORRUPÇÃO

Com o objetivo de implementar medidas e ações institucionais sistematizadas voltadas para a prevenção, a detecção e a punição de irregularidades administrativas, condutas ilícitas e desvios éticos, em 2021, o STF instituiu, por meio da Resolução nº 757/2021, o Programa de Integridade.

Durante o biênio 2023-2025, o Supremo Tribunal Federal consolidou avanços importantes no fortalecimento de seu Programa de Integridade. As ações implementadas buscaram promover a ética, a legalidade, a transparência e o respeito à diversidade como valores estruturantes da atuação institucional. O período foi marcado por iniciativas voltadas à prevenção de desvios éticos, ao enfrentamento do assédio e da discriminação, à qualificação do ambiente organizacional e à escuta ativa do público interno e externo.

Criação e consolidação da Ouvidoria do STF

Ao longo do período, a Ouvidoria do Supremo Tribunal Federal consolidou-se como espaço institucional qualificado de escuta ativa e promoveu o fortalecimento dos canais de manifestação e a articulação de ações voltadas à educação cidadã e à ampliação da transparência. Sua atuação contribuiu para aproximar o STF da sociedade e incentivar a participação social na construção de uma Justiça mais acessível, inclusiva e responsiva.

Além de sua função tradicional voltada ao público externo, a unidade foi estruturada para exercer também o papel de Ouvidoria Interna, voltada ao acolhimento das manifestações de servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as). Essa vertente tem como foco a promoção de um ambiente de trabalho mais respeitoso, saudável e equitativo, reforçando o compromisso do Tribunal com a integridade institucional e o bem-estar de sua força de trabalho.

A estrutura da Ouvidoria passou a contar, ainda, com a Ouvidoria da Mulher, especializada no acolhimento e encaminhamento de manifestações relacionadas à igualdade de gênero, à participação feminina e à prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

Reestruturação da Comissão de Ética do STF

Com o objetivo de aprimorar os mecanismos de integridade institucional, a Comissão de Ética do Supremo Tribunal Federal passou por processo de reestruturação, em resposta ao aumento de demandas decorrentes da abertura de novos canais de denúncia. Entre as ações implementadas, destaca-se a publicação da Resolução nº 887/2025, que instituiu o novo Código de Conduta Ética do STF, e da Instrução Normativa nº 326/2025, que estabeleceu os procedimentos para recebimento, análise preliminar, admissibilidade e encaminhamento de denúncias no âmbito do STF. Adicionalmente, foi desenvolvido programa de formação específico para os integrantes da Comissão. A iniciativa visa conferir maior agilidade, consistência e qualidade à apuração das denúncias, bem como fortalecer a cultura ética na instituição.

Publicação do Plano de Integridade 2024-2025

Em agosto de 2024, o STF lançou o *Plano de Integridade para o biênio 2024-2025*, publicado pela Resolução nº 842/2024. O documento define diretrizes e ações voltadas à promoção de condutas éticas, transparentes e responsáveis, alinhadas ao compromisso da Corte com a prestação de um serviço público célere, sustentável e eficiente.

Plano de Integridade 2024-2025



Avaliação externa do Programa de Integridade e Monitoramento do Plano

Com o apoio da consultoria, foi conduzida avaliação da maturidade do Programa de Integridade. Na etapa inicial, de 21 itens examinados, 10 foram classificados como "práticas conforme" ou "melhores práticas", e 11 foram identificados como oportunidades de melhoria. Esses pontos passaram a orientar os ciclos de aprimoramento institucional. Em avaliação posterior, os resultados demonstraram avanços relevantes: 16 itens foram classificados como "práticas conforme", "boas práticas" ou "melhores práticas", e 5 itens permaneceram como parcialmente conformes, indicando aspectos para aperfeiçoamento.

Além da avaliação de maturidade, foi realizado o diagnóstico de riscos de integridade no STF, conduzido por empresa contratada. A pesquisa aplicou questionário a magistrados, servidores, terceirizados e estagiários. A análise considerou o impacto, especialmente de natureza reputacional, e a probabilidade aferida pela percepção dos respondentes, utilizando matriz de risco e mapa de calor para a priorização. Os resultados ofereceram visão crítica e aprofundada da cultura organizacional, da percepção dos integrantes da instituição e das principais vulnerabilidades institucionais. Durante a gestão 2023-2025, o Programa e o Plano de Integridade foram monitorados pela Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade, que apresentou os resultados em dois relatórios.



Reestruturação do Comitê de Gestão da Integridade (CGI-STF)

O Comitê de Gestão da Integridade foi reestruturado em 2024, com nova composição oficializada pela Portaria GDG nº 120/2024. O fortalecimento da governança incluiu também o lançamento da página institucional do CGI na intranet e promoveu transparência sobre suas atividades e deliberações.

Roda de conversa “Assédio: identificação, prevenção e enfrentamento”

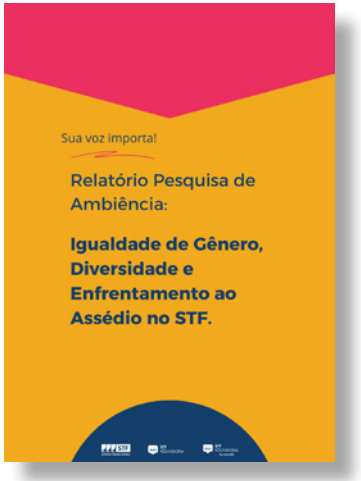


Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Realizada em maio de 2024, durante a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, instituída pela Resolução CNJ nº 450/2022, a roda de conversa abordou formas de identificação e enfrentamento do assédio no ambiente de trabalho. O evento contou com a abertura do Ministro Luís Roberto Barroso e com a participação das especialistas Luciana Baruki (MTE) e Lis Soboll (UFPR), reforçando o compromisso do STF com a escuta ativa e a conscientização.

Semana de Integridade 2025 e lançamento da campanha “Respeito não é favor. É direito.”

Na edição 2025 da Semana de Integridade, a Ouvidoria apresentou os resultados da Pesquisa de Ambiência sobre igualdade de gênero, diversidade e enfrentamento do assédio. Na mesma ocasião, foram lançadas esquetes da campanha institucional “Respeito não é favor. É direito”, voltada à promoção de uma cultura de respeito e acolhimento.



Curso de capacitação sobre igualdade e diversidade



Foto: Ouvidoria/STF

Ainda como parte da Semana de Integridade, foi promovido curso inédito de capacitação para servidores, estagiários e colaboradores que atuam no atendimento ao público. O conteúdo incluiu temas como igualdade racial, igualdade de gênero, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e povos indígenas. Guias temáticos foram produzidos e distribuídos como material de apoio, disponíveis na intranet.

Atualização da Cartilha de Prevenção ao Assédio e à Discriminação

A cartilha institucional sobre prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e à discriminação foi revisada e atualizada pela Ouvidoria em parceria com a Comissão de Ética do STF. O novo material foi disponibilizado na intranet e integra os instrumentos de apoio à política institucional de enfrentamento do assédio.

Roda de conversa “Esgotamento físico e mental das mulheres”

Como parte das ações da Semana de Combate ao Assédio, também foi promovida roda de conversa sobre o tema “Esgotamento físico e mental das mulheres”. O evento contou com a participação da Ministra Cármen Lúcia e de Maíra Liguori, diretora da organização Think Olga, e destacou o impacto da sobrecarga emocional e das desigualdades de gênero no ambiente profissional.

Seminário “Fortalecendo a integridade: compromisso e responsabilidade cotidiana”

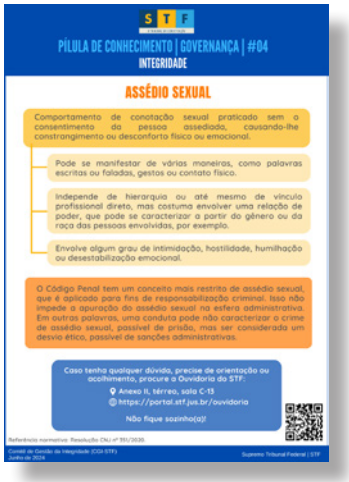
Outra ação ligada à integridade foi o Seminário “Fortalecendo a integridade: compromisso e responsabilidade cotidiana”. O evento contou com a aula magna do professor Rodolfo Viana, sócio de empresa de consultoria contratada para aperfeiçoar o programa de integridade no STF, além de apresentações da Secretária-Geral da Presidência do STF, Aline Osorio, e da Juíza Ouvidora do Tribunal, Flávia Martins de Carvalho. Em mensagem de saudação aos participantes, o Presidente do Tribunal, Ministro Luís Roberto Barroso, reforçou a importância da aplicação dos princípios de conformidade na Corte e parabenizou servidores e colaboradores por condutas éticas, transparentes, responsáveis e legais.



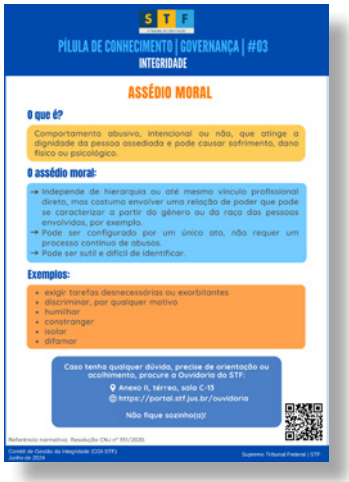
Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Produção de materiais educativos e “Pílulas de Conhecimento”

O STF produziu conteúdos educativos voltados à prevenção do assédio, como “Pílulas de Conhecimento” sobre assédio moral e sexual, distribuídas em formato acessível e didático para o público interno. Os materiais complementam os esforços institucionais de formação e sensibilização.



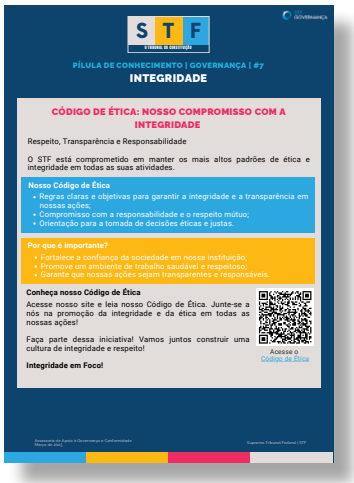
Assédio sexual



Assédio moral



Programa de integridade



Código de Ética e Integridade



Integridade em foco

Programa STF Escuta: enfrentamento da violência doméstica

Em agosto de 2024, o Supremo Tribunal Federal lançou a primeira edição do programa *STF Escuta*, iniciativa voltada à promoção do diálogo institucional com a sociedade civil sobre temas sensíveis e de alta relevância social. A edição inaugural teve como foco o enfrentamento da violência doméstica e reuniu representantes de quinze instituições para debater aspectos como o acesso à Justiça para mulheres em situação de violência, o aprimoramento das atividades da Ouvidoria da Mulher e o combate à desinformação de gênero. O encontro também marcou a participação inédita do STF na Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que reforçou o compromisso da Corte com a escuta ativa e com o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das mulheres.



23.08.2024 – O STF realizou o *STF Escuta*, iniciativa da Ouvidoria do Tribunal que tem o objetivo de abrir espaço de fala para que organizações sociais possam contribuir sobre temas de relevância para a atuação e os serviços da Corte. A ação foi realizada em parceria com a Secretaria de Comunicação Social (SCO) e a Secretaria de Relações com a Sociedade (SRS). Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Ações voltadas a povos indígenas e comunidades tradicionais



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Em outubro de 2024, o STF realizou a segunda edição do projeto *STF Escuta*, voltado à escuta ativa de comunidades historicamente marginalizadas. Pela primeira vez, a ação ocorreu fora da sede do Tribunal, com visitas a comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas da região da Costa Verde (RJ/SP). A iniciativa contou com a presença de representantes da Justiça Federal, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública,

e buscou ouvir diretamente essas populações sobre dificuldades de acesso aos canais institucionais. Em maio de 2025, foi lançado o encarte dos *Guias de Atendimento ao Público,* voltado aos povos indígenas, acompanhado de capacitação de servidores(as) e colaboradores(as).

Ações voltadas à população LGBTQIAPN+

Em 2024, o STF celebrou o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ com campanha de conscientização. As ações incluíram a iluminação do edifício-sede e a divulgação de conteúdos informativos sobre diversidade sexual e enfrentamento da discriminação. O material foi adaptado para diferentes canais de comunicação interna, como o *WhatsApp* institucional. Em 2025, o Tribunal lançou um painel temático sobre direitos LGBTQIAPN+ no projeto *Escrevendo Direitos*, disponível no portal institucional. No mesmo ano, em maio, promoveu ações de enfrentamento da discriminação que contemplaram a elaboração de encarte específico no projeto *Guias de Atendimento ao Público*, voltado a esse público, e a realização de turmas de capacitação para colaboradores. As iniciativas reforçaram a importância do atendimento respeitoso, inclusivo e em conformidade com os direitos fundamentais.



Foto: Ouvidoria/STF

Ações voltadas às pessoas com deficiência (PcD)

Durante o "Setembro Verde" de 2024, o STF promoveu campanha de conscientização voltada às pessoas com deficiência. A programação incluiu publicações temáticas e conteúdos semanais sobre linguagem anticapacitista, com o objetivo de estimular comunicação inclusiva e respeitosa. Em maio de 2025, dentro da agenda de integridade, foi lançado o encarte do projeto *Guias de Atendimento ao Público* com foco em PcDs. O material foi acompanhado de capacitações para o público interno, em especial os(as) colaboradores(as) que atuam no atendimento à sociedade.

Ações voltadas à população negra

Em novembro de 2024, o STF lançou o projeto *Escrevendo Direitos*, com painel inaugural dedicado ao enfrentamento do racismo e à promoção dos direitos da população negra. A iniciativa reforça o compromisso da Corte com a equidade racial e a valorização da diversidade étnico-racial. No âmbito das ações de integridade promovidas em maio de 2025, foi desenvolvido o encarte temático dos *Guias de Atendimento ao Público* voltado à população negra. O material também foi disseminado por meio de turmas de formação interna voltadas a servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as), fortalecendo a cultura institucional antirracista.



Foto: Ouvidoria/STF

3. VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA MEMÓRIA

O conhecimento e a memória constituem pilares fundamentais para o fortalecimento das instituições e para o avanço da sociedade. O acúmulo de saberes, a sistematização de experiências e a preservação da história permitem compreender o presente e orientar escolhas para o futuro. No âmbito do Poder Judiciário, a valorização da produção intelectual e da memória institucional reafirma o compromisso com a transparência, a educação cívica e a consolidação da democracia.

A gestão do Ministro Luís Roberto Barroso na Presidência do Supremo Tribunal Federal destacou-se por reforçar esses valores e promover iniciativas que ampliaram a produção e a disseminação do conhecimento, além de assegurar a preservação da memória do Tribunal. Essa ênfase reafirma o papel do STF como guardião da Constituição e como instituição essencial para a evolução da sociedade e a defesa dos direitos fundamentais.

PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

O Tribunal investiu em iniciativas voltadas tanto ao público interno quanto ao público externo, pois reconhece o papel estratégico da informação para ampliar a compreensão das atividades da Corte e o impacto das suas decisões na vida dos brasileiros.

O Supremo estruturou grupos de trabalho para enfrentar desafios contemporâneos do Judiciário e estimulou a reflexão coletiva e a formulação de propostas inovadoras. A instituição promoveu a produção acadêmica, consolidando estudos e análises que reafirmam a importância da jurisdição constitucional para a evolução da sociedade e para a efetividade dos direitos fundamentais. O fortalecimento da memória institucional preservou a história do Tribunal e assegurou a difusão do conhecimento produzido ao longo de sua trajetória.

A gestão reafirmou o papel essencial do Poder Judiciário na consolidação da democracia e na defesa dos valores constitucionais. O conhecimento circula como instrumento de aproximação com a sociedade e oferece clareza sobre o funcionamento do STF, sobre a relevância das suas decisões e sobre a contribuição do Tribunal para a vida nacional.

REDUÇÃO DA LITIGÂNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO

Um dos projetos desenvolvidos foi o estudo sobre a "Redução da litigância contra o Poder Público", uma pesquisa empírica aplicada que busca compreender as causas estruturais da elevada litigiosidade contra o poder público no Brasil. A iniciativa integra a agenda de redução da litigância contra o Estado, considerada estratégica para promover maior eficiência judicial, acesso à Justiça e racionalidade no uso de recursos públicos.

A pesquisa foi organizada em duas fases complementares.

Fase I – Diagnóstico Nacional

Com o apoio do CNJ e a participação de procuradorias da União, de sete Estados, quatro Municípios e do Distrito Federal, a primeira fase da pesquisa empregou um método Delphi adaptado, baseado em encontros periódicos com atores diretamente envolvidos na gestão de litígios. Ao longo dessa etapa:

- foram realizadas seis grandes reuniões técnicas com participação de representantes do STF, CNJ, BNDES e advocacias públicas;
- foram produzidos relatórios parciais, apresentações, *briefings*, representações gráficas, relatório final completo e sumário executivo;
- foram mapeados os principais fatores geradores da litigiosidade e identificadas tanto as causas estruturais como as boas práticas já adotadas por entes federativos.

Esse trabalho permitiu a compreensão aprofundada dos gargalos que impactam o Judiciário e contribuiu para a formulação de propostas de governança processual mais eficientes, com foco na prevenção de litígios, gestão de riscos e fortalecimento da atuação institucional.

Fase II – Perspectiva Comparada Internacional

A segunda fase, iniciada em 2024 e concluída em 2025, tem como foco a análise comparada da litigância contra o Estado em outros países. Essa fase foi executada em parceria com instituto de pesquisa e ensino, no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o STF, o CNJ e o BNDES.

A pesquisa tem como resultado esperado a formulação de políticas públicas estruturantes, com base em evidências empíricas, para mitigar o excesso de judicialização, promover maior integração entre entes federativos e aprimorar a eficiência estatal.



27.02.2024 – Reunião inaugural de apresentação da Proposta de Pesquisa. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O seminário “Redução da Litigância contra o Poder Público”, realizado na sede do CNJ em parceria com o BNDES e o Supremo Tribunal Federal, marcou a apresentação dos resultados da Fase I do projeto de pesquisa coordenado pelo STF. Com a presença do Presidente Luís Roberto Barroso e de autoridades das instituições parceiras, o evento promoveu debate qualificado sobre os achados da investigação científica e destacou os principais fatores que impulsionam a elevada litigiosidade no país. A discussão também se concentrou em soluções práticas e estruturais para o enfrentamento do problema. Participaram como debatedores especialistas de diferentes áreas, como representantes do Ipea, da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, da Advocacia-Geral da União e da FGV.



22.04.2025 – O Presidente do STF e do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, em seminário sobre litigância contra o Poder Público. Foto: Rômulo Serpa/Ag. CNJ



28.2.2025 – Reunião para debate sobre as causas de pedir dos cinco grandes temas objeto de maior litigância contra o Poder Público. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Redução da Litigância

EVENTOS ACADÊMICOS

No biênio 2023-2025, o Supremo Tribunal Federal promoveu de forma consistente o debate e a difusão do conhecimento, com ênfase nas temáticas jurídicas de maior relevância para o país. O Tribunal intensificou as trocas de experiências e de boas práticas, o que fortaleceu o aprimoramento contínuo de suas atividades. Para cumprir esse propósito, a instituição recebeu acadêmicos, especialistas, magistrados, cientistas, estudantes e operadores do Direito, que contribuíram para a reflexão qualificada sobre temas de interesse da Corte e da sociedade.



35 anos da Constituição de 1988 – Conquistas e Desafios

05.10.2023 – Seminário sobre os "35 anos da Constituição Federal: conquistas e desafios". O Presidente do Supremo, Ministro Luís Roberto Barroso, abriu o seminário, destacando o valor de três décadas e meia "de estabilidade institucional num país e um continente acostumados à quebra de legalidade constitucional e de rupturas". O seminário contou, ainda, com a apresentação dos painéis sobre a Carta Magna com a participação de estudiosos e professores especialistas em Direito Constitucional. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



18.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso assinou memorandos de entendimento entre o STF, o CNJ e o Max Planck Institute, a fim de formalizar a parceria iniciada, em 2022, para elaboração e lançamento dos *Cadernos de Jurisprudência do STF: concretizando direitos humanos*. A iniciativa já resultou na publicação de oito Cadernos de Jurisprudência: Direito das pessoas LGBTQIAP+; Direitos das mulheres; Direito à igualdade racial; Direito dos povos indígenas; Direito das pessoas privadas de liberdade; Liberdade de expressão, democracia e novas tecnologias; Direito ao cuidado; e Direito ao ambiente e emergência climática. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



18.10.2023 – O projeto *Diálogos com o Supremo* recebeu o professor alemão Armin von Bogdandy, para a palestra "O renascimento do republicanismo". Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



08.11.2023 – A Professora alemã Indra Spiecker Genannt Döhmann e o Ministro Gilmar Mendes em conferência sobre "Digitalização e mudanças nas constituições: *fake news* e outros desafios", no projeto *Diálogos com o Supremo*. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



13.11.2023 – Conduzida pela Secretária-Geral do CNJ, Adriana Cruz, a mesa de debate da "1ª Jornada Justiça e Equidade Racial", voltada ao combate do racismo estrutural e institucional. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



21.11.2023 – O Professor e jurista alemão Dieter Grimm durante palestra sobre constitucionalismo no contexto contemporâneo, no projeto *Diálogos com o Supremo*. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



23.11.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou da terceira edição da "Semana Victor Nunes Leal", promovida pelo Instituto Victor Nunes Leal. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



02.02.2024 – Grupo de 20 alunos de graduação, mestrado e doutorado em Direito e Economia das cinco regiões do país acompanhou, no Supremo, palestra sobre defesa da concorrência e direito concorrencial, ministrada pelo professor e economista Guilherme Resende, assessor especial do Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC) do STF. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



15.05.2024 – A primeira palestra do projeto *Diálogos com o Supremo* teve como tema "Justiça e Meio Ambiente: O Papel do Judiciário". Participaram como palestrantes o Presidente do Conselho Constitucional da França, Laurent Fabius, o Vice-Presidente do STF, Ministro Edson Fachin, e o Ministro Herman Benjamin, do STJ. Também fizeram parte da mesa a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Cristiano Zanin, do STF, e o Ministro Alberto Balazeiro, do TST. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



21.05.2024 – O Supremo sediou o seminário internacional "Mecanismos nacionais de implementação de decisões estruturais: diálogos com o sistema interamericano e experiências comparadas", realizado em parceria com o Instituto Max Planck e a Fundação Konrad Adenauer. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



24 a 27.06.2024 – A Semana de Segurança Cibernética discutiu ações para conscientizar e alertar os servidores e os colaboradores do Tribunal sobre a necessidade de segurança cibernética no trabalho e em casa. Foto: Andressa Anholete/SCO/STF



13.08.2024 – O Ministro Flávio Dino ministra aula sobre "Temas criminais no STF", no programa Diálogos Supremos. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



09.07.2024 – O Ministro Edson Fachin ministra aula sobre "O controle da convencionalidade em julgamentos do STF", no programa Diálogos Supremos. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



19.08.2024 – O STF promoveu o seminário "Impactos da Inteligência Artificial no Constitucionalismo Contemporâneo", com a participação de Ministros do Supremo e especialistas no tema, inclusive internacionais. Entre os assuntos debatidos estão a influência da inteligência artificial sobre o sistema constitucional, a democracia e os direitos no contexto jurídico atual. O evento foi promovido pelo STF, com apoio do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e do Bicentenário das Relações Diplomáticas entre os Estados Unidos e o Brasil. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Transcrição do seminário "Impactos da Inteligência Artificial no Constitucionalismo Contemporâneo"



07.10.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso abriu o seminário internacional "Litígios estruturais: avanços e desafios". O encontro discutiu os desafios inerentes às ações estruturais, apresentou boas práticas adotadas em seus principais casos e mostrou como essa experiência pode contribuir com outras instâncias do Judiciário. Compuseram a mesa de abertura o Vice-Presidente do STF, Ministro Edson Fachin, o decano do Tribunal, Ministro Gilmar Mendes, e o Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



04.11.2024 – O Supremo realizou o seminário "6 anos da LGPD – Impactos no Poder Público e no Sistema de Justiça", com a participação de especialistas externos que integram o grupo de trabalho criado para auxiliar o Tribunal na definição, no planejamento e na conformidade com a LGPD. Os temas abordados incluíram o direito fundamental à proteção de dados pessoais, os desafios do setor público na governança em proteção de dados, o papel do encarregado na garantia de conformidade e a prevenção e as respostas eficazes aos incidentes de segurança. Além dos Ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes, participaram assessores da Presidência do STF e integrantes de instituições que têm relação com o tema. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



30.10.2024 – O projeto *Diálogos com o Supremo* recebeu os professores Agnès Roblot-Troizier, Dominique Rousseau e Xavier Philippe, da Faculdade de Direito da Universidade de Sorbonne, na França. As exposições foram organizadas pelos Ministros Gilmar Mendes e Edson Fachin, Vice-Presidente do Tribunal. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



08.11.2024 – O Vice-Presidente Edson Fachin abriu o seminário internacional "O Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul: relevância e perspectivas". O evento reuniu acadêmicos e juristas, brasileiros e estrangeiros, para debater o histórico da instituição no processo de integração normativa do Mercosul, além de analisar as perspectivas em relação ao futuro. Participaram do evento a Presidente do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR) e Ministra aposentada do STF, Rosa Weber, os Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes, além de integrantes do Ministério das Relações Exteriores e do TPR. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



09.12.2024 – O Supremo recebeu o seminário "Impactos da Incorporação de Novas Tecnologias em Saúde Pública", com a participação de autoridades e especialistas do setor. Entre outras autoridades presentes, compareceram o Presidente Luís Roberto Barroso; o Ministro Gilmar Mendes; as Ministras da Saúde, Nísia Trindade, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; o Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante; e a médica Ludhmila Hajjar, professora titular de emergências da Universidade de São Paulo. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



12.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou de conversa conduzida pelo professor G. Marcus Cole, reitor da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. Com o tema "Democracia, direitos fundamentais e o papel das Cortes Supremas", o evento ocorreu no STF. Cole conduz entrevistas com diversos juízes de cortes supremas ao redor do mundo. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



25.05.2025 – O Supremo realizou o "II Seminário Internacional de Segurança Cibernética nas Cortes Superiores", com foco em temas estratégicos para a proteção de dados, sistemas e estruturas digitais no Poder Judiciário. O evento integrou a programação da Semana de Segurança da Informação e Integridade Digital do STF, que reuniu especialistas para debater tendências, desafios e soluções em cibersegurança institucional. Foto: Ton Molina/SCO/STF



04.06.2025 – No âmbito do projeto *Diálogos com o Supremo*, foi realizada palestra sobre justiça climática, ministrada pelo professor Thomas Pogge, da Universidade de Yale (EUA). Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



07.05.2025 – O Supremo recebeu o professor Lawrence Lessig, da Faculdade de Direito de Harvard (EUA), para palestra sobre democracia e inteligência artificial. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



28.05.2025 – O Supremo sediou o seminário internacional "Direitos humanos e novas tecnologias: experiências de fronteira". O evento reuniu autoridades e especialistas nacionais e internacionais, além de público geral interessado no assunto. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



31.07.2025 – O Supremo sediou o *workshop* "Prática de decisão e os estilos de fundamentação de Cortes Supremas e Constitucionais". A abertura do evento foi feita pelo Vice-Presidente Edson Fachin e pelo decano Gilmar Mendes. O encontro teve como objetivo discutir e comparar práticas de fortalecimento institucional adotadas pela Corte Europeia de Direitos Humanos, pelo Tribunal Constitucional Federal Alemão e pela Suprema Corte brasileira. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



04.08.2025 – A Suprema Corte promoveu o seminário "Perspectivas e Inovações no Sul Global". Na abertura, o Presidente Luís Roberto Barroso destacou, entre outros aspectos, como o direito vem sendo organizado no Brasil para contribuir com o debate sobre as experiências do Norte e do Sul Global. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



19.08.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso, em evento promovido pelo STF e pelo CNJ sobre liberdade de imprensa, defendeu o papel da imprensa e alertou para os riscos da desinformação. Foto: Ana Araújo/CNJ.





20.8.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso inaugurou, na Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, da Suprema Corte, uma coleção de obras do jurista alemão Winfried Hassemer. A Sala de Coleções Especiais da biblioteca foi ampliada para receber o novo acervo doado ao Tribunal. Reconhecido internacionalmente por sua contribuição ao direito penal e à criminologia, Hassemer destacou-se pela defesa das liberdades fundamentais, dos direitos humanos e pela crítica aos abusos do poder punitivo do Estado. A inauguração do espaço ocorreu com a presença dos Ministros Gilmar Mendes e Cristiano Zanin, além do Ministro do STJ Rogério Schietti e da advogada Fernanda Tórtima, responsável pela doação em conjunto com o professor Juarez Tavares. Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

PUBLICAÇÕES

Confira alguns livros e periódicos lançados durante a gestão 2023-2025.



Mulheres no Direito Constitucional: uma bibliografia



Mulheres no Direito Processual Civil: uma bibliografia



Casos Relevantes – livro e *hotsite* interativo, em português, inglês e espanhol



Processos Estruturais: a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

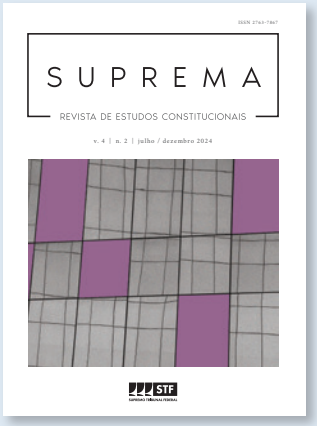
Edições da *Suprema – Revista de Estudos Constitucionais*



v. 3, n. 2 (2023)



v. 4, n. 1 (2024)



v. 4, n. 2 (2024)



v. 5, edição especial (2025)

Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Concretizando Direitos Humanos



Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade (maio/2024)



Liberdade de Expressão, Democracia e Novas Tecnologias (dezembro/2024)



Direito ao Cuidado (agosto/2025)



Direito ao Ambiente e Emergência Climática (setembro/2025)



Direito das Pessoas com Deficiência (setembro/2025)



Livreto institucional de apresentação do Supremo Tribunal Federal. Adaptação da publicação inicialmente elaborada para o J20 (Conferência dos Presidentes das Supremas Cortes e dos Tribunais Constitucionais dos Estados-Membros do G20).



Desinformação: o mal do século (v. 2). O Futuro da Democracia: inteligência artificial e direitos fundamentais



Segundo produto da parceria entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Universidade de Brasília (UnB), o livro *Desinformação: o mal do século – v. 2* reúne 18 artigos de 36 autores, com prefácio assinado pelo Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, além de artigos dos Ministros Edson Fachin, Dias Toffolli, Luiz Fux e Flávio Dino. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

CALENDÁRIO DO STF



O Calendário do STF consolidou-se como publicação de valor histórico, artístico e institucional, indo além de sua função original de marcar datas. A cada edição, é realizado um cuidadoso trabalho de pesquisa e curadoria temática. Em 2024, o calendário celebrou os 200 anos de Constitucionalismo no Brasil, com imagens históricas que marcaram a trajetória constitucional do país. Já a edição de 2025 destacou o papel do Supremo como instituição democrática e reuniu fotografias artísticas do artista visual Toninho Euzébio e trechos de falas e escritos dos Ministros sobre democracia, direitos fundamentais e Estado de Direito. A publicação é de livre acesso pela sociedade e reforça o compromisso do Tribunal com a memória, a cultura e os valores republicanos.



LANÇAMENTOS DE LIVROS



04.10.2023 – Ministros do STF no lançamento do livro *A Constituição da Democracia em seus 35 Anos*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



18.10.2023 – Ministros do STF no lançamento da coleção atualizada *Temas de Direito Processual*. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



22.11.2023 – Lançamento da obra *Arbitragem e Constituição*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



23.11.2023 – Lançamento do livro *Súmulas, Teses e Precedentes – Estudos em homenagem a Roberto Rosas*. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



29.11.2023 – Lançamento do livro *Poder Judiciário e Direito ao Desenvolvimento*. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



30.11.2023 – Lançamento da obra *Supremo Processo Constitucional – a guarda da Constituição em sentido estrito*, de autoria de Luiz Henrique Krassuski Fortes e com prefácio do Ministro Edson Fachin. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



12.12.2023 – Lançamento do livro *Semipresidencialismo no Brasil*, de autoria de João Victor Prasser. Foto: Nelson Júnior/SCO/STF



12.12.2023 – Lançamento de publicações que retratam uma década da atuação do Ministro Luís Roberto Barroso no Tribunal. Publicado pela Editora Fórum, o livro *Direitos e Democracia – 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF* é uma coletânea de artigos escritos por Ministros, juristas nacionais e estrangeiros, assessores e ex-assessores que acompanharam a trajetória de Barroso no STF. No evento, também foi divulgada a Revista da Advocacia-Geral da União (AGU), com o título *Dossiê: Dez anos do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



13.12.2023 – Lançamento do livro *Direitos da Personalidade – Reflexos nos Direitos Público e Privado* em homenagem ao professor Rui Geraldo Camargo Viana, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). A obra reúne artigos dos Ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Edson Fachin, de magistrados, professores, membros do Ministério Público, advogados, colegas de trabalho e ex-alunos do professor. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



06.03.2024 – Ministros prestigiaram o lançamento da *Coleção Constitucionalismo Brasileiro*, coletânea dedicada à reedição de nove obras de referência nacional que revisitam personagens, textos e momentos considerados essenciais para a formação da cultura constitucional brasileira. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



17.04.2024 – Lançamento da obra *Constituição, Direito Penal e Novas Tecnologias*, coordenada pelo Ministro Gilmar Mendes e pelo advogado Matheus Pimenta de Freitas. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



23.05.2024 – Lançamento das obras *Justiça Multiportas*, da juíza auxiliar Trícia Navarro, e *Processo Estrutural Democrático*, do assessor especial da Presidência Matheus Casimiro. O Presidente Luís Roberto Barroso assina o prefácio da primeira obra e é responsável pela apresentação da segunda, juntamente com o advogado e doutor em Direito Marco Félix Jobim. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



05.06.2024 – Lançamento da obra *Novos Horizontes do Processo Estrutural*, coordenada pelo Ministro do TST Alberto Bastos Balazeiro e pelos professores Afonso de Paula Pinheiro Rocha e Guilherme Veiga. O livro conta com artigos dos Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Foto: Andressa Anholete/SCO/STF



13.06.2024 – Lançamento da segunda edição da obra *Controle concentrado de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal*, organizada pelo Ministro Dias Toffoli. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



28.08.2024 – Os Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin participaram do lançamento das obras *Populismo e o Estado de Direito* e *Reforma Tributária do Consumo no Brasil*. Foto: Fillipe Sampaio/SCO/STF



04.09.2024 – Lançamento do livro *Acordo de Não Persecução Civil no Âmbito da Lei de Improbidade Administrativa*, com a presença do Ministro Cristiano Zanin. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



20.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso lançou, em Brasília, o livro *Inteligência Artificial, Plataformas Digitais e Democracia – Direito e tecnologia no mundo atual*. A obra reúne reflexões sobre alguns dos grandes temas contemporâneos: revolução tecnológica, plataformas digitais, mudança climática, democracia, populismo autoritário e o persistente patrimonialismo brasileiro. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.09.2024 – O Ministro Edson Fachin participou do lançamento do livro infantil *Fabinho – da Roça aos Tribunais*, sobre a trajetória de vida do Juiz Auxiliar Fábio Esteves, que atua no Gabinete do Ministro. A obra foi escrita por Claudine Bernardes. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



16.10.2024 – O Ministro Gilmar Mendes lançou a segunda edição do livro *Controle de constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



06.11.2024 – O Supremo sediou o lançamento do livro *Democracia, Eleições e Participação Feminina – Elas Pensam o Brasil*, com prefácio da Ministra Cármen Lúcia e apresentação do Ministro Luís Roberto Barroso. Organizada por Aline Osorio, Secretária-Geral do STF, e por Letícia Giovanini Garcia, Promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná, a obra conta com 36 artigos escritos por 48 mulheres. Entre as autoras estão a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, as Ministras do STJ Maria Thereza de Assis Moura e Daniela Teixeira e as Ministras e ex-Ministras do TSE Edilene Lôbo, Vera Lúcia Santana de Araújo, Luciana Lóssio e Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



13.11.2024 – Lançamento da obra *Decisões Judiciais e suas Consequências Econômicas e Sociais*, organizada por Amanda Flávio Oliveira e Guilherme Mendes Resende. Foto: Andressa Anholete/SCO/STF



10.12.2024 – Lançamento da obra *Pessoa com Deficiência em Situação de Curatela e Sistema de Justiça*, da autora Patrícia Cerqueira Kertzman Szpores. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.12.2024 – Lançamento das obras *Repercussão Geral e Decisões Intermediárias e Diálogos Constitucionais com o Poder Legislativo em Portugal e no Brasil*, organizadores: Dr. José S. Carvalho Filho e Dr. William Akerman, no Átrio da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



12.12.2024 – Lançamento da obra *O Impeachment – Paulo Brossard*, organizada pelo decano do STF, Ministro Gilmar Mendes, e pelo advogado Paulo Sávio Nogueira Peixoto Maia. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



26.03.2025 – Lançamento da obra *Reforma Tributária e Jurisdição Constitucional – O futuro da tributação no Brasil*, publicação coordenada pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Alberto Gurgel de Faria. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



25.03.2025 – Lançamento da obra *Educação para Democracia: propostas para um país em crise*, que tem como autora a Dra. Beatriz Cunha. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



02.04.2025 – Lançamento da obra *A Autoridade da Suprema Corte e o perigo da Política*, do Ministro aposentado da Suprema Corte dos EUA Stephen Breyer. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



23.04.2025 – Lançamento da obra *Aborto e Gênero na Suprema Corte dos Estados Unidos*, de autoria do Dr. João Carlos Souto. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF





09.04.2025 – Lançamento do livro *Tributação, Liberdade e Igualdade: as contribuições do Ministro Luís Roberto Barroso*. A obra, organizada por Fernanda de Paula e Nina Pencak, reúne artigos de diversos autores que analisam a atuação do Ministro Luís Roberto Barroso no campo do direito tributário. Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF



07.05.2025 – Lançamento da obra *Segurança Cibernética na Alta Gestão – Estratégias para CEOs, CISOs, CIOs e CCOs*, dos autores Rogério Augusto Viana Galloro, Marcelo Antonio da Silva e José de Souza Junior. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



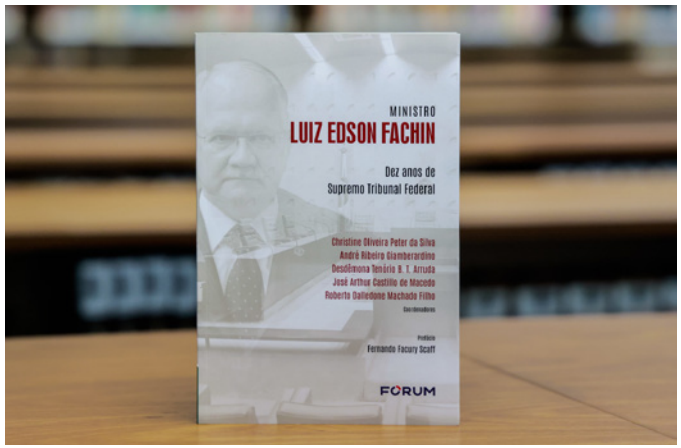
14.05.2025 – Lançamento da obra *Grandes Temas do Direito Internacional – Homenagem a Francisco Rezek,* coordenada por Beyla Esther Fellous, Francisco José de Castro Rezek e Verônica Rezek. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



15.05.2025 – Lançamento da obra *Racionalização e Simplificação do Sistema Recursal – O Habeas Corpus*, de Alberto Zacharias Toron. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



28.05.2025 – Lançamento do livro *Direitos das Plataformas Digitais*, obra organizada pelo professor Gustavo Silveira Borges, com foco na proteção dos direitos humanos no ambiente digital. Foto: Fellipe Sampaio/SCO /STF





16.06.2024 – Lançamento do livro *Ministro Luiz Edson Fachin – dez anos de Supremo Tribunal Federal*. A obra celebra uma década de atuação do Ministro no STF e reúne reflexões de assessores, ex-assessores e integrantes da comunidade acadêmica sobre o papel da jurisdição constitucional no Brasil contemporâneo. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



17.06.2025 – Lançamento da obra *Tributação, Desigualdade e Desenvolvimento*, que reúne artigos de especialistas em direito tributário e economia sobre o impacto do sistema tributário brasileiro na desigualdade social e no crescimento econômico do país. Também aborda as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional 132/2023, que reformou a tributação sobre o consumo no Brasil. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF





19.06.2025 – O Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, lançou durante a Bienal do Livro 2025, no Rio de Janeiro, o livro *Informação à Sociedade*, que apresenta 124 resumos em linguagem simples de decisões do Plenário presencial, além dos principais julgamentos virtuais. Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF



06.08.2025 – Lançamento da obra *Jurisdição Constitucional da liberdade para a liberdade*, que tem como autor o Ministro Gilmar Mendes. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



10.09.2025 - Lançamento da obra *Litigância Regulatória Antitruste*, da autora Ana Sofia Signorelli. Foto: Victor Piemonte/SCO/STF



11.09.2025 - Lançamento do Livro *O Ministro José Néri da Silveira - Uma vida de Estudos, Trabalho e Oração*, de autoria da advogada da União Patrícia Trunfo Carpes. Foto: Luiz Silveira/SCO/STF

MUSEU SEPÚLVEDA PERTENCE: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A memória institucional do Supremo Tribunal Federal se expressa em múltiplas formas que preservam e testemunham a história da Corte, de seus Ministros e do próprio Judiciário brasileiro. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, desenvolveram-se ações relevantes voltadas à preservação do patrimônio histórico, da conservação e da manutenção das instalações físicas sob responsabilidade do STF.

Entre os marcos dessa atuação, destaca-se o projeto de ampliação do Museu do STF, que avançou significativamente com a obtenção de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para intervenções na Praça dos Três Poderes. Com a realocação da TV Justiça, foi possível dar início às fases 2 e 3 da expansão do Museu. A fase 2 contempla a ampliação das áreas internas de exposição, com a incorporação dos espaços anteriormente ocupados pela TV Justiça. A fase 3 prevê a criação de uma praça rebaixada no gramado adjacente ao edifício-sede, com acesso direto à Praça dos Três Poderes, e a instalação de um café para o público visitante.

Além disso, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para apoiar a execução das obras e o desenvolvimento do projeto expográfico e curatorial.

A previsão preliminar de conclusão das obras é setembro de 2027, A ampliação consolidará o Museu do STF como espaço de memória, cultura e diálogo com a sociedade.

Desafios enfrentados e demandas identificadas:

- Espaço expositivo insuficiente: a área anterior, de 159 m², limitava a apresentação adequada do acervo institucional do Supremo Tribunal Federal.

- Desconexão com o roteiro de visitação: a localização anterior não favorecia o fluxo de visitantes e comprometia a integração do Museu às demais áreas visitáveis da Corte.

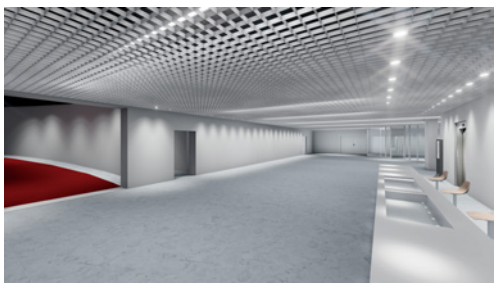
- Obsolescência da exposição de longa duração: a mostra principal, inalterada desde 2021, carece de atualização em consonância com a atual gestão e com as diretrizes curatoriais contemporâneas.

Oportunidades geradas com o novo projeto:

- Aproveitamento estratégico do subsolo e da Praça dos Três Poderes: a ampliação da área útil do Museu permitirá maior capacidade expositiva e acesso autônomo do público externo, em reforço ao vínculo institucional com a sociedade.

- Valorização arquitetônica: o projeto leva a assinatura do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o que confere prestígio técnico e simbólico à iniciativa.

- Parceria internacional com a Unesco: a cooperação técnica com a entidade promove o alinhamento do STF às práticas globais de preservação e difusão do patrimônio cultural e museológico.



Execução da fase 2 da expansão do Museu do STF.



Execução da fase 3 da expansão do Museu do STF.

PARTICIPAÇÕES EM INICIATIVAS NACIONAIS DE MUSEUS

O Museu Ministro Sepúlveda Pertence integrou, durante a gestão, duas importantes ações promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o que reforçou o compromisso do STF com a valorização da cultura, da memória institucional e da inclusão.

Na 18ª Primavera de Museus (2024), com o tema "Museus, acessibilidade e inclusão", o STF participou com a exposição "STF pelos meus olhos", composta por 20 fotografias de Bruno Moura, primeiro fotógrafo com síndrome de *Down* do Tribunal.

Já na 23ª Semana Nacional de Museus (2025), com o tema "O futuro dos museus em comunidades em rápida transformação", o STF contribuiu com o *tour* virtual da exposição "Do Solar do Lavradio à Praça dos Três Poderes", disponível de forma permanente no portal do STF e na página do Museu no *site* do Ibram.

Ambas as participações promoveram maior acesso ao acervo histórico do Supremo e ampliaram a visibilidade das ações culturais da Corte junto à sociedade.

EXPOSIÇÕES

Durante o biênio 2023-2025, o Supremo foi sede de exposições sobre as mais diversas temáticas. Em março de 2024, o *tour* virtual no Museu do STF foi atualizado para receber dois novos componentes do acervo. Hoje o museu conta com imagens relacionadas aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, que integraram a campanha **#**democracia**inabalada**, resposta institucional ao ataque criminoso praticado naquela data contra o edifício-sede. Os visitantes podem ver também um painel com fotos de todos os Ministros que já integraram o Tribunal, desde a época do Império até os dias atuais.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Visita virtual ao
Museu do STF

Confira algumas das exposições que passaram pelo STF ao longo da gestão.



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

35 anos da Constituição Federal

Exposição com cópias fac-similares de todas as Constituições Federais brasileiras, bem como exemplares da Constituição de 1988 em língua indígena, espanhol e inglês.

Inauguração: setembro de 2023

Cartoons contra a violência

O Museu da Suprema Corte sediou a exposição "*Cartoons* contra a Violência", promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A mostra reuniu 14 obras produzidas por 9 mulheres cartunistas. Nas obras selecionadas, estão retratados abusos físicos, sexuais, patrimoniais, psicológicos e morais, além do machismo e do sexismo estruturais.

Inauguração: novembro de 2023







Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Após 8 de janeiro: reconstrução, memória e democracia

A exposição marca o primeiro ano dos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. A mostra, composta por objetos e imagens, enfatiza cenas que

simbolizam a resistência do STF diante da violência, ao mesmo tempo que preserva a memória dos ataques. A exposição apresenta fotografias, objetos destruídos no ataque e itens que foram restaurados pelo Laboratório de Restauração do Supremo. O objetivo é representar o esforço feito pelo Tribunal para restaurar as instalações e mostrar união e reação.

Data: janeiro de 2024 (aberta durante todo o ano de 2024)









Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

Mulheres no Brasil: um caminho pela igualdade de direitos

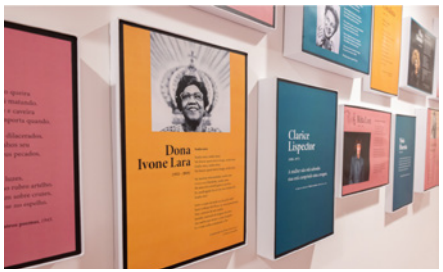
Inaugurada em março de 2024, a exposição "Mulheres no Brasil: um caminho pela igualdade de direitos" fez parte das comemorações do Dia Internacional das Mulheres e celebrou a conquista de direitos pelas mulheres brasileiras. A mostra apresenta uma linha do tempo que destaca as conquistas, os fatos relevantes na trajetória das mulheres e as pioneiras na vida pública e política do País. Além disso, a exposição homenageia ícones femininos da literatura, das artes e da música, com livros, reproduções de quadros, trechos de textos literários, letras de músicas e discos de vinil, todos representativos da produção feminina nas áreas da cultura. A exposição visa reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres para a construção de um país mais igualitário e inclusivo.

Data: março a novembro de 2024











Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

64 anos do STF em Brasília

A exposição “64 anos do STF em Brasília” celebrou o aniversário de Brasília, com apresentação de fotografias do artista Toninho Euzébio. Foram expostas, em painéis, 12 composições de fotos com ilustrações feitas pelo artista, que ressaltaram peças, pontos e fachadas do complexo arquitetônico do STF. As fotografias artísticas foram doadas ao Supremo Tribunal Federal.

Data: abril a agosto de 2024





Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

“STF pelos meus olhos”, por Bruno Moura

Em setembro, o Supremo promoveu a campanha “Setembro Verde”, voltada à conscientização sobre acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência no Tribunal. Uma das ações da campanha foi a exposição “STF pelos meus olhos”. Nela, foram exibidas 20 fotografias de Bruno Moura, primeiro fotógrafo com síndrome de *Down* do STF. As imagens que compõem a mostra foram captadas por Bruno, com apoio dos fotógrafos que integram a equipe de fotografia do Supremo, e revelam um olhar de sensibilidade para diversas instalações da Corte, retratadas no cotidiano.

Data: setembro a novembro de 2024





Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF



A exposição “STF pelos meus olhos” foi levada para a 8ª edição da ExpoJud, no Royal Tulip Brasília Alvorada. O *stand* do STF permaneceu nesse local para visitação dos participantes do evento durante os dias 15, 16 e 17 de outubro de 2024.

O STF mudando a vida das pessoas

A exposição, instalada no Espaço Cultural Menezes Direito, utiliza imagens, infográficos e outros recursos visuais para ilustrar como as decisões do Supremo Tribunal Federal impactam diretamente a vida dos cidadãos brasileiros. A mostra apresenta casos relevantes julgados pelo Tribunal, com a síntese do que foi decidido e pesquisas e resultados advindos de cada julgamento. Os temas abordados incluem educação, saúde, proteção à mulher, igualdade racial, proteção dos povos indígenas, segurança pública, meio ambiente, direitos das pessoas com deficiência, direitos da população LGBTQIAPN+ e a pandemia de covid-19.

Data: novembro de 2024 (aberta durante o ano todo)







Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

Em julho de 2025, a exposição foi projetada no Museu da República, durante a conferência anual da *International Society of Public Law* (ICON-S). Nos dias 28 e 30 do mesmo mês, a exposição foi levada à Universidade de Brasília.





Imagens da exposição "O STF mudando a vida das pessoas" projetadas no Museu da República, em Brasília, durante a abertura do evento ICON-S Global Conference 2025. Fotos: Divulgação/STF







Exposição "O STF mudando a vida das pessoas", montada na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Fotos: Carlos Carvalho/GEMIN/STF

Paulo Brossard



A exposição, montada no *hall* de entrada da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal (STF), apresentou painel expositivo com fotografias que cobrem diferentes momentos da vida pessoal e da carreira profissional do Ministro. A mostra foi aberta concomitantemente ao relançamento da obra *O Impeachment*, de autoria de Paulo Brossard, que teve como organizadores o Ministro Gilmar Mendes e o Dr. Paulo Savio N. Peixoto Maia.





Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Data: dezembro de 2024

STF iluminado – 65 anos do Tribunal Constitucional em Brasília

A exposição "STF Iluminado – 65 anos do Tribunal Constitucional em Brasília" integrou as comemorações pelos 65 anos da instalação da sede do Supremo Tribunal Federal na Praça dos Três Poderes, marco da transferência do centro político do país do Rio de Janeiro para a nova capital federal, em 1960.

A mostra reuniu 12 fotografias e 4 vídeos produzidos pela equipe de fotógrafos do Tribunal, com o registro de momentos em que a fachada do edifício-sede do STF recebeu projeções de luzes multicoloridas ao longo do ano.

A intervenção luminotécnica segue um calendário temático com o objetivo de apoiar causas de relevância social, valorizar datas históricas e promover a conscientização sobre direitos funda-

mentais, saúde, inclusão e diversidade. A escolha das cores projetadas está diretamente associada a campanhas institucionais e efemérides significativas para a sociedade brasileira.

Data: abril a maio de 2025





Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF



Memória em Julgamento: histórias que marcaram a Justiça e a sociedade

A exposição foi idealizada por meio de uma parceria entre o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio do *Anuário da Justiça Brasil*. A mostra inédita reúne julgados emblemáticos das duas Cortes, selecionados a partir de seus arquivos históricos e da memória jurídica nacional.

A curadoria destacou casos que despertaram amplo interesse da sociedade, seja pela relevância dos temas tratados, pelas personalidades envolvidas ou por circunstâncias extraordinárias que marcaram o processo judicial. Os episódios apresentados percorrem a história do Judiciário brasileiro, desde o período colonial até os dias atuais, e incluem julgamentos que se tornaram verdadeiros marcos na construção do Estado de Direito no país.

Além de painéis impressos com textos e imagens, a exposição ampliou a acessibilidade e a experiência do público, ao incorporar recursos visuais modernos, como tótens interativos, que

apresentaram conteúdos complementares em formatos dinâmicos, com fotografias históricas, gráficos e materiais audiovisuais.

Data: junho de 2025









Fotos: Ton Molina/SCO/STF

Amílcar de Castro: a forma que não deixa resto

A exposição apresentou um percurso pelo pensamento poético e criativo de Amílcar de Castro, reconhecido por sua contribuição singular à arte geométrica brasileira. A mostra reuniu uma seleção de desenhos e projetos de esculturas geométricas, que evidenciam o princípio de corte e dobra do aço (elemento característico da obra do artista), além de pequenas esculturas metálicas que funcionam como protótipos de grandes obras públicas. O conjunto ofereceu ao visitante um percurso visual que transita do croqui à escala monumental.

Data: agosto de 2025







Fotos: SCO/STF





Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Pai Presente: #5diasépouco

A exposição "Pai Presente: #5diasépouco" apresenta, no STF, um conjunto de fotografias que evidencia a relevância do engajamento paterno no cotidiano familiar e a corresponsabilidade no cuidado com os filhos. A mostra reúne imagens vencedoras de concurso promovido em 2024 pela Coalizão Licença-Paternidade (CoPai), rede dedicada à ampliação e regulamentação da licença-paternidade no Brasil.

A mostra também inclui o acervo fotográfico da exposição sueca "Parentalidade: uma oportunidade igualitária", cedida pela Embaixada da Suécia, país pioneiro na implementação de licença parental remunerada, além de registros da ONG Prematuridade.com, que atua na defesa de políticas públicas voltadas ao cuidado de bebês prematuros.

Exibido anteriormente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o projeto resulta de articulação entre a CoPai, o Grupo Mulheres do Brasil/Brasília, a Frente Parlamentar Mista pela Licença-Paternidade, a Embaixada da Suécia, o Instituto Sueco e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Data: agosto de 2025

Sebastião Salgado

A exposição é uma homenagem póstuma do Supremo Tribunal Federal a Sebastião Salgado, um dos maiores fotógrafos do mundo. Sua trajetória deu voz às lutas sociais, à preservação ambiental e, sobretudo, levou a força das florestas e dos povos originários do Brasil ao cenário global. Em maio de 2025, o artista nos deixou, mas sua obra permanece como legado que inspira consciência e reverência ao planeta.

A mostra, composta por 15 painéis, apresenta imagens emblemáticas da Amazônia, de comunidades indígenas e de suas tradições e culturas ancestrais. São fotografias que retratam florestas tropicais, planícies e planaltos, áreas iluminadas por fachos de luz que percorrem do Alto Xingu até o Pico da Neblina e a Serra Pelada.

As imagens em preto e branco, de profundo impacto estético e humano, foram doadas em 2018 pelo fotógrafo e sua esposa, Lélia Wanick.

Para a homenagem, o STF inaugurou uma sala de exposições temporárias, em expansão do Museu Ministro Sepúlveda Pertence.

Data: setembro de 2025







Fotos: Luiz Silveira/SCO/STF

DIFUSÃO DIGITAL DO ACERVO DO MUSEU DO STF

Em iniciativa inovadora, o Museu Ministro Sepúlveda Pertence passará a disponibilizar seu acervo histórico e cultural na plataforma Tainacan, ferramenta digital gerenciada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), voltada à criação de repositórios e à difusão de acervos em mídias digitais.



A adoção da Tainacan visa aperfeiçoar a gestão e a catalogação do acervo do Supremo Tribunal Federal e ampliar o acesso do público ao patrimônio histórico da Corte.

Durante a gestão 2023-2025, foram descritas arquivisticamente aproximadamente 12.000 fotografias, entre imagens em papel e nato-digitais.

A página está pronta para lançamento, consolidando-se como importante instrumento de valorização da memória institucional e aproximação com a sociedade.

BIBLIOTECA DO STF

Em março de 2025, a Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal concluiu a implementação de seu novo sistema de gerenciamento, por meio de parceria com a Rede de Bibliotecas da Administração Pública (RVBI), que inclui instituições como os tribunais superiores, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. O projeto, realizado em conjunto com outras 11 bibliotecas públicas, utilizou a plataforma EBSCO-FOLIO, uma solução moderna e colaborativa voltada à gestão de acervos e serviços bibliográficos. A iniciativa, que promoveu a integração entre bibliotecas, centros de pesquisa e unidades de documentação, se alinha às inovações da Ciência da Informação e amplia o acesso da sociedade aos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca do STF.

Confira as principais entregas da biblioteca do STF durante a gestão.

Principais entregas da biblioteca

11.320
pesquisas para atendimento aos Gabinetes dos Ministros e Secretários

8.768
pesquisas para servidores e usuários externos

1.133
solicitações de empréstimo entre bibliotecas

6.250
empréstimos de material do acervo

87.724
cópias digitalizadas

1.731
livros adquiridos

3.086
acervos dos Ministros organizados

477
obras digitalizadas publicadas nas coleções do Repósitório Digital

494.769
pesquisas para atendimento aos Gabinetes dos Ministros e Secretários

345
inclusões e atualizações de normas no Banco de Atos Normativos: inclusão e atualização de normas

11.147
processamentos bibliográficos de livros, capítulos de livros e artigos de livros para inclusão no catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas e inclusão/alteração de registro para inclusão de itens

1.275
obras de autoria de mulheres: livros, artigos de periódicos e capítulos de livros indexados

LIVRARIA DO STF

Criada com o objetivo de contribuir para a difusão do conhecimento jurídico produzido pela Suprema Corte do país, a Livraria do Supremo Tribunal Federal é vitrine de divulgação das publicações editoriais da Corte e de sua identidade institucional. Comercializa publicações impressas e itens institucionais a preço de custo e disponibiliza o *download* gratuito das obras nos formatos digitais PDF, MP3, ePUB e MOBI.

Durante a gestão 2023-2025, a Livraria recebeu mais de 22.774 visitantes do Programa Portas Abertas.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA

O serviço realiza pesquisa de jurisprudência nacional para usuários do Tribunal e para o público externo, mediante solicitação por formulário do sistema localizado na intranet e no portal do STF.

3.012 pesquisas de jurisprudência nacional para público interno e externo durante a gestão

A página de pesquisa de jurisprudência passou a contar com melhorias, para tornar a experiência de busca mais eficiente e intuitiva. As atualizações incluem a integração do serviço "Pesquisas Prontas" diretamente na barra de pesquisa simples e a melhoria da usabilidade no campo de pesquisa por legislação, o que garante uma busca mais ágil e simplificada.

Confira as melhorias

ESTUDOS E PROPOSTAS NORMATIVAS PARA EFICIÊNCIA E MELHORIA DO PROCESSO DELIBERATIVO DO TRIBUNAL

Grupo de trabalho – Reclamações constitucionais

Por meio da Portaria nº 201/2024, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, instituiu grupo de trabalho voltado ao estudo e à proposição de melhorias no procedimento e na gestão do acervo de reclamações constitucionais da Corte. A medida responde ao crescimento expressivo desse tipo de demanda e às mudanças trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, que impactaram significativamente o regramento da reclamação constitucional.

O grupo, coordenado por Luísa Lacerda, Assessora-Especial da Secretaria-Geral da Presidência, foi composto por servidores do STF e por especialistas externos. Entre suas atribuições, destacam-se a realização de diagnóstico detalhado do acervo, a formulação de propostas de aperfeiçoamento do regimento interno do Tribunal, bem como a análise de mecanismos para uniformização da jurisprudência. Em junho de 2025, o relatório com as sugestões do grupo foi encaminhado para ciência dos Ministros.

Grupo de trabalho – Proposta de atualização do Regimento Interno do STF

Em dezembro de 2024, o Presidente do STF instituiu, por meio da Portaria nº 249/2024, grupo de trabalho destinado a apresentar propostas de atualização das normas internas que regulam as práticas e os processos deliberativos e decisórios da Corte. A iniciativa teve como objetivo alinhar o Regimento Interno do STF e outros atos normativos às transformações legislativas recentes, em especial o Código de Processo Civil de 2015, além de promover maior previsibilidade, eficiência e segurança jurídica nas decisões do Tribunal.

O grupo foi coordenado pela Secretária-Geral da Presidência, Aline Osorio, e composto por representantes do STF e especialistas externos de reconhecida *expertise.* Entre suas atribuições,

constavam a atualização dos procedimentos relacionados à sistemática da repercussão geral e ao funcionamento do Plenário Virtual; a normatização dos procedimentos e atribuições do Núcleo de Processos Estruturais Complexos (NUPEC) e do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL); e a revisão geral dos atos normativos da Corte que tratam de processos deliberativos e decisórios, inclusive para identificar aqueles passíveis de revogação ou consolidação.

Como resultado, o Ministro Presidente encaminhou à Comissão de Regimento Proposta de Emenda Regimental com três objetivos principais: (i) adequar o Regimento Interno à Constituição de 1988; (ii) harmonizá-lo com o Código de Processo Civil de 2015 e demais legislações pertinentes; e (iii) incorporar e sistematizar práticas decisórias e deliberativas já adotadas pelo STF.



4. AGENDA INSTITUCIONAL E INTERNACIONALIZAÇÃO

“E o terceiro será o eixo do relacionamento. O Judiciário deve ser técnico e imparcial, mas não isolado da sociedade. Precisamos estar abertos para o mundo, com olhos de ver e ouvidos de ouvir o sentimento social. A gente na vida deve ser janela e não espelho, ter a capacidade de olhar para o outro, e não apenas para si mesmo.”

Ministro Luís Roberto Barroso, discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 28.09.2023

AGENDA INSTITUCIONAL

“Mas os três Poderes aqui presentes são unidos pelos princípios e propósitos da Constituição. Somos independentes e harmônicos como manda a Constituição. Porém, mais que isso, somos pessoas que se querem bem e, acima de tudo, querem o bem do Brasil [...]”

Ministro Luís Roberto Barroso, abertura do Ano Judiciário 2025



05.10.2023 – No Plenário da Câmara dos Deputados, onde a Constituição de 1988 foi promulgada, autoridades dos três Poderes exaltaram os 35 anos do texto constitucional. O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, representou o Poder Judiciário.

Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

A gestão 2023-2025 procurou ampliar o diálogo institucional com representantes de diferentes setores da sociedade, com o objetivo de encontrar soluções conjuntas para temas de interesse nacional.

No relacionamento com o Poder Legislativo, a Suprema Corte buscou o fortalecimento dos laços institucionais. Em diversas ocasiões, o Presidente do STF enfatizou a importância da harmonia e independência entre os Poderes. "Não existem poderes hegemônicos, somos todos parceiros institucionais pelo bem do Brasil", defendeu o Ministro em discurso no Congresso Nacional, em outubro de 2023.

Ainda no Parlamento, foram acompanhadas mais de cinco mil proposições legislativas de temas de interesse do Judiciário, bem como as indicações de autoridades para compor o Supremo Tribunal Federal, como o Ministro Flávio Dino, e o Conselho Nacional de Justiça, que teve parte do corpo de Conselheiros renovada em 2023 e 2024, após aprovação do Senado Federal.

Além disso, foram realizados eventos e reuniões com a presença de parlamentares, de integrantes do Poder Executivo e de outras instituições do Judiciário e da sociedade. O Presidente participou também de compromissos externos, em que representou a Suprema Corte.



29.09.2023 – O Ministro Luís Roberto Barroso e equipes do STF e do CNJ apresentaram as principais diretrizes da gestão para o biênio 2023-2025, durante coletiva de imprensa no Salão Branco do Tribunal. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



17.10.2023 – Os Ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes no XXVI Congresso Internacional de Direito Constitucional. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



23.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso na solenidade militar alusiva ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



25.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso em reunião sobre inteligência artificial com representantes da Microsoft. Foto: SCO/STF



26.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso em palestra no "II Colóquio Franco-Brasileiro de Direito Constitucional". Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



06.11.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso em visita ao projeto social *Gerando Falcões*, desenvolvido na Favela dos Sonhos, comunidade da periferia de Ferraz de Vasconcelos, na região metropolitana de São Paulo. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



27.10.2023 – O Ministro Luís Roberto Barroso em evento na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Foto: Divulgação/DF



20.11.2023 – No Dia da Consciência Negra, o Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a Bancada Negra da Câmara dos Deputados. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



07.11.2023 – Encontro com estudantes do Programa de Formação de Lideranças na América Latina da Universidade de Georgetown (EUA). Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



30.11.2023 – V Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados, com o tema "Diálogos para a consolidação do sistema de precedentes". O evento teve como objetivo aprofundar o estudo teórico e prático dos precedentes qualificados. Foto: Rafael Luz/STJ



04.12.2023 – Em Salvador (BA), durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, o Presidente do STF e do CNJ, Luís Roberto Barroso, anunciou o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples. Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ



04.12.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso na Feira de Ciências, Empreendedorismo e Inovação da Bahia, que aconteceu no Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia, Informação e Comunicação (CEEP-TIC), em Lauro de Freitas (BA). O Ministro palestrou sobre ética, democracia e tecnologia para estudantes do CEEP-TIC e de mais três escolas. Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ



06.12.2023 – Assinatura do acordo de cooperação com a Fundação Biblioteca Nacional e protocolo de intenções com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para enfretamento da desinformação. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



12.12.2023 – Cerimônia de premiação dos vencedores da 20ª edição do Prêmio Innovare, no STF, que tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuem para o aprimoramento da Justiça no Brasil. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



08.01.2024 – Os chefes dos Poderes Executivo, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Judiciário, Ministro Luís Roberto Barroso, e Legislativo, Senador Rodrigo Pacheco, participaram de evento no Congresso Nacional em defesa da democracia brasileira e do Estado Democrático de Direito, registrando o marco de um ano após os atos antidemocráticos de 08.01.2023, que culminaram na invasão e na depredação das sedes dos Três Poderes. Foto: Ricardo Stucker/PR



24.01.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu os Senadores Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Izalci Lucas (PSDB-DF), Márcio Bittar (União-AC) e Rogerio Marinho (PL-RN) para tratar de temas institucionais, como a proteção da Amazônia, a CPI das ONGs e as investigações relacionadas ao dia 8 de janeiro de 2023. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



06.03.2024 – Reunião técnica conduzida pelo Presidente Luís Roberto Barroso para ouvir especialistas sobre segurança pública e estratégias de enfrentamento da criminalidade organizada. O encontro contou com exposições do Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, do Secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Luiz Sarrubbo, do Promotor de Justiça do Estado de São Paulo Lincol Gakiya e dos Professores Bruno Manso (USP) e Joana Monteiro (FGV/EBAPE Rio). Ministros do STF e Conselheiros do CNJ também participaram dos debates. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.02.2024 – O Vice-Presidente do STF, Ministro Edson Fachin, participou da sessão solene de Abertura do Ano Legislativo de 2024, no Congresso Nacional. Ele cumprimentou os Presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pelo compromisso com o Estado Democrático de Direito. O Ministro, que participou da solenidade como representante do Presidente Luís Roberto Barroso, entregou a mensagem do Judiciário ao Legislativo e os relatórios das atividades do STF e do CNJ de 2023. Foto: Pedro França/Agência Senado



11.03.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



20.03.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu da Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o Plano da Juventude Negra Viva, que se propõe a reduzir a violência letal contra jovens negros e solucionar problemas como a evasão escolar, além de promover a empregabilidade e permitir o acesso dessa parcela da população brasileira à renda e à cultura. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em palestra sobre "Linguagem Simples na Justiça e Comunicação com a Sociedade", no Fórum Internacional Cortes em Conexão, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, em comemoração aos 35 anos da Corte. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



29.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com Raul Jungmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



29.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso com representantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



30.04.2024 –O Presidente Luís Roberto Barroso palestra em evento "Diálogos da Magistratura", em Maceió (AL). Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



29.05.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em reunião com o Professor José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, para tratar do Programa CNJ de Ações Afirmativas para Ingresso na Magistratura, o qual prevê bolsas para pessoas negras que prestam concurso para ingressar na carreira. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.05.2024 – A 18ª edição do *Anuário da Justiça Brasil* foi lançada em cerimônia realizada no STF, com a presença do Presidente Luís Roberto Barroso, de Ministros do STF e de Tribunais Superiores e de representantes de outros órgãos da Justiça brasileira, da advocacia, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da academia. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



04.06.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e a Procuradora-Geral do Estado de São Paulo, Inês Maria dos Santos Coimbra. O tema em pauta foi a instalação de câmeras em uniformes de policiais no Estado. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



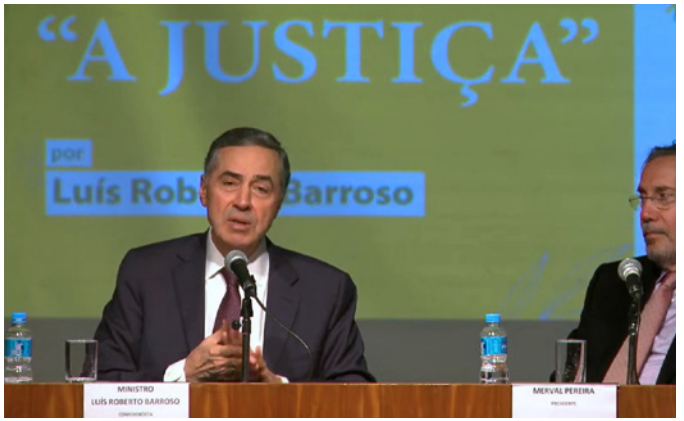
12.06.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a Senadora Jussara Lima (PSD-PI), o Senador Marcelo Castro (MDB-PI) e o Deputado Federal Júlio César de Carvalho (PSD-PI). As ações sobre a divisão dos *royalties* de petróleo foram o tema da audiência. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.07.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso se reuniu com representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de liderança indígena do povo Guarani Kaiowá. No encontro, os representantes do CIMI e da CNBB reforçaram o argumento da inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023 (Lei do Marco Temporal). Após ouvi-los, o Ministro falou da importância da tentativa de conciliação. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.07.2024 – O Presidente da Google Brasil, Fábio Coelho, e integrantes da equipe técnica da empresa foram recebidos pelo Presidente do Supremo, Ministro Luís Roberto Barroso. O encontro teve como objetivo a apresentação de avanços na criação de solução para resumo de processos e peças processuais, com uso de inteligência artificial generativa. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



30.07.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou de evento da Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, que abordou o papel do Poder Judiciário no Brasil. O Ministro fez uma veemente defesa da atuação do Tribunal nos últimos anos e apontou decisões que promoveram os direitos humanos, protegeram o meio ambiente e preservaram a democracia no país. Foto: Divulgação/STF



01.08.2024 – Cerca de 70 estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) visitaram o Supremo Tribunal Federal e foram recebidos pelo Presidente do Tribunal, Ministro Luís Roberto Barroso, que é professor titular de Direito Constitucional na universidade. Os alunos também conversaram com os Ministros Luiz Fux e Alexandre de Moraes. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



06.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso e os Ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, Cristiano Zanin e Flávio Dino se reuniram com a médica cardiologista Ludhmila Hajjar, ocasião em que trataram dos desafios da judicialização da saúde. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



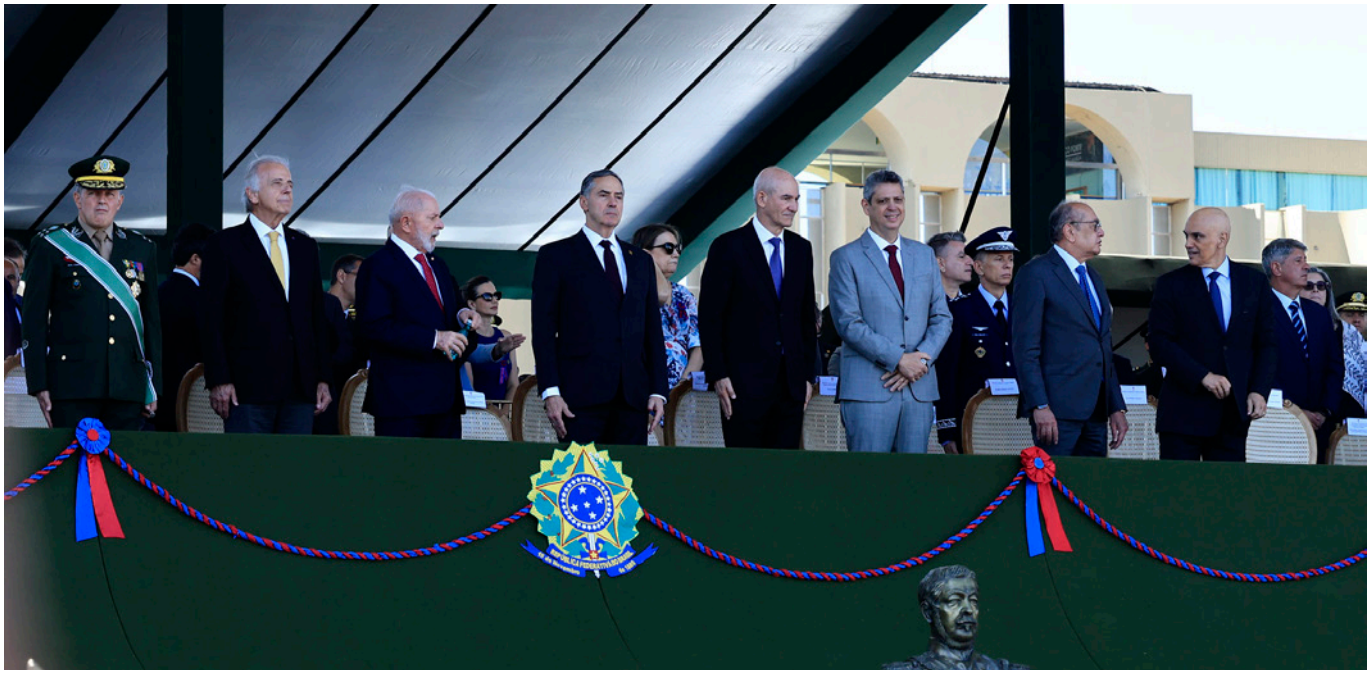
12.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu, ao lado dos Ministros Edson Fachin, Cristiano Zanin e André Mendonça, dirigentes das principais companhias aéreas do país, para tratar da alta litigância no setor. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



20.08.2024 – Em reunião entre os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, o Ministro da Casa Civil, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, com a presença de todos os Ministros da Corte, discutiu-se solução de consenso para assegurar que as emendas parlamentares respeitem critérios de transparência e rastreabilidade. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



20.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso lançou, em Brasília, o livro *Inteligência Artificial, Plataformas Digitais e Democracia – Direito e tecnologia no mundo atual*. A obra reúne reflexões sobre alguns dos grandes temas contemporâneos: revolução tecnológica, plataformas digitais, mudança climática, democracia, populismo autoritário e o persistente patrimonialismo brasileiro. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.08.2024 – Os Ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes participaram de cerimônia em comemoração ao Dia do Soldado, no Quartel General do Exército, em Brasília. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



28.08.2024 – Audiência entre o Presidente Luís Roberto Barroso, o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e o Vice-Governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



29.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso e o Ministro Flávio Dino, Relator das ações que envolvem as emendas parlamentares ao orçamento, em reunião com o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o Advogado-Geral da União, Jorge Messias. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



02.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso no "Encontro Nacional do Ministério Público dos Estados e da União", realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Na palestra inaugural do evento, o Ministro abordou a necessidade de incrementar a solução consensual de litígios e enfrentar a judicialização excessiva. Foto: MP/SP



02.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou da abertura da "I Jornada de Boas Práticas em Tutelas Coletivas". Também integraram a mesa de abertura a Presidente do TSE e Ministra do STF, Cármen Lúcia, e os Presidentes do TST, Ministro Lelio Bentes Corrêa, e do STJ, Ministro Herman Benjamin. Foto: Bárbara Cabral



07.09.2024 – Os Ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin assistiram ao desfile em comemoração à Independência do Brasil. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



17.09.2024 – Em reunião sobre emergência climática, convocada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, apresentou ações e decisões do Judiciário sobre o tema. Também participaram da reunião os Presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do STJ, Herman Benjamin; a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; a Ministra da Saúde, Nísia Trindade; o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski; entre outras autoridades. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



15 a 17.10.2024 – O Supremo levou à 8ª edição do ExpoJud, maior exposição de tecnologia e inovação para o ecossistema de Justiça, uma amostra da transformação digital que tem implementado nos últimos anos. A apresentação destacou o App TV Justiça+ e a utilização de inteligência artificial nos serviços prestados aos cidadãos pela Corte, como as ferramentas VitorIA e RAFA. Foto: Andressa Anholete/SCO/STF



16.10.2024 – O Supremo sediou a cerimônia de entrega do "Selo Linguagem Simples 2024". Essa foi a primeira edição do prêmio concedido pelo CNJ aos órgãos que promovem uma comunicação mais clara e objetiva com a sociedade. O selo foi entregue a 48 tribunais. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



17.10.2024 – O Supremo realizou cerimônia que marcou a conclusão do julgamento de dois recursos com repercussão geral (Temas 6 e 1.234) ligados ao fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O evento, que contou com a presença de Ministros do STF e de Ministros de Estado, também celebrou a homologação de acordo interfederativo que representa uma transformação na atuação da Justiça e do Estado para melhorar ações e serviços públicos na área da saúde. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.10.2024 – A entrega do XXXI Troféu Dom Quixote e Sancho Pança, promovida pelo Instituto Justiça e Cidadania, foi realizada no STF, ocasião em que também foram entregues medalhas em celebração aos 25 anos da revista *Justiça & Cidadania*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



23.10.2024 – Reunião entre o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, o Ministro Flávio Dino, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e o Ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



23.10.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso ministrou a palestra "Inteligência Artificial no Judiciário: Inovação e Desafios na Era Digital" no seminário promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), sobre o papel do Judiciário na regulação, propriedade intelectual e concorrência na economia brasileira. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



24.10.2024 – Em encontro organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), o Presidente e o Vice-Presidente da Corte, Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, receberam um grupo de 74 integrantes da magistratura recém-empossados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) e no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC). Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



25.10.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou, no Palácio do Planalto, da solenidade de assinatura da repactuação para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana (MG), ocorrido em 2015. A tragédia deixou 19 mortos e um rastro de destruição e danos ambientais no Rio Doce e nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



12.11.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso conduziu reunião técnica para ouvir especialistas sobre políticas de drogas. Um dos convidados foi o médico João Castel-Branco Goulão, referência no tema e Presidente do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências de Portugal. Também participaram da reunião os Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, além do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell, e do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



01.11.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou do lançamento do canal de TV CNBC Brasil, em São Paulo. O Ministro apontou a importância da imprensa profissional e exaltou o fortalecimento do jornalismo. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



14.11.2024 – Os Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes em reunião com a Vice-Governadora do Distrito Federal, Celina Leão, para discutir medidas de reforço à segurança institucional após o atentado contra o STF ocorrido em 13.11.2024. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



25.11.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em encontro com Prefeitos do Estado do Pará, ocasião em que foram apresentadas medidas adotadas pelo CNJ e decisões do STF para reduzir os litígios que envolvem os municípios brasileiros. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



26.11.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso na solenidade de divulgação do resultado do 1º concurso de provas e títulos para 215 cartórios de Alagoas. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



11.12.2024 – O Supremo sediou a cerimônia de entrega da 21ª edição do Prêmio Innovare. A premiação tem como objetivo identificar, divulgar e disseminar práticas que promovam o aprimoramento da Justiça no Brasil. Em 2024, os temas "meio ambiente" e "sustentabilidade" receberam destaque. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



12.12.2024 – No Palácio Itamaraty, o Ministro Flávio Dino participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, como representante do Presidente da Corte, Ministro Luís Roberto Barroso. Em discurso, Flávio Dino apresentou três mensagens em nome do STF e do Poder Judiciário, as quais destacaram a missão institucional da Justiça de garantir a democracia e assegurar que as regras do jogo democrático sejam respeitadas pelas instituições e pela sociedade. Foto: Cadu Gomes/VPR



03.02.2025 – Sessão de abertura do Ano Judiciário Eleitoral. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



04.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em conversa com o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador Francisco Oliveira Neto. Foto: Antônio Augusto/SCO/STF



04.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em reunião com os Desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) Fernando Braga e Roberto Machado. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



04.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em reunião com integrantes da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



04.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu, em audiência, João Camargo, da CNN Brasil. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



10.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso e o Ministro Alexandre de Moraes em audiência com Ministros do STJ. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



12.02.2025 – Solenidade de apresentação do programa Pena Justa, criado para combater as violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional brasileiro. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



19.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em palestra a estudantes do ensino médio da Escola Estadual Culto à Ciência, em Campinas (SP). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



19.02.2025 – Solenidade de assinatura de acordo entre o STF, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e a CEB Participações (CEB Par – Companhia Energética de Brasília), para a constituição de consórcio voltado à geração compartilhada de energia. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



26.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a Ministra Edilene Lôbo, do Tribunal Superior Eleitoral. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



26.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



27.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso com a Ministra Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM). Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



13.03.2025 – O Presidente e o Vice-Presidente do STF, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, com o poeta Carlos Nejar, membro da Academia Brasileira de Letras. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



17.03.2025 – Solenidade de posse do Conselho Federal da OAB. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



18.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso com a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



18.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, e o Procurador da Fazenda Nacional, Leonardo Alvim. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



18.03.2025 – Solenidade de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, para gestão de precedentes e demandas repetitivas. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



27.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



27.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com representantes da parada LGBT+ de São Paulo. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



28.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso falou sobre plataformas digitais, inteligência artificial e os desafios para a sociedade durante palestra na abertura do primeiro semestre letivo de 2025 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



02.04.2025 – Reunião entre o Presidente Luís Roberto Barroso e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Na ocasião o Ministro da Saúde apresentou sua equipe e falou do incentivo à vacinação. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



02.04.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso com o Desembargador Jayme Martins de Oliveira Neto e o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



03.04.2025 – Solenidade de oficialização da entrada em operação da primeira usina fotovoltaica do STF, que funciona desde 9 de março de 2025, por meio de painéis instalados nos prédios anexos ao Tribunal. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



07.04.2025 – Solenidade de posse da nova gestão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no Rio de Janeiro. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



10.04.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a Ministra do Planejamento, Simone Tebet, para tratar da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



24.04.2025 – O Supremo recebeu a visita de jovens do Complexo da Maré. Eles assistiram ao início da sessão plenária e conversaram com os Ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Luiz Fux, André Mendonça e Cristiano Zanin. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



23.4.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a visita do Padre Omar Raposo, Reitor do Santuário do Cristo Redentor e um dos coordenadores da peregrinação nacional da cruz da primeira missa celebrada no Brasil. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



24.04.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Governador do Paraná, Carlos Roberto Massa Junior. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



24.04.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o Prefeito de Santo André, Gilvan Ferreira de Souza Junior. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

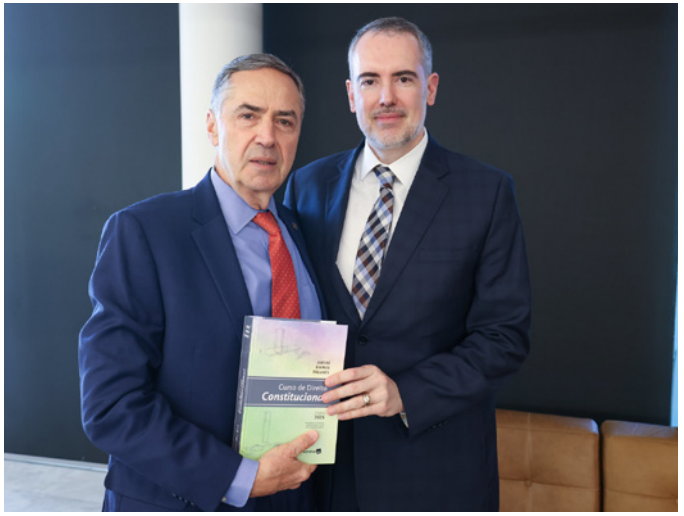


07.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu um grupo de 35 estudantes de direito negros e quilombolas. Eles participam do Programa Vivências SAJ: o Jurídico para Equidade e Diversidade, parceria da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Igualdade Racial. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF





05.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o Deputado Federal Sóstenes Cavalcante. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



07.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso e o Ministro do TSE André Ramos Tavares. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

21.05.2025 – O Presidente e o Vice-Presidente do STF, ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, receberam o Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques. Marques relatou os episódios de fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e as providências tomadas. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



21.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso prestigiou a posse dos novos dirigentes da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



21.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com dirigentes da Confederação Nacional de Municípios. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



23.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou do Seminário "TJBA Mais Júri", no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



28.05.2025 – O STF, por meio do Presidente Luís Roberto Barroso, firmou acordo de cooperação técnica com a empresa Biofílica Ambipar Environmental Investments. O objetivo da parceria é executar a compensação integral das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas às atividades do Tribunal. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



28.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou de debate sobre direitos da população negra no Festival Negritudes. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



02.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso no Quilombo dos Palmares, onde viveu Zumbi dos Palmares, na Serra da Barriga (AL). Ele foi recebido com uma apresentação cultural e visitou as instalações do Quilombo, entre elas a sala que reunia o conselho deliberativo de Palmares. O Ministro lembrou que o Quilombo, na cidade de União dos Palmares, remete aos princípios da inclusão de todas as pessoas e da dignidade. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



04.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o relatório parcial de monitoramento sobre o Novo Acordo da Bacia do Rio Doce. O documento foi entregue pelo Desembargador federal Edilson Vitorelli, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), e abrange o período de dezembro de 2024 a maio de 2025. O monitoramento faz parte da homologação do novo acordo para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015, firmado na Petição (Pet) 13.157. O Plenário validou o acerto, por unanimidade, em novembro de 2024. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com representantes do Sintrajud. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com representantes do Sindjus. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com representantes do Fenajufe. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



09.06.2025 – Em Belo Horizonte (MG), o Presidente Luís Roberto Barroso falou a cerca de 400 alunos do Colégio Estadual Central, sobre ética e democracia na palestra "Como fazer a diferença para si próprio, para o Brasil e para o mundo". Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



11.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



27.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso visitou o Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, na Escola Estadual Divina Providência, na cidade de Xapuri, no Acre. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



17.07.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o senador Confúcio Moura. Foto: Ton Molina/STF



28.07.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou da plenária de abertura da conferência anual sobre direito público promovida pela Universidade de Brasília (UnB), a ICON-S. A edição de 2025 tratou da igualdade no direito público, de emergências climáticas e da democracia na era digital. Foto: Wallace Martins/STF



01.07.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso homenageou o jurista e professor José Joaquim Gomes Canotilho, durante o seminário de verão "Descortinando o futuro: trinta anos de debates jurídicos", realizado na Universidade de Coimbra, em Portugal. O Ministro ressaltou a profunda influência de Canotilho na formação do pensamento constitucional brasileiro, além do impacto pessoal em sua trajetória acadêmica. "Possivelmente, a mais poderosa influência do Direito Constitucional brasileiro e da minha própria formação", afirmou. Foto: Luiz Felipe Ures



21.07.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso foi recebido na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



29.07.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em palestra sobre mudanças climáticas, na Universidade de Brasília (UnB). Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



18.08.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso apresentou, em Cuiabá (MT), o projeto *Diálogos com as Juventudes*, iniciativa do Programa Justiça Plural, desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto pretende aproximar o Judiciário dos jovens ao levar informações sobre direitos humanos e cidadania, por meio de oficinas desenvolvidas por magistradas e magistrados em escolas de todo o país. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



23.08.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou, na cidade de Salvaterra, na Ilha do Marajó (PA), da ação para combater a violência contra mulheres e a exploração sexual infantil. Foi a quinta ação itinerante na região, em programa coordenado pela Conselheira do CNJ Renata Gil. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



21.08.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em palestra no 20º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



22.08.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso visitou duas terras indígenas na região do Vale do Javari, na Amazônia – aldeias Txexe Wassa e Nova Geração –, que reúnem o povo Matis. Barroso estava acompanhado do Presidente do STJ, Ministro Herman Benjamin, da Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, além de magistrados do CNJ, e ouviu pleitos e preocupações das lideranças indígenas. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



28.08.2025 – O Ministro Luís Roberto Barroso em audiência com o Deputado Pedro Paulo. Foto: Luiz Silveira/STF



14.05.2024 – O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, durante a sessão do J20, no Rio de Janeiro.

Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

INTERNACIONALIZAÇÃO

O biênio 2023-2025 foi marcado pela ampliação da interlocução do STF com a comunidade internacional, em especial em temas relacionados ao direito constitucional, às instituições do sistema de justiça, ao meio ambiente, aos direitos humanos e à tecnologia.

Durante a Presidência na Suprema Corte, o Ministro Luís Roberto Barroso buscou fortalecer laços com entidades acadêmicas internacionais, Supremas Cortes de outros países e organizações internacionais. O Ministro visitou instituições no exterior e proferiu palestras em prestigiadas universidades do mundo e em eventos internacionais, e, ainda, recebeu, no Tribunal, embaixadores e integrantes de entidades internacionais.

Entre os principais eventos organizados no período, destaca-se o J20, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 12 e 14 de maio de 2024, que reuniu Presidentes e representantes das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais dos países integrantes do G20 – grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo, a União Europeia e a União Africana.

O encontro ocorreu no contexto da presidência do Brasil no G20 e teve como objetivo instituir um fórum global de jurisdição constitucional, voltado à troca de experiências e iniciativas sobre temas de relevância na atualidade. De modo específico, o J20 buscou avançar em projetos de cooperação multilateral e bilateral sobre cidadania, inclusão social, litigância climática, desenvolvimento sustentável, transformação digital e uso da tecnologia para a eficiência da Justiça.

Na ocasião, o Ministro Luís Roberto Barroso apresentou reflexões sobre a transformação digital em curso em diferentes setores da sociedade e destacou exemplos de uso de novas tecnologias no Judiciário brasileiro, que incluem a inteligência artificial. Representantes dos países e instituições participantes também compartilharam suas experiências, convergindo quanto à importância de integrar ferramentas tecnológicas nos processos judiciais para a construção de



uma jurisdição mais eficiente, precisa e transparente. Foram registradas preocupações comuns quanto a possíveis riscos éticos, discriminatórios ou excludentes associados à automatização de decisões e outras aplicações de IA no âmbito judicial.

Na sessão de encerramento, o Presidente do STF apresentou uma síntese dos principais pontos discutidos nas três sessões e agradeceu a colaboração de todos os participantes. “Acho que estamos com a missão cumprida de criarmos uma plataforma para cooperação multilateral e nos ajudarmos na prestação de um melhor serviço jurisdicional, afinal esse é o nosso objetivo”, disse o Ministro no encerramento.



13.05.2024 – Cerimônia de abertura do J20, no Rio de Janeiro. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



13.05.2024 – Representantes de países e instituições participantes do J20 na cerimônia de abertura. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



13.05.2024 – Cerimônia de abertura do J20. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



14.05.2024 – Sessão do J20. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF









14.05.2024 – Sessão do J20. Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF



14.05.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em coletiva de imprensa durante o J20. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



14.05.2024 – Representantes de países e instituições participantes do J20, no Rio de Janeiro. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul



14.05.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso realizou reunião de cúpula dos Presidentes de Supremas Cortes dos países integrantes do IBAS – Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul. O Ministro Barroso, o Presidente da Suprema Corte da África do Sul, Raymond Mnyamezeli Mlungisi Zondo, e o Presidente da Suprema Corte da Índia, Dhananjaya Y Chandrachud, discutiram a ampliação da cooperação institucional entre as Cortes, inclusive com o envio de decisões emblemáticas. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Corte IDH

O Supremo sediou, em 20 de maio de 2024, a sessão de abertura do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Na solenidade, o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e a Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Juíza Nancy Hernández, ressaltaram a importância da proteção do meio ambiente e das democracias como forma de garantias dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Na mesma data, em parceria com a Corte IDH, foi realizado, na sede do STF, o "Seminário Internacional Desafios e Impacto da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos", que contou com painéis como "Liberdade de expressão: novos desenvolvimentos, desafios e impacto" e "Independência Judicial e Democracia".

O Ministro Luís Roberto Barroso também cumpriu outras agendas voltadas ao fortalecimento da cooperação institucional entre o STF e a Corte Interamericana e reafirmou o compromisso da Suprema Corte brasileira com a proteção dos direitos humanos no âmbito regional.



20.05.2024 – Sessão de abertura do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte IDH. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



20.05.2024 – Painel do seminário com os Ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



20.05.2024 – Abertura do "Seminário Internacional Desafios e Impacto da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos", pelo Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, pela Presidente da Corte IDH, Juíza Nancy Hernández, e pelo Vice-Presidente da Corte IDH, Juiz Rodrigo Mudrovitsch. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



26.10.2023 – O Ministro Luís Roberto Barroso recebeu no STF integrantes da Corte IDH. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



29.01.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou da cerimônia de Inauguração do Ano Judicial Interamericano, na sede da Corte IDH, em São José, na Costa Rica, ocasião em que falou sobre "A inteligência artificial e seus aspectos em relação aos direitos humanos no Brasil e no mundo". Foto: Divulgação/Corte IDH

Encontro de Presidentes de Tribunais Constitucionais da América Latina

O Supremo sediou, nos dias 5 e 6 maio de 2025, o Encontro de Presidentes de Tribunais Constitucionais da América Latina. Durante dois dias, autoridades judiciais da região discutiram temas centrais para a agenda contemporânea da Justiça, como segurança pública, crime organizado, novas tecnologias e democracia. Além do Brasil, participaram representantes da Bolívia, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, do Equador, de El Salvador, do México, do Paraguai, do Peru, da República Dominicana e do Uruguai.

Na abertura do encontro, o Presidente da Corte, Ministro Luís Roberto Barroso, destacou a importância da cooperação entre os países da região no fortalecimento da democracia. "A história é um caminho que se escolhe, e não um destino que se cumpre. Todos aqui, países da América Latina, temos um caminho comum, e precisamos ser capazes de traçá-lo adequadamente", afirmou Barroso ao dar boas-vindas às autoridades dos países participantes.



05.05.2025 – Solenidade de abertura do Encontro de Presidentes de Tribunais Constitucionais da América Latina. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



06.05.2025 – Sessão do Encontro de Presidentes de Tribunais Constitucionais da América Latina. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Recepção a chefes de Estado

O Presidente Luís Roberto Barroso, recebeu, no Salão Nobre da Corte, chefes de Estado de diferentes nações, como Portugal, Chile e Angola. Também participou da recepção ao Presidente da China, Xi Jinping, realizada no Palácio Itamaraty.

Nos encontros na Suprema Corte, o Ministro Barroso lembrou os laços históricos de amizade e cooperação entre os países. No encontro com o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, enfatizou a importância que autores portugueses tiveram para a teoria do direito público no Brasil, especialmente após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988.

Na visita do Presidente do Chile, Gabriel Boric, o Ministro ressaltou a tradição democrática chilena, marcada pela estabilidade institucional, pela alternância no poder e pelo respeito aos resultados eleitorais por todos os atores políticos, tanto os vencedores quanto os derrotados.

Na reunião com o Presidente angolano, João Lourenço, o Ministro pontuou que cerca de 80% dos brasileiros com ascendência africana têm raízes em Angola. Embora originada de um passado marcado pela escravidão, essa ligação contribuiu de forma decisiva para a formação da identidade cultural e histórica do Brasil, com influências no idioma, na música e na culinária.



20.11.2024 – O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, na recepção ao Presidente da China, Xi Jinping, no Palácio Itamaraty. Foto: Ricardo Stuckert/PR



18.02.2025 – O Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, ao centro, e nas laterais os Ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, o Embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, e a comitiva portuguesa. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



18.02.2025 – A Secretária-Geral da Presidência, Aline Osorio, e o Diretor-Geral do Tribunal, Eduardo Toledo, conduzem o Presidente de Portugal ao Salão Nobre da Corte, Marcelo Rebelo de Sousa. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



23.04.2025 – O Presidente da República do Chile, Gabriel Boric, com o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, o Vice-Presidente, Ministro Edson Fachin, a Ministra Cármen Lúcia, e os Ministros Luiz Fux, Nunes Marques, Cristiano Zanin e Flávio Dino, e comitiva chilena. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



22.05.2025 – O Presidente de Angola, João Lourenço, e o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, ao centro, e nas laterais, o Vice-Presidente, Ministro Edson Fachin, a Ministra Cármen Lúcia, os Ministros Alexandre de Moraes, Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin, e o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e a comitiva diplomática angolana. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Palestras em universidades, visitas a Cortes Constitucionais e instituições internacionais



05.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso falou a estudantes sobre o tema "Julgando em Tempos de Crise" (*Judging in Times of Crisis*), no Seminário Constitucionalismo Global, promovido anualmente pela Universidade de Yale (EUA). Foto: Divulgação/STF



21.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso apresentou o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro em sua fala durante os "Dias de Ação da Cúpula do Futuro", evento realizado na sede da ONU, em Nova Iorque. A palestra foi organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Foto: Divulgação/STF



20.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou da reunião "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil", na sede da ONU, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. O evento foi promovido pelo Pacto Global das Nações Unidas/ Rede Brasil e debateu o avanço no alcance desses objetivos. Em sua intervenção, denominada "Desenvolvimento Sustentável e Novas Tecnologias", o Ministro ressaltou que a Constituição brasileira oferece um bom roteiro para a promoção do desenvolvimento sustentável, o que permite melhorar as condições gerais da sociedade nas dimensões econômica, social e ambiental. Foto: Divulgação/STF



23.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso esteve na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, onde participou de quatro eventos voltados à discussão sobre direito, tecnologia e democracia. Os encontros foram promovidos pelo Deliberative Democracy Lab, centro de pesquisa e de promoção da democracia afiliado à Universidade de Stanford, e pela Escola Superior de Magistratura do Brasil. Foto: Divulgação/STF



09.10.2023 – Seminário internacional de alta formação "Digitalização e democracia: um diálogo entre Brasil-Europa", com a presença do Presidente Luís Roberto Barroso. Os Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli também participaram do evento. Foto: Divulgação/STF



09.10.2023 – Os Presidentes do Supremo, Ministro Luís Roberto Barroso, e do Tribunal Constitucional alemão, Juiz Stephan Harbarth, se reuniram em Frankfurt, na Alemanha, para uma conversa sobre os impactos da tecnologia no sistema de Justiça em todo o mundo. Foto: Divulgação/STF



11.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso e o Ministro Dias Toffoli durante palestra no curso "*New Trends in The Common Law*". O evento foi realizado no Institute of Advanced Legal Studies, em Londres. Foto: Divulgação/STF



13.10.2023 – O ex-Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e o Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, conversaram sobre o papel do Judiciário brasileiro na garantia de um bom ambiente de negócios. Foto: Divulgação/STF



13.10.2023 – O Ministro Luís Roberto Barroso se reuniu com integrantes do Conselho Constitucional francês, para trocar informações sobre o papel do Judiciário em temas como desenvolvimento sustentável e meio ambiente. O embaixador do Brasil na França, Ricardo Neiva Tavares, participou do encontro em Paris. Foto: Divulgação/STF



10.12.2023 – Na principal conferência ambiental do mundo, a "Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023" (COP-28), em Dubai, o Presidente Luís Roberto Barroso defendeu a necessidade da busca por uma solução transnacional para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Foto: Estevam/PR



16 e 17.01.2024 – O papel da Amazônia no enfrentamento da mudança climática, a regulação da inteligência artificial e os desafios da América Latina foram os temas abordados pelo Presidente Luís Roberto Barroso no Fórum Econômico Mundial, que ocorreu em Davos (Suíça). O Ministro foi convidado a participar do evento em razão de sua conexão, como magistrado e acadêmico, com os temas discutidos no fórum. Em outras duas palestras, ele abordou o papel da natureza nas mudanças climáticas e participou de conversa sobre a regulação da inteligência artificial. Foto: Divulgação/STF



05 a 07.02.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso cumpriu agenda na França, a convite do Presidente do Conselho Constitucional francês, Laurent Fabius, para um encontro de juízes de Cortes constitucionais. O tema do evento foi "Mudança Climática e Futuras Gerações". Estiveram presentes Presidentes dos Tribunais da Alemanha, da França, do Canadá, da Nova Zelândia, de Portugal, da Espanha, da Holanda, da Bélgica, do Quênia, bem como da Corte Europeia de Direitos Humanos e do Tribunal de Justiça da União Europeia. Ainda na França, o Ministro fez palestra na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sobre "Inteligência Artificial: benefícios, riscos e regulação". Também ministrou aula na Faculdade de Direito da Sorbonne, sobre o papel das Supremas Cortes nas democracias, e foi recebido no Conselho de Estado, no Institut de France e na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foto: Divulgação/STF



06.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso palestrou no "Brazil Conference 2024", evento realizado na Universidade de Harvard, na cidade de Boston (Estados Unidos). O Ministro falou sobre o tema "Populismo Autoritário, Resiliência Democrática e as Supremas Cortes", ao lado do Professor de Harvard Steven Levitsky. Foto: Divulgação/STF



06.05.2024 – O presidente Luís Roberto Barroso esteve em Madrid, na Espanha, em evento organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Universidade Complutense de Madrid, no qual falou sobre o tema "Segurança Jurídica, Tributação e novas Tecnologias". Ele visitou a Faculdade de Direito da Universidade Complutense, onde se encontrou com o Diretor da instituição, Ricardo Alonso Garcia, e diversos professores. O Ministro também esteve no Tribunal Constitucional espanhol e almoçou com o Presidente daquela Corte, Cándido Conde-Pumpido. Conversaram sobre questões relacionadas à jurisdição constitucional na Espanha, no Brasil, na Europa e na América Latina. Foto: Divulgação/STF



04 a 07.07.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso fez visita oficial à China, onde tratou da troca de experiências entre o Judiciário dos dois países e conheceu novidades tecnológicas. O Ministro participou da Conferência Mundial sobre Inteligência Artificial, em Shanghai. Barroso, que viajou a convite da Suprema Corte chinesa, assistiu à abertura do evento ao lado do Primeiro-Ministro da China, Li Qiang. Foto: Divulgação/STF



09 a 11.07.2024 – Plataformas digitais e inteligência artificial foram temas de palestras ministradas pelo Presidente Luís Roberto Barroso durante viagem institucional à Espanha. Foto: Divulgação/STF





27 a 31.10.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso, em visita institucional à Índia, participou de uma série de encontros bilaterais e acadêmicos para discutir temas relevantes ao Poder Judiciário brasileiro. O Ministro se reuniu com o Presidente da Suprema Corte Indiana, Dhananjaya Chandrachud, de quem partiu o convite para a viagem, e manteve conversas com alunos e professores de universidades do país. Em palestra para alunos da Faculdade Nacional de Direito da *National Law School of India University*, na cidade de Bengaluru, o Presidente do STF fez ampla defesa do regime democrático. Fotos: Divulgação/STF



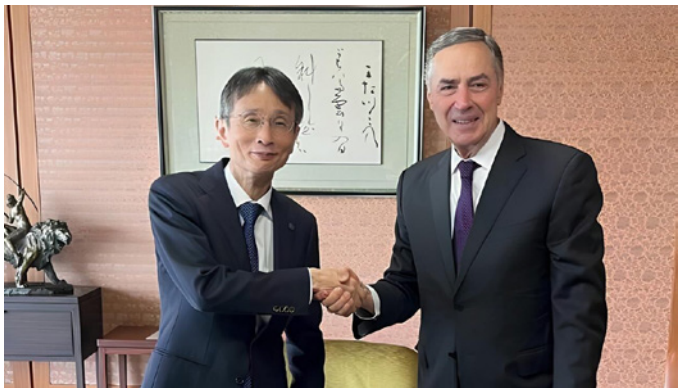
31.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso e o Decano Ministro Gilmar Mendes estiveram no Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, ocasião em que participaram de conversas de trabalho com oito juízes do tribunal alemão sobre proteção ambiental, plataformas digitais, inteligência artificial, recessão democrática e democracia militante. Foto: Divulgação/STF



13.12.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou da abertura do Seminário Internacional sobre "Autonomia Privada na Contemporaneidade", realizado na Corte de Cassação da Itália, em Roma. Além do Ministro, estiveram na exposição inaugural o professor Guido Alpa, da Universidade Sapienza, e Marcus Vinícius Furtado Coelho, Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. O Ministro também foi recebido no Tribunal Constitucional da Itália, pelo Vice-Presidente, Giovanni Amoroso. Na véspera, o Presidente do STF compareceu à pré-estreia, em Roma, do filme "Ainda estou aqui", com a presença do diretor Walter Salles e da atriz Fernanda Torres, que conduziram um debate após a exibição. Foto: Divulgação/STF



01.04.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso participou de mesa redonda no Instituto Max Planck e fez uma conferência na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, que teve como debatedor o professor Martin Borowski, catedrático de direito público da instituição. Foto: Divulgação/STF



13 a 18.04.2025 – Em viagem institucional ao Japão, o Presidente Luís Roberto Barroso participou de eventos em que tratou do papel do STF e dos desafios das democracias. Em Tóquio, o Ministro participou de diversos eventos, entre os quais uma reunião com o Presidente da Suprema Corte do Japão, Yukihiko Imasaki. Luís Roberto Barroso encontrou-se também com o Ministro da Justiça, Keisuke Suzuki, e a Presidente da Federação Japonesa de Associações de Advogados, Reiko Fuchigami. Além disso, foi recebido no parlamento e fez visitas ao Instituto de Treinamento e Pesquisas Jurídicas e à Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio. Foto: Divulgação/STF



03.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso esteve em Washington, nos Estados Unidos, em maio, para compromissos acadêmicos e institucionais. Além de palestras no *Brasil Institute*, na *American University* e no evento Global *Challenge* 25/26, o Ministro teve um encontro privado com o ex-Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton. Na ocasião, conversaram sobre o quadro geopolítico global, algumas circunstâncias brasileiras e o contexto atual dos Estados Unidos. Foto: Divulgação/STF



23.06.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso abriu o Curso de Verão da Universidade Complutense de Madrid, na Espanha, com a palestra "Plataformas digitais, Desinformação e Inteligência Artificial: os desafios das democracias contemporâneas". Em junho, o Ministro cumpriu agenda acadêmica Universidade de Oxford, onde participou da cerimônia inaugural do Brazil-UK Forum. Patrono do fórum, o Ministro fez a palestra de abertura, destacando o "Brasil que dá certo" e "as dificuldades crônicas do país". Foto: Divulgação/STF



02.07.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso fez palestra no Fórum de Lisboa, em Portugal, no painel "Regulação da Inteligência Artificial: Desafios e Tendências Globais". Foto: Guilherme Otsuka

Audiências



02.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebe o embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, no Gabinete da Presidência do STF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



03.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso foi recebido pelo Embaixador da Suíça no Brasil, Pietro Lazzeri, na sede da representação diplomática do país europeu em Brasília. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



24.10.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso e os Ministros Luiz Edson Fachin e Cristiano Zanin com o Juiz Yuji Iwasawa, da Corte Internacional de Justiça, localizada em Haia, na Holanda. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



07.03.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu juristas alemães. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



20.03.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a delegação de Presidentes de Supremas Cortes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



10.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso se reuniu com a Ministra da Justiça da Romênia, Alina-Stefania Gorghiu, e comitiva. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



17.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso se reuniu com a Diretora e representante da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noleto. Na ocasião falaram sobre desinformação e seus impactos negativos para as instituições públicas e privadas. O Chefe da Área de Liberdade de Expressão e Segurança de Jornalistas da UNESCO, Guilherme Canela, também participou do encontro. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



08.05.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, acompanhado de Morgan Doyle, representante do BID no Brasil. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



10.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Presidente da Suprema Corte da República Tcheca, Petr Angyalossy. Eles conversaram sobre temas de interesse comum dos dois países, como sistema prisional, política de ação afirmativa para juízas, linguagem simples no Judiciário e desenvolvimento das carreiras jurídicas. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



17.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu um grupo de 18 embaixatrizes para conversar sobre democracia e sobre o funcionamento da Suprema Corte brasileira. O Ministro apresentou detalhes da atuação do STF e ressaltou a importância da defesa das instituições brasileiras para a preservação da democracia no país. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



16.05.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu, em visita de cortesia, o Embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao. O Ministro e o Embaixador conversaram sobre os desafios comuns aos dois países em desenvolvimento econômico e as ações implementadas para o combate à pobreza. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



06.06.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com a Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Roberta Clarke. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



28.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso com Sergio Javier Molina Martínez, Magistrado e Conselheiro da Justiça Federal do México. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



11.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com o Professor Gerhard Dannemann, Diretor do *Centre for British Studies* da Universidade Humboldt de Berlim. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



12.09.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu as Relatoras da ONU para Direitos Humanos e Mudanças Climáticas, Elisa Morgera, e para Direito ao Meio Ambiente, Astrid Puentes. As Relatoras vieram ao Brasil para compromissos acadêmicos e reuniões institucionais e estiveram no STF acompanhadas de representantes do Instituto Alana. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



07.10.2024 – O Presidente e o Vice-Presidente, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, com o Presidente do Tribunal Constitucional do Equador, Alí Lozada Prado. Na ocasião assinaram acordo de cooperação. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



06.11.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso com o Embaixador do Japão no Brasil, Teiji Hayashi. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



21.11.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso se reuniu com a ex-Primeira-Ministra britânica Theresa May, em São Paulo, após participarem do 28º Congresso da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge). Foto: Divulgação/SCO/STF



04.12.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Ministro Steven Arnold Majiedt, da Suprema Corte da África do Sul. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



05.12.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com a Presidente da Suprema Corte do Equador, Ministra Enma Tapia Rivera, e o Ministro da Corte Suprema do Chile Mauricio Silva Cancino. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



25.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com Ministros do Tribunal Constitucional Alemão. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



10.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso e o Ministro Alexandre de Moraes receberam o Relator Especial para Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Pedro Vaca. O Ministro Barroso contextualizou o conjunto de fatos ocorridos no país que colocou em risco a institucionalidade e exigiu a firme atuação do Supremo. Entre esses fatos estavam discurso de parlamentar que defendia a agressão a Ministros do Supremo, juntamente com inúmeras ofensas, e situações de risco democrático, como a politização das Forças Armadas, os ataques às instituições, além do incentivo a acampamentos que clamavam por golpe de Estado. Esse conjunto de fatos resultou nas invasões dos prédios dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Na ocasião, o Ministro Barroso descreveu ainda que, de acordo com a imprensa, novas investigações teriam revelado avançada articulação de golpe de Estado, inclusive com planejamento da morte do Presidente da República, do Vice-Presidente e de um dos Ministro do Supremo. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



27.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso em audiência com Embaixador da Argentina, Daniel Raimondi. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



17.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu o Embaixador de Israel, Daniel Zonshine. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

PROJETO CASOS RELEVANTES – PAINEL TRILÍNGUE

O projeto *Casos Relevantes* tem como objetivo valorizar e difundir, nacional e internacionalmente, o acervo jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, por meio da seleção e divulgação de julgados paradigmáticos proferidos entre 1988 e 2023. A iniciativa envolveu a adoção de metodologia própria, com a seleção de 50 decisões relevantes, elaboração dos relatórios de casos em português, inglês e espanhol e a análise das decisões. Foi criado *hotsite* e painel interativo trilíngue para facilitar o acesso ao conteúdo. O projeto conta com o apoio técnico-científico da Escola Superior da Advocacia-Geral da União, formalizado pelo Acordo de Cooperação nº 08/2024. A iniciativa visa ampliar o acesso de juristas, pesquisadores, imprensa e demais interessados ao conteúdo jurisprudencial do STF e promover maior transparência, conhecimento jurídico e engajamento institucional.



Acesse o *hotsite* Casos Relevantes

TRADUÇÕES TÉCNICAS PARA INGLÊS E ESPANHOL

Além do projeto *Casos Relevantes,* diversas ações foram realizadas com o objetivo de ampliar a divulgação institucional da Suprema Corte no cenário internacional, por meio da tradução técnica de conteúdos estratégicos para os idiomas inglês e espanhol. Entre os principais materiais traduzidos estão:

- Livreto e *Concept Notes* do J20 – revisão da versão em inglês.
- Livreto Institucional do STF – versão integral para inglês e espanhol.
- *Notas Conceptuales* e *Speaking Notes* do Encontro de Presidentes de Cortes Constitucionais da América Latina – versão para o espanhol.
- SUPREMA – Revista de Estudos Constitucionais – versão da política editorial e de entrevistas, para ampliar a divulgação da publicação para a comunidade acadêmica e jurídica internacional.
- Publicação *Informação à Sociedade* – versão dos conteúdos para inglês e espanhol, com o objetivo de apresentar resumos institucionais da atuação do STF ao público estrangeiro.
- *STF Bulletin*, periódico quadrimestral com as principais decisões colegiadas do STF (versão trilíngue), reformulado com nova interface.

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da presença internacional da Corte, visto que promovem o acesso qualificado à sua produção institucional e jurisprudencial.

RECONHECIMENTO E HOMENAGENS

Durante o biênio 2023-2025 como Presidente do STF, o Ministro Luís Roberto Barroso foi homenageado por diversos segmentos da sociedade em reconhecimento ao trabalho realizado como Ministro da Suprema Corte brasileira.

Os dez anos de atuação no STF foram celebrados com o lançamento do livro *Direitos e Democracia – 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF*, que reúne artigos de Ministros, juristas

nacionais e estrangeiros, assessores e ex-assessores do Ministro. A coletânea foi coordenada pela Secretária-Geral do Tribunal, Aline Osorio, pela Secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF, Patrícia Perrone Campos Mello, e pela advogada Luna van Brussel Barroso.

Em 2025, os 12 anos da trajetória do Ministro no Tribunal foram marcados pelo lançamento do livro a *Tributação, Liberdade e Igualdade*, com ensaios e análises de votos do Ministro em matéria tributária. A organização da obra ficou a cargo de Fernanda de Paula, Chefe de Gabinete da Presidência, e de Nina Pencak, doutora em finanças públicas e tributação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).



12.12.2023 – Lançamento do livro *Direitos e Democracia*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



12.12.2023 – O Presidente Luís Roberto Barroso com as coordenadoras do livro *Direitos e Democracia – 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



09.04.2025 – Lançamento do livro *Tributação, Liberdade e Igualdade*. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



09.04.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso com as coordenadoras do livro *Tributação, Liberdade e Igualdade*. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



24.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso foi homenageado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, concedida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). A homenagem é um reconhecimento ao trabalho do Ministro na mais alta Corte do país. Foto: Flávia Passos/MRE



18.04.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios, concedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), José Cruz Macedo. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



08.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (OMJT), entregue pelo Presidente do TST, Ministro Lelio Bentes Corrêa. O Ministro foi promovido ao grau Grão-Colar, o mais elevado da ordem, reservado às autoridades máximas dos Três Poderes da República, aos Chefes de Estado estrangeiros e ao Grão-Mestre da Ordem. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



14.08.2024 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu medalha da Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União. A comenda é entregue a cidadãos que prestaram notáveis serviços à instituição e ao país. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



28.11.2024 – O Ministro Luís Roberto Barroso foi agraciado com a Medalha "Busumuru Kofi Annan – O Homem do Planeta". A honraria, entregue no STF, reconhece o compromisso do Ministro e das instituições sob sua liderança com os princípios de sustentabilidade e governança ESG (ambiental, social e governança). Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



17.02.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a comenda Grande Colar do Mérito Judiciário, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), em Campinas (SP). Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



10.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso foi agraciado com o Colar de Mérito "Prefeito Brigadeiro Faria Lima" do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). A condecoração representa o reconhecimento da Corte de contas à dedicação e ao compromisso do Ministro na defesa do Estado Democrático de Direito. Foto: Assessoria de Comunicação/TCMSP



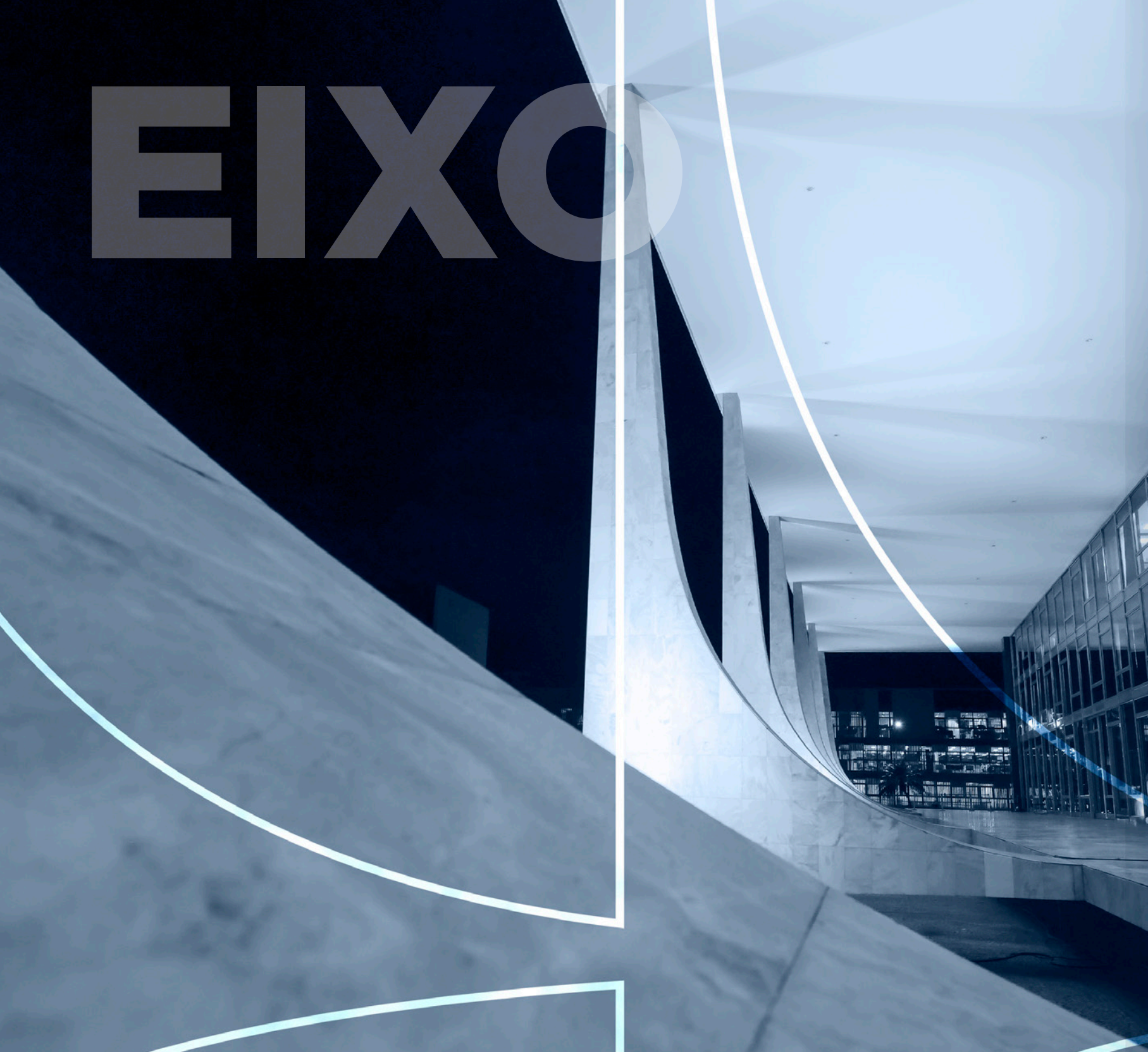
22.03.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso foi homenageado pela Universidade do Texas, nos Estados Unidos, durante o *Global Summit on Constitutionalism*, realizado entre os dias 20 e 22 de março. O Professor Richard Albert entrega ao Ministro honraria que reconhece sua contribuição acadêmica ao direito constitucional e sua atuação na defesa da democracia e dos direitos fundamentais. Foto: Divulgação/STF



23.05.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a comenda "2 de Julho" e o título de cidadão baiano, na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF



25.08.2025 – O Presidente Luís Roberto Barroso recebeu a medalha Raymundo Faoro, concedida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A honraria é dada a personalidades cuja atuação pública se destaca pelo compromisso com a democracia, a legalidade e os direitos fundamentais. Foto: Luiz Silveira/SCO/STF


EIXO



Pessoas e recursos



“Gosto sempre de dizer que na vida ninguém é bom demais e, sobretudo, ninguém é bom sozinho. Portanto, não há como um presidente fazer uma boa gestão sem ter uma boa equipe.”

Ministro Luís Roberto Barroso, discurso ao dar posse aos novos secretários e assessores-chefes no Salão Branco

Durante o biênio 2023-2025, foram realizadas diversas iniciativas voltadas ao reconhecimento e ao desenvolvimento dos servidores, à inovação tecnológica com responsabilidade, à gestão eficiente dos recursos públicos e à garantia da segurança institucional.

Com foco na promoção de um ambiente de trabalho seguro, respeitoso, qualificado e sustentável, as ações aqui destacadas demonstram o compromisso da Corte com a excelência administrativa e com o aperfeiçoamento contínuo de sua atuação.



1. VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS QUE TRABALHAM NO TRIBUNAL

Na gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, a Corte priorizou a valorização das pessoas que trabalham no Tribunal, com ações de capacitação, cuidados com a saúde e outras ações estratégicas.

Quadro 1 – Força de trabalho do STF

11 **Ministros**	**39** **juízes auxiliares e magistrados instrutores convocados**	**116** **servidores de outros órgãos cedidos ao STF e requisitados pelo STF**
1.002 **servidores efetivos***	**1** **servidor de outro órgão em exercício provisório no STF**	**48** **servidores sem vínculo efetivo com a Administração**

Fonte: Coordenadoria de Registros Funcionais e Pagamento (CRFP/SGP) – Sistema eGESP. Dados extraídos em 15.09.2025.
Nota: * Por não integrarem efetivamente a força de trabalho do STF, não foram computados os servidores atualmente cedidos a outros órgãos nem aqueles em licença para tratar de interesses particulares ou para acompanhamento de cônjuge.

POSSE DE SECRETÁRIOS E ASSESSORES-CHEFES

Após a posse do Ministro Luís Roberto Barroso na Presidência do STF, realizou-se, em 28.09.2023, no Salão Branco, a cerimônia de nomeação da nova administração para a gestão que se iniciou. Na ocasião, o Presidente anunciou os novos secretários, assessores-chefes e demais assessores escolhidos para gerenciamento do Tribunal sob seu comando.



Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

PROVIMENTO E NOMEAÇÃO

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo Tribunal Federal recebeu o reforço de 49 novos servidores efetivos, que tomaram posse e passaram a integrar o quadro de pessoal da Suprema Corte.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Projeto Café com SG & DG fortalece diálogo e escuta no STF

Com o objetivo de aproximar a alta administração dos servidores, o projeto *Café com SG & DG* promoveu encontros informais entre a Secretária-Geral do Tribunal, Aline Osorio, o Diretor-Geral, Eduardo Toledo, e as servidoras e os servidores.

Ao longo de 2024, foram realizados 52 encontros individuais (30 com o Diretor-Geral e 22 com a Secretária-Geral), o que consolidou o projeto como um canal efetivo de diálogo e aproximação institucional.

Os encontros proporcionaram oportunidade para troca de experiências, compartilhamento de trajetórias e, sobretudo, de construção conjunta de ideias para o aprimoramento do STF. Diversos projetos sugeridos pelos servidores foram acolhidos pela gestão e se transformaram em melhorias concretas para o Tribunal.

Além dos encontros individuais, o projeto promoveu, no dia 8 de maio, roda de conversa coletiva no Espaço do Servidor e reuniu a SG e o DG em um bate-papo aberto com servidores, colaboradores e estagiários.



Foto: Felippe Sampaio/SCO/STF

Semana da Capacitação

Durante a gestão, o STF realizou, de forma inédita, duas edições da *Semana da Capacitação*, voltadas para o aprimoramento profissional de seu público interno – servidores, colaboradores e estagiários.

Os eventos adotaram abordagem dinâmica, com palestras curtas, organizadas em trilhas temáticas, conduzidas por servidores e convidados externos. As apresentações, com duração de 30 minutos, ofereceram conteúdos práticos e relevantes e permitiram que cada participante construísse sua própria trilha de aprendizado e escolhessem os temas mais alinhados à sua atuação.

Além do conteúdo técnico, a iniciativa buscou promover integração entre equipes, fortalecer laços e incentivar a troca de experiências entre servidores, estagiários e colaboradores.

1ª Semana da Capacitação (novembro/2024)

As palestras foram organizadas em cinco trilhas temáticas, com temas de grande relevância, como segurança digital, liderança, atendimento ao público, sustentabilidade, governança e questões jurídicas, e promoveram aprendizado e integração no ambiente institucional. Ao todo, as palestras foram acompanhadas por 630 pessoas.



27/11
quarta-feira

10h40 – 11h10	JURÍDICA	**Estrutura do STF, unidades e principais competências** Beatriz Chiesse de Andrade Albuquerque e Lima Luisa Lacerda
11h15 – 11h45	JURÍDICA	**Processos estruturais e complexos** Matheus Casimiro Gomes Seragim
11h50 – 12h20	JURÍDICA	**Linguagem simples** Mariana Araujo de Oliveira Leonardo Cunha
14h – 14h30	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	**Diversidade e inclusão: Igualdade de gênero** Cristina Telles de Araujo Silva
14h35 – 15h05	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	**Diversidade e inclusão: Igualdade racial** Juiza Karen Luise Vilanova Batista de Souza
15h10 – 15h40	SEGURANÇA DIGITAL	**Educação Midiática** Fábia Galvão Costa Machado Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira Leite
16h10 – 16h40	SEGURANÇA DIGITAL	**Segurança da informação** Jorilson da Silva Rodrigues
16h45 – 17h15	SEGURANÇA DIGITAL	**Proteção de dados** Tainá Aguiar Junquilho (IDP)
17h20 – 17h50	SEGURANÇA DIGITAL	**IA Generativa** Tainá Aguiar Junquilho (IDP)

28/11
quinta-feira

10h40 – 11h10	JURÍDICA	**Soluções consensuais** Juiza Tricia Navarro Xavier Cabral
11h15 – 11h45	JURÍDICA	**SPR para gabinetes** Ciro de Almeida Grynberg
11h50 – 12h20	JURÍDICA	**Padrão de ementa** Ciro de Almeida Grynberg
14h – 14h30	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Reciclagem e Sustentabilidade** Mônica Mendes de Araujo Licassali (Recicle a Vida)
14h35 – 15h05	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Ética e conduta no Serviço Público** Carlos Alberto Queiroz de Brito Cicero Rodrigues de Oliveira Gomes
15h10 – 15h40	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Lei de Acesso à Informação** Juiza Flávia Martins de Carvalho
16h10 – 16h40	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	**Diversidade e inclusão: povos indígenas** Samara Pataxó (TSE)
16h45 – 17h15	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	**Diversidade e inclusão: Pessoas com deficiência** Carina Lellis Nicoll Simões Leite Mariana Dutra Guedes
17h20 – 18h20	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	**Comunicação interpessoal e atendimento ao público** Juiza Flávia Martins de Carvalho Célia Regina de Oliveira Gonçalves Marcelo Canizares Schettini Seabra Mariana Araujo de Oliveira

29/11
sexta-feira

9h30 – 10h	LIDERANÇA	**Boas práticas no trabalho remoto e comunicação assíncrona** Rafael Torales (Officeless)
10h05 – 10h35	LIDERANÇA	**Ambiente de trabalho saudável** Juiza Flávia Martins de Carvalho Beatris Bravo Ramos
10h40 – 11h10	LIDERANÇA	**Gestão de Talentos** Karla Cristina Martins
11h15 – 11h45	LIDERANÇA	**Gestão da Mudança** Laura Vieira Maciel
11h50 – 12h20	LIDERANÇA	**Construindo o plano de gestão da unidade** Vinicius Nascimento Porto
14h – 14h30	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Governança é papel de quem?** Fernanda do Valle Azambuja
14h35 – 15h05	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Gestão estratégica** Vinicius Nascimento Porto Karla Berninger da Costa de Azeredo Lopes
15h10 – 15h40	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Comunicação eficaz e relacionamento interpessoal** Sumaya Cristina Dounis (STJ)
15h45 – 16h15	SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA	**Cultura do respeito e prevenção de assédio** Lis Andrea Pereira Soboll (UFPR)



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Mariana Mourão/SCO/STF



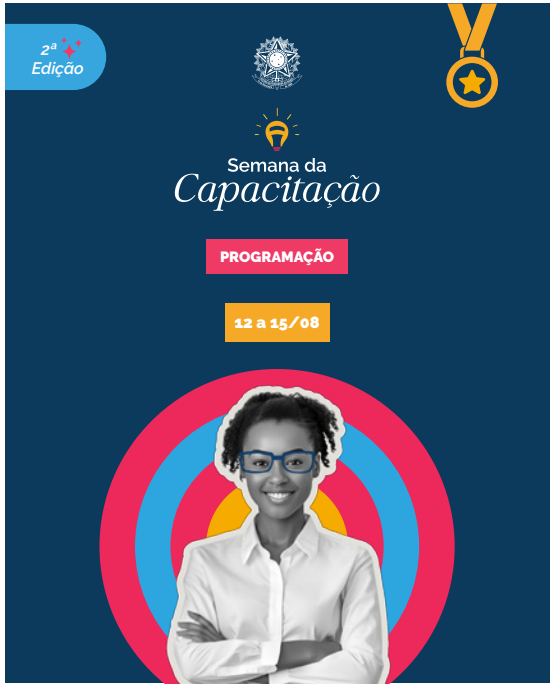
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

2ª Semana da Capacitação (agosto/2025)

Na 2ª edição, as palestras da *Semana de Capacitação* foram organizadas em três trilhas temáticas: (i) laboratório jurídico; (ii) atendimento ao público, convivência e respeito; e (iii) gestão, segurança e sustentabilidade. A trilha "Laboratório Jurídico" incluiu, além de palestras, oficinas práticas voltadas ao uso das ferramentas de inteligência artificial do STF, à padronização de ementas e às técnicas de redação, entre outros temas. A segunda edição seguiu o sucesso da primeira e contou com engajamento do público e a participação de mais de 549 pessoas.



12/8
terça-feira

TRILHA 1 – LABORATÓRIO JURÍDICO
Local: Espaço do Servidor

09h30	CAFÉ DA MANHÃ
10h05	**Gestão de Acervo** Natacha Moraes de Oliveira Rafael Esdras Fonseca de Alencar
10h35	INTERVALO
10h40	**vitorIA** Arianne Tisbierek Lucas José Gonçalves Freitas
11h10	INTERVALO
11h15	**MARIA** Arianne Tisbierek Lucas José Gonçalves Freitas
11h45	INTERVALO
11h50	**Corte Aberta** Pamella Sada Dias Edokawa Euler Rodrigues de Alencar
12h20 – 14h	ALMOÇO

TRILHA 2 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO, CONVIVÊNCIA E RESPEITO (TURMA 1)
Local: Sala de Sessões da Primeira Turma

14h	**Pessoas Negras no STF** Flávia Martins de Carvalho
14h30	INTERVALO
14h35	**Povos Indígenas no STF** Samara Pataxó
15h05	INTERVALO
15h10	**Mulheres no Ambiente de Trabalho** Cristina Telles de Araujo Silva
15h40	COFFEE-BREAK
16h10	**Pessoas com Deficiência no STF** Mariana Dutra Guedes

13/8
quarta-feira

TRILHA 2 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO, CONVIVÊNCIA E RESPEITO (TURMA 2)
Local: Sala de Sessões da Primeira Turma

9h30	CAFÉ DA MANHÃ
10h05	**Pessoas Negras no STF** Flávia Martins de Carvalho
10h35	INTERVALO
10h40	**Povos Indígenas no STF** Samara Pataxó
11h10	INTERVALO
11h15	**Mulheres no Ambiente de Trabalho** Cristina Telles de Araujo Silva
11h45	INTERVALO
11h50	**Pessoas com Deficiência no STF** Mariana Dutra Guedes
12h20 – 14h	ALMOÇO

TRILHA 3 – GESTÃO, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE
Local: Sala de Sessões da Primeira Turma

14h	**IA Generativa: Riscos, Limites e Uso Responsável no Setor Público** Tainá Aguiar Junquilho
14h30	INTERVALO
14h35	**Incidentes de Segurança com Dados Pessoais** Tainá Aguiar Junquilho
15h05	INTERVALO
15h10	**Defesa Institucional e Enfrentamento à Desinformação** Mariana Araujo de Oliveira Victor Carnevalli Durigan
15h40	COFFEE-BREAK
16h10	**Segurança da Informação: Proteção no Trabalho Remoto e Prevenção ao Phishing** Jorilson da Silva Rodrigues
16h40	INTERVALO
16h45	**Gestão de Resíduos Sólidos** Andréa Rodrigues de Almeida

14/8
quinta-feira

TRILHA 1 – LABORATÓRIO JURÍDICO Local: Espaço do Servidor		TRILHA 2 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO, CONVIVÊNCIA E RESPEITO (TURMA 2) Local: Sala de Sessões da Primeira Turma
9h30	CAFÉ DA MANHÃ	CAFÉ DA MANHÃ
9h50	**Linguagem Simples** Daniel de Oliveira Pontes Ana Luiza Fernandes Calil	**Enfrentamento ao Assédio no Ambiente de Trabalho** Daniel de Souza Campos Vanessa Saraiva
10h20	INTERVALO	INTERVALO
10h25	**Padronização de Ementas** Ciro Grynberg	**Comunicação Interpessoal** Daniel de Souza Campos Vanessa Saraiva
10h55	INTERVALO	INTERVALO
11h	**Técnicas de Redação** Ciro Grynberg	**Gestão de Conflitos** Daniel de Souza Campos Vanessa Saraiva
11h30	INTERVALO	INTERVALO
11h50	**Inovações em Controle Concentrado** Patrícia Perrone Campos Mello	**Local:** Sala de Sessões da Primeira Turma
12h20 – 14h	ALMOÇO	

TRILHA 3 – GESTÃO, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE
Local: Sala de Sessões da Primeira Turma

14h	**Produtividade e Gestão do Tempo** Wankes Leandro Ribeiro
14h30	INTERVALO
14h35	**Inovação no Poder Judiciário** José Faustino Macêdo de Souza Ferreira
15h05	INTERVALO
15h10	**Boas Práticas nas Redes Sociais** Mariana Araujo de Oliveira Fábia Galvão Costa Machado
15h40	COFFEE-BREAK
16h10	**Gestão e Fiscalização de Contratos** Adriana Luiza Blumm Ferreira
16h40	INTERVALO
16h45	**Normas Internas** Fernanda do Valle Azambuja Priscila Galeno Silva

15/8
sexta-feira

TRILHA 1 – LABORATÓRIO JURÍDICO
Local: Sala de Sessões da Primeira Turma

9h30	CAFÉ DA MANHÃ
10h05	**Escrita Jurídica com IAG** George Marmelstein
10h35	INTERVALO
10h40	**Processo Estrutural** Matheus Casimiro Gomes Serafim
11h10	INTERVALO
11h15	**Soluções Consensuais** Tricia Navarro Xavier Cabral
11h45	INTERVALO
11h50	**Repercussão Geral** Ciro Grynberg
12h20 – 14h	ALMOÇO

TRILHA 2 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO, CONVIVÊNCIA E RESPEITO (TURMA 1)
Local: Sala de Sessões da Primeira Turma

14h	**Enfrentamento ao Assédio no Ambiente de Trabalho** Daniel de Souza Campos Vanessa Saraiva
14h30	INTERVALO
14h35	**Comunicação Interpessoal** Daniel de Souza Campos Vanessa Saraiva
15h05	INTERVALO
15h10	**Gestão de Conflitos** Daniel de Souza Campos Vanessa Saraiva



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Victor Piemonte/SCO/STF



Foto: Victor Piemonte/SCO/STF



Foto: Victor Piemonte/SCO/STF



Foto: Victor Piemonte/SCO/STF



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Mestrado profissional

Como parte das ações voltadas para o aprimoramento contínuo de seu corpo funcional, o STF ofereceu de forma inédita, para seus servidores, seis turmas de mestrado profissional, em Direito, em Governança e em Administração Pública, pela Universidade de Brasília (UnB), com 116 bolsas ativas.



80
bolsas para o Mestrado em Direito



19
bolsas para o Mestrado em Governança



17
bolsas para o Mestrado em Administração Pública

Programa de Desenvolvimento de Pessoas (PDPE)

O Programa de Desenvolvimento de Pessoas (PDPE) é uma iniciativa de investimento na força de trabalho do Tribunal, com foco na qualificação permanente e na potencialização de talentos. Divide-se em três eixos:

Capacite-me

Formação permanente da força de trabalho direta do STF com foco em soluções educacionais para qualificação dos serviços do Tribunal.

Liderança Plena

Promoção de ações educativas para o desenvolvimento das habilidades sociocomportamentais dos líderes em exercício e dos sucessores e a elaboração de rotinas de suporte para o aperfeiçoamento da gestão de processos.

Eu Pertenço!

Valorização e fortalecimento do orgulho de pertencer a uma Corte constitucional e democrática – "ser supremo" –, por meio de ações de engajamento dos servidores, colaboradores e estagiários nos eventos e nas rotinas do Tribunal e de acolhimento no propósito da instituição.

Capacite-me

Plano de Capacitação Anual (PCA)

O Plano de Capacitação Anual (PCA) foi reformulado e passou a contemplar quatro dimensões principais, o que ampliou a abrangência das iniciativas e diversificou as oportunidades de desenvolvimento.

No total, foram promovidas **182 ações de capacitação e desenvolvimento**, que contaram com **4.138 participantes**, distribuídas, por linha de atuação, da seguinte forma:

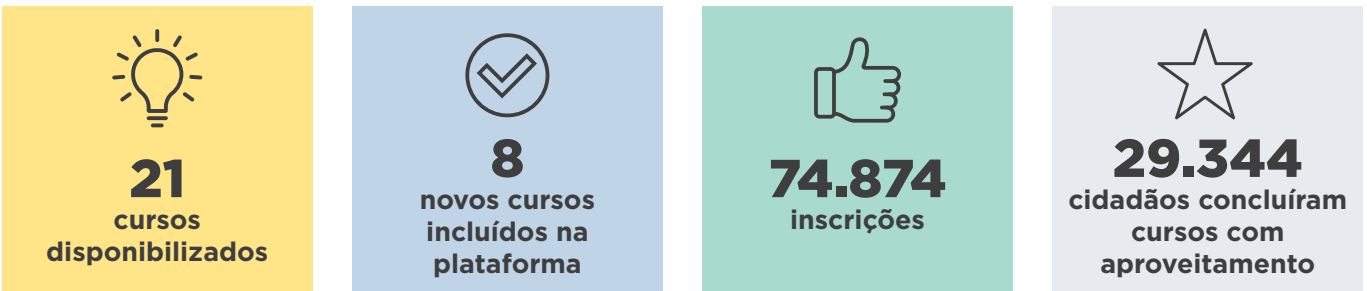


Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas. Dados extraídos em 30.06.2025.

Além disso, foram custeados 205 eventos externos, que contaram com a participação de 744 servidores aprovados.

STF Educa

O projeto *STF Educa* aproxima o STF da sociedade por meio da oferta de cursos a distância gratuitos, autoinstrucionais e de qualidade. No biênio 2023-2025, o *STF Educa* alcançou os seguintes resultados:



Parcerias educacionais

O STF consolidou importantes parcerias educacionais ao longo da gestão do Ministro Luís Roberto Barroso. Essas parcerias tiveram como objetivo ampliar o acesso a oportunidades de capacitação, promover a troca de conhecimentos técnicos e acadêmicos e fortalecer a integração entre o Tribunal e as instituições de ensino e pesquisa. Nesse cenário, destacam-se as seguintes parcerias:

- adesão ao Protocolo de Intenções com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com 31 cursos ofertados e 759 servidores inscritos;
- adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 5/2023, celebrado entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Pontifícia Universidade Católica, para participação de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação em 6 trilhas de aprendizagem específicas;
- parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) para a divulgação de vagas em curso sobre Letramento em Diversidade, para servidores do STF;
- aquisição de 177 licenças da plataforma Todas *Group* para líderes femininas do Tribunal.

Modernização no processo de concessão de bolsas de pós-graduação com ampliação do percentual de reembolso

O Tribunal ofereceu incentivo à realização de cursos de pós-graduação e ao estudo de outros idiomas, por meio da oferta de bolsas de estudo. Na gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o percentual de reembolso foi ampliado de 70% para 90%, e os limites de custeio por parte do STF foram atualizados. A concessão é precedida de processo seletivo e limitada ao valor estabelecido em norma interna.

O STF mantém, atualmente, 33 bolsas de pós-graduação ativas.

Atualização normativa do Adicional de Qualificação (AQ)

Com o objetivo de ampliar os benefícios aos servidores e promover uma abordagem transversal do conhecimento, a Instrução Normativa nº 310/2025 regulamentou o Adicional de Qualificação (AQ) com as seguintes novidades:

- mais áreas contempladas: passam a integrar a contagem cursos de idiomas e formações do programa Viva Bem do STF;
- reavaliação de pós-graduações: cursos realizados anteriormente poderão ser reavaliados, com possibilidade de pagamento retroativo;
- reconhecimento de capacitações internas: ações promovidas pelo STF nas áreas previstas passam a valer para fins de AQ;
- cursos de curta duração externos: capacitações com menos de 8 horas serão aceitas se ofertadas por órgãos da administração pública federal e alinhadas à norma;
- cadastro unificado: inclusão de cursos exclusivamente via Portal do Servidor;
- novos critérios para certificados: estabelecidos padrões para validação;
- limite para cursos assíncronos: a carga horária média diária não pode exceder 8 horas, somados cursos isolados ou combinados.

Liderança Plena

Projeto Trilhas de Aprendizagem – Liderança

Lançado em março de 2025, o projeto oferece conjunto diversificado de ações educativas, com percursos de aprendizagem flexíveis, adaptados às preferências e necessidades de cada pessoa. O objetivo é aprimorar conhecimentos essenciais sobre liderança e desenvolver competências profissionais e sociocomportamentais voltadas à gestão de pessoas e de processos de trabalho.



2.261 inscrições

Programa Juntas – Liderança Feminina no STF

O programa busca incentivar e fortalecer a equidade de gênero nas lideranças no STF.

Ações de destaque:

- **Palestra no Dia da Mulher** – "Empoderamento Feminino no Setor Público: Desafios e Oportunidades";
- **Mentoria** em Gestão de Talentos para Líderes Mulheres;



Mentoria em Gestão de Talentos: SGP recepciona selecionadas. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

- **SGP*Talk*** Maternidade Real e Liderança;
- **Palestra** "Liderança Feminina: Todas Juntas no STF", com Simone Murata – lançamento da Plataforma de Aprendizagem Todas *Group*;
- **Aquisição e liberação** de acesso das 177 licenças adquiridas pelo STF da Plataforma Todas *Group* às servidoras e colaboradoras do STF;
- **Lançamento da mentoria em Gestão de Talentos:** a mentoria fornece orientação e suporte a gestores e adjuntos no gerenciamento do desempenho das suas equipes com base na gestão de talentos. O primeiro ciclo foi realizado em 2024, com a oferta de 15 vagas para lideranças femininas, em parceria com o Programa Juntas.



Palestra destaca importância da aceleração de carreiras femininas.
Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Gestão de talentos

Eu pertenço!

Iniciativa voltada à valorização e ao reconhecimento das servidoras e dos servidores, com o objetivo de fortalecer o vínculo com a missão de uma Corte constitucional e democrática. O projeto busca promover o engajamento nas rotinas e eventos do Tribunal e incentivar o sentimento de pertencimento e alinhamento ao propósito institucional.

Ações de integração

Dia do Servidor Público

O Tribunal, em 2023, celebrou o dia do servidor público com uma programação especial no restaurante da instituição, a qual incluiu a apresentação do coral Supremo Encanto. Além de dirigentes da Corte, a homenagem teve a participação do Presidente Luís Roberto Barroso.



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Confraternização de Natal (2023 e 2024)





Fotos: Nelson Jr./SCO/STF

Nos anos de 2023 e 2024, a confraternização de Natal do Tribunal reuniu Ministros, servidores, colaboradores, estagiários, cônjuges e filhos. Os eventos contaram com a presença do Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, que agradeceu a dedicação de todos os que contribuem para o funcionamento da Corte. Também participaram das celebrações os Ministros Gilmar Mendes (Decano), Edson Fachin (Vice-Presidente), Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino.



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março de 2024, mais de 180 mulheres, entre servidoras, colaboradoras e estagiárias do Tribunal, participaram de uma foto conjunta na rampa da entrada principal do Tribunal e na Estátua da Justiça.





Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

Campanha "É Home, mas é Office"

Incentivar comportamentos que fortaleçam o engajamento, a produtividade, a integração e o bem-estar das equipes.







AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Com o objetivo de aprimorar o bem-estar e preservar a saúde física e mental do público interno, o STF, durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, procurou criar uma cultura institucional fundada na avaliação sistemática da saúde, mediante a implementação de uma variedade de programas e ações. Essas iniciativas tiveram como foco a promoção da qualidade de vida, a prevenção de doenças e o estabelecimento de um ambiente laboral que fosse não apenas saudável, mas também sustentável.

A assistência à saúde no STF realizou, durante essa gestão, **29.383 atendimentos: 6.624** (23%) na modalidade **pronto atendimento** (enfermagem, medicina, fisioterapia e odontologia) e **22.759** (77%) na modalidade **atendimento eletivo** (3.089 de forma remota, e 19.670 de forma presencial).

Programa de Atenção à Saúde Mental – PSiu



A gestão 2023-2025 estabeleceu a saúde mental como prioridade institucional. Como parte desse compromisso, foi desenvolvido o Programa de Atenção à Saúde Mental PSiu, voltado aos colaboradores e dependentes.

O nome PSiu faz alusão ao chamado cotidiano que busca a atenção das pessoas e reforça a ideia de acolhimento e cuidado. A proposta do programa é promover a conscientização sobre saúde mental, facilitar o acesso a informações e tratamentos, e criar uma cultura institucional de escuta, apoio e prevenção.

Objetivos do Programa

- Promover hábitos saudáveis relacionados à saúde mental;
- Fornecer informações técnicas sobre sinais, sintomas e tratamentos;

- Estimular a reflexão sobre os fatores que influenciam a saúde mental nos contextos profissional, familiar e social;
- Combater o estigma e facilitar o acesso ao acolhimento psicológico e psiquiátrico;
- Divulgar os serviços oferecidos pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) em saúde mental.

Outubro/2023

- *Quiz* temático sobre saúde mental, veiculado na intranet.

Novembro/2023

- Lançamento oficial do Psiu e bate-papo "Redes sociais e saúde mental na infância e adolescência" com a psicóloga Adriana Drulla, com a participação de 75 pessoas.

Janeiro/2024 – Janeiro Branco

- Bate-papo *on-line* "Os pilares da resiliência: construindo uma infância fortalecida", conduzido pela psicóloga Adriana Drulla e assistido por 46 participantes.

Março/2024

- Bate-papo *on-line* "Tenho ansiedade ou depressão? Perceba a hora de buscar ajuda", ministrado pela médica psiquiatra da SIS, Ariane Reis. A conversa foi acompanhada por 34 pessoas.

Abril/2024

- Aula de *hatha yoga* sob a condução do instrutor convidado, Śrī Gopīnātha Das (Paulo C. Jordão), com a participação de 14 pessoas.

Maio/2024

- Divulgação de dois *e-books* para auxiliar as crianças que vivenciaram ou acompanharam, pelos noticiários, as enchentes e os alagamentos no Rio Grande do Sul. Os livros *E a chuva...*, de Sabrina Führ, e *O dia em que a água transformou tudo*, de Fran Caye, foram dedicados a explicar de forma lúdica o desastre.

Junho/2024

- Curso "Prazer e sofrimento no trabalho: estratégias para a promoção de saúde mental", com o psicólogo Antônio Paulo Pinheiro de Lima, consultor técnico legislativo na área de psicologia clínica na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Trinta e três servidores participaram da capacitação.

Setembro/2024 – Campanha Setembro Amarelo

- Bate-papo "Se precisar, peça ajuda!", com o facilitador Gilson Aguiar.
- Roda de terapia comunitária integrativa temática: "Se há vida, há esperança", com o facilitador Pedro Izidoro.
- Bate-papo "Saúde mental na infância: perguntas e respostas", com a psiquiatra e psicanalista Inês Catão.
- Roda de terapia comunitária integrativa temática/colaboradores da limpeza e manutenção: "Se há vida, há esperança".



- Curso “Introdução à Mediação de Conflitos como estratégia de saúde mental para as equipes”, com a facilitadora Ana Maria Vila Nova/CLDF.
- Aulão de treinamento funcional: “Movimentando o corpo, sossegando a mente”.
- Palestra “Modelos de gestão e suas repercussões na saúde dos(as) trabalhadores(as): desafios e limites”, com a convidada Solange Lopes.
- Bate-Papo “Saúde mental: um cuidado individual e coletivo”, com o facilitador Marcos Antônio Alves/SIS.
- Bate-Papo “Conexão Corpo-Mente: como a alimentação influencia a nossa saúde mental?”, com a facilitadora: Patrícia Radaelli.
- *Workshop* “Saúde mental na adolescência: escutando o adolescer no contexto familiar”, com a facilitadora Sara Hussein Garcia de Figueiredo.
- Oficina “Saúde, trabalho e crise suicida – conhecer, identificar e prevenir”, com o convidado José Edir Paixão/CBMCE.
- Aulão de alongamento: “Corpo menos tenso, mente menos tensa”, com os facilitadores Hugo Maia e Jacinta Medeiros/SIS.

Dezembro/2024 – Semana de Atenção à Saúde Mental

- Com o objetivo de estimular a reflexão sobre fatores que favorecem ou prejudicam a saúde mental nos contextos familiar, social e profissional, nos diferentes ciclos de vida, foram ministradas três palestras sobre o tema. Aberto ao STF e ao público externo, o evento contou com cerca de 250 participações ao longo dos três dias.



Palestra Saúde Mental na Parentalidade. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

- “Saúde Mental na Parentalidade: por que o cuidado com as novas gerações tem sido tão difícil?”, com a Dra. Vera Iaconelli, psicanalista, mestre, doutora em Psicologia (USP) e especialista em parentalidade, gestação, adoção, família, gênero e costumes.
- “Um panorama sobre saúde na infância e criação de filhos: desenvolvimento pleno e bem-estar da criança e sua família”, com o Dr. Daniel Becker, pediatra, sanitarista, criador da Estratégia Saúde da Família (SUS), colaborador da UNICEF e OMS e referência em saúde infantil e criação de filhos.
- “Saúde Mental no Trabalho: Autocuidado e Estratégias para Evitar o Sofrimento Psíquico”, com o Dr. Christian Dunker, psicanalista, Professor titular do Instituto de Psicologia da USP, vencedor do Prêmio Jabuti e especialista em clínica psicanalítica e teoria social.

Janeiro/2025

- Desafio de Meditação – 21 dias, em parceria com a Brahma Kumaris.



Dra. Vera Iaconelli. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Dr. Daniel Becker. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Dr. Christian Dunker. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Março/2025

- Oficina de Yoga Terapia Hormonal para servidoras, conduzida por Mônica Fischer.

Maio/2025

- Curso “Crises e Urgências em Saúde Mental”, com equipe multiprofissional do DF e a participação de 29 pessoas.

Roda de Conversa “Esgotamento Físico e Mental das Mulheres”

Como parte da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, instituída pela Resolução nº 450/2022 do CNJ, foi promovido o projeto *Roda de Conversa*, o qual abordou temas como “Esgotamento Físico e Mental das Mulheres”. Esse encontro contou com a participação da Ministra Cármen Lúcia e da Diretora da organização *Think* Olga, Maíra Liguori.

Outro tema abordado foi “Assédio: Identificação, Prevenção e Enfrentamento”, que teve a participação do Presidente Ministro Luís Roberto Barroso. Entre os participantes também estavam a Ouvidora do STF, Juíza Flávia Martins de Carvalho, a Auditora do Ministério do Trabalho e pioneira em fiscalizações sobre assédio, a médica Luciana Baruki, e a Professora Lis Soboll, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Projeto Meditação no STF



O projeto *Meditação Raja Yoga no STF* oferece a prática de meditação no ambiente de trabalho, para manejo do estresse e ansiedade, promovendo a saúde e prevenindo o adoecimento. A prática ocorre semanalmente, no formato *on-line*, e é guiada por instrutores da Brahma Kumaris. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o projeto passou a fazer parte das atividades do Programa PSiu e contou com a realização de 69 encontros virtuais para a prática de meditação.



Roda de Terapia Integrativa (TCI)

É uma prática integrativa em saúde que tem por objetivo promover um espaço de cuidado em grupo que, a partir do acolhimento e da ajuda mútua, contribui para a saúde emocional dos participantes.

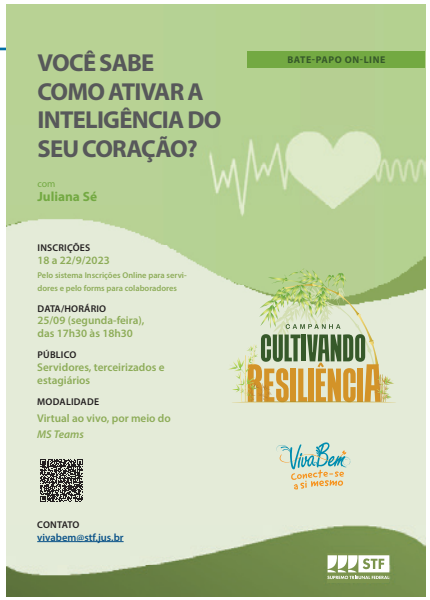


No biênio 2023-2025, foram realizadas 27 Rodas de TCI abertas para todos os colaboradores do STF e do CNJ, com 538 participações; e 15 Rodas de TCI voltadas para colaboradores da limpeza, com 232 participações.

Programa Viva Bem

O Programa de Qualidade de Vida do STF (Viva Bem) corresponde a um conjunto de atividades cujo objetivo é contribuir para a saúde e o bem-estar. Desde 2018, o Viva Bem atua, à luz da psicologia positiva, em quatro dimensões de bem-estar: (i) ocupacional, (ii) físico e psicológico, (iii) interpessoal e (iv) financeiro. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, aconteceram as seguintes ações.

- Foram realizados 34 encontros da prática semanal "Ativando a Inteligência do Coração", com a participação total de 317 pessoas. Dois encontros foram especialmente temáticos: o do Dia da Mulher, com o tema "Do Esgotamento à Renovação"; e o do Dia do Servidor, intitulado "Coerência Cardíaca e Missões Constitucionais do STF: como se conectam?".
- Foram realizadas três campanhas de doação de sangue, em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), com a participação de 45 doadores.







- Foram realizadas 12.697 aulas de ginástica laboral, com a participação de 20.686 colaboradores do STF e do CNJ.
- Em abril de 2024, foram promovidas ações em comemoração ao Dia Mundial da Saúde e da Atividade Física, com destaque para o bate-papo "Viva Ativamente: transformando movimento em saúde", ministrado por Liana Caland e Sacha Clael, professores da UnB. A conversa abordou referências, pesquisas e exemplos aplicados à realidade das pessoas que trabalham no STF e contou com a participação de 45 pessoas.
- Foi desenvolvido o "Lanche Certo", ação que tem como objetivos orientar as escolhas alimentares nas refeições realizadas no trabalho, aprimorar hábitos alimentares, promover saúde por meio de alimentação equilibrada e prevenir doenças relacionadas à alimentação. No biênio dessa gestão, foram publicadas 18 matérias informativas no *Supremo em Dia*, com 1.899 acessos, e oferecidos lanches saudáveis durante as ações do Viva Bem em Movimento.



- Em parceria com o restaurante Senac, foram promovidas oficinas culinárias no Dia Mundial da Alimentação. Em outubro de 2023, foi realizada a oficina "Versatilidade na Cozinha", com a participação de 21 colaboradores, que aprenderam a preparar grissini integral e pasta de grão-de-bico. Em junho de 2024, a oficina "Pães Artesanais", ministrada pelo subchefe Oscar Ávila, ofereceu duas turmas, com 10 participantes cada, e abordou o preparo de focaccia e pão semi-integral multigrãos. A segunda edição da oficina ocorreu em dezembro de 2024, no restaurante do Instituto Serzedello Corrêa (TCU), com a participação de 12 pessoas.

Projeto Mês do Servidor e comemoração dos 15 anos do Programa Viva Bem

Durante o mês de outubro de 2024, diversos eventos foram promovidos para celebração do Dia do Servidor e dos 15 anos do Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar do STF – Viva Bem.

Foi realizada campanha no Tribunal para a realização de um ensaio fotográfico, cujas imagens dos participantes foram utilizadas na divulgação do evento em homenagem aos servidores do STF.

Campanha de doação de sangue

16
participantes

Palestra "Gestão Estratégica de Finanças e Qualidade de Vida"

134
participantes

Oficina "Redesenho do Trabalho"

10
participantes

Palestra "Coerência Cardíaca e Missões Constitucionais do STF: como se conectam?

27
participantes

Viva Bem 15 anos em conexão com você

Palestra "Carreira e Propósito no Serviço Público"

66
participantes

SGP*Talk* Especial do Dia do Servidor Público – Uma década de reencontro

135
participantes

Palestra "Previdência Complementar do Servidor Público"

25
participantes

Prática Supervisionada de Atividade Física

O projeto *Atividade Física no STF* tem por objetivo incentivar a prática regular de exercícios físicos e oferecer espaço para atividades orientadas e supervisionadas, além de estimular a adoção de um estilo de vida mais saudável e motivar o autocuidado. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, foram realizadas 541 aulas de treino funcional, com 1.631 participações.

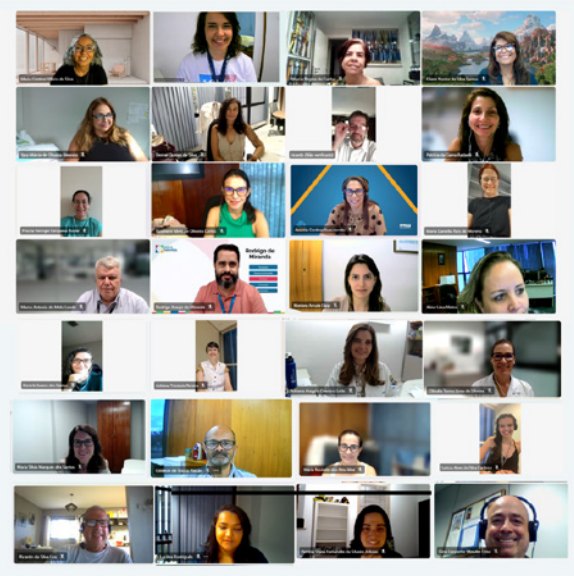


Programa para tratamento e prevenção de obesidade – Desafio 90 dias

O programa visa prevenir doenças e comorbidades relacionadas ao sobrepeso e à obesidade, bem como oferecer acompanhamento individual nas áreas de endocrinologia, nutrição e psicologia, além de suporte motivacional, envio de metas semanais, mensagens motivacionais e incentivo à prática regular de atividades físicas no Centro de Treinamento Multifuncional (CTM). Em casos necessários, há encaminhamentos para cardiologia, psiquiatria e psicoterapia. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, foram realizadas quatro edições. Em 2025, o programa foi reformulado e passou a se chamar "Desafio 2025", adotando um formato mais longo (de março a agosto), com 12 inscritos.



Programa Longevidade Saudável



04.04.2025 – Palestra "Cuidando da mente – como proteger a saúde do cérebro", ministrada pelo médico Ricardo Afonso Teixeira. Foto: SIS/STF

Lançado em 2025, o Programa Longevidade Saudável tem como objetivo promover a educação em saúde voltada ao envelhecimento com qualidade de vida e incentivar hábitos saudáveis ao longo da vida, o combate ao estigma e a ampliação da divulgação dos serviços da SIS. O programa integra a política institucional de promoção à saúde e ao bem-estar ao longo do ciclo de vida.

A primeira ação ocorreu em abril, com o bate-papo "Cuidando da mente – como proteger a saúde do cérebro", ministrado pelo neurologista Ricardo Afonso Teixeira, e contou com 102 participantes. Em junho, foi realizada a segunda atividade, com a nutricionista Desire Coelho, que abordou o tema "Por que é tão difícil fazer escolhas alimentares saudáveis?", com 56 participantes. Em agosto de 2025, aconteceu o bate-papo "Longevidade saudável: Caminhos para um envelhecimento saudável" com a palestrante Ana Claudia Quintana Arantes. O evento contou com a participação de 160 pessoas.

Cobertura vacinal

- Campanha contra Influenza no STF – 26ª edição. Aplicação de mais de 2.800 doses em 2024 e 3.000 doses em 2025.
- Campanha Multivacinação em parceria com a Secretaria de Saúde do GDF – SES/DF. Aplicação de 670 doses.
- Reembolso do custo da vacina da dengue pelo STF-Med.

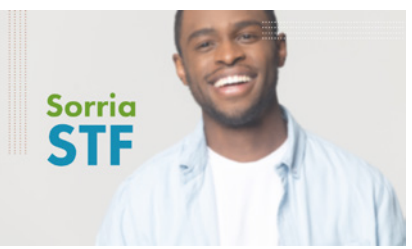




Programas de saúde

Sorria STF

- O programa tem como objetivo orientar os pacientes sobre a importância da prevenção de alterações bucais, destacando a relação entre a saúde bucal e a saúde geral. Busca, assim, evitar o surgimento de doenças que exijam tratamentos mais complexos e onerosos. No período, foram realizados 810 atendimentos.



Saúde da Boquinha

- Em parceria com o berçário, o programa tem como objetivo promover a saúde bucal de crianças de três meses a doze anos, por meio de ações educativas e da adoção de medidas terapêuticas individuais com foco na prevenção. No período, foram realizados 302 atendimentos.



Odontologia domiciliar



- O Programa tem como objetivo atender servidores com dificuldades de mobilidade, temporárias ou permanentes, que estejam impossibilitados de se deslocar até o Tribunal. No período, foram realizados 21 atendimentos domiciliares.

Campanhas

Ações e campanhas voltadas à promoção da saúde e à conscientização sobre temas relevantes para a sociedade foram desenvolvidas durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso. A seguir, serão apresentados alguns destaques:

- Dia Internacional da Mulher, com ações como (i) bate-papo *on-line* com a médica Rafaela Miziara sobre a saúde da mulher; (ii) exposição do berçário: "Apoio do STF à Política de Igualdade de Gênero"; (iii) distribuição de folder sobre direitos da mulher na área da saúde; (iv) Roda de Terapia Comunitária Integrativa *on-line*, com o tema "Mulher, profissional, mãe e... vulnerável. Como lidei com o dia em que pensei que iria morrer"; e (v) unidade móvel ônibus da saúde SESC – planejamento familiar, atendimento médico e de enfermagem, exames e inserção de DIU, conforme avaliação médica.



- Dia Mundial da Saúde e da Atividade Física, com o bate-papo "Viva ativamente: transformando movimento em saúde", ministrado por dois Professores da UnB, Liana Caland e Sacha Clael. A conversa contou com a participação de 45 pessoas.

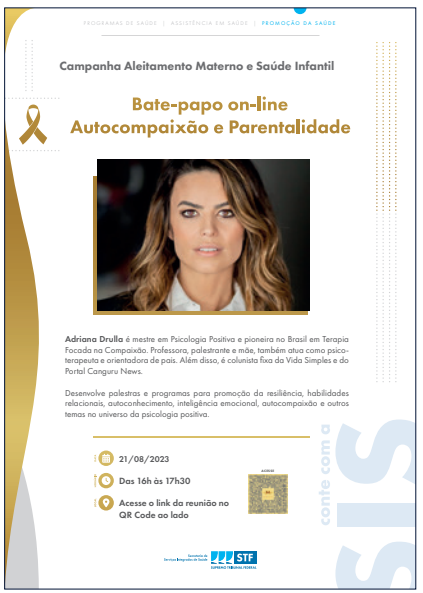
- “Sua Saúde Começa pela Boca”, com o objetivo de sensibilizar sobre a relação do alto consumo de açúcar com a cárie e com outras doenças crônicas não transmissíveis. Além das publicações na intranet, foi montada, em março de 2024, uma mesa demonstrativa com teor de açúcar em alimentos que fazem parte da nossa cultura alimentar. Em 2025, a campanha aconteceu de 10 de março a 4 de abril e teve o lema “Cuidados simples podem fazer toda a diferença para uma vida mais saudável”.



- Aplicação da vacina tetravalente contra a gripe, que previne contra as quatro cepas virais mais prevalentes no hemisfério Sul – mais de 2.800 doses em 2024, e 3.000 doses em 2025.

- Agosto Dourado – Aleitamento Materno e Saúde Infantil, dedicado ao tema aleitamento materno, realização do bate-papo: “Dificuldades alimentares na infância”, com a nutricionista Rafaela Souza, que contou com a presença de 27 participantes.



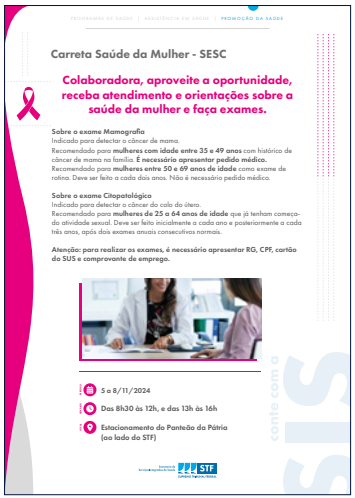






18 anos da Lei Maria da Penha. Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

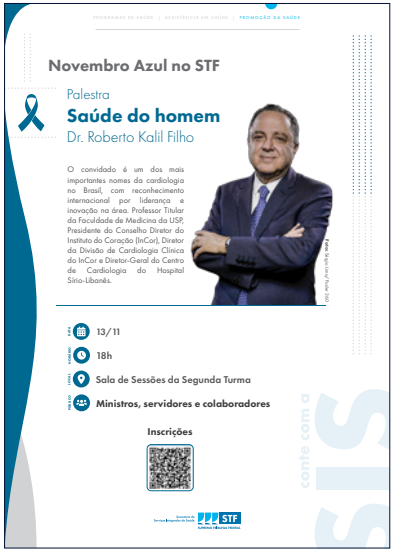
- Setembro Amarelo – ações de prevenção ao suicídio e de valorização da vida, como cursos, palestras, rodas de terapia comunitária integrativa temática e outros.
- Setembro Verde – campanha para o Dia de Luta da Pessoa com Deficiência, com a publicação de conteúdos especiais e a divulgação semanal de informações sobre linguagem anticapacitista, para reforçar a importância de uma comunicação inclusiva e respeitosa.
- Outubro Rosa, com ações relacionadas à saúde da mulher, como o incentivo à realização de exames necessários para o diagnóstico precoce e o tratamento do câncer e atendimento, exames e orientações sobre saúde da mulher na Carreta Saúde Mulher, em parceria com o SESC.







- Novembro Azul, para alertar sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce de doenças que atingem os homens, especialmente o câncer de próstata. Como parte da campanha de 2023, no dia 9 de novembro aconteceu a Roda de TCI com a temática “Homem que cuida, se cuida! Barreiras estratégias no autocuidado” com Flávio Oliveira, terapeuta integrativo e facilitador de ciclos de homens. Em 2024, o destaque foi para a palestra “Saúde do Homem”, ministrada pelo médico cardiologista Dr. Roberto Kalil Filho.







Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

- Prevenção do câncer de boca, com a oferta de consultas odontológicas para exame preventivo.

Atualização de normativos em saúde (2023-2025)

A gestão do Ministro Luís Roberto Barroso promoveu a atualização de normativos para adequar os serviços de saúde do STF às melhores práticas e regulamentações vigentes, com foco em qualidade, segurança e eficiência.

- IN nº 312/2025 – Avaliação Periódica de Saúde (APS): atualizou procedimentos e reduziu a idade para exames como mamografia e avaliação oftalmológica.



- IN nº 287/2023 – Junta Oficial em Saúde: reduziu de três para dois o número mínimo de médicos por junta, o que agilizou perícias.



- IN nº 306/2024 – Adicional de Insalubridade/Periculosidade: estabeleceu critérios técnicos para concessão de adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas, para o servidor em trabalho híbrido inclusive.



- IN nº 316/2025 e IN nº 320/2025 – Berçário: regulamentaram a ampliação do atendimento para crianças até 24 meses e o novo horário de funcionamento.





- IN nº 321/2025 – Programa Sorria STF: regulamentação e gratuidade de exames radiográficos solicitados pelos dentistas do STF durante as consultas realizadas no âmbito do programa Sorria STF.





2. NOVAS INSTALAÇÕES E MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL

STF Iluminado

Durante a gestão, foi implementado projeto luminotécnico com tecnologia RGB e sistema de automação na fachada do edifício-sede, o que possibilitou iluminações temáticas em alusão a datas comemorativas e campanhas de conscientização. Ao longo do período, o prédio recebeu diversas iluminações especiais.

Iluminação nas cores da bandeira da República Federativa do Brasil



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Homenagem aos povos indígenas



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Dia Internacional Contra a Discriminação Racial e Dia Mundial da Síndrome de Down



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

35 Anos do ECA



Foto: Ton Molina/SCO/STF

Dia Mundial da Doação de Sangue



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Dia Mundial do Meio Ambiente



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Dia da Imprensa



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Maio Verde



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Dia Internacional da Mulher



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Campanha Mundial de Conscientização sobre a Epilepsia



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Campanha para reforçar as ações de vigilância e controle das hepatites virais



Foto: Wallace Martins/SCO/STF

Campanha Mundial de Aleitamento Materno



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Dia Mundial do Doador de Sangue



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Semana do orgulho LGBTQIAPN+



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Dia do Orgulho LGBTQIAPN+



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Semana da Pátria



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Campanha Orgulho de Ser Intensivista



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Novembro Azul



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Dia do Jornalista



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Espaço do Servidor

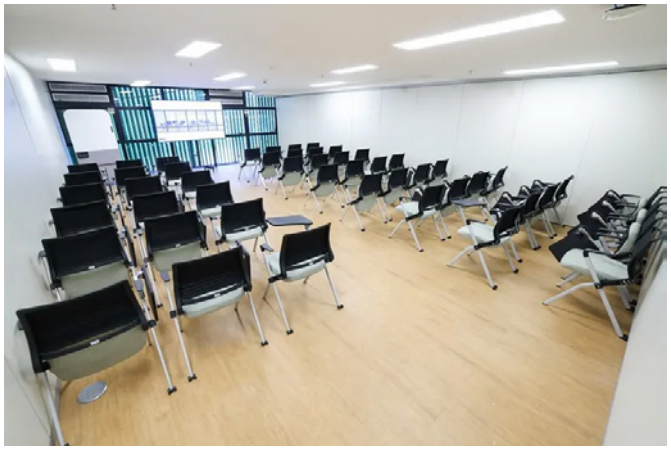
Em 4 de junho de 2025, o Presidente Luís Roberto Barroso inaugurou o “Espaço do Servidor”, ambiente dedicado ao bem-estar, à capacitação e à integração dos servidores e colaboradores.

Localizado no segundo andar do Anexo I, o espaço oferece salas de reunião, cabines individuais, ambientes para cursos e palestras, além de uma área de convivência com cafeteria e vista para a Praça dos Três Poderes.

O projeto priorizou versatilidade e integração, com divisórias retráteis e mobiliário multifuncional.

Por ocasião do lançamento, o Presidente destacou que, embora reconheça a importância do trabalho remoto, a presença física favorece a convivência, a integração e o fortalecimento dos vínculos institucionais: “Sou a favor do remoto em muitas circunstâncias, mas a presença física ainda faz muita diferença”.









Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF, Gustavo Moreno/SCO/STF e Fellipe Sampaio/SCO/STF

Ampliação do berçário

“Hoje celebramos a ampliação de um espaço que representa afeto, responsabilidade e compromisso institucional com a saúde e o bem-estar dos nossos servidores.”

Ministro Luís Roberto Barroso, reinauguração do berçário em 22 de maio de 2025

Desde a inauguração em 2001, o berçário do STF já acolheu mais de 450 crianças, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento dos bebês, com atenção ao fortalecimento dos vínculos familiares e incentivo à amamentação. A estrutura oferece acompanhamento psicomotor e contribui para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças no primeiro ano de vida.

Na gestão 2023-2025, o berçário teve sua área física duplicada para 527 m^2 e passou a atender crianças de até 24 meses de idade. A medida está alinhada às recomendações do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira de Pediatria e da OMS, e tem como objetivo fortalecer o aleitamento materno prolongado e ampliar o tempo de convivência entre mães, pais e filhos, o que contribui para a saúde e o bem-estar das famílias.

A iniciativa reforça o compromisso do STF com a equidade de gênero, ao oferecer melhores condições para que servidoras e servidores conciliem as responsabilidades parentais com o desenvolvimento profissional.

Para viabilizar as melhorias, o berçário foi transferido provisoriamente para o TSE em novembro de 2024. Com nova configuração e estrutura adequada ao desenvolvimento infantil, o berçário foi oficialmente reinaugurado em 21 de maio de 2025, após a conclusão das obras de ampliação do espaço.

A obra contemplou a criação de:

- duas salas de estimulação;
- sala de troca e banho adaptada;
- área de repouso;
- refeitório infantil e espaço de recreação;
- brinquedoteca com brinquedos por faixa etária;
- refeitório exclusivo para as colaboradoras.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

A conclusão da área externa está em andamento.

Entre outubro de 2023 e julho de 2025, 53 bebês foram atendidos pelo berçário, o que reforça o papel da instituição no cuidado integral com seus servidores e suas famílias.





Fotos: Rosinei Coutinho/SCO/STF





Fotos: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Ampliação e adequação estrutural do berçário do STF (parte externa). Foto: Arquiteto Anderson Schneider/SAP/STF

Salão Branco

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o Salão Branco do Supremo Tribunal Federal, localizado no térreo do edifício-sede, utilizado para eventos com público estimado de até 300 pessoas, passou por amplo processo de revitalização. Além da substituição das condensadoras do sistema de ar-condicionado, o ambiente recebeu novo leiaute, com aquisição de mobiliário moderno, reforma da sala de espera externa e da área destinada a lanches.





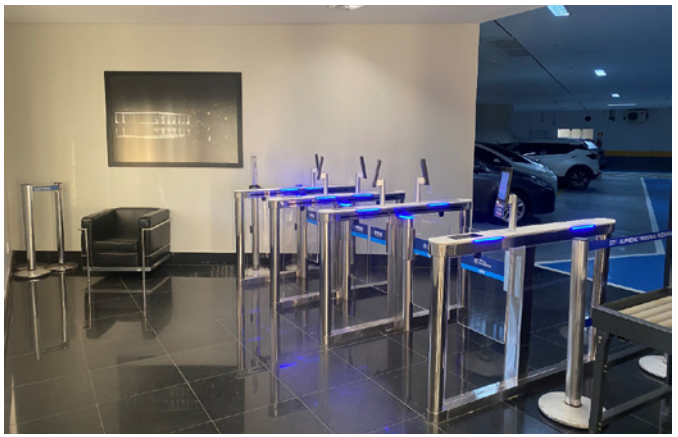
Fotos: Gustavo Moreno/SCO/STF

Melhorias nas entradas

As entradas do Supremo Tribunal Federal passaram por um processo de revitalização, com destaque para a portaria do Anexo I, na via S2, onde foram promovidas melhorias voltadas à acessibilidade e à mobilidade. Entre as ações já concluídas, destacam-se a substituição das antigas catracas manuais por modelos automáticos e a adequação da sinalização das vagas de estacionamento, em conformidade com as normas vigentes de acessibilidade.



Revitalização da Portaria do Anexo I (Via S2). Foto: SAP/STF



Revitalização da Portaria do Anexo I (Via S2). Foto: SAP/STF

Museu do STF

Os estudos para a construção do Museu do STF tiveram início em 2019, com a contratação do escritório Paulo Archias Mendes da Rocha Arquitetos Associados S/S, para a elaboração do estudo preliminar de arquitetura e expografia, durante a gestão do Ministro Dias Toffoli.

Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) foi um dos mais renomados arquitetos e urbanistas brasileiros e uma figura de destaque na arquitetura moderna mundial. Ao longo de sua carreira, conquistou os mais prestigiados prêmios de arquitetura, incluindo o Prêmio Pritzker (2006), considerado o "Nobel da Arquitetura", o Leão de Ouro na Bienal de Arquitetura de Veneza (2016), o Prêmio Imperial do Japão (2016) e a Medalha de Ouro do RIBA – *Royal Institute of British Architects* (2017).

Posteriormente, em parceria com o MMBB Arquitetos, Paulo Mendes da Rocha foi contratado para elaboração do anteprojeto, projeto legal, projeto pré-executivo e projeto executivo de arqui-

tetura, expografia e de estruturas e instalações. Os projetos foram desenvolvidos considerando a execução da obra em três fases a seguir descritas.

- Fase de obra 1: intervenção no subsolo do edifício-sede do STF para a implantação das áreas de exposição 2, 3 e 4, da reconfiguração das áreas técnicas de instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas, assim como de melhorias no *hall* de elevadores.
- Fase de obra 2: intervenção no subsolo do edifício-sede do STF para a implantação do saguão do museu, da área de exposição 1, da área de apoio e depósito do acervo, dos sanitários, além de melhorias no acesso da garagem.
- Fase de obra 3: intervenção na Praça dos Três Poderes, no gramado adjacente ao edifício-sede do STF para a implantação da Praça do Museu, com acessos públicos em escala adequada, de espaço para copa/café e da área de recepção e segurança (com detectores de metais, catracas, guarda-volumes e balcão de informações).

Os projetos foram submetidos à aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em seu parecer inicial (Parecer Técnico n. 35/2020), o IPHAN ressaltou a implantação do Museu do STF como importante atrativo para "povoar" a Praça dos Três Poderes e recuperar sua vitalidade e papel de "espaço capaz de ser ocupado pela população palco de importantes mobilizações culturais e cívicas do país". O IPHAN, porém, fez algumas exigências de revisão do projeto para aprovação do início da execução da Fase de obra 3.

A Fase de obra 1 foi concluída em novembro de 2021, com a inauguração do Museu do STF, durante a gestão do Ministro Luiz Fux. Ficaram pendentes as Fases de obra 2 e 3, bem como alguns ajustes para a integral adequação da Fase de obra 1 ao projeto arquitetônico. Em junho de 2024, o IPHAN aprovou o projeto executivo para a construção da Fase de obra 3, por meio do Parecer Técnico n. 127/2024/COTEC, o que permitiu a continuidade da obra de ampliação e adequação do Museu do STF.

Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o STF obteve todas as aprovações e os recursos necessários para o andamento das obras de conclusão do museu, com os seguintes destaques:

- o STF realizou, com apoio do escritório MMBB, os ajustes de projeto exigidos pelo IPHAN;
- o STF realocou a TV Justiça e liberou o espaço físico necessário para o início da Fase de obra 2;
- o STF obteve aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para início da Fase de obra 3, com de expansão do Museu do STF e intervenção na Praça dos Três Poderes;
- foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a execução das obras, bem como para o desenvolvimento do projeto expográfico e a gestão curatorial do museu.

A UNESCO é o parceiro ideal para a construção do Museu do STF, pois possui *expertise*, capacidades institucionais e legitimidade singulares para a preservação do patrimônio cultural e a promoção da educação e da cidadania. Com a contribuição dessa agência especializada, o projeto do Museu do STF será alinhado aos mais altos padrões internacionais e conectado a iniciativas globais de educação cívica. Além disso, o museu está instalado no edifício-sede tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília, cidade declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Nesse contexto, a liderança da UNESCO é capaz de assegurar que as obras necessárias à renovação do museu sejam conduzidas com máximo rigor técnico e respeito aos mais altos *standards* de preservação.

Por meio da cooperação técnica internacional, o STF transferiu à UNESCO a totalidade de recursos necessários para a realização de toda a obra, nos mesmos moldes dos acordos entre o CNJ e o PNUD já estabelecidos e amplamente validados por diversas instâncias de auditoria interna e externa. A previsão preliminar de conclusão da obra é setembro/2027.



Execução da fase 2 do Museu do STF.



Execução da fase 3 do Museu do STF.

O Museu do STF contribuirá para fortalecer os direitos humanos e fundamentais, a cidadania e os valores da democracia e da inclusão na sociedade brasileira, bem como para ampliar a compreensão sobre a importância da Constituição e do STF. Em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o museu será um referencial da história constitucional brasileira e do papel das instituições republicanas na manutenção e no ordenamento do Estado de Direito, contribuindo para a paz, justiça e fortalecimento institucional, por meio da aproximação entre o STF e a população brasileira em geral.

O projeto deve incluir estratégias abrangentes de engajamento com o público, especialmente para jovens, estudantes e membros de grupos vulnerabilizados. A proposta é criar atividades educativas e culturais que não apenas informem sobre o papel da Constituição e do STF, mas também estimulem o pensamento crítico e o exercício da cidadania. Para alcançar esses públicos de maneira efetiva, serão desenvolvidos programas interativos, como exposições imersivas, oficinas e visitas guiadas, que abordem temas relevantes para a juventude e as minorias, promovendo a inclusão e fortalecendo o entendimento sobre o funcionamento das instituições democráticas e os direitos fundamentais.

Sala de exposições temporárias – ampliação do Museu do STF

Foi inaugurada a Sala de Exposições Temporárias, situada no *hall* do Museu Ministro Sepúlveda Pertence, no subsolo do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal. Com 101 m², o novo espaço foi aberto ao público com a exposição "Sebastião Salgado", composta por 15 painéis dedicados à biodiversidade e aos povos da Amazônia, que convida os visitantes a refletir sobre a importância da preservação desse bioma. A iniciativa prestou homenagem póstuma ao renomado fotógrafo, falecido em maio de 2025, aos 81 anos.



Fotos: Luiz Silveira/SCO/STF

Plano de Gestão Predial



Em 2025, foi publicado o Plano de Obras do STF que consolida as principais metas e intervenções previstas nas áreas de arquitetura e engenharia, com foco na eficiência, no planejamento e na valorização do ambiente institucional. Elaborado com base no planejamento estratégico e na coleta de demandas das unidades do Tribunal, o documento orienta a priorização de obras por critérios técnicos como gravidade e urgência. A iniciativa busca assegurar a continuidade de projetos em andamento, iniciar novas ações planejadas e promover o uso eficiente dos recursos públicos, o que reforça o compromisso do STF com a governança, a valorização das pessoas e a melhoria contínua do ambiente de trabalho.

Durante o biênio 2023-2025, além das melhorias mencionadas, foram realizados obras e projetos voltados à preservação do patrimônio histórico, conservação e manutenção das instalações físicas.

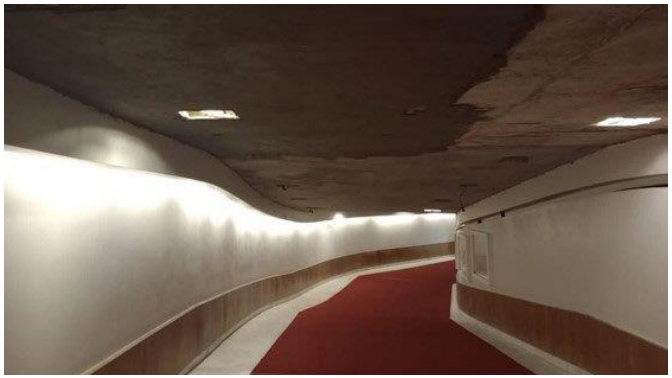
Outras obras relevantes

- Restauro integral das fachadas e blindagem arquitetônica do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal. Atualmente em fase de estruturação, o projeto tem como objetivo reparar os danos causados pelos atos de vandalismo ocorridos em 8 de janeiro de 2023 e aliar a preservação do patrimônio histórico à modernização dos sistemas prediais e ao fortalecimento da segurança institucional. A proposta inclui a recomposição de esquadrias com blindagem balística, adequação às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndio, além da incorporação de soluções compatíveis com as diretrizes do IPHAN. A contratação está prevista para o segundo semestre de 2025.



Restauro Integral do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal. Foto: SAP/STF

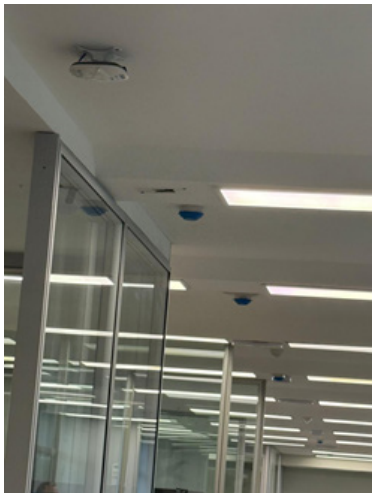
- Impermeabilização do túnel de ligação entre o edifícios-sede e o Anexo I do STF. A obra solucionou infiltrações recorrentes que comprometiam a estrutura e o revestimento do local.



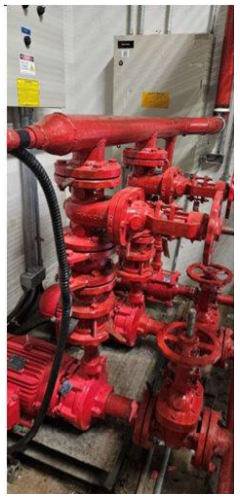


Impermeabilização do túnel de ligação entre o edifícios-sede e o Anexo I. Fotos: SAP/STF

- Execução de obra para adequação do sistema de combate, detecção e alarme de incêndio no Anexo I do STF. A obra incluiu a elaboração de projetos técnicos, revisão de quantitativos, atualização orçamentária e execução das obras, em conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).



Adequação do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio do Anexo I do STF. Foto: SAP/STF



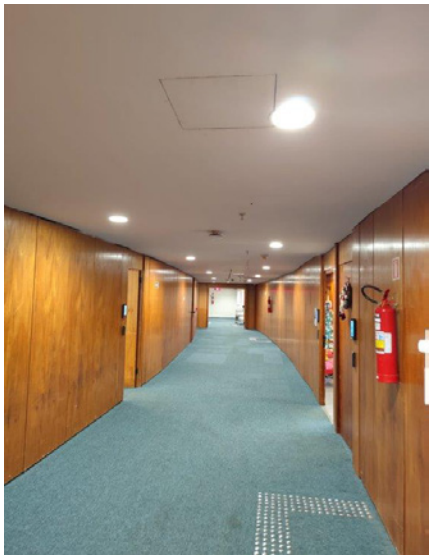


Sistema de bombas e hidrantes do Anexo I do STF. Fotos: SAP/STF

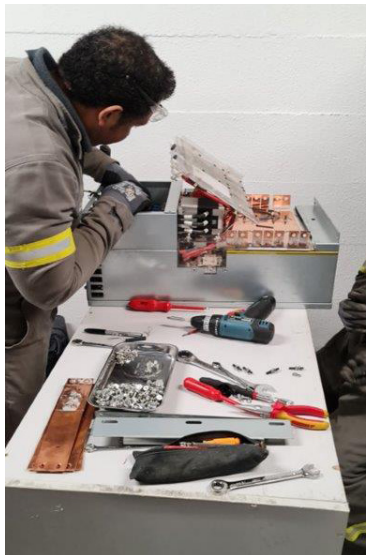
- Realização de obras para modernização e adequação do sistema de renovação de ar do Anexo II, bem como atualização tecnológica das condensadoras do sistema de ar-condicionado do edifício-sede e do Anexo I do STF. As melhorias visam atender às legislações vigentes, aprimorar a qualidade do ar interno, prevenir problemas relacionados à saúde ocupacional e garantir condições adequadas de trabalho. A modernização tecnológica também deverá reduzir custos e tempo de manutenção e ampliar a eficiência operacional.
- Modernização da iluminação das áreas de circulação do Anexo II, que contribuiu para o maior alcance da estratégia de sustentabilidade, com menor consumo de energia e descarte adequado das luminárias antigas.
- Revitalização dos sistemas de energia ininterrupta (*no-breaks*), localizados no edifício-sede e no Anexo II. Esse projeto buscou a atualização tecnológica e a substituição de componentes essenciais, como capacitores, para garantir a eficiência e a segurança no fornecimento de energia para sistemas críticos.



Adequação do sistema de renovação de ar do Anexo II do STF. Foto: SAP/STF



Modernização da iluminação das áreas de circulação do Anexo II. Foto: SAP/STF



Retrofit dos sistemas de energia ininterrupta (*no-breaks*) do edifício-sede e do Anexo II. Foto: SAP/STF

- Substituição do isolamento térmico das tubulações de água gelada do sistema de ar-condicionado do Anexo II para modernização da infraestrutura com materiais mais eficientes, como borracha elastomérica e revestimento em alumínio corrugado. A intervenção reduziu perdas térmicas, aumentou a eficiência energética e prolongou a vida útil do sistema, o que contribuiu para menor consumo elétrico e impacto ambiental. Além disso, trouxe melhorias para o conforto térmico e a preservação dos ambientes internos, ao eliminar gotejamentos e controlar a umidade.
- Atualização tecnológica das condensadoras do sistema de ar-condicionado tipo VRF no edifício-sede e no Anexo I, para garantir maior confiabilidade, economia de energia e desempenho, além de ampliar a capacidade de climatização do Salão Branco, que passará de 25 TR para 60 TR.



Substituição do isolamento térmico das tubulações de água gelada do sistema de ar-condicionado do edifício Anexo II. Foto: SAP/STF



Alçamento e retirada dos equipamentos antigos. Foto: SAP/STF



Novos equipamentos de ar-condicionado do tipo VRF instalados. Foto: SAP/STF

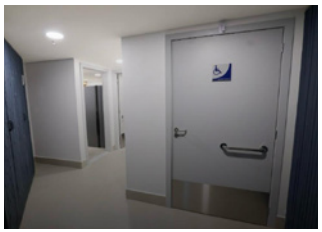
- Instalação e ampliação do sistema de bebedouros, com o objetivo de substituir o consumo de água em garrafas plásticas por um sistema sustentável e eficiente de fornecimento de água gelada e filtrada.
- Reforma dos banheiros do 3º andar do edifício-sede do STF.
- Construção de banheiro para ostomizados no STF. Em maio de 2025, o STF concluiu a construção de um banheiro totalmente adaptado para pessoas ostomizadas, promovendo dignidade e acessibilidade para servidores, visitantes e demais usuários.
- Reforma dos banheiros da 1ª e da 2ª Turmas do STF no Anexo II-B.
- Reforma e readequação do restaurante para modernização do espaço físico e alinhamento de seu funcionamento às melhores práticas de segurança alimentar, acessibilidade e sustentabilidade.
- Migração da Rádio e TV Justiça para o Anexo I como parte do projeto de ampliação do Museu do STF.





Expansão do sistema de água filtrada e gelada no STF. Reforma completa dos banheiros do 3º andar do edifício-sede do STF. Fotos: SAP/STF





Banheiro para ostomizados no STF e adequação dos banheiros da 1ª e da 2ª Turmas. Fotos: SAP/STF

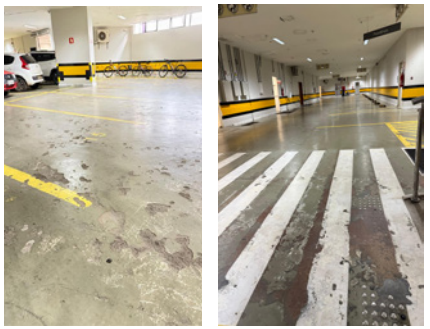


Reforma e readequação do restaurante do STF. Foto: SAP/STF



Migração da Rádio e TV Justiça para o Anexo I. Foto: SAP/STF

- A revitalização do piso da garagem do Anexo I modernizou uma área de cerca de 3.000 m² com pintura epóxi de alta durabilidade, o que promove mais segurança, organização e conforto aos usuários. A iniciativa incluiu nova sinalização horizontal, com demarcações de vagas, acessos e áreas de circulação, além de melhorias na acessibilidade e adequação às normas de segurança contra incêndio. Com menor necessidade de manutenção e economia no consumo de água, a intervenção também gerou ganhos logísticos e contribuiu para um ambiente mais limpo, funcional e sustentável.



Piso da garagem do Anexo I do STF antes da revitalização. Fotos: SAP/STF



Revitalização do piso da garagem do Anexo I do STF. Fotos: SAP/STF

- Implantação da usina fotovoltaica no edifício Anexo II, com diversos benefícios para o Tribunal, destacando-se a sustentabilidade ambiental e a eficiência econômica. A usina contribui para a conservação do patrimônio, ao respeitar as diretrizes do IPHAN e integrar inovação energética em um contexto arquitetônico protegido. O modelo é inovador e serve de referência para a implementação de boas práticas na integração de tecnologias limpas em edifícios públicos.







Implantação da usina fotovoltaica, alçamento das placas solares e implantação da usina fotovoltaica no Anexo II do Supremo Tribunal Federal. Fotos: SAP/STF

3. INOVAÇÃO E USO RESPONSÁVEL DA TECNOLOGIA NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CORPORATIVOS

Durante o biênio 2023-2025, foram adotadas iniciativas de inovação e uso responsável da tecnologia não apenas nos sistemas jurisdicionais, mas também nos serviços administrativos e corporativos, com foco em eficiência, transparência e acessibilidade. A seguir conferimos os principais destaques.



Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Gestão 2023/2025

PLANO DIRETOR DE TI – 2024/2025

O Plano Diretor de TI é o documento que orienta a gestão de tecnologia e define prioridades, recursos e iniciativas para alcançar os objetivos institucionais com eficiência e inovação. Busca compreender as capacidades da área de tecnologia e direcionar os esforços e investimentos para os projetos que efetivamente atendam às necessidades de suporte tecnológico e de inovação da instituição.

- **Implantação do sistema de gestão orçamentária – SIGEO:** adaptação do sistema de autenticação corporativo (*keycloack*) para permitir o acesso ao sistema de gestão orçamentária da Justiça do Trabalho – SIGEO. O projeto busca otimizar e padronizar o processo de gestão orçamentária do Tribunal.

- **Aperfeiçoamento da acessibilidade do portal do STF**: criação de *landing page* de acessibilidade, inclusão da ferramenta vLibras em todas as páginas do portal e revisão da barra de acessibilidade.

- **Migração dos sistemas Capacitação, Inscrição *On-line* e do Portal da Rádio e TV Justiça para a nuvem AWS**: migração dos sistemas hospedados internamente na infraestrutura de TI do STF para a infraestrutura em nuvem da AWS.

- **Construção do novo portal da TV e Rádio Justiça**: unificação dos portais da TV Justiça e da Rádio Justiça em um novo portal completamente remodelado, a fim de centralizar as informações, melhorar a usabilidade dos portais e modernizar a identidade visual.

- **Painel de Governança**: ferramenta desenvolvida para o acompanhamento estratégico dos projetos e serviços mais relevantes para o cumprimento dos objetivos da Secretaria do Tribunal, com foco em áreas como obras, gestão de pessoas, execução orçamentária, contratações e manutenções. O painel permite o monitoramento tempestivo das iniciativas e promove maior transparência, agilidade na tomada de decisões e intervenções oportunas para a prevenção de atrasos e mitigação de riscos.

- **Painel de Sustentabilidade**: painel para promoção da transparência e do monitoramento das metas de redução de consumo.

- **Painel Ouvidoria**: painel para transparência e monitoramento das demandas recebidas e respondidas via sistema Fala.BR.

- **Nova aplicação para cadastro de atos normativos**: construção de nova aplicação de pesquisa e cadastro de atos normativos, gerando maior agilidade no processo de desenvolvimento de novas funcionalidades e manutenção das existentes; construção de interfaces gráficas mais acessíveis e responsivas; redução dos incidentes de segurança, bem como maior capacidade de detecção de problemas.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS

A relação entre governança e uso eficiente de recursos é central para o fortalecimento institucional e a geração de valor público. Uma governança efetiva adota decisões baseadas em evidências e assegura o uso responsável e estratégico de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e materiais. Ao integrar planejamento, monitoramento e avaliação, contribui para otimizar processos, reduzir desperdícios e melhorar continuamente os serviços prestados à sociedade.

A seguir listamos alguns dos destaques da área na gestão 2023-2025.

Aprovação da nova estrutura organizacional do STF

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023, durante a 5ª sessão administrativa, os Ministros do STF aprovaram o Ato Regulamentar nº 27/2023, que promoveu mudanças na estrutura orgânica do Tribunal. Entre as principais alterações, destacam-se a transformação da Central do Cidadão em Ouvidoria e a criação da Ouvidoria da Mulher, da Assessoria de Apoio à Jurisdição e da Secretaria de Relações com a Sociedade.

Fortalecimento da governança e da estratégia institucional

Em 2024, o Tribunal avançou na consolidação de seu sistema de governança organizacional. Foi destaque a unificação dos comitês de governança (CGO-STF, CGE-STF e CR-STF), aprovada pelo Comitê Executivo Superior (CES), com o objetivo de otimizar recursos e ampliar a eficiência na tomada de decisões estratégicas. No mesmo período, foi criado o eixo temático de governança das contratações, incorporado ao comitê unificado. Durante a gestão do Ministro Luís Roberto

Barroso, foi aprovado o Plano Bienal de Governança Organizacional, de Riscos e da Estratégia. Como resultado, foi elaborada e aprovada a Resolução nº 845/2024, que aperfeiçoa o Sistema de Governança (SIGOV) do STF.



Plano Bienal de Governança Organizacional, de Riscos e da Estratégia 2024/2025

Ações de aprimoramento da governança e gestão

- Publicação de 106 normativos: 71 resoluções; 35 instruções normativas; e 1 atualização do Regulamento da Secretaria.
- Revogação de 168 normas que se encontravam obsoletas por terem sido substituídas, perdido o objeto ou exaurido seus efeitos. A medida atualizou o banco de atos normativos do Tribunal e promoveu mais clareza e segurança na consulta às regras vigentes.
- Simplificação do fluxo de acompanhamento das recomendações expedidas pela Auditoria Interna e elaboração do Plano de Monitoramento das recomendações da Auditoria Interna 2024/2025.
- Atualização dos riscos do macroprocesso de contratações a fim de identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar potenciais eventos ou situações que possam afetar o alcance dos objetivos do Tribunal.
- Mapeamento de riscos para contratação de empresa para gerenciamento de serviços diversos.
- Divulgação interna do Relatório de Governança das Contratações, com o objetivo de realizar apenas aquisições que agreguem valor ao negócio da organização, com riscos aceitáveis.
- Publicação de diretrizes para a gestão e fiscalização dos contratos de prestação de serviços.

- Reestruturação da Comissão de Ética.
- Atualização do portal de transparência e prestação de contas do STF.
- Divulgação de nove matérias na intranet, por meio da série *De olho na Estratégia*, que transmite informações importantes relacionadas à gestão da estratégia (resultados, entregas, projetos e impactos do plano estratégico da gestão).
- Aplicação da metodologia de apoio à gestão de mudança organizacional em 7 dos 13 projetos estratégicos.
- Avaliação do grau de maturidade do Escritório de Gestão de Projetos no apoio à gestão de projetos estratégicos do STF, que alcançou a nota 4,01 (classificação "ótimo") em uma escala de 1 a 5.
- Emissão de 1.800 pareceres e 285 despachos pela Assessoria Jurídica, para verificação prévia da legalidade dos procedimentos necessários à contratação de serviços, aquisição de bens, realização de acordos e outros instrumentos congêneres.
- Criação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações, no âmbito da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações, com foco no aprimoramento do planejamento e da gestão contratual, por meio da otimização de fluxos, do fortalecimento da coordenação e do controle das atividades, com impacto direto na eficiência da gestão dos contratos.
- Planejamento integrado das contratações: otimização do processo de planejamento das contratações com ganhos significativos de tempo, diminuição significativa de retrabalho, melhoria da qualidade da instrução processual e atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal nos prazos estipulados.

Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

A Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) é evento periódico realizado com a Alta Administração e os gestores do Tribunal para revisar, discutir e ajustar a estratégia do STF. Tem como objetivo apresentar e avaliar o desempenho das ações planejadas, identificar pontos de melhoria e propor revisão da estratégia, se necessário.

A primeira RAE ocorreu em junho de 2024, e a segunda em junho de 2025.







Fotos: Antonio Augusto/SCO/STF

Principais ações e resultados da Auditoria Interna

A Auditoria Interna (AUDI) contribui para o alcance dos objetivos do STF por meio de serviços de avaliação e consultoria, que fortalecem a transparência, a governança e a gestão de riscos. Suas atividades promovem o aprimoramento dos processos internos, a confiabilidade das informações institucionais e a disseminação do conhecimento, reforçando a imagem do Tribunal perante a sociedade. Destaques:



Relatório de Auditoria nas Contas



Avaliação da Adoção de Critérios e de Práticas de Sustentabilidade nas Contratações pelo STF



Avaliação da Execução da Gestão Orçamentária do Supremo Tribunal Federal



Avaliação do Modelo Adotado no STF para Realização de Perícias Oficiais em Saúde



Avaliação da política interna contra o assédio e a discriminação no STF



Acompanhamento trimestral da jurisprudência do TCU



Auditoria anual nas contas – exercício 2023



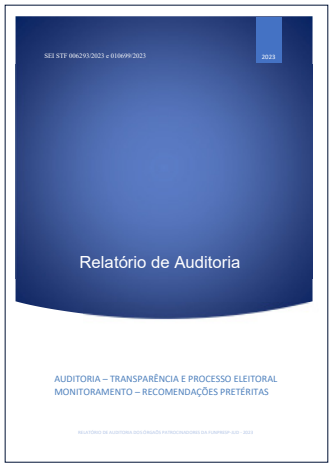
Avaliação da prestação de contas do STF – Divulgação das informações no portal



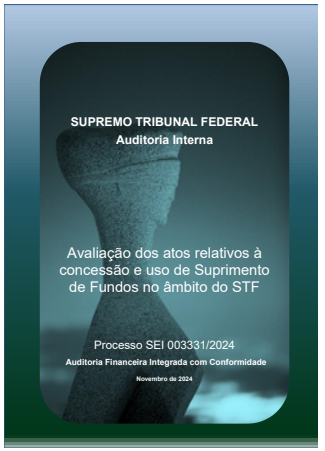
Avaliação da estrutura organizacional e da correlação de cargos e funções do STF



Avaliação do processo de trabalho de planejamento de contratações anual do Supremo Tribunal Federal



Avaliação da transparência e do processo eleitoral da Funpresp-Jud



Avaliação dos atos relativos à concessão e ao uso de suprimento de Fundos no âmbito do STF

Outros projetos e ações relevantes concluídos pela AUDI durante a gestão 2023-2025 foram:

- realização de 219 avaliações de atos de pessoal, análise dos atos de nomeação (60), vacância (20), aposentadoria (28) e pensão (5), bem como das vantagens ou dos benefícios deles decorrentes, assegurado o cumprimento da legislação vigente. Foram examinados a suficiência dos esclarecimentos e das informações apresentadas pela administração do STF ao TCU (93), os termos de atendimento de diligências e os cálculos relacionados às vantagens envolvidas (13);
- acompanhamento de 5 Relatórios de Gestão Fiscal, a fim de monitorar a aplicação de limites de despesas definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- monitoramento de 18 avaliações feitas pela auditoria com o intuito de verificar a implementação das recomendações expedidas pela unidade e contabilizar os benefícios efetivados;
- mapeamento dos riscos associados à função de auditoria interna, acompanhado de iniciativas voltadas para o aprimoramento contínuo dos processos, com o objetivo de fortalecer a eficiência, a conformidade e a governança institucional;
- mapeamento do processo de auditoria de contas para obter visão clara e estruturada das atividades, setores responsáveis, fluxos e recursos envolvidos, visando à análise, à padronização e ao aprimoramento de sua execução. Foi realizada a identificação de riscos-chave dos macroprocessos do Tribunal: contratações; pessoas; riscos e controles internos; orçamento, finanças e registros contábeis;
- implantação do sistema informatizado e-Aud, que automatizou o processo de auditoria do Tribunal e permitiu a execução integrada de suas atividades em uma única plataforma eletrônica; e
- elaboração do Manual de Contabilização de Benefícios e do Manual de Acompanhamento de Atos de Pessoal e de Avaliação de Indícios.



Manual de Contabilização de Benefícios



Manual de Acompanhamento de Atos de Pessoal e de Avaliação de Indícios

Disseminação do conhecimento

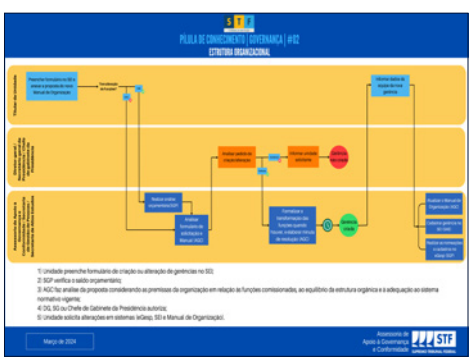
Durante a gestão do Ministro Luís Roberto Barroso, o Tribunal promoveu a campanha "Pílulas de conhecimento", por meio da divulgação de cartazes na intranet, com o objetivo de disseminar princípios de governança, direitos e deveres dos servidores, além de instruções sobre procedimentos internos.



Assédio sexual



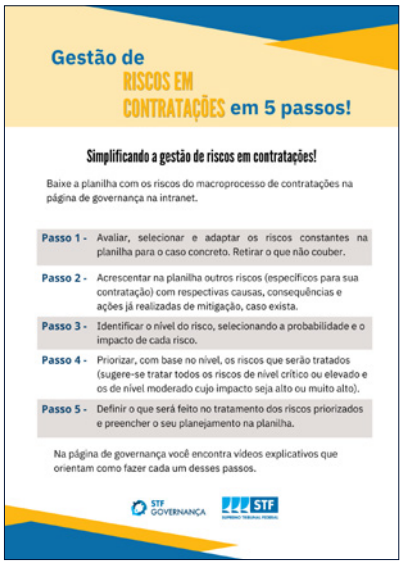
Assédio moral



Criação de gerência



Adjuntos



5 passos para gestão de riscos nas contratações



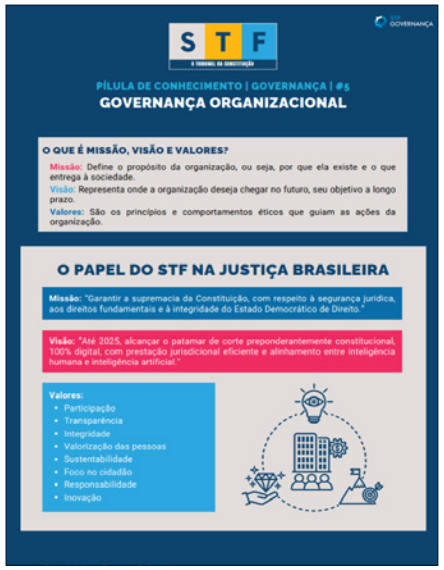
Integridade em foco



Código de Ética e Integridade



Programa de Integridade



Governança organizacional



5. SEGURANÇA E PROTEÇÃO INSTITUCIONAL

Uma das prioridades da gestão do Ministro Luís Roberto Barroso foi modernizar e ampliar a proteção de autoridades, servidores, instalações e ativos do Supremo Tribunal Federal. A iniciativa, motivada pela necessidade de reforçar a segurança institucional, especialmente após os eventos de 8 de janeiro de 2023, resultou em um conjunto de ações estruturadas que envolveram aquisição de equipamentos, adoção de sistemas tecnológicos, implementação de medidas de governança, capacitação e fortalecimento da força de trabalho da Polícia Judicial.

No biênio 2023-2025, destacaram-se:

- ampliação das parcerias interinstitucionais, visando otimizar recursos, compartilhar informações estratégicas e assegurar a execução plena e coordenada das atividades de segurança institucional;
- expansão dos treinamentos, por meio da participação em cursos de capacitação e especialização oferecidos por órgãos nacionais e internacionais, abrangendo temas como gestão de crises, defesa pessoal, inteligência e proteção de estruturas críticas;
- aprimoramento da infraestrutura e das soluções tecnológicas, como sistemas de videomonitoramento inteligente, barreiras físicas e eletrônicas, equipamentos de proteção individual (EPIs) de última geração e soluções de comunicação segura, para elevar os níveis de segurança institucional e garantir maior eficiência operacional.

As ações, detalhadas a seguir, consolidam avanços significativos na proteção e na modernização da segurança do STF.

Capacitação e treinamento operacional

A iniciativa promove a capacitação técnica permanente da equipe de segurança institucional, com foco no domínio de sistemas, na operação de equipamentos, no uso de *softwares* especializados e na aplicação de metodologias de inteligência. Foram realizados 19 cursos, complementados por simulações operacionais, atividades práticas supervisionadas e intercâmbios com outras instituições públicas de segurança, o que fortaleceu a *expertise* e a prontidão da equipe para o desempenho de suas atribuições.



Fotos: SPJ/STF



Modernização do sistema de monitoramento e controle de acesso de pessoas e veículos

A iniciativa promoveu a modernização e a expansão dos sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e de Controle de Acesso (SCA) do Supremo Tribunal Federal. O projeto contemplou a substituição de câmeras obsoletas por equipamentos de última geração, com recursos de inteligência artificial, e a implantação de dispositivos de acesso por biometria facial, o que representa avanço significativo na segurança institucional. As catracas e controladores de portas passaram a operar com maior precisão, integrando tecnologia, agilidade e confiabilidade ao controle de acesso às áreas sensíveis do Tribunal.



Alertas autônomos com base em IA



Reconhecimento facial para controle de acesso e identificação de pessoas



Detecção de aglomerações e objetos suspeitos



Monitoramento perimetral com cercas virtuais



Leitura e reconhecimento de placas veiculares



Consulta automática ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)



Ferramentas de busca forense para análise rápida de imagens e vídeos

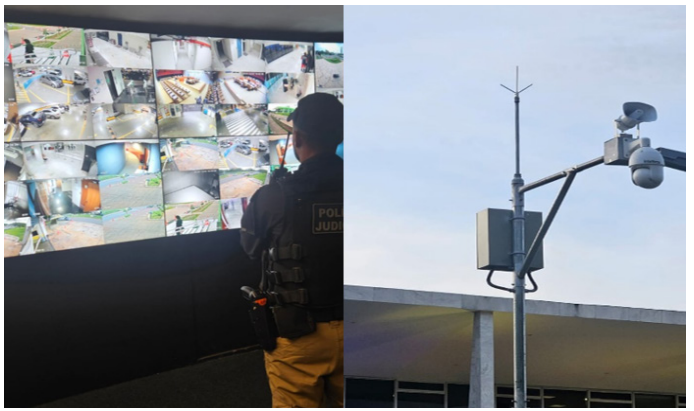


Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e Sistema de Controle de Acesso (SCA). Foto: SPJ/STF



Aquisição de drones. Fotos: SPJ/STF

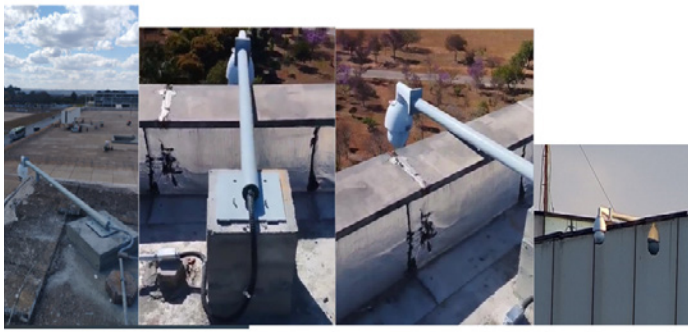




Equipamentos de *softwares* de inspeção de bagagem por raio x e de pórtico detector de metais. Fotos: SPJ/STF



Equipamento de *scanner* corporal (*body scanner*). Fotos: SPJ/STF



Câmeras térmicas. Fotos: SPJ/STF





Aquisição de coletes balísticos simulados. Fotos: SPJ/STF



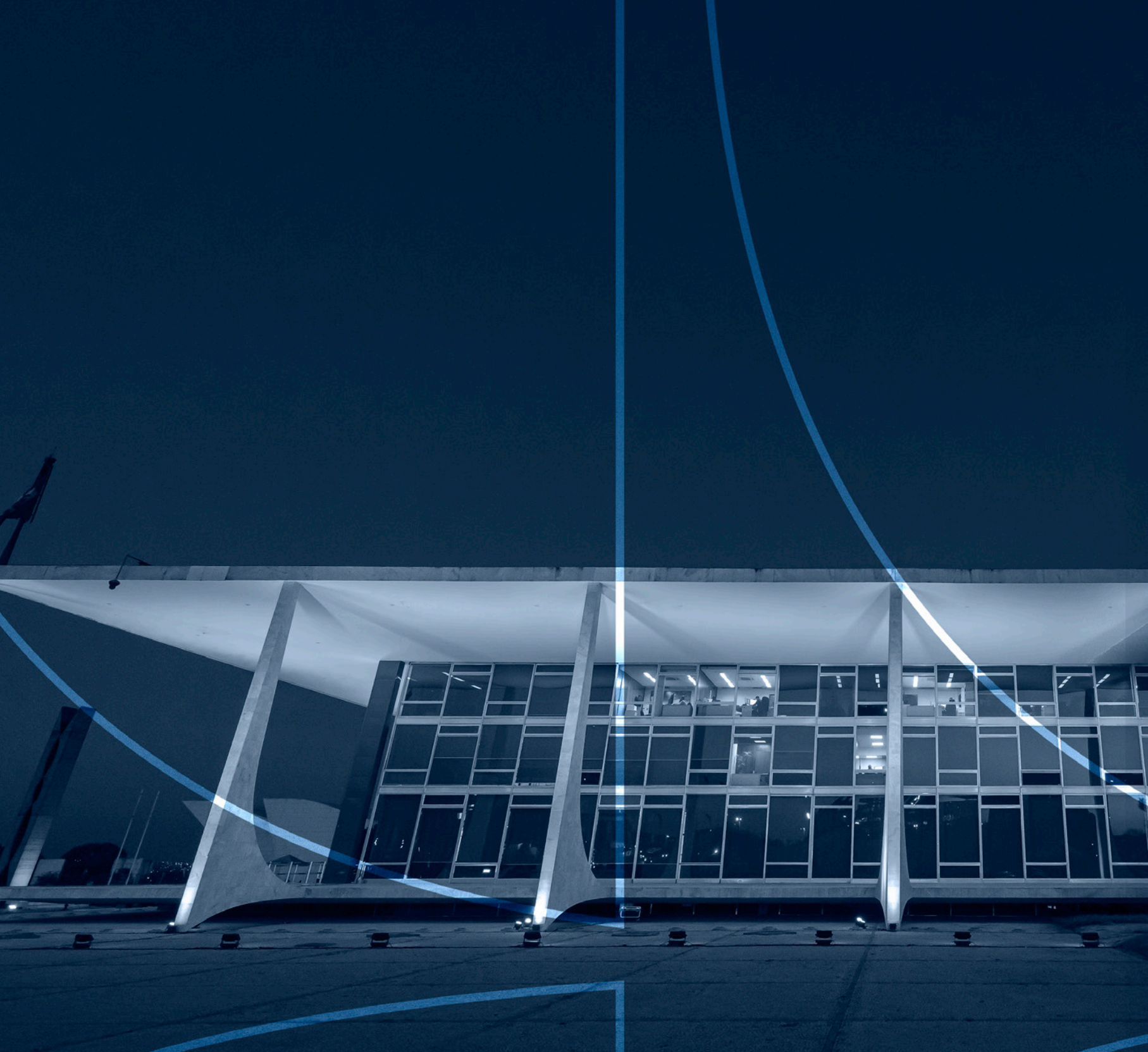


Equipamento correlacionador omni-espectral de frequências e equipamento portátil detector de junções não lineares. Fotos: SPJ/STF





Sistema antidrone. Fotos: SPJ/STF



Marcos da gestão





SETEMBRO DE 2023

Posse na Presidência – Gestão 2023-2025

Em sessão solene realizada em 28 de setembro, o Ministro Luís Roberto Barroso tomou posse como o 50º Ministro Presidente da Suprema Corte no período Republicano, ao suceder a Ministra Rosa Weber. O Ministro também assumiu o comando do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, ao lado do Ministro Luiz Edson Fachin, Vice-Presidente, conduziu ambas as instituições no biênio 2023-2025.





28.09.2023 – Os Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin assinam, respectivamente, o termo de posse como Presidente e Vice-Presidente do STF e do CNJ. Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

OUTUBRO DE 2023

35 anos da Constituição





05.10.2023 – Sessão especial para celebrar os 35 anos da Constituição Federal. Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Para celebrar os 35 anos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, o Supremo Tribunal Federal promoveu uma sessão especial no Plenário da Corte, com a presença de representantes dos três Poderes da República. A mesa foi composta pelos Presidentes do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e pelo Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin. Completaram a mesa o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti, e a Vice-Procuradora-Geral da República, Ana Borges Coêlho.

A solenidade contou com a exibição de um vídeo em que a atriz Fernanda Montenegro recitou trechos da Constituição que considera essenciais. Foi apresentado, ainda, vídeo produzido pela Rádio e TV Justiça, com imagens relacionadas aos direitos assegurados pela Carta, sob a orientação voluntária do publicitário Nizan Guanaes.





Acesse a *playlist* dos vídeos em comemoração ao aniversário da Constituição

Foi lançada, ainda, a edição comemorativa dos 35 anos da Constituição Federal do Brasil, atualizada até a Emenda Constitucional nº 131/2023. A edição traz, na capa e na contracapa, releituras da bandeira nacional: a pintura "Composição, Bandeira do Brasil", de Alfredo Volpi, e a obra "Bandeira", de Emmanuel Nassar.

Acesse a obra





Em 4 de outubro, foi lançado o livro *A Constituição da Democracia em seus 35 anos*, coordenado pelo Presidente da Corte, Ministro Luís Roberto Barroso, pelo Ministro Edson Fachin e pelo Desembargador Álvaro Ricardo de Souza Cruz, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6). Os Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Cristiano Zanin e a Ministra aposentada Rosa Weber escreveram artigos para a publicação.

04.10.2023 – Lançamento da obra *A Constituição da Democracia em seus 35 Anos*. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



No mesmo contexto, a Corte promoveu o seminário "35 anos da Constituição Federal: conquistas e desafios". Na abertura, o Presidente Luís Roberto Barroso destacou o valor de três décadas e meia "de estabilidade institucional num país e um continente acostumados à quebra de legalidade constitucional e de rupturas". O seminário reuniu estudiosos e professores especialistas em Direito Constitucional, em painéis dedicados à análise da Carta Magna.

05.10.2023 – Seminário sobre os 35 anos da Constituição de 1988. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Falecimento do Ministro aposentado Moreira Alves

Em 6 de outubro de 2023, faleceu, aos 90 anos, o Ministro aposentado Moreira Alves, que integrou o Supremo Tribunal Federal por 27 anos e 10 meses e exerceu a função de decano durante a sua última década de atuação na Corte. O Ministro foi velado no Salão Branco do Tribunal, em cerimônia que reuniu o Presidente e o Vice-Presidente da Corte, Ministros de hoje e de sempre, familiares, amigos e autoridades, em homenagem à memória e ao legado deixado.



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

NOVEMBRO DE 2023

Chamamento público para projetos de inteligência artificial generativa

O STF publicou edital de chamamento público para conhecer protótipos de soluções de inteligência artificial generativa para dar suporte à prestação jurisdicional, com a produção de minutas de resumos de processos judiciais.

Dia da Consciência Negra

No dia 20 de novembro, data em que é celebrado o Dia da Consciência Negra, o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, divulgou vídeo em que reafirmou o compromisso do Poder Judiciário em contribuir com a igualdade racial: "Precisamos ampliar o acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho e de consumo, aos cargos públicos e eletivos, bem como às posições privadas mais elevadas".



Imagem: canal do Supremo Tribunal Federal no *YouTube*.

DEZEMBRO DE 2023

Aprovação de emenda regimental e da nova estrutura organizacional do STF

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023, os Ministros do STF aprovaram, na 5ª sessão administrativa, a Emenda Regimental nº 59/2023 e o Ato Regulamentar nº 27/2023, que instituíram mudanças relevantes no funcionamento da Corte.

A Emenda Regimental nº 59/2023 restabeleceu a competência das Turmas para processar e julgar ações penais e extinguiu a figura do revisor, com o objetivo de racionalizar o julgamento dessas ações. As mudanças passaram a ser aplicadas apenas às ações penais instauradas a partir da publicação dessa emenda regimental.

Já o Ato Regulamentar nº 27/2023 promoveu mudanças na estrutura orgânica do STF, em especial, a transformação da Central do Cidadão em Ouvidoria e a criação da Ouvidoria da Mulher, da Assessoria de Apoio à Jurisdição e da Secretaria de Relações com a Sociedade.



Apresentação dos protótipos de IA generativa

Em 18 de dezembro, 24 empresas, universidades e *startups* habilitadas no chamamento público apresentaram seus protótipos de soluções de inteligência artificial generativa que permitem o resumo de processos judiciais.

Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Sessão de encerramento do Ano Judiciário

Em 19 de dezembro, foi realizada a sessão de encerramento do Ano Judiciário de 2023. Na ocasião, o Presidente do STF apresentou o balanço das atividades da Corte ao longo desse ano e relembrou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro como uma das páginas mais tristes da história do Tribunal – episódio que, ao mesmo tempo, evidenciou a resiliência das instituições democráticas.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

JANEIRO DE 2024

Democracia Inabalada

Em memória aos ataques às sedes dos três Poderes da República, ocorridos em 8 de janeiro de 2023, o STF promoveu, nos dois anos seguintes (2024 e 2025), ações voltadas a relembrar os atos de destruição, para que esses não sejam repetidos.



Em 8 de janeiro de 2024, foi inaugurada, na sede do Tribunal, a exposição "Após 8 de janeiro: reconstrução, memória e democracia". Ministros da Corte, autoridades dos três Poderes, servidores e convidados participaram da solenidade. No dia seguinte, a exposição foi aberta ao público, tendo recebido mais de 300 pessoas.

08.01.2024 – Ministro Luís Roberto Barroso abre exposição "Após 8 de janeiro: Reconstrução, memória e democracia" em memória aos ataques de 8 de janeiro. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



Também no dia 8 de janeiro, os chefes do Executivo, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do Judiciário, Ministro Luís Roberto Barroso; e do Legislativo, Senador Rodrigo Pacheco, participaram de evento no Congresso Nacional, em defesa da democracia brasileira e do Estado Democrático de Direito. O Ministro Luís Roberto Barroso afirmou a importância do evento para renovar a crença na democracia, na harmonia entre os Poderes, na boa-fé e na boa-vontade, componentes que considera indispensáveis para um país melhor.

08.01.2024 – Presidentes dos três Poderes em solenidade realizada no Congresso Nacional. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Cerimônia de Inauguração do Ano Judicial Interamericano

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, participou da cerimônia de Inauguração do Ano Judicial Interamericano, realizada na sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em São José, na Costa Rica.

A sessão foi aberta com a posse da Juíza costa-riquenha Nancy Hernández López na Presidência do Tribunal e do Jurista brasileiro Rodrigo Mudrovitsch na Vice-Presidência. Além do Presidente do STF, participaram do evento a Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza Rocha de Assis Moura, o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e o Presidente da República da Costa Rica, Rodrigo Chaves.

Na ocasião, o Presidente do STF proferiu palestra magna sobre inteligência artificial e seus aspectos em relação aos direitos humanos no Brasil e no mundo.



Foto: Divulgação/STF

FEVEREIRO DE 2024



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Sessão solene de instalação do Ano Judiciário de 2024

Na sessão solene de instalação do Ano Judiciário de 2024, o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, apresentou o balanço de projetos e realizações do Judiciário e celebrou a boa relação entre os Poderes da República. A solenidade contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, do 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Pereira, do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti. Todos destacaram a importância da boa relação entre os Poderes.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Posse do Ministro Flávio Dino

Em sessão solene realizada em 22 de fevereiro, o Senhor Doutor Flávio Dino de Castro e Costa tomou posse como Ministro do STF, que voltou a ter a composição completa, com 11 Ministros. Participaram da cerimônia, realizada no Plenário da Corte, autoridades da República, convidados e familiares. O Ministro Flávio Dino foi indicado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e assumiu a vaga deixada pela Ministra Rosa Weber, que se aposentou em 30 de setembro de 2023.

MARÇO DE 2024

Dia Internacional da Mulher

No dia 7 de março, o Supremo realizou sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Em seu pronunciamento, a Ministra Cármen Lúcia, única mulher na atual composição da Corte, afirmou que, embora a Justiça seja simbolicamente representada por uma figura feminina, as mulheres continuam sendo desvalorizadas nos campos profissional, social e econômico, mesmo após 35 anos de vigência de uma Constituição que estabeleceu, expressamente, a igualdade entre homens e mulheres.

A Ministra fez uma homenagem às advogadas, promotoras de Justiça, procuradoras e, em especial, às juízas que, segundo observou a Ministra, muitas vezes deixam de ser promovidas pela impossibilidade de se deslocarem para outras comarcas em razão das responsabilidades com o cuidado dos filhos.

Na mesma ocasião, o Tribunal inaugurou a exposição "Mulheres no Brasil, um caminho pela igualdade de direitos" para lembrar e celebrar a conquista de direitos pelas mulheres brasileiras.



Leia a íntegra do discurso da Ministra Cármen Lúcia

07.03.2024 – A Ministra Cármen Lúcia discursa na sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



No dia 8 de março, em continuidade às celebrações da data, mais de 180 mulheres, entre servidoras, colaboradoras e estagiárias do Tribunal, participaram de uma foto conjunta na rampa da entrada principal do Tribunal, próximo à estátua "A Justiça".

Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Lançamento do Programa STF +Sustentável

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, lançou o programa STF +Sustentável, que, ao longo de sua gestão, implementou um conjunto de ações de sustentabilidade socioambientais. Entre as medidas adotadas, destacam-se a eliminação do uso de garrafas pet, que representam graves danos ao meio ambiente; a instalação de uma usina fotovoltaica (usina solar), a fim de abastecer o STF com energia elétrica renovável; e o plantio de 5.550 mudas no Bosque dos Constituintes.



Em maio de 2025, o STF recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, concedido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em reconhecimento à qualidade e à transparência do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A certificação reafirma o compromisso institucional do Supremo com a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a contribuição efetiva para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em especial com o enfrentamento das mudanças climáticas.

Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

MAIO DE 2024

J20 – Cúpula dos Presidentes de Supremas Cortes e Cortes Constitucionais dos países do G20

No contexto da Presidência do Brasil no G20 em 2024, o Supremo Tribunal Federal organizou o "J20 – Cúpula dos Presidentes de Supremas Cortes e Cortes Constitucionais dos países do G20", encontro para intercâmbio de ideias e de inciativas sobre temas jurídicos relevantes e atuais, a fim de instituir um fórum global para órgãos de jurisdição constitucional. O evento ocorreu no Rio de Janeiro.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

Participaram Presidentes e representantes de tribunais constitucionais da Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Itália, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, União Europeia, União Africana, além de Portugal e Espanha.

Os temas debatidos no encontro foram: (i) promoção da cidadania e da inclusão social pelo Poder Judiciário; (ii) litigância climática e desenvolvimento sustentável; e (iii) transformação digital e uso da tecnologia para a eficiência da Justiça.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Sessão de abertura do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos

O Supremo Tribunal Federal sediou, no Plenário da Corte, a sessão de abertura do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Na ocasião, o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e a Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Juíza Nancy Hernández, ressaltaram a importância da proteção do meio ambiente e das democracias como forma de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos.

JUNHO DE 2024



Iluminação especial nas cores verde, amarela e vermelha, as mesmas da bandeira do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A iniciativa demonstrou solidariedade ao povo gaúcho diante das enchentes que assolaram o Estado. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Enchentes no Rio Grande do Sul

Após as trágicas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, o STF, em conjunto com o CNJ, enviou mais de R$ 200 milhões em multas pecuniárias e em ações coletivas depositadas em contas judiciais para a Defesa Civil do Estado, no intuito de ajudar na reconstrução e garantir dignidade aos atingidos pelas enchentes.

O Tribunal também promoveu campanha interna para arrecadação de produtos e mantimentos para desabrigados e vítimas das enchentes. Além disso, a Corte doou ao governo do Rio Grande do Sul 4,3 toneladas de bens de seu patrimônio, predominantemente itens de informática. O material foi inventariado, registrado e legalmente transferido ao governo estadual. O transporte de Brasília para Porto Alegre (RS) aconteceu em um avião da Força Aérea Brasileira.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Acordo de adesão de plataformas digitais ao Programa de Combate à Desinformação do STF

O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e representantes das plataformas *YouTube*, *Google*, *Meta*, *TikTok*, *Microsoft* e *Kwai* assinaram o acordo de adesão ao Programa de Combate à Desinformação do Supremo. O acordo tem a finalidade de promover ações educativas e de conscientização, para enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação, que fere princípios, direitos e garantias constitucionais.

AGOSTO DE 2024

Pacto pela transformação ecológica



O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, no Planalto, para assinatura do Pacto Ecológico dos Três Poderes. Foto: Antonio Augusto/ SCO/STF

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os Presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, assinaram o Pacto pela Transformação Ecológica. O Pacto marca a primeira vez que os três Poderes do Estado brasileiro se unem, em torno da agenda ambiental e climática, para definir um novo rumo de desenvolvimento econômico para o país.

OUTUBRO DE 2024

Conclusão do julgamento sobre o fornecimento de medicamentos de alto custo

O Supremo Tribunal Federal realizou cerimônia para marcar a conclusão do julgamento de dois recursos com repercussão geral (Temas 6 e 1.234) que estabelecem parâmetros para o fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As decisões buscaram resolver o problema da ampla judicialização desse tema, que há décadas aguardava solução.

O evento também celebrou a homologação do acordo interfederativo firmado na Comissão Especial da Saúde, instituída no Tema 1.234. O acordo representa profunda transformação na forma de atuação de todos os atores envolvidos na prestação de ações e serviços de saúde pelo Estado.

Além disso, a conversão das teses de julgamento em súmulas vinculantes reforça o compromisso do STF em garantir a sustentabilidade do SUS e a igualdade no acesso à saúde pública.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

NOVEMBRO DE 2024

Defesa da democracia

Em novembro, após um ataque com explosivos à Corte, o Ministro Luís Roberto Barroso reforçou a necessidade de responsabilização de todos que atentem contra a democracia. O Ministro Presidente ressaltou que o episódio se soma a outros que já vinham ocorrendo no país nos últimos anos e que culminaram na invasão e na depredação das sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. O Ministro criticou a tentativa de "naturalização do absurdo", que acaba por incentivar a reiteração desse tipo de comportamento. "Querem perdoar sem antes sequer condenar", afirmou.

Os demais Ministros também repudiaram o atentado contra o STF. O Ministro Gilmar Mendes ressaltou que o ocorrido não foi um fato isolado, uma vez que, nos últimos anos, houve diversos atentados contra as instituições de Estado e a democracia. O Ministro Alexandre de Moraes destacou a atuação "competente e corajosa" da polícia judicial do STF no episódio. Também o Ministro Dias Toffoli enalteceu o trabalho da polícia judicial.

A Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, se solidarizou com todas as brasileiras e todos os brasileiros democratas que não estão de acordo com atos contrários ao direito. Ao lamentar os graves fatos ocorridos, o Ministro André Mendonça ressaltou a necessidade de resgatar o ambiente de solidariedade e de paz social a partir da democracia construída com responsabilidade e onde prevaleça o debate de ideias. Já o Ministro Flávio Dino afirmou que há banalização da ideia de que o Supremo será intimidado por gritos, xingamentos e ofensas, o que tem incentivado pessoas desatinadas a se reunir para cometer crimes.



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

DEZEMBRO DE 2024

STF Inspira

O Supremo Tribunal Federal realizou a primeira edição do "STF Inspira". Em comemoração ao Dia da Justiça (08.12), o evento promoveu reflexões e compartilhamento de experiências, com palestras em formato curto e dinâmico, feitas por pessoas de destaque em suas áreas, no formato *talks*. Com o tema "A Constituição é sua", cada um dos palestrantes tratou de temas constitucionais, como segurança pública, meio ambiente, alimentação, inteligência artificial, tecnologia e acessibilidade.



MARIA

O Supremo Tribunal Federal lançou uma nova ferramenta de inteligência artificial (IA). A MARIA – Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial inaugura o uso de inteligência artificial generativa na Corte.

Nesse primeiro momento, a ferramenta conta com três funcionalidades: elaboração de ementas de votos; elaboração de minutas de relatórios em processos recursais; e análise inicial de processos da classe Reclamações (Rcls). Todas elas foram pensadas para auxiliar o trabalho dos Ministros, servidores e colaboradores do Tribunal. Durante a solenidade de lançamento da nova ferramenta, o Ministro Barroso reforçou que a MARIA é uma ferramenta auxiliar e a responsabilidade final pela produção dos textos continua a ser dos Ministros e servidores do STF.

Sessão de encerramento do Ano Judiciário de 2024



Sessão de encerramento do Ano Judiciário de 2024, realizada em 19.12.2024. Foto Gustavo Moreno/SCO/STF

No encerramento do Ano Judiciário 2024, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, apresentou prestação de contas com os dados estatísticos e as atividades desenvolvidas nesse ano. Além de destacar a redução de 15% do acervo de processos do Tribunal em relação a 2023, o Ministro registrou iniciativas como o aplicativo TV Justiça+, novo serviço de *streaming* do STF, e as ações de sustentabilidade adotadas pelo Tribunal.

JANEIRO DE 2025

Democracia Inabalada

Em 2025, o Supremo realizou novas ações em memória dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. No Palácio do Planalto, Ministros da Corte participaram de solenidade alusiva aos dois anos dos acontecimentos. No STF, foi promovida roda de conversa aberta pelo Vice-Presidente, Ministro Edson Fachin. Além disso, o Supremo recebeu obras de arte produzidas com destroços da invasão, de quatro artistas plásticos de Brasília. No mesmo dia, foi lançada, no portal do STF, uma página de memória, com informações completas sobre os ataques, que vão desde a destruição do prédio até o processo de reconstrução e a responsabilização daqueles que invadiram e depredaram as instalações da Corte.

Página eletrônica sobre os atos de 8 de janeiro.
https://portal.stf.jus.br/hotsites/8dejaneiro/





08.01.2025 – Solenidade no Palácio do Planalto para lembrar os dois anos dos ataques de 8 de janeiro. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



08.01.2025 – Roda de conversa realizada no Salão Nobre do STF. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



08.01.2025 – Solenidade de entrega das obras de arte produzidas com destroços da invasão ocorrida em janeiro de 2023. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

FEVEREIRO DE 2025

Sessão solene de instalação do Ano Judiciário

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso, abriu o Ano Judiciário de 2025 destacando a força das instituições e a importância do diálogo democrático entre os Poderes. A sessão solene contou com a presença dos Presidentes da República, do Senado e da Câmara, além de outras autoridades.

O Ministro apresentou os avanços da Corte em sustentabilidade, como o programa Carbono Zero, e em tecnologia, como a inteligência artificial MARIA e o Portal Único de Serviços. Destacou a redução de quatro milhões de processos em 2024, a racionalização de execuções fiscais e a queda proporcional no custo do Judiciário. Mencionou, ainda, iniciativas de promoção de direitos fundamentais, como o plano Pena Justa, a paridade de gênero nos tribunais e o Exame Nacional da Magistratura (ENAM).

Por fim, anunciou a retomada das sessões de julgamento, com temas relevantes em pauta, como a revista íntima em presídios, a redução da letalidade policial no Rio de Janeiro (ADPF 635) e a análise de anistia política concedida a militares afastados em 1964.



Sessão solene de abertura do Ano Judiciário. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Lançamento do plano Pena Justa



12.02.2025 – O plano Pena Justa tem o objetivo de empregar e oferecer oportunidades de educação para pessoas no sistema prisional.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O Supremo Tribunal Federal sediou o lançamento do plano Pena Justa, parceria entre o CNJ e o Ministério da Justiça para enfrentar as violações de direitos humanos no sistema prisional brasileiro. Com mais de 300 metas até 2027, o plano busca reduzir a superlotação, melhorar a infraestrutura e os serviços nos presídios, além de promover a capacitação e a reintegração social de detentos e egressos. Durante a cerimônia, foram assinados acordos de cooperação com diversos órgãos e anunciada a criação do programa Emprega 347, que faz parte do plano Pena Justa e destina cotas de trabalho em obras do PAC para ex-detentos. O plano se estrutura em quatro eixos: superlotação, condições prisionais, protocolos de saída e reinserção social; e responde à decisão do STF na ADPF 347, que reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário.

ABRIL DE 2025

Inauguração da usina fotovoltaica do STF

O STF inaugurou sua primeira usina fotovoltaica, em operação desde março, composta por 380 painéis com capacidade de gerar mais de 370 MWh por ano. A medida representa economia estimada de R$ 275 mil anuais e redução de até 10% no consumo de energia do edifício-sede.

A iniciativa integra o programa STF +Sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e foi formalizada por acordo de cooperação entre o CNJ e a Neoenergia para estudos em eficiência energética. Durante a cerimônia, o Presidente Luís Roberto Barroso ressaltou o papel de liderança do Judiciário na transição energética e destacou a convergência da agenda ambiental da Corte com o Pacto pela Transformação Ecológica, que une os Três Poderes em ações de sustentabilidade, justiça social e combate às mudanças climáticas.



Inauguração da usina fotovoltaica do STF e assinatura de ACT do CNJ com a Neoenergia. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Apresentação dos resultados do estudo Litigância contra o Poder Público

O Presidente do STF apresentou os resultados do estudo *Redução da Litigância contra o Poder Público*, realizado em parceria com o BNDES. A pesquisa identificou 12 grandes temas de judicialização, com destaque para previdenciário, servidor público e tributário. A área previdenciária é a mais expressiva, com 3,66 milhões de processos. O levantamento apontou que o excesso de demandas decorre de causas estruturais e multicausais e exige políticas públicas bem planejadas. O estudo recomendou, ainda, a criação de um sistema de dados estratégicos para acompanhamento de litígios, em reforço à importância da gestão empírica e monitorada.



O Presidente do STF e do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, em seminário sobre litigância contra o Poder Público. Foto: Rômulo Serpa/Ag. CNJ

MAIO DE 2025

Semana da Justiça pela Diversidade Cultural

Em 21 de maio, comemora-se o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Para celebrar a data, o STF, o STJ e o TST promoveram a Semana da Justiça pela Diversidade Cultural.

A iniciativa teve como objetivo reafirmar o compromisso do Poder Judiciário com a valorização da diversidade cultural, o respeito às diferenças e o fortalecimento do diálogo como fundamentos da paz, da justiça e da democracia.

Além de painéis nos Tribunais Superiores, a programação incluiu uma grande celebração na Praça dos Três Poderes, organizada em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e com diversas embaixadas. No dia 21 de maio, a Praça dos Três Poderes reuniu 40 mil pessoas em evento que marcou a primeira vez que o espaço foi utilizado para uma celebração cultural de grandes proporções desde os atos de vandalismo do 8 de janeiro de 2023.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

JUNHO DE 2025

STF na abertura da Bienal do Livro Rio 2025



STF na abertura da Bienal do Livro Rio 2025. Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

O STF participou da Bienal do Livro Rio 2025 com a instalação de uma Constituição de 3 m de altura e a distribuição da cartilha *Uma aventura com a Constituição* a estudantes. Na abertura, a Corte foi representada pela Juíza Ouvidora Flávia Martins de Carvalho, que destacou a leitura como instrumento contra *fake news* e ressaltou o papel da Constituição na defesa da democracia. A presença do STF na Bienal também rememorou decisões marcantes em favor da liberdade de expressão e do acesso à cultura, como a suspensão da censura a livros sobre homotransexualidade na Bienal de 2019 e a declaração da inexigibilidade de autorização prévia para biografias em 2015.

STF recebe Selo Ouro por ações de sustentabilidade e redução de emissões de carbono



O STF recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, concedido pela FGV, em reconhecimento às ações de medição, redução e compensação de gases de efeito estufa. A certificação, relativa aos inventários de 2023 e 2024, confirma o Tribunal como referência em sustentabilidade no setor público, resultado de medidas como controle do consumo de energia e iniciativas de mobilidade.

JULHO DE 2025

Presidente do STF: em defesa da Constituição, da democracia e da Justiça

Em pronunciamento, o Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, reafirmou a importância do Judiciário na preservação da democracia e do Estado de Direito diante das recentes ameaças institucionais. O Ministro recordou a trajetória de estabilidade democrática desde 1985 e ressaltou episódios recentes que envolveram tentativas de golpe e ataques às instituições. O Ministro destacou que as ações penais em curso seguem rigorosamente o devido processo legal, com transparência e respeito ao contraditório, e lembrou decisões da Corte em defesa da liberdade de expressão, como a ADPF 130 (Lei de Imprensa) e a ADI 4.815 (biografias), além de julgamentos sobre regulação de plataformas digitais, que buscaram equilíbrio entre direitos fundamentais e combate a crimes. Concluiu com a afirmação de que o STF continuará atuando com independência para proteger a soberania, a democracia e os direitos fundamentais no Brasil.



Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

AGOSTO DE 2025

STF Moot



O Supremo Tribunal Federal lançou a primeira edição do STF Moot, julgamento simulado voltado a estudantes de Direito de todo o país. A iniciativa tem como objetivo incentivar o estudo do direito constitucional, promover o entendimento do papel institucional do STF e estimular a formação prática de futuros operadores do Direito.

27.08.2025 – O Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e o Ministro Flávio Dino participam do *STF Moot* – I Julgamento simulado do Supremo Tribunal Federal. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Combate à desinformação



Em reconhecimento à eficiência e ao impacto social positivo decorrente de suas ações e projetos, o Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal foi contemplado nas categorias “Melhor Caso Atemporal” e “Melhor Estratégia de Aproximação com a Imprensa” no IV Prêmio CAMP da Democracia, outorgado pelo Clube Associativo dos Profissionais de Marketing Político.

Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

STF lança portal com dados de todas as sessões de julgamentos

O STF lançou o Portal de Sessões de Julgamento, ferramenta que reúne, em um só ambiente, informações sobre todos os julgamentos colegiados da Corte, presenciais, virtuais e de repercussão geral. A plataforma permite consultas rápidas e personalizáveis, com filtros como relator, classe processual, colegiado, tipo de sessão e pedidos de vista. Além de integrar dados antes dispersos, o portal traz novo formato para acompanhar sessões virtuais e exibe placar, votos e andamento dos processos. A iniciativa reforça a transparência, a organização e a acessibilidade das atividades jurisdicionais do Supremo.



https://portal.stf.jus.br/

STF lidera cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Poder Judiciário

O STF foi apontado pelo TCU como o Tribunal mais avançado do Judiciário na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com 88,09% no índice de maturidade e classificação no nível "aprimorado". Entre 67 instituições avaliadas, apenas 14 atingiram o grau máximo. O resultado reflete a priorização da alta gestão e o compromisso da Corte em consolidar a cultura de proteção de dados pautada por ética, segurança e transparência no tratamento das informações pessoais.



STF lança *hotsite* que reúne casos relevantes julgados pelo Supremo desde a Constituição de 1988

O STF lançou um *hotsite* interativo que reúne 50 casos relevantes julgados pela Corte entre 1988 e 2023, com foco em direitos fundamentais, democracia, meio ambiente e novas tecnologias. Disponível em português, inglês e espanhol, o portal facilita o acesso a relatórios detalhados, resumos, fundamentos e resultados dos julgamentos, além de recursos audiovisuais. Organizado em linha do tempo e painel com filtros *on-line,* o espaço também permite *downloads* e consulta a uma base com mais de 2.600 casos. A iniciativa reforça a transparência judicial e aproxima a sociedade do impacto das decisões do Supremo.



Acesse o *hotsite*

SETEMBRO DE 2025

STF Inspira – 2ª edição



Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF

A segunda edição do STF Inspira, realizada em 4 de setembro, sob o tema "Construindo o amanhã", reuniu relatos marcantes de servidores, colaboradores e convidados, além da participação do Ministro Flávio Dino. O encontro contou com 12 apresentações curtas e dinâmicas, que valorizaram experiências que dialogam com os princípios da Constituição de 1988. Conduzidas pelo jornalista Pedro Bassan, as apresentações abordaram temas como democracia, inclusão, inteligência artificial, superação de desafios, sustentabilidade, equidade de gênero e direitos humanos.

AP 2.668: julgamento do Núcleo 1 da tentativa de golpe de Estado

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal condenou os oito réus que integram o Núcleo 1 da tentativa de golpe de Estado. Além das penas privativas de liberdade (prisão), também foram estabelecidas multas para sete réus. Todos também foram sentenciados a pagar, de forma solidária, indenização de R$ 30 milhões por danos morais coletivos. O valor foi imposto a todos os condenados por envolvimento nos atos de 8 de janeiro de 2023.

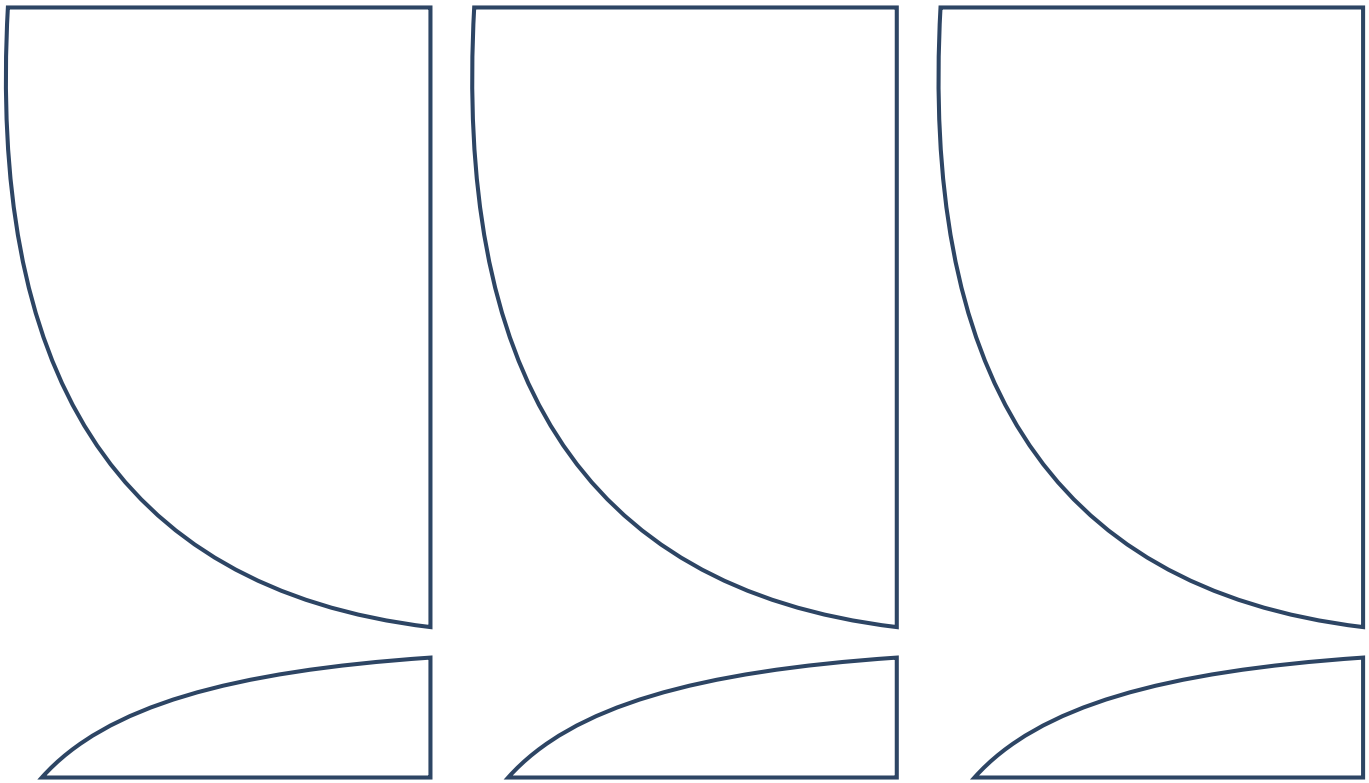
Ao final do julgamento, o Presidente do Supremo Tribunal Federal afirmou que a Corte cumpriu a missão importante e histórica de julgar, com base em evidências, autoridades civis e militares. "Ninguém sai hoje daqui feliz, mas devemos cumprir com coragem e serenidade as missões que a vida nos dá. Acredito que estejamos encerrando os ciclos do atraso na história brasileira, marcados pelo golpismo e pela quebra da legalidade constitucional", disse.

O Ministro Luís Roberto Barroso destacou que o julgamento foi público, transparente, com respeito ao devido processo legal e baseado em provas diversas, como vídeos, textos, mensagens e confissões. Disse, ainda, estar convencido de que eventuais incompreensões com o resultado irão se transformar em reconhecimento no futuro.



Para o Ministro, a mensagem mais importante do julgamento é que, na vida democrática, antes da ideologia, das escolhas legítimas e das diferentes visões de mundo, tem de existir o compromisso com as regras do jogo, com as instituições e com os resultados eleitorais.

Foto: Gustavo Moreno/SCO/STF



QUADRO DE PESSOAL

ADAUTO CIDREIRA NETO	Assessor-Chefe	Ouvidoria
ADRIANA LUIZA BLUMM FERREIRA	Chefe de Gabinete do Diretor-Geral	Gabinete do Diretor-Geral
ADRIANA SOUZA TOLEDO	Coordenadora	Secretaria de Gestão de Pessoas
ADRIANO DOS SANTOS LEAL	Coordenador	Secretaria de Gestão de Precedentes
AGOSTINHO BRAGA JÚNIOR	Assessor	Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial
AISLAN ARLEY PEREIRA DE ALVARENGA	Assessor	Assessoria de Análise de Recursos
AKESHI RICARDO HARADA	Assessor	Assessoria Jurídica
ALEX BATISTA DE SOUSA	Motorista	Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
ALEX PEREIRA DE SOUSA	Colaborador	Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
ALEXANDRE MARCUS DE ASSUNÇÃO SOUSA	Coordenador	Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial
ALEXANDRE SANTOS TOLENTINO	Assessor	Secretaria de Comunicação Social
ALFREDO JOSÉ DE SOUZA JUNQUEIRA	Assessor Especial	Gabinete da Presidência
ALINE CARLOS DOURADO BRAGA	Assessora	Secretaria de Gestão de Precedentes
ALINE REZENDE PERES OSORIO	Secretária-Geral da Presidência	Secretaria-Geral da Presidência
ALMIR LEITE DE OLIVEIRA	Coordenador	Secretaria de Tecnologia e Inovação
ALTAIR CARNEIRO DA CUNHA JUNIOR	Assessor	Secretaria de Tecnologia e Inovação
ANA LUIZA FERNANDES CALIL	Assessora Especial	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
ANA PAULA ALENCAR OLIVEIRA	Coordenadora	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
ANDERSON CLAY RIBEIRO FRANÇA	Assessor	Assessoria de Análise de Recursos
ANDRÉ LUIZ SILVA ARAUJO	Assessor Especial	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
ANDRÉ NOGUEIRA RANGEL VARANDA WOLLMAN	Assessor	Assessoria de Assuntos Internacionais
ANDRÉ RICARDO LAPETINA CHIARATTO	Supervisor	Secretaria de Tecnologia e Inovação

ANDRÉ RICARDO MATTOS DE CARVALHO	Assessor	Secretaria de Tecnologia e Inovação
ANDRÉA BARRETTO LEMOS	Coordenadora	Secretaria de Comunicação Social
ANDREIA SILVA REGO	Secretária	Secretaria de Gestão de Pessoas
ANTONIO JULIANO DE SOUZA	Coordenador	Secretaria Judiciária
ARIANNE TISBIEREK DE CARVALHO E VASCONCELOS	Assessora Especial	Assessoria Processual
ARMANDO AKIO SANTOS DOI	Supervisor	Secretaria de Gestão Estratégica
BÁRBARA NOGUEIRA DA SILVA	Assessora	Secretaria de Comunicação Social
BEATRIZ CARVALHO DE ARAÚJO CUNHA	Assessora Especial	Assessoria Processual
BEATRIZ CHIESSE DE ANDRADE ALBUQUERQUE E LIMA	Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
BERNADETTE MARIA GUANABARA LEAL VITORINO	Coordenadora	Secretaria de Relações com a Sociedade
BRUNO GIORDANO PAIVA LIMA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
BRUNO ROBERTO RAMOS DE SOUSA	Coordenador	Secretaria de Tecnologia e Inovação
CARINA LELLIS NICOLL SIMÕES LEITE	Assessora Especial	Núcleo de Processos Estruturais e Complexos
CARLA CRISTIANE DA CRUZ MENDES	Colaboradora	Gabinete da Presidência
CARLOS EDUARDO ALVES COELHO	Coordenador	Secretaria de Polícia Judicial
CARMEN LILIAN OLIVEIRA DE SOUZA	Assessora-Chefe	Assessoria do Plenário
CAROLINA GENÚ NAKAZATO	Assessora	Assessoria de Cerimonial
CAROLINE ARAUJO LOPES	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
CECÍLIA MALHEIROS DE MELO	Coordenadora	Secretaria de Comunicação Social
CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GONÇALVES	Assessora-Chefe	Assessoria de Cerimonial
CÉZAR AUGUSTO BARROS GADELHA	Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
CINTIA DA SILVA GONÇALVES	Secretária de Turma	Primeira Turma
CIRO DE ALMEIDA GRYNBERG	Secretário	Secretaria de Gestão de Precedentes
CLÁUDIA TORRES LIMA DA SILVEIRA	Assessora	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
CRISTIANE LOPES GONÇALVES	Assessora	Assessoria de Análise de Recursos

CRISTINA TELLES DE ARAUJO SILVA	Assessora-Chefe	Ouvidoria Da Mulher
DANIEL DE OLIVEIRA PONTES	Assessor Especial	Gabinete Da Presidência
DANILO ANDERSON DE MOURA CHAGAS	Coordenador	Secretaria de Tecnologia e Inovação
DENILSON MORALES DA SILVA	Coordenador	Secretaria de Comunicação Social
DENISE GOMES DA SILVA	Secretária	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
EDIMARA ALEXANDRINO DE SOUZA MACEDO	Assessora	Assessoria Jurídica
EDMILSON PALMA LIMA	Secretário	Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial
EDNA CRISTINA DE ALMEIDA AQUILINO	Colaboradora	Gabinete da Presidência
EDUARDO FREIRE DA ROCHA	Colaborador	Assessoria de Análise de Recursos
EDUARDO TOLEDO	Diretor-Geral	Secretaria do Tribunal
ELLEM JENIFF SILVA RODRIGUES	Colaboradora	Gabinete da Presidência
ELOILMA PEREIRA DE SOUZA	Colaboradora	Gabinete da Presidência
ESTHER MARTINS BARBOSA EDUARDO PEREIRA	Estagiária	Assessoria Processual
EUFLÁZIO PAULO DA SILVA	Coordenador	Secretaria de Tecnologia e Inovação
EULER RODRIGUES DE ALENCAR	Supervisor	Núcleo de Análise de Dados e Estatística
FÁBIA GALVÃO COSTA MACHADO	Coordenadora	Secretaria de Comunicação Social
FABIANE KUNRATH SIEMIONKO	Coordenadora	Secretaria de Gestão de Pessoas
FABIANO ALCÂNTARA PARENTE FARIAS	Coordenador	Secretaria de Gestão de Pessoas
FABIANO DE AZEVEDO MOREIRA	Coordenador	Secretaria Judiciária
FABRÍCIO RICARDO DO RÊGO ALVES E SILVA	Assessor	Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
FELIPE MOREIRA HABIBE COSTA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
FERNANDA DO VALLE AZAMBUJA	Diretora-Geral	Secretaria do Tribunal
FERNANDA SILVA DE PAULA	Chefe de Gabinete da Presidência	Gabinete da Presidência
FLÁVIA MARTINS DE CARVALHO	Juíza Ouvidora	Ouvidoria
FLÁVIO DE SOUSA SIQUEIRA	Assessor	Auditoria Interna
FLÁVIO RIBEIRO SANTANA	Assessor-Chefe	Assessoria de Articulação Parlamentar
FREDERICO FRANCO ALVIM	Assessor	Secretaria de Relações com a Sociedade

FREDERICO LOBO DE OLIVEIRA	Auditor-Chefe	Auditoria Interna
GABRIEL MORAES DE OLIVEIRA	Assessor	Assessoria Processual
GABRIELA COUTINHO PAIXÃO	Estagiária	Gabinete da Presidência
GERALDO ADILSON PEREIRA	Colaborador	Gabinete da Presidência
GILBERTO PAVANELLI CARDOZO	Motorista	Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
GILDEON DE SOUSA PAIXÃO	Assessor	Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
GISELE LANDIM DE SOUZA	Assessora	Assessoria de Análise de Recursos
GISELLY SIQUEIRA	Secretária	Secretaria de Comunicação Social
GLEYDSON PERRY PEREIRA	Colaborador	Gabinete da Presidência
GRACE DA SILVA ANTUNES	Assessora	Gabinete do Diretor-Geral
GUILHERME MENDES RESENDE	Assessor Especial	Núcleo de Processos Estruturais e Complexos
GUSTAVO DURAN DO VALLE	Coordenador	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
HAINA CASTRO RÊGO	Assessora-Chefe	Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
HAMIDEH KAZEMZADEH DARBAN	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
HELENA FERREIRA	Colaboradora	Gabinete da Presidência
HELOISA DE ALMEIDA NUNES	Coordenadora	Auditoria Interna
HYGOR PARREIRA ARAÚJO	Coordenador	Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial
IARA DE LIMA ALVES	Colaboradora	Gabinete da Presidência
INEZIL PENNA MARINHO JUNIOR	Juiz Auxiliar	Gabinete da Presidência
ISABEL ROSALINO DE AZEVEDO VALENTE	Estagiária	Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
ISABELA GERBELLI GARBIN RAMANZINI	Assessora	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
JANAÍNA NICOLAU DELGADO	Assessora	Assessoria de Análise de Recursos
JÉSSICA PEREIRA DA SILVA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
JOÃO FERREIRA MARQUES	Assessor	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
JOÃO NAYLOR VILLAS-BOAS AGRA	Assessor	Assessoria Jurídica

JORILSON DA SILVA RODRIGUES	Coordenador	Secretaria de Relações com a Sociedade
JOSÉ GILBERTO SCANDIUCCI FILHO	Assessor-Chefe	Assessoria de Assuntos Internacionais
JOSÉ MARCOS MOREIRA DE JESUS	Colaborador	Gabinete da Presidência
JÚLIA MARQUES SOARES	Colaboradora	Núcleo de Solução Consensual de Conflitos
JULIANA PERES FACAS SOARES	Coordenadora	Secretaria Judiciária
JULIANA SAMPAIO RODRIGUES	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
JÚLIO CESAR GOMIDES DE ALMEIDA	Coordenador	Secretaria de Tecnologia e Inovação
JÚLIO LUZ SISSON DE CASTRO	Supervisor	Secretaria de Gestão de Precedentes
KAREN CRISTINA DE OLIVEIRA ALVES VERAS VIDAL	Assessora	Secretaria de Gestão de Pessoas
KARLA BERNINGER DA COSTA DE AZEREDO LOPES	Supervisora	Secretaria de Gestão Estratégica
KELLY TATIANA DOS SANTOS FILIPETO	Assessora	Assessoria Processual
LACYR MENDES DA SILVA	Supervisor	Secretaria de Tecnologia e Inovação
LEANDRO MATOS DE ALMEIDA RAMOS	Assessor	Auditoria Interna
LEONARDO CUNHA DOS SANTOS	Assessor-Chefe	Assessoria Processual
LEONARDO MELLO GUIMARÃES	Assessor	Secretaria de Gestão de Precedentes
LÍVIA GIL GUIMARÃES	Coordenadora	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
LUCAS JOSÉ GONÇALVES FREITAS	Supervisor	Secretaria de Tecnologia e Inovação
LUCAS MANDELLI DE OLIVEIRA LIMA	Colaborador	Gabinete da Presidência
LUCAS MARIANO ATAIDE RODRIGUES	Assessor	Secretaria de Tecnologia e Inovação
LUCIANA PEREIRA GIMENES	Assessora	Assessoria de Articulação Parlamentar
LUCIANO QUADRADO DE MORAES	Assessor-Chefe	Assessoria Jurídica
LUCIANO RIBEIRO DE SANTANA	Coordenador	Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial
LUDMILA ABOUDIB CAMPOS	Assessora	Assessoria de Análise de Recursos
LUÍSA LACERDA	Assessora Especial	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
LUIZ GUSTAVO SILVA ALMEIDA	Assessor	Assessoria Jurídica
LUIZA GALLO PESTANO	Coordenadora	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação

MARCELO CANIZARES SCHETTINI SEABRA	Secretário	Secretaria de Polícia Judicial
MARCELO DIAS VARELLA	Assessor Especial	Núcleo de Processos Estruturais e Complexos
MARCELO LOUIS GALVÃO DE AQUINO	Coordenador	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
MÁRCIO KAZUAKI FUSISSAVA	Secretário	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
MARCIO TAGLIARI FILHO	Assessor	Gabinete do Diretor-Geral
MARGARETH DUARTE MILITÃO	Colaboradora	Gabinete da Presidência
MARIA CLARA VIOTTI BECK	Secretária de Turma	Segunda Turma
MARIA SILVIA MARQUES DOS SANTOS	Assessora	Assessoria do Plenário
MARIA VALDENICE NUNES GUIMARÃES	Colaboradora	Assessoria de Análise de Recursos
MARIANA ARAUJO DE OLIVEIRA	Secretária	Secretaria de Comunicação Social
MARIANNE OLIVEIRA RABELO RIBEIRO	Assessora	Secretaria Judiciária
MARINA DE ALENCAR ARARIPE COUTINHO	Chefe de Gabinete do Diretor-Geral	Gabinete do Diretor-Geral
MARIO AUGUSTO CARBONI	Assessor Especial	Assessoria Processual
MARIUS DE MATOS LIRA	Servidor	Assessoria de Análise de Recursos
MARLUCE FLEURY FLORES	Assessora-Chefe	Assessoria de Análise de Recursos
MATHEUS CASIMIRO GOMES SERAFIM	Supervisor	Núcleo de Processos Estruturais e Complexos
MATHEUS FERNANDES DOS SANTOS	Assessor	Assessoria de Análise de Recursos
MAURÍCIO VIEGAS PINTO	Supervisor	Secretaria de Polícia Judicial
MILLENE FERNANDES MACHADO DIAS	Assessora	Gabinete do Diretor-Geral
MÔNICA MARIA XAVIER DE ARAUJO	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	Secretária	Secretaria de Tecnologia e Inovação
NATÁLIA CRUZ FRICKMANN	Assessora	Assessoria Processual
NILO LIMA GOMES	Coordenador	Auditoria Interna
PÂMELLA SADA DIAS EDOKAWA	Assessora-Chefe	Assessoria de Apoio à Jurisdição
PAOLA VASCONCELOS HOFFMANN	Colaboradora	Núcleo de Solução Consensual de Conflitos
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS	Secretária	Secretaria Judiciária

PATRICIA PERRONE CAMPOS MELLO	Secretária	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
PAULA VASCONCELOS DA SILVA	Coordenadora	Secretaria Judiciária
PRISCILA GALENO SILVA	Assessora	Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
RAÍZA MIRANDA DE OLIVEIRA	Colaboradora	Gabinete da Presidência
RAPHAEL DE MELLO BATISTA	Assessor	Secretaria de Polícia Judicial
RAPHAELLA DE AGUIAR FOLHA	Coordenadora	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
RENATA BRAGA CORDEIRO DE MIRANDA	Assessora	Assessoria de Análise de Recursos
RENATA HELENA SOUZA BATISTA DE AZEVEDO RUDOLF	Coordenadora	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
RENILDO ROBERTO DOS SANTOS	Assessor	Assessoria de Análise de Recursos
RICARDO ABREU DE FREITAS MACHADO	Coordenador	Secretaria de Gestão de Precedentes
ROBERTO DORING PINHO DA SILVA	Assessor-Chefe	Assessoria de Assuntos Internacionais
ROBERTO SALES DE SÁ	Colaborador	Gabinete da Presidência
ROBSON BARBOSA DE SOUZA	Colaborador	Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
RODRIGO ABREU MARTINS DE LIMA	Assessor	Assessoria Jurídica
ROGÉRIO GOMES VIANA	Assessor	Secretaria de Polícia Judicial
ROSANA BRAGA DA SILVA	Assessora Especial	Assessoria Processual
SAMUEL LEÃO MARRARA	Estagiário	Gabinete da Presidência
SHIRLEY PIRES DE BRITO	Colaboradora	Gabinete da Presidência
SILVIA CAROLINA COSTA PRADO	Coordenadora	Secretaria de Gestão de Precedentes
SUZANA LUNA MACÊDO	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
TERESA CRISTINA DE MELO COSTA	Secretária	Secretaria de Relações com a Sociedade
TIAGO RODRIGUES VIEIRA AMANCIO	Coordenador	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
TRICIA NAVARRO	Juíza Auxiliar	Gabinete da Presidência
VICTOR CARNEVALLI DURIGAN	Coordenador	Secretaria de Relações com a Sociedade
VINICIUS NASCIMENTO PORTO	Secretário	Secretaria de Gestão Estratégica
WALTER CLAIR PEREIRA	Coordenador	Secretaria de Polícia Judicial
ZENAIDE VIEIRA NEVES	Assessora	Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria-Geral da Presidência
ALINE REZENDE PERES OSORIO

Gabinete da Presidência
FERNANDA SILVA DE PAULA

Diretoria-Geral
FERNANDA DO VALLE AZAMBUJA

Redação e consolidação do conteúdo
ALINE REZENDE PERES OSORIO
BÁRBARA NOGUEIRA DA SILVA
BEATRIZ CHIESSE DE ANDRADE ALBUQUERQUE E LIMA
LUÍSA LACERDA
PAMELLA SADA DIAS EDOKAWA

Secretaria de Altos Estudos,
Pesquisas e Gestão da Informação
PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO

Coordenadoria de Difusão da Informação
RENATA HELENA SOUZA BATISTA DE AZEVEDO RUDOLF

Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória
Institucional e Museu
ANA PAULA ALENCAR OLIVEIRA

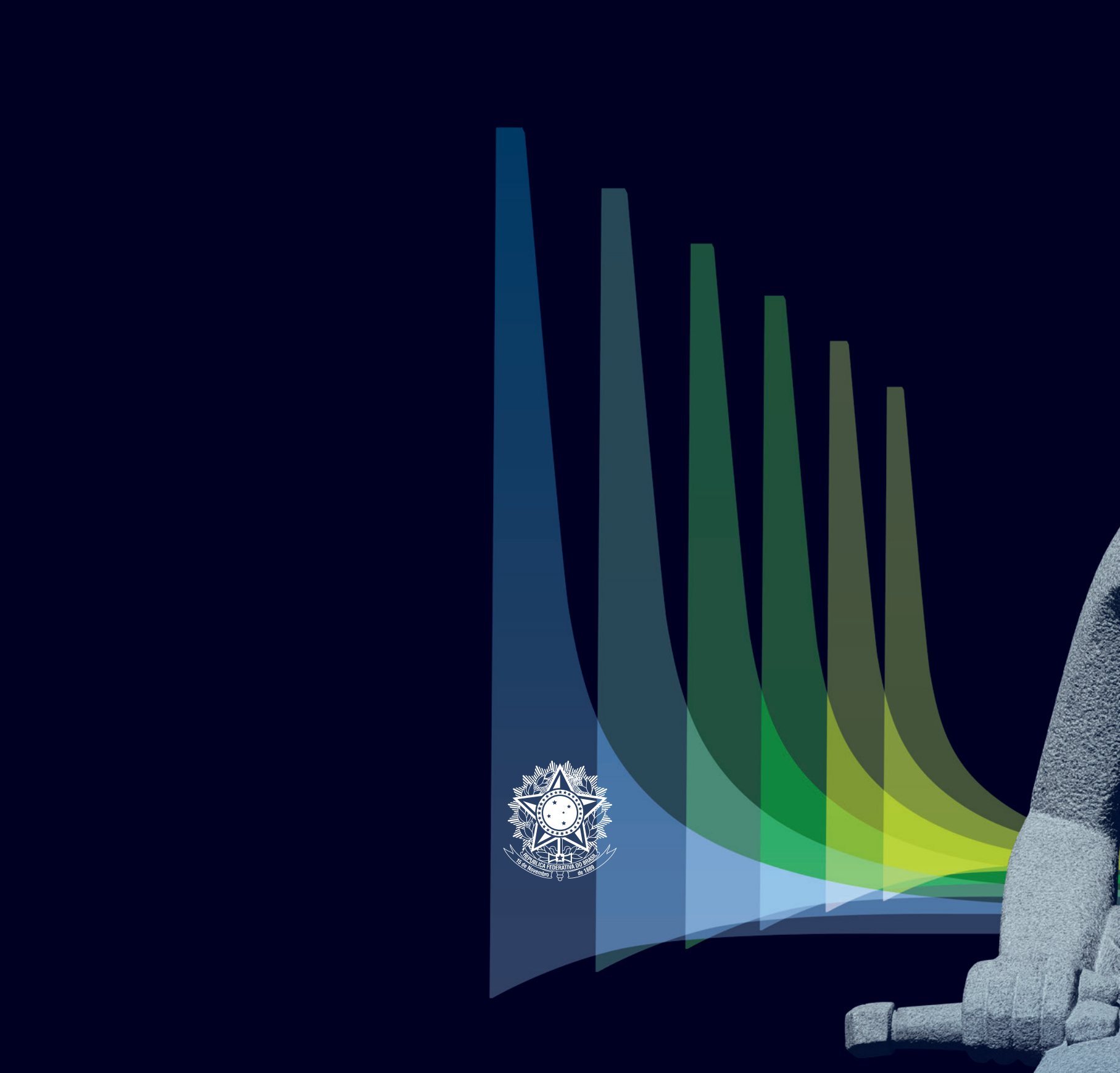
Revisão de texto e de provas editoriais
MÁRCIA GUTIERREZ ABEN-ATHAR BEMERGUY
MARIANA DE ARAÚJO ALVES
LÚCIA HELENA LOPES FACHINETTO

Produção editorial
LILIAN JANUZZI VILAS BOAS
VITÓRIA CARVALHO COSTA

Capa e projeto gráfico
ANA CAROLINA CAETANO

Diagramação
ALINE DA SILVA PEREIRA
ANA CAROLINA CAETANO
CAMILA PENHA SOARES
ROBERTO HARA WATANABE

Esta obra foi impressa e encadernada, em papel offset 90 g/m2 (miolo) no formato 240 x 220 mm, pela Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória Institucional e Museu, vinculada à Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2025. Foi projetada e composta na fonte Gotham.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro
de 1889